

**Domingos Savio da Cunha Garcia**  
**Paulo Celso Miceli**  
(organizadores)

# HISTÓRIA & FRONTEIRA

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso

  
UNEMAT  
EDITORA

Domingos Savio da Cunha Garcia  
Paulo Celso Miceli  
(orgs.)

---

# HISTÓRIA E FRONTEIRA

---

**UNEMAT**  
*Universidade do Estado de Mato Grosso*



U N E M A T  
E D I T O R A

Cáceres-MT  
2014

## UNEMAT EDITORA

EDITOR: Agnaldo Rodrigues da Silva

REVISÃO: Elizabeth Madureira Siqueira

DIAGRAMAÇÃO/CAPA: Ricelli Justino dos Reis

*Copyright@2014/Unemat Editora*  
Online

Conselho Editorial: Agnaldo Rodrigues da Silva (Presidente)  
Marco Antonio Camilo Carvalho  
Célia Alves de Souza  
Eliane Ignotti  
Heloísa Salles Gentil  
Fabrício Schwanz da Silva  
Geovane Paulo Sornberger  
Aroldo José Abreu Pinto  
Márcia Helena Vargas Manfrinato  
Luiz Juliano Valério Geron  
Adriano Aparecido Silva  
Dionei José da Silva

### CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

História e Fronteira/ Domingos Savio da Cunha Garcia e Paulo Celso Miceli (Organizadores)

Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014.

223 p.

ISBN: 978-85-7911-129-7

Vários autores.

1. História do Brasil 2. História da América do Sul

Ficha catalográfica elaborada pela UNEMAT Editora.



UNEMAT Editora

Avenida Tancredo Neves nº 1095 - Cavallhada

Fone/fax: (0xx65) 3221-0077

Cáceres-MT – 78200-000 - Brasil

E-mail: [editora@unemat.br](mailto:editora@unemat.br)

## SUMÁRIO

**PREFÁCIO** 7  
Paulo Miceli

**ANOTAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA CONQUISTA DO SERTÃO** 15  
Paulo Miceli

**FRONTEIRAS TRANSCULTURAIS: MISSIONÁRIOS JESUÍTAS E GUERREI-  
ROS GUARANIS** 29  
Arno Alvarez Kern

**MISSÕES COMO INSTITUIÇÃO DE FRONTEIRA: UMA ANÁLISE  
COMPARATIVA DA AÇÃO POLÍTICA DESENVOLVIDA PELOS  
JESUÍTAS NAS MISSÕES DE MOJOS E CHIQUITOS** 43  
Ione Aparecida Martins Castilho Pereira

**O RIO DA PRATA COMO FRONTEIRA SUL DO BRASIL** 58  
Paulo César Possamai

**DE VILA A CIDADE: IMPACTOS DA ABERTURA DA NAVEGAÇÃO DO RIO  
PARAGUAI EM UMA POVOAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE** 70  
Domingos Savio da Cunha Garcia

**A RIQUEZA DE TODOS OS PAÍSES CONSISTE PRINCIPALMENTE NO NÚ-  
MERO E MULTIPLICAÇÃO DA GENTE QUE O HABITA. CAPITANIA DE  
MATO GROSSO, SÉCULO XVIII** 83  
Otávio Ribeiro Chaves

**ENTRE MEMÓRIAS ESQUECIMENTOS: O MARCO DO JAURU E SEUS TRANS-  
LADOS PELA FRONTEIRA OESTE** 98  
Luís César Castrillon Mendes

**ÍNDIOS DA FRONTEIRA: O ALDEAMENTO DOS BORORO OCIDENTAIS NA  
FRONTEIRA ENTRE A PROVÍNCIA DE MATO GROSSO E A BOLÍVIA** 115  
Marli Auxiliadora de Almeida

**DE INVITADOS ESTIMADOS A PELIGROSOS BANDIDOS. BRASILEROS EN  
LA FRONTERA BOLIVIANA EN 1900** 124  
Ana María Lema Garrett

**A FRONTEIRA OESTE COMO QUESTÃO NACIONAL**      *146*  
João Edson de Arruda Fanaia

**DESENVOLVIMENTISMO E MILITARISMO NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE**      *157*  
Maria do Socorro de Sousa Araújo – UNEMAT

**A FRONTEIRA AMAZÔNICA MATO-GROSSENSE: ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS**      *171*  
Edison Antônio de Souza

**A EXPANSÃO DA FRONTEIRA EM MATO GROSSO: A COLONIZAÇÃO PRIVADA EM TANGARÁ DA SERRA**      *183*  
Carlos Edinei de Oliveira

**A FRONTEIRA MATO-GROSSENSE ENTRE O BRASIL E A BOLÍVIA NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA**      *197*  
João Ivo Puhl

**UMA UNIVERSIDADE NA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO SOCIAL NA UNEMAT**      *213*  
Iraci Aguiar Medeiros e Leda Gitahy

## PREFÁCIO

*Olhe: quando é tiro de verdade, primeiro a cachorrada pega a latir, instantaneamente – depois, então, se vai ver se deu mortos. O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de orador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade.*

*Sertão é o sozinho. Compadre meu Quelemém diz: que eu sou muito do sertão? Sertão é dentro da gente.*

(Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas*)

No sempre instigante livro de Paul Veyne, *Como se escreve a história*, encontra-se valiosa e oportuna metáfora sobre a representação historiadora do passado. Nela, Veyne compara a ampliação do gênero a “um rio em região demasiado plana, [que] espraia-se largamente e muda facilmente de leito”. E prossegue afirmando que “os historiadores [...] recorrem mais a uma metáfora florestal do que uma fluvial: afirmam, pelas suas palavras ou pelos seus que a história, tal qual a escreveram, e não importa em que época, não é mais do que terreno arroteado no meio de uma imensa floresta que, de direito, lhes pertence inteiramente”. Finalmente, no mesmo passo, atribui à Escola dos *Annales* “a decifração das zonas circundantes deste terreno arroteado; segundo estes pioneiros, a historiografia tradicional estudava demasiado exclusivamente os bons grandes acontecimentos reconhecidos como tal desde sempre; ela fazia ‘história-tratados e batalhas’; mas faltava decifrar uma enorme extensão de ‘não-acontecimental’, da qual não apercebemos sequer os limites. [...] Chamaremos, portanto, não-acontecimental à historicidade da qual não temos consciência enquanto tal” (VEYNE, 1983, p. 32).

É claro que a Escola dos *Annales*, ao longo de sua quase centenária história, saiu consideravelmente do leito-materno e assumiu novos rumos, enfocando temas e problemas cujos limites e fronteiras escapam a qualquer tentativa de sistematização metodológica. O mesmo pode-se dizer em relação ao marxismo, exemplarmente ampliado, por exemplo, pelos trabalhos da historiografia inglesa contemporânea, especialmente os de Paul Thompson, Eric Hobsbawm e Christopher Hill.

Obviamente, as proposições da historiografia que problematiza a si mesma ampliaram e enriqueceram, sobremaneira, as reflexões epistemológicas sobre a história e o fazer historiográfico, levando à percepção da importância nuclear do *problema* no trabalho do historiador – este profissional da mais humana das ciências humanas.

Está aqui a importância deste livro coletivo. Composto por trabalhos de docentes e pesquisadores da Universidade do Estado de Mato Grosso ou a ela vinculados, claramente comprometidos com a ampliação dos horizontes da curiosidade historiográfica, na direção de *novos problemas, novas abordagens e novos objetos*, em suma, *novas questões* – para repor em cena a proposta da valiosa trilogia de Jacques Le Goff e

Pierre Nora, lançada na década de 1970.

Não fora o inspirado pioneirismo de Sérgio Buarque de Holanda, ao denominar *Caminhos e fronteiras* a sua bela obra de 1957, teríamos aí um título possível para este livro, já que ele trata, exatamente, das fronteiras e dos caminhos terrestres e fluviais que serviram aos personagens responsáveis pela sempre conflituosa conformação social e territorial do País que se inventava a partir do século XVI.

No livro, há quinze trabalhos inéditos, resultantes de pesquisas em desenvolvimento e que foram organizados a partir de um arranjo cronológico-temático intencionalmente escolhido por ser esta uma das mais consagradas e até compreensíveis formas de apresentação da narrativa histórica. Assim, os temas se sucedem a partir de questões relacionadas aos quatro séculos em que guerras efetivas, batalhas diplomáticas e destruição física e cultural das comunidades indígenas acabaram associadas no lento e violento processo de conformação territorial do Brasil e chegam às questões atuais, para discutir as políticas dos governos republicanos voltadas à consolidação, pela força, das áreas de fronteira.

Em breves “*Anotações sobre a história da conquista do Sertão*”, de nossa responsabilidade, baseadas principalmente nos *Capítulos de história colonial*, de Capistrano de Abreu, procura-se indicar alguns elementos recorrentes nas representações textuais e cartográficas do Brasil interior, mostrado – desde o século XVI – como lugar repleto de riquezas e ameaças de toda a ordem, sempre resistente à violenta *ação civilizadora* dos conquistadores.

O capítulo “*Fronteiras transculturais: missionários jesuítas e guerreiros guaranis*”, de Arno Alvarez Kern, foi dedicado ao sempre oportuno tema das relações de alteridade. Aqui, o centro da análise reside no estranhamento que as práticas cotidianas dos Guarani – especialmente as relações familiares, a sexualidade e a nudez, em tudo diversas das europeias – provocavam nos missionários, tornando evidente a diversidade que marcou os contatos culturais interétnicos travados na porção meridional do Brasil, palco de demoradas disputas entre portugueses, espanhóis e indígenas e lugar privilegiado para apreender, em sua multiplicidade, as complexas relações interculturais que marcaram a sociedade colonial. Para alicerçar sua análise e, ao mesmo, ampliar o conceito de fronteira, Arno Kern trouxe à tona o valioso texto “*Conquista Espiritual*”, do missionário Antonio Ruiz de Montoya – “o documento mais importante para a reconstituição histórica desta primeira etapa da instalação dos missionários na região”. A partir daí, o autor desenvolve sua análise, apoiada na ampliação do contexto de fronteira, com inflexão sobre os aspectos, por assim dizer, intangíveis da diferença, mas impressos, fortemente, nos traços que desenharam a face social do Brasil meridional.

As questões fronteiriças entre Portugal e Espanha, deflagradas já nos anos iniciais da colonização, ampliam-se, a partir das reflexões de Ione Aparecida Martins Castilho Pereira, apresentadas no texto “*Missões como instituição de fronteira: uma análise comparativa da ação política desenvolvida pelos jesuítas nas missões de Mojos e Chiquitos*”. Para tratar de seu tema, a autora desenvolve uma análise dos ambientes fronteiriços onde essas missões foram construídas, em meio à complexa trama de interesses e relações espaciais que envolviam as duas metrópoles ibéricas nos séculos XVII e XVIII,

além das comunidades indígenas, dos padres da Companhia de Jesus e da própria Sé, em Roma. De particular interesse são suas referências à criação do exército indígena nas reduções, para conter o avanço português, mostrando, enfim, que “as missões jesuíticas não foram apenas um espaço de evangelização, mas também uma instituição de fronteira, pois, além de estarem estabelecidas em lugares estratégicos, cumpriam ainda a função de “estado-tampão”, isto é, o de barrar caminho que dava acesso às áreas de metais preciosos”.

Guerra diplomática ou diplomacia da guerra? Este parece ser o dilema muito bem enfrentado por Paulo César Possamai, no texto “*O rio da Prata como fronteira sul do Brasil*”. Embora o foco da análise se desloque para a porção meridional do Brasil, o problema central continua sendo o traçado das fronteiras nas regiões disputadas pelas duas nações ibéricas em suas colônias sul-americanas. No grande cenário histórico, continuava sendo encenado o largo conflito entre as duas coroas, ampliado pelas constantes intervenções das demais nações europeias, interessadas em participar do grande botim das guerras da expansão e da conquista. No caso de Portugal, a perda para os holandeses do monopólio mais do que secular que mantinha sobre o comércio oriental, além da cessão de considerável porção da região nordeste para estabelecer uma trégua com os mesmos batavos, forçou a adoção de novas políticas para ampliar sua área de influências na região do Prata – outra consequência do deslocamento do eixo dinâmico do Índico para o Atlântico. Assim, ante o enfraquecimento do comércio entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, os portugueses resolveram intervir diretamente no rio da Prata, o que recomendou a criação – consumada em 1676 – de uma capitania no território ainda não ocupado entre São Vicente e a região platina, tudo isso em meio a constantes conflitos com os espanhóis, detalhadamente analisados pelo autor.

Domingos Savio da Cunha Garcia analisa uma questão crucial para melhor compreender o contexto de formação da Fronteira Oeste, apresentado sob um título que se autoexplica: “*De vila a cidade: impactos da abertura da navegação do rio Paraguai em uma povoação da Fronteira Oeste*”. A povoação trabalhada pelo autor é Vila Maria do Paraguai – criada em 1778, seis anos após a instalação de um “registro”, mandado estabelecer por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, no caminho entre Cuia-bá e Vila Bela. A vila foi criada com vistas a evitar a evasão de impostos devidos pelos transportadores de ouro e, ao mesmo tempo, assegurar o controle pelos portugueses do importante caminho fluvial. O autor problematiza seu tema a partir da análise das consequências que a abertura da navegação do rio Paraguai (1856-58) trouxe para a reconfiguração do espaço urbano-populacional da vila, enfatizando – com apoio em documentos de época e relatos de viajantes – a presença de índios *chiquitanos*, como componente étnico importante da população, desde a fundação da vila. Finalmente, destaca “como essa povoação, localizada na fronteira oeste do Brasil, foi alcançada pelas transformações impulsionadas pelo desenvolvimento do capital mercantil e pela constituição de um mercado mundial integrado, proporcionado, principalmente, pelas mudanças nos meios de comunicação desenvolvidos a partir da Revolução Industrial”.

“*A riqueza de todos os países consiste principalmente no número e multiplicação da gente que o habita: Capitania do Mato Grosso, século XVIII*”, de Otávio Ribe-



ro Chaves, parte de aforismo posto na Instrução que a Coroa portuguesa enviou ao governador da capitania-geral de Cuiabá e Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura Tavares, em 1749, onde se explicitava uma espécie de norma que deveria ser seguida pela administração local. Ora, esse preceito governativo está contextualizado em um período que começa em meados do século XVII, quando as intensas rivalidades entre as principais nações europeias (França, Inglaterra e Holanda), levaram à criação de companhias de comércio que minavam o poderio de Portugal no Oriente, sem esquecer que os conflitos entre Espanha e Holanda, à época da unificação das coroas ibéricas (1580-1640), exportaram a guerra para o Nordeste do Brasil. Tudo isso, obviamente, ampliava as preocupações da Coroa portuguesa em relação à sua grande colônia, já que o tratado de Utrecht (1713) – conquanto pudesse proporcionar uma paz relativa com a Espanha – teve poucos efeitos práticos no que se refere aos espaços de ultramar. Assim, a estratégia portuguesa para garantir seu domínio político-militar sobre as áreas que faziam fronteira com a Espanha acabou levando à criação da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, em 9 de maio de 1748.

A fronteira Oeste também é trabalhada no texto *“Entre memórias e esquecimentos: o Marco do Jauru e seus traslados pela fronteira oeste”*, de Luís César Castrillon Mendes. O artigo se destina, especialmente, a discutir os significados histórico-culturais que envolveram e envolvem o monumento de pedra instalado próximo à foz do rio Jauru, há 260 anos, para dar concretude à assinatura do tratado de Madri. A partir do universo de significações que o monumento assumiu ao longo do tempo, como entender sua deambulação pelos espaços fronteiriços, até chegar à desinteressada observação de quem passa por ele na atualidade? Finalmente, como supor que o marco – símbolo da rivalidade entre as metrópoles europeias – pudesse significar alguma coisa, além disso, para as inúmeras nações indígenas que, por azar, atravessavam o caminho dos conquistadores, ou para os negros trazidos da África, à força, para trabalhar como escravos? Enfim, todas essas questões, que animam as discussões historiográficas sobre os lugares e sentidos da memória, bem como sobre a intencionalidade dos monumentos históricos, independentemente de sua natureza, são emolduradas pelas disputas geopolíticas, diplomáticas e bélicas trabalhadas nos demais estudos que aparecem nesta publicação.

Os referenciais teórico-metodológicos da etno-história e/ou da história indígena representam valioso instrumento de análise para as ciências humanas, assentado em procedimentos que associam a história e a antropologia, como se pode ler no capítulo *“Índios da fronteira: o aldeamento dos Bororo Ocidentais na fronteira entre a província de Mato Grosso e a Bolívia”*, de Marli Auxiliadora de Almeida. Nele, a autora analisa o projeto do padre José da Silva Fraga de aldear os Bororo Ocidentais em sua fazenda, no Registro de Jauru, em 1842. Com esta iniciativa, o religioso associava-se aos esforços do governo imperial de construir uma política indigenista de fronteira assentada em duas ações diversas, mas não opostas: submissão pela catequese e integração forçada ao processo oficial de civilização. Desse modo, os aldeamentos, assim como os exércitos indígenas, serviriam para a defesa da fronteira Oeste, neste caso, compreendendo as áreas geográficas da Vila Maria do Paraguai (hoje Cáceres) até a

Bolívia. Além disso, como se pode ler no artigo, delineou-se nesses espaços um rico cenário para estudo das relações interétnicas, envolvendo indígenas, proprietários de terras e representantes dos governos central e provincial, além de religiosos, o que permite preencher certo vazio historiográfico que esconde parte da história indígena da fronteira Oeste de Mato Grosso.

No texto “*De invitados estimados a peligrosos bandidos. Brasileiros en la frontera oriental boliviana en 1900*”, a historidora boliviana Ana María Lema Garret estuda a fronteira oriental da Bolívia com o Brasil, com foco na presença de brasileiros nas cidades de San Matías e Puerto Suárez, no início do século XX. Embora tome como questão central um proceso migratório pontual, a autora pôde perceber um componente que ultrapassa esse recorte espacial e ainda se faz presente no discurso regional de Santa Cruz de la Sierra, qual seja, o descaso e a ineficácia do Estado nacional para garantir a soberania. Essas questões avançam no tempo e lançam luz, inclusive, para compreender o recente processo migratório, o que explicaria a multiplicação de estudos a elas dedicados, tanto por estudiosos bolivianos quanto por investigadores da Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos e Espanha. Os trabalhos mais recentes, produzidos na segunda metade do século XX, como enfatiza Ana Garret, foram marcados, ainda, pelas mudanças de perspectiva da história diplomática e militar tradicional, dando lugar a investigações que valorizam a história social, política e econômica, nas quais se procura representar a fronteira dando voz a seus próprios atores.

O entendimento estreito do que diferenciaria uma história vista *de cima* de outra vista *de baixo*, entre outros danos historiográficos, pode pôr na sombra importantes agentes históricos que também respondem pela conformação das instituições sociais. O artigo “*A Fronteira Oeste como questão nacional*”, de João Edson de Arruda Fanaia, escapa a essa limitação, ao tratar dos pronunciamentos das elites políticas de Mato Grosso durante a Primeira República, enfatizando como o tema da Fronteira Oeste aparecia nessas manifestações, o que teria levado os debates ao nível nacional, colocando-os além dos parâmetros regionais. O autor trabalha, principalmente, com os *Anais da Câmara e do Senado Federal*, datados da última década do século XIX, quando a pequena bancada parlamentar mato-grossense se apresentava estrategicamente unida, especialmente ao tratar de questões relacionadas a conflitos com países vizinhos, perseguição e fuga de personagens políticos locais motivadas por rivalidades que chegavam a envolver grupos armados, o que contribuía para forjar e reforçar a imagem negativa da extensa área fronteiriça como um espaço caracterizado, antes de tudo, pela violência. Destaque-se, ainda, que a análise documental apoia-se, fortemente, nas reflexões de alguns dos principais historiadores da atualidade, como Chartier, Bourdieu e Prost, além de autores nacionais preocupados com o fazer histórico.

Maria do Socorro de Sousa Araújo, por sua vez, problematiza um dos principais fatores que – com profundas raízes históricas – afetam a região amazônica. Em “*Desenvolvimentismo e militarismo na Amazônia mato-grossense*”, a autora começa por destacar a pluralidade que caracteriza esse vasto espaço de vivências multisseculares e, conseqüentemente, repleto de contradições, descartando, por isso, os exóticos e superficiais discursos que definem a região, exclusivamente, como um espaço de floresta,

“lugar longínquo, território indígena, natureza indomada, pulmão do mundo etc.” A partir daí, Maria do Socorro desenvolve a análise, focada nas políticas que os governos republicanos estabeleceram para a região, levando em conta, apenas, o contorno geográfico das fronteiras e ignorando a pluralidade étnico-cultural que caracteriza a vastidão dos espaços amazônicos, preocupados somente em “(re)conhecer e delimitar melhor os territórios para transformar a vasta natureza em riquezas nacionais”, a serem exploradas sob a égide da cobiça e da voracidade dos grupos econômicos. Assim, numa espécie de prolongamento das práticas coloniais de conquista, então empreendidas pela ganância da corte europeia, a *longa duração* da conquista é trabalhada a partir da análise de três ações: as Linhas Telegráficas, a Marcha para o Oeste e o Programa de Integração Nacional – todas acompanhadas de intenso processo de reconfiguração populacional.

Quando Pedro Casaldáliga publicou, em 1971 – sob o peso de uma das fases mais cruéis da ditadura, recrudescida três anos antes pelo AI-5 –, a carta pastoral “*Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*”, os olhos até então desatentos dos brasileiros voltaram-se para um lugar que, até então, parecia não fazer parte do mapa do País. Na carta, a voz militante e corajosa do bispo de São Félix punha-se em rota de choque com os programas governamentais destinados à chamada ocupação da Amazônia, o que implicou a abertura de estradas e a concessão de incentivos fiscais que sustentaram os grandes projetos agropecuários e de colonização privada no Estado de Mato Grosso, e é dessas questões que trata o capítulo de Edison Antônio de Souza, “*A fronteira amazônica mato-grossense: Estado e políticas públicas*”. Mais do que historicizar o problema sempre presente da *questão da terra*, o autor parte das contradições na gestão das políticas públicas agrárias formuladas a partir da década de 1960 e seus desdobramentos sociais e políticos, com o que procura “compreender qual foi o resultado desse processo e como essas relações inscrevem-se no campo do poder e da realidade agrária brasileira”. Seu foco, portanto, são os resultados atuais do violento processo de *ocupação*, ainda presentes nos conflitos que caracterizam a questão agrária no Brasil.

Carlos Edinei de Oliveira escreveu o texto “*A expansão da fronteira em Mato Grosso: a colonização privada de Tangará da Serra*”, analisando o movimento de expansão da fronteira no interior do Brasil no século XX, especialmente no que se refere à fundação de cidades e à instalação de famílias migrantes, provindas de diversas regiões do País, atraídas pelas promessas de terras fáceis e férteis, numa espécie de reedição perversa das práticas coloniais de ocupação. No estudo sobre Tangará da Serra, o foco recai sobre os migrantes envolvidos na expansão da fronteira agrícola no interior do Brasil, destacando o autor – e isto dá ideia dos rumos da análise – que “a migração ocorre pela inconstância dos movimentos econômicos e por uma economia planejada, independentemente das necessidades da população”, ou seja, obedece ao vaivém das políticas públicas que, desde sempre, acabam por beneficiar o latifúndio. O texto apoia-se em alentada pesquisa documental, envolvendo a imprensa, as mensagens de governadores, os censos demográficos e os registros paroquiais, além de entrevistas, necessárias para tratar de uma história recente e por serem, elas próprias, valiosos re-

gistros constituintes da memória – trabalho e vida, como ensinou Pierre Nora.

O capítulo denominado “*A fronteira mato-grossense entre Brasil e Bolívia no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*”, de João Ivo Puhl, parte do documento que projeta a faixa de fronteira do Brasil com os onze países sul-americanos em três grandes Arcos: Norte, Central e Sul – os quais mesclam características comuns e especificidades que os diferenciam. Aqui, o autor privilegiou o Arco Central, que abrange a faixa de fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e cuja unidade decorre de sua posição de transição entre a Amazônia e o Centro-Sul do País. Além disso, o Arco preenche o interior da América do Sul, onde se encontram as duas principais do subcontinente (Amazônica e Paraná-Paraguai). Para atender aos limites estabelecidos para as análises contidas neste livro, o autor teve de apertar o foco de investigação, razão pela qual ateu-se à porção mato-grossense do Arco, que compreende o espaço situado entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres, atravessando Porto Esperidião. A partir daí, com base em estudos de campo e interessantes reflexões interdisciplinares, João Ivo ajuda a preencher a lacuna que ele mesmo aponta em seu texto, qual seja, produzir em moldes acadêmicos a história do tempo presente sobre os espaços de sua eleição e os agentes que neles atuam, quase sempre ocultados pelas análises afastadas do chão mais sólido da história vivida.

Uma das características essenciais da atuação da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, patrocinadora desta valiosa publicação, é a abrangência espacial de suas atividades de pesquisa, ensino e extensão, algo raro – para não dizer inexistente – nas instituições acadêmicas nacionais, como mostra o capítulo “*Uma universidade na fronteira oeste do Brasil: experiências de inclusão social na UNEMAT*”, de Iraci Aguiar Medeiros e Leda Gitahy. Nele, as autoras destacam duas dessas ações, ambas em direta articulação com movimentos e demandas sociais relacionadas a problemas centrais da sociedade brasileira contemporânea: o Projeto de Formação de Professores Indígenas - 3º Grau Indígena e o Curso de Agronomia para os Movimentos Sociais do Campo “*Uma universidade na fronteira oeste do Brasil: experiências de inclusão social na UNEMAT*”. Iniciado em 2001, o Projeto 3º Grau Indígena promove a formação superior de professores indígenas de diversas etnias localizadas em Mato Grosso e em outros estados brasileiros, nas áreas de Línguas, Artes e Literatura, Ciências Matemáticas e da Natureza, Ciências Sociais e Pedagogia Intercultural. O curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo foi aberto em 2005, com 67 alunos dos movimentos sociais do campo dos Estados de RO, GO, MT, MS, MG, PR e DF, tem ênfase em Agroecologia e Sócio-Economia Solidária, e vem sendo realizado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, a Comissão Pastoral da Terra – CPT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Com este estudo, bastante oportuno, fecha-se o livro que agora se oferece à leitura. Mais do que um empreendimento solene para celebrar o passado, a coletânea *História e fronteira* é um convite à reflexão historiadora, que tem em mira o presente e os desafios que ele apresenta, muitos dos quais com raízes que ainda se nutrem dos antigos conflitos sobre os quais forjaram-se, ao longo de séculos, os alicerces da sociedade

brasileira. Enfim, para que a história que se vive seja outra, é preciso que seja diversa aquela que se conta, de preferência pondo em cena, como aqui se fez, as personagens, em sua maioria anônimas, que trabalharam e ainda trabalham na invenção sempre inacabada do Brasil.

### **Referência**

VEYNE. Paul, **Como se escreve a história**, Tradução: António José da Silva Moreira. Lisboa:Edições70, 1983.

Paulo Miceli

## ANOTAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA CONQUISTA DO SERTÃO

Paulo Miceli<sup>1</sup>

Na literatura histórica, a passagem do tempo tende a consolidar o que tem valor para além dos modismos, animados pelo vaivém dos elogios de mão dupla, trocados entre os pares ou inspirados pela efêmera e vazia vaidade acadêmica. Capistrano de Abreu é exemplo dessa *longa duração* preservadora do talento, pois seu livro *Capítulos de história colonial*, mais de um século depois de editado, mantém a capacidade sedutora que apenas os bons textos são capazes de conservar.

Sem aprofundar as raízes de sua biografia, aliás bastante conhecida, convém lembrar que seu “batismo” historiográfico começou a ser preparado quando Capistrano se transferiu do Ceará para o Rio de Janeiro. Inicialmente acolhido na Livraria Garnier, ao que se sabe graças a uma carta de recomendação de José de Alencar, o futuro historiador deu aulas de francês e inglês no Colégio Aquino e passou a colaborar com a *Gazeta de Notícias*, escrevendo pequenos artigos de crítica literária e história. Em 1879, foi aprovado em concurso para trabalhar na Biblioteca Nacional, criando-se, a partir de então, as condições para que pudesse se entregar à paixão pelos livros raros e os velhos documentos integrados ao valioso acervo da instituição.

Em 1883, sempre por concurso, passou a responder pela cadeira de professor de corografia e história do Brasil do Imperial Colégio D. Pedro II, até então ocupada por Gonçalves Dias. Ficou no Colégio até 1899 e foi durante esse período que Capistrano desenvolveu sua tese *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, fundamental para a redação do livro *Capítulos de História Colonial*, cuja primeira edição data de 1907. O trabalho lhe fora encomendado pelo Centro Industrial do Brasil para integrar o livro *Brasil suas riquezas naturais suas industriais*. Da edição, fez-se uma separata de 200 exemplares (ABREU, 1907), um dos quais pertenceu à biblioteca particular do grande bibliófilo José Mindlin, hoje incorporada à Universidade de São Paulo.

A urgência do Centro em fazer a edição não permitiu ao autor fazer a revisão de sua obra e, principalmente, indicar fontes e trechos transcritos de documentos, para desespero de Capistrano, um dos mais legítimos e criativos representantes da escola Metódica francesa no Brasil. Vale lembrar que não foram poucas as críticas do autor dos *Capítulos* aos historiadores pouco preocupados com os rigores metodológicos, o que atingiu o próprio Varnhagen, uma espécie de *numen tutelar* do IHGB. Há até quem diga que Capistrano não se alegrou muito com a “paternidade”, chegando a propor a imediata reedição da obra, quando incluiria as notas e referências bibliográficas ausentes da primeira publicação. Essa revisão acabou não ocorrendo, ficando os acertos à espera do trabalho póstumo da Sociedade Capistrano de Abreu, criada por amigos e admiradores. O resultado, contudo, não foi afetado pela pressa na produção, pois “*Capítulos de História Colonial* foi um dos grandes livros da historiografia brasileira. Foi o primeiro grande sobre a colônia, só sendo superado como o maior em 1942, com

---

<sup>1</sup> Paulo Miceli é professor livre-docente em História Moderna pela Universidade Estadual de Campinas e coordenador do *Mare Liberum – Centro de Estudos e Referências em Cartografia Histórica*, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

o lançamento de *Formação do Brasil Contemporâneo*, por Caio Prado Júnior” (IGLESIAS, 2000, p. 117-125).

Do grande painel historiográfico construído por Capistrano de Abreu interessa-nos, aqui, o parágrafo-síntese com que abre o 11º capítulo: “O sertão”. Exemplo da bela narrativa do historiador cearense, seu foco é uma comparação com a guerra entre Portugal e Holanda, travada na região nordeste da colônia ibérica no século XVII, esta, sim, com lugar assegurado na historiografia, que acabou lhe atribuindo certo caráter protonacionalista, presente, por exemplo, no livro que Varnhagen dedicou ao tema, em 1872 (VARNHAGEN, 1872), e logo incorporado ao senso comum historiográfico patrocinado pelos livros didáticos, onde aparece sob o título “*A invasão holandesa*”. Pois bem, para Capistrano:

A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo. (ABREU, 1907, p. 99)

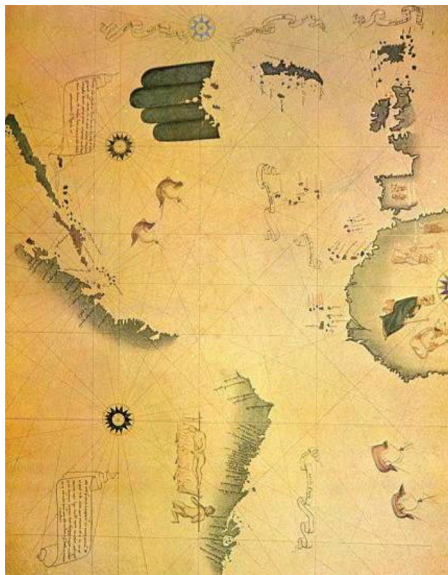
É importante destacar que a conquista do sertão implicava um avanço rumo ao desconhecido, no mais das vezes representado como lugar ameaçador, habitado por pessoas que se alimentavam de carne humana, exibiam nudez sem pudor e viviam sem respeitar as leis civilizadoras da religião e da política. Enfim, como escreveu o jesuíta Manoel da Nóbrega, os índios eram “cães, em se comerem e matarem e [...] porcos, por vícios”.

O jesuíta Azpilcueta Navarro, na carta mandada da Bahia para Coimbra, em 28 de março de 1550, apresenta curiosa versão da antropofagia, que deve ter causado grande espanto entre os padres da Companhia: “quando fui visitar uma Aldeia daquelas em que ensino [...], entrando na segunda casa, achei uma panela semelhante a um tacho, na qual cozinhavam carne humana, e quando cheguei [vi] braços, pés e cabeças de homens, que era coisa espantosa de se ver”.

Essas representações remontam aos anos iniciais da colonização e foram construídas com o apoio de relatos e cartas de viajantes leigos e religiosos, reforçando a visão nada edênica de uma *Brasilia Barbarorum* – a terra dos bárbaros que havia no interior do continente.

No mapa manuscrito conhecido como *Planisfério Kunstmann II*, datado entre 1503-1504, a uma orla mais bem delineada, corresponde um interior da terra preenchido com a imagem de um índio que é assado por outro em uma espécie de espeto de churrascaria.

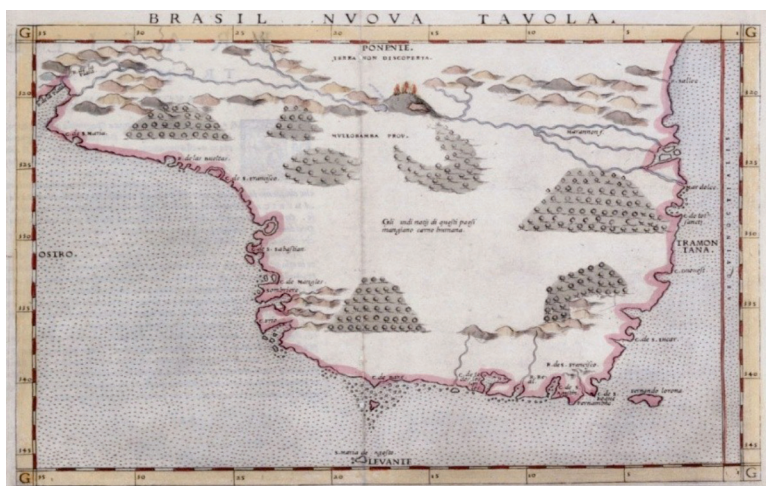
Mapa 1 – Planisfério Kunstmann II, 1503-1504



Fonte: MICELI, Paulo. *O desenho do Brasil no teatro do mundo*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2012, p. 220

O mapa *Brasil Nuova Tavola*, outro exemplo, foi incluído pelo veneziano Girolamo Ruscelli (c.1504-1566) em sua *Geografia*, de Ptolomeu, editada em 1561. Com uma toponímia extremamente pobre, se considerados os conhecimentos já acumulados sobre a costa brasileira ao tempo de sua execução, o cartógrafo inscreveu uma advertência sobre os habitantes da terra que dispensa tradução: *Gli indi natij di questi paesi mangiano carne humana*.

Mapa 2 – Brasil Nuova Tavola, Girolamo Ruscelli, 1561



Fonte: MICELI, Paulo. *O desenho do Brasil no teatro do mundo*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2012, p. 210-211.



Mapa 3 – *Brasilia*, Petrus Kaerius, 1614.

Fonte: MICELI, Paulo. *O desenho do Brasil no teatro do mundo*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2012, p. 222-223

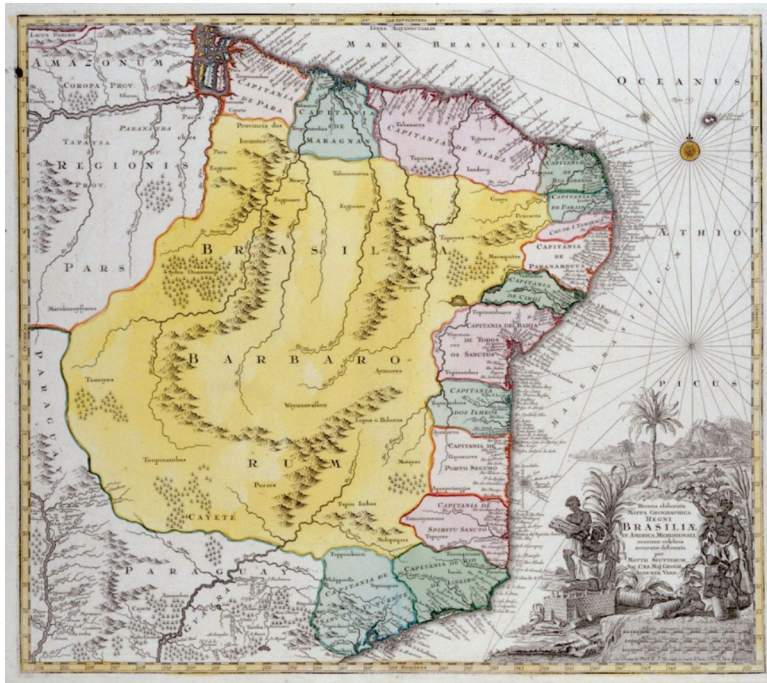
Os exemplos se sucedem por todos os países europeus onde a arte cartográfica se desenvolveu, praticamente cristalizando uma representação que atravessou os séculos. O mapa de Petrus Kaerius, *Brasilia*, impresso em Amsterdã em 1614, também reforça e promove essa representação do Brasil, mostrando um interior caracterizado, exclusivamente, pela violência.

Em outros casos, a antropofagia cotidiana era denunciada já na abertura dos *Atlas*, como aparece no famoso trabalho de Joannes Van Keulen, extraído da edição francesa de 1680. Na introdução, o leitor encontrava a seguinte descrição dos habitantes do Brasil: “são em sua maior parte cruéis, e devoram homens. Homens e mulheres andam inteiramente nus [...]. Eles não conhecem nem polícia, nem religião; e não cultuam quaisquer deuses celestes, nem terrestres, mas acreditam na imortalidade das almas. Eles fazem continuamente a guerra entre eles mesmos [...]. Eles engordam [...], como fazemos com os porcos, os seus inimigos vencidos e aprisionados, que eles enfim matam e assam sobre grelhas de madeira e os devoram com grandes cerimônias” (KEULEN, 1680, p. 7). Para se ter ideia da importância do *Atlas* holandês de Van Keulen, vale lembrar que ele teve nove edições, em apenas cinco anos, a partir de 1680-81, inclusive em francês e inglês.

Para não alongar, excessivamente, os exemplos, recorreremos a um mapa de meados do século XVIII. Nele, seu autor, o alemão George Matthäus Seutter – *Geógrafo Imperial* de Carlos VI –, apresenta uma ultrapassada representação dos sítios mais próximos do litoral, abrindo-se para um imenso interior, denominado pelo cartógrafo de *Brasilia Barbarorum*, a ameaçadora terra dos bárbaros, apesar dos índios de feição helenizada que aparecem à volta do cartucho, no canto inferior direito do mapa. Assim, enquanto o contorno da costa brasileira ia sendo incorporando ao conhecimento

cartográfico europeu, no interior da terra confundiam-se as fronteiras de uma dilatada, profunda e atraente dimensão territorial, repleta de ameaças e desafios. Mas, eram aqueles confins, apenas entremostrados, que prometiam imensas riquezas, atijando a cobiça dos europeus e seus descendentes.

Mapa 4 – Recens Elaborata Mappa Geographica Regni Brasiliae in America Meridionali, George Matthäus Seutter, 1740



Fonte: MICELI, Paulo. *O desenho do Brasil no teatro do mundo*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2012, p. 217.

O povoamento do sertão e o conseqüente alargamento das fronteiras da Colônia, como se sabe, foram promovidos pela ação dos bandeirantes, implacáveis e violentos caçadores de índios, saídos principalmente de São Paulo. O texto de Capistrano que vimos acompanhando permite visualizá-los em seu avanço para o interior da terra:

Compunha-se a carga de pólvora, bala, machados e outras ferramentas, cordas para amarrar os cativos, às vezes sementes, às vezes sal e mantimentos. Poucos mantimentos. Costumavam partir de madrugada, pousavam antes de entardecer, o resto do dia passavam caçando, pescando, procurando mel silvestre, extraíndo palmito, colhendo frutos; as pobres roças dos índios forneciam-lhes os suplementos necessários, e destruí-las era um dos meios mais próprios para sujeitar os donos. Se encontravam algum rio e prestava para a navegação, improvisavam canoas ligeiras, fáceis de varar nos saltos, aliviar nos baixios ou conduzir à sirga. Por terra aproveitavam as trilhas dos índios; em falta delas seguiam córregos e riachos, passando de uma para outra banda conforme lhes *convinha*, e ainda hoje lembram as denominações de Passa-Dois, Passa-Dez, Passa-Vinte, Passa-Trinta; balizavam-se pelas alturas, em busca de gargantas, evitavam naturalmente as matas, e de preferência caminhavam pelos espigões.

Alguns ficaram tanto tempo no sertão que “volviendo a sus casas hallaron hijos nuevos, de los que teniendolos ya a ellos por muertos, se habian casado com sus mujeres, llevando tambien ellos los hijos que habian engedrado en los montes”, informa-nos Montoya. (ABREU, 1907, p. 100-101)

Desenhava-se, assim, na terra firme da história, longe das oficinas dos cosmógrafos, o mapa em constante ampliação da grande Colônia. Ao mesmo tempo – é fundamental lembrar – esse violento encontro das populações implicava a transformação étnico-cultural de vastíssimos territórios do País em formação:

À parte geográfica das expedições corresponde mais ou menos o seguinte esquema: os bandeirantes deixando o Tietê alcançaram o Paraíba do Sul pela garganta de São Miguel, desceram-no até Guapacaré, atual Lorena, e dali passaram a Mantiqueira, aproximadamente por onde hoje transpõe a E. F. Rio e Minas. Viajando em rumo de Jundiá e Mogi, deixaram à esquerda o salto do Urubupungá, chegaram pelo Paranaíba a Goiás. De Sorocaba partia a linha de penetração que levava ao trecho superior dos afluentes orientais do Paraná e do Uruguai. Pelos rios que desembocam entre os saltos do Urubupungá e Guaiará, transferiram-se da bacia do Paraná para a do Paraguai, chegaram a Cuiabá e a Mato-Grosso. Com o tempo a linha do Paraíba ligou o planalto do Paraná ao do S. Francisco e do Parnaíba, as de Goiás e Mato-Grosso ligaram o planalto amazônico ao rio-mar pelo Madeira, pelo Tapajós e pelo Tocantins. (ABREU, 1907, p. 101)

O cenário que os bandeirantes deixavam à sua passagem já foi esboçado quando Capistrano se referiu ao saque às suas pequenas roça, mas seu texto parece retumbar ao descrever os ataques às missões jesuíticas. É nesse passo que o grande historiador põe em questão o ufanismo com que se adjetivava – em nome da expansão territorial – a marcha genocida dos bandeirantes pelos caminhos do sertão.

Para melhor contextualizar a interpretação de Capistrano de Abreu sobre a conquista do sertão, é interessante colocá-la ao lado do desenho que nos apresentou Varnhagen. Depois de alinhar adjetivos nada lisonjeiros aos indígenas, o autor de *História geral do Brasil* considera-os uma *desgraçada gente* que não merecia a posse e o uso de *tão belo solo*:

A pintura que fizemos dessas gentes, que mais ou menos errantes desfrutavam, sem os benefícios da paz nem da cultura do espírito, do fértil e formoso solo do Brasil, — antes que outras mais civilizadas as viessem a substituir, conquistando -as e cruzando-se com elas, e com outras trazidas d'além dos mares pela cobiça, essa pintura, dizemos, bem pouco lisonjeira é na verdade. À vista do esboço que traçamos, sem nada carregar as cores, não sabemos como haja ainda poetas, e até filósofos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem; quando nesse estado, sem o auxilio mutuo da sociedade, e sem a terra se cultivar suficientemente, há sempre, numa ou outra época, privações e fome; e esta última aos mais civilizados converte em canibais, como nos provam as historias de tantos sítios e naufrágios. Desgraçadamente o estudo profundo da barbárie humana, em todos os países, prova que, sem os vínculos das leis e da religião, o triste mortal

propende tanto á ferocidade, que quase se metamorfoseia em fera. (VARNHAGEN, 1877, p. 52) <sup>2</sup>

Para o mesmo historiador, os indígenas eram verdadeiros obstáculos à superação dos limites litorâneos do Brasil rumo ao interior do continente. Não eram e nem poderiam ser, em suma, aliados no processo de colonização do Brasil, o qual, em última instância, dependia de sua exclusão, fosse pela força das armas, fosse pelo seu extermínio físico e cultural – tarefas competentemente desempenhadas pelos bandeirantes:

Em 1857, [Varnhagen] publicava o 2º volume da *História Geral*, precedendo-o da dissertação: “Os Índios perante a nacionalidade brasileira”, ante-

2 Curiosamente, a despeito de Varnhagen estender aos negros julgamento semelhante àquele emitido em desfavor dos índios, mais de cem anos depois do lançamento da primeira edição da *História geral do Brasil* (1854), o visconde de Porto Seguro apareceu homenageado, em 1969, por um samba enredo da escola Mocidade Independente de Padre Miguel (RJ), que alcançou um insignificante 7º lugar do grupo especial. *Curiosamente*, repetimos, por ser o carnaval uma festa de caráter essencialmente afrodescendente, depois que o chamado “zé-povinho”, como eram caracterizados os negros e pobres, vencessem preconceitos e decretos oficiais que visavam ao enquadramento do carnaval brasileiro em modelos europeus, com o que se pretendia mascarar o racismo sob o argumento de que era preciso *civilizar* o entrudo. A despeito disso, da região do porto do Rio – a Pequena África – os ranchos foram conquistando seu espaço como principal festa popular do Brasil, causando estranhamento o louvor a Varnhagen. Eis o samba “*Vida e Glória de Francisco Adolfo de Varnhagen*”:

São Paulo  
Terra dos bandeirantes  
Torrão natal  
De um artista tão brilhante  
Francisco Adolfo de Varnhagem  
Ilustre personagem  
Este vulto imortal  
Exaltamos neste carnaval  
Glória  
Ao eminente historiador  
Assim cantamos  
Em seu louvor ... Ô ô ô ô ô ô ô ô  
Apresentamos  
Nesta passarela  
Esta história tão bela  
De Visconde de Porto Seguro  
Este gênio do passado  
Foi honrado e agraciado  
Com justas distinções  
Por outras grandes nações  
Obras literárias  
Deste notável escritor  
São lidas até hoje  
Mostrando seu real valor  
Existe no Largo da Glória  
O busto deste grande brasileiro  
Embelezando ainda mais  
O cenário do Rio de Janeiro

riormente lida em duas sessões da Academia de História de Madrid. Nesse trabalho faz solene profissão de fé contrária à teoria do patriotismo caboclo, e, discutindo várias proposições atinentes ao tema, termina por concluir que “os Índios não eram donos do Brasil, nem lhes era aplicável, como selvagens, o nome de Brasileiros; não podiam civilizar-se sem a presença da força, da qual não se abusou tanto como se assoalha; e finalmente de modo algum podiam eles ser tomados para nossos guias no presente e no passado em sentimentos de patriotismo ou em representações da nacionalidade. (RIBEIRO, 2009, p. 108)

Capistrano de Abreu, entretanto – sem fazer menção explícita à polêmica e sempre criticada posição de Varnhagen a respeito da necessidade de submeter pela força os índios, o que acabaria tornando legítima a guerra desigual que foi responsável por um dos maiores genocídios da história – abraçou julgamento diverso, apresentado sob a forma de aporia:

Visto pelo inimigo o valor dos cercados e que os mortos seus eram muitos, determinou queimar a igreja, aonde se acolhera a gente. Por três vezes tocaram-lhe fogo que foi apagado, mas à quarta começou a palha a arder, e os refugiados viram-se obrigados a sair. Abriram um postigo e saindo por ele a modo de rebanho de ovelhas que sai do curral para o pasto, com espadas, Omachetes e alfanjes lhes derribavam cabeças, truncavam braços, desjarretavam pernas, atravessaram corpos. Provavam os aços de seus alfanjes em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar-lhes os membros. Compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas? (ABREU, 1907, p. 103-104)

### Em busca do ouro...

As referências à “sede de ouro” são abundantes na historiografia sobre o período colonial, provindo das igualmente recorrentes informações das fontes que, desde Quinhentos, informavam os historiadores.

A riqueza do vasto território parecia esconder-se, preferencialmente, no interior da terra, vislumbrado apenas em escassas imagens literárias e cartográficas, estas produzidas em escala de medições impossíveis e sítios que pareciam se dilatar a cada avanço. A conquista do sertão mostrava-se repleta de desafios e entraves, constituindo a *desgraçada gente*, referida por Varnhagen, o principal deles. Assim, na lógica elementar da vasta empresa conquistadora, do que se tratava era eliminar o *obstáculo* e atribuir-se “a posse e o uso de *tão belo solo*”.

Sobre o rio da Prata, por exemplo, Sebastião Caboto destacou em seu mapa de 1544 que era imensa a fertilidade da terra das cercanias daquele que considerava ser o maior rio do mundo: ali “semeamos no mês de setembro 52 grãos de trigo, logo no mês de setembro se colheu cinquenta e dois mil grãos. [...] Os que naquela terra vivem, dizem que não longe dali há umas grandes serras, de onde tiram infinitíssimo ouro e que mais adiante, nas mesmas serras, tiram infinita prata”. (MICELI, 2012, p.209)

Essas promessas de riqueza fácil, no mais das vezes, acabavam duramente des-

mentidas ou cobravam preço alto dos conquistadores, mas serviriam, perfeitamente, para alimentar uma debate epistemológico sobre o par história–cobiça, já que foram elas o principal motor que pôs em marcha, ao longo dos séculos, a onda avassaladora dos europeus e seus descendentes nos rumos do sertão. Entretanto, depois de um longa espera, foi apenas quase dois séculos depois de Caboto, que o ouro surgiu – por acaso – no caminho dos bandeirantes que caçavam índios no Mato Grosso:

Sem serem procuradas apareceram as minas de Cuiabá. Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros andavam à cata de índios quando encontraram os primeiros grãos de ouro em 1719, em tamanha abundância que extraía-se com as mãos e paus pontudos; tirava-se ouro da terra como nata de leite, na expressão pitoresca de Eschwege. Os bandeirantes viraram mineiros sem pensar e sem querer. A experiência das desordens das minas gerais foi aproveitada, e não houve aqui as terríveis desordens que fizeram tristemente célebre o rio das Mortes.

As notícias desta facilidade única de minerar, levadas ao povoado, agitaram a população, e levemente se lançou à terrível jornada que começava no Tietê próximo do Itu, prosseguia pelo Paraná até junto das Sete Quedas, varava para as águas do Mbotetê até sua barra no Paraguai e subindo por este procurava o São Lourenço e o Cuiabá. Muitos naufragaram; morreram outros de inanição ou devorados pelas feras; dos escapos à morte muitos perderam nos saltos e corredeiras as fazendas com que pretendiam negociar; as fazendas salvas chegavam podres a seu destino, porque não toldavam as canoas. E depois de tantos perigos encontravam a mais negra miséria em Cuiabá. (ABREU, 1907, p. 141)

Documentos e testemunhos de época forneceram a Capistrano expressivas informações para descrever o “horror da situação” que aguardava os caçadores de ouro no Mato Grosso. Faltavam ferramentas e alimentos, andando todos com “pernas e barrigas inchadas e cores de defuntos”, apeteendo-os “comer terra e muitos o faziam”. Quanto às lavouras, “o milho, antes de brotado, era comido pelos ratos; depois de nascido caíam-lhe em cima os gafanhotos; se espigava, o sabugo saía sem grãos; o que granava tinha de ser colhido verde para os pássaros o não comerem. As ratazanas eram tantas que um casal de gatos foi vendido por uma libra de ouro, e os filhotes a vinte e trinta oitavas. (ABREU, 1907, p. 141-142)

Na década seguinte, a situação começou a melhorar muito lentamente. Em 1725, as navegações atingiram os rios Pardo, Coxim e Taquari, facilitando as viagens. Em 1728 chegou a cana, vindo depois as moendas, os alambiques e um produto de largo consumo, a aguardente. Os homens readquiriram cores de vivos, diminuindo, ainda, “a mortandade de escravos que até aí se experimentava enterrando-se cada dia aos montões”:

Até então a gente se concentrava nas cercanias de Cuiabá. Em 1734 transpuseram a serra e na região dos Parecis afloraram novas minas. Grandes florestas encontradas ali são a origem do nome de Mato Grosso. Em 1736 descobriu-se caminho por terra de Cuiabá ao Paraguai, e pelas águas do Guaporé a mineração foi se estendendo. Aquele ponto mais remoto ainda do que Cuiabá sofreu iguais misérias; despertou, porém, risonhas esperanças conhecer-se a existência de aldeias de jesuítas espanhóis a distâncias relativamente pequenas. Os primeiros que foram às reduções

encontraram bom acolhimento e obtiveram algum gado. Brotou a idéia entabular comércio e logo outros aventureiros realizaram mais de uma expedição sem o fruto apetecido, porque ordens restritas vedaram quaisquer transações com os portugueses. Nas reduções encontraram notícia de estarem na bacia do Madeira. (ABREU, 1907, p. 142)

A criação da capitania independente de Mato Grosso, seguida pelo estabelecimento da capitania subordinada do Rio Negro, logo após a assinatura do tratado de Madri (1750), trouxe vantagens para Portugal em relação à Espanha. A partir de Vila Bela, ficou claro que o problema do controle territorial bipartia-se, exigindo, ao mesmo tempo, a absorção da navegação do Madeira e a paralisação das hostilidades das vizinhas aldeias dos Mojos e dos Chiquitos, o que forçou o conde de Azambuja a passar além dos Xaraiés, “até onde o Paraguai não transborda do leito, limitando assim as possibilidades dos ataques e surpresas, garantindo ao mesmo tempo a navegação de São Paulo”, segundo palavras de Capistrano de Abreu (1907, p. 190).

Em Mato Grosso, assim como aconteceu no rio Negro, houve pequenos conflitos sem importância, dos quais os espanhóis não se saíram bem, o que permitiu aos portugueses prosseguir na sua maneira original de entender e aplicar o *uti possidetis*.

Enquanto isso, “para azar dos antigos habitantes da terra, os caranguejos referidos por Frei Vicente do Salvador apressaram seu avanço rumo ao interior, construindo, com armas de fogo, flechas, remos e crucifixos, o mapa do Brasil que os cartógrafos europeus reproduziriam em seus desenhos”. (MICELI, 2012, p. 209)

## Xaraiés

No interior daquelas terras, sempre referidas pela complexa trama da tradição oral, impressa em livros, relatos e mapas, havia uma imena lagoa, em busca da qual partiram numerosas expedições. Chamada lagoa *Paraupava* (*Paraupaba*, *Paraipava* ou *Paraupeba*), era também conhecida pelos nomes de *Vupubaçu*, *Eupana*, *Dourado*, *Lagoa do Ouro*, *Lagoa Grande*, *Laguna del Paytiti* – ou *Xaraiés*:

Para os paulistas, dedicados à caça ao índio e aos tesouros da terra, era nessa lagoa – o Pantanal – que nasciam o rio Paraguai, que daí faria sua ligação com a bacia do Prata, e um outro rio sem nome, chamado pelos bandeirantes de *Paraupava*, que ligava o grande lago à foz do Amazonas. Além destes, dela também brotaria o rio São Francisco. Para chegar a Xaraiés, os bandeirantes de São Paulo valiam-se da localização privilegiada da vila, posta no meio do ângulo formado pelos rios São Francisco e Paraguai, em cujo vértice ficava a lagoa. Assim, talvez para evitar conflitos maiores com os castelhanos, uma vez que o rio Paraguai adentrava território *espanhol*, os paulistas optaram por demandar a lagoa seguindo pelo São Francisco.<sup>3</sup> (MICELI, 2012, p. 225)

Com o desenvolvimento da navegação do rio São Francisco, desmentiu-se a suposição de que ele nascia em “um lago muito grande que está no íntimo da terra,

<sup>3</sup> Na segunda metade do século XVII, o reconhecimento do rio Paraguai também animou os padres da Companhia de Jesus, preocupados em conseguir comunicação entre suas missões paraguaias e as erguidas em Chiquitos.

onde afirmam que há muitas povoações cujos moradores (segundo fama) possuem grandes haveres de ouro e pedrarias”, como registrou Gandavo, em sua *História da província de Santa Cruz*, uma ideia imediatamente incorporada por muitos autores contemporâneos e posteriores ao escritor quinhentista.

Durante séculos, contudo, a lagoa de Xaraiés parecia afastar-se dos conquistadores atraídos por sua imagem fantástica:

[...] foi um *lugar escondido*, inicialmente porque a sua imagem de riquezas fabulosas o colocava como objeto de cobiça, disputado por espanhóis e portugueses. Depois, a descoberta das riquezas andinas e a iupantaneira, afasta-o do contexto de interesse do colonizador espanhol. As bandeiras paulistas e o ouro cuiabano, mesmo transformando-o em caminho fluvial, procuram também mantê-lo em segredo, por ser um território conquistado, o que vale dizer, litigioso.” (COSTA, 1999, p. 31)

Esse duradouro ocultamento, segundo Maria de Fátima Costa, fez com que Xaraiés figurasse na imaginário de uma geografia fantástica, até pelo menos a segunda metade do século XVIII:

*Lugar escondido*, entretanto, não corresponde a uma espécie de imaterialidade, já que no rio Paraguai demoravam-se os olhares dos conquistadores, desde o século XVI, ansiosos por seguir-lhe o curso e alcançar, assim, as riquezas prometidas à flor da terra. Assim fizeram Domingo de Irala, em 1542, e Cabeza de Vaca (1543) – este, animado pela convicção de encontrar sua montanha de prata. Nenhum deles, ao que se sabe, ultrapassou as fronteiras mais imediatas de Xaraiés (Porto dos Reis), para atingir o curso superior do Paraguai – extremamente favorável à navegação. A sorte de Cabeza de Vaca é conhecida, restando-lhe ser recolhido, preso, à Europa, vendo dissolver-se sua riquíssima miragem prateada, não sem antes descrever, como pôde, a paisagem da fantástica geografia que as águas desenhavam à sua frente<sup>4</sup>. (MICELI, 2012, p. 225)

Para o historiador português Jaime Cortesão, a circulação dos relatos de Domingo de Irala e Cabeza de Vaca – o último bastante aproveitado e ampliado, por conta da imaginação de Herrera – acabou desencadeando intenso movimento à busca da grande e rica lagoa: “daí por diante e durante o século XVI os espanhóis realizaram várias expedições à busca desse lago, ao qual chamavam *Dorado* e mais tarde *Laguna del Paytiti*” (CORTESÃO, 1958, p. 36). Cortesão referiu-se, ainda, a dados anteriores sobre Xaraiés, o mais antigo extraído das *Voyages aventureux*, escrito em 1528 pelo cosmógrafo e piloto João Afonso, então a serviço da França.<sup>5</sup> Neste livro, editado em 1559, João Afonso afirmou que os rios Amazonas e Prata (Paraguai) nasciam em um

4 As descrições de Cabeza de Vaca teriam servido a Antonio de Herrera, para a inclusão da Laguna de los Xarayes em sua *Historia general de los hechos castellanos em las islas y tierra-firme del mar oceano* (1601-1615), e teria sido este autor o primeiro a representar Xaraiés como lagoa. (Cf. COSTA, 1999, p. 137).

5 É controvertida a nacionalidade de João Afonso, muitas vezes apresentado como de origem portuguesa. Souza Viterbo, entretanto, ao tratar da questão, que, entre outros, envolveu Varnhagen, em verbete denominado “João Afonso (Francez)”, aduziu documentação que indica a nacionalidade francesa do piloto. (Cf. VITERBO, [1988], p. 52-54)



lago existente no interior do Brasil.

Gandavo, contudo, não fez menção à lagoa em seu *Tratado da terra do Brasil*. No capítulo final da *História da província de Santa Cruz*<sup>6</sup> (“Das grandes riquezas que se esperam da terra do sertão”), entretanto, o autor fez referência a informações recebidas dos índios – que “falam em diversas partes per huma boca” – para afirmar que:

he publica fama entre elles que há uma lagoa mui grande no interior da terra donde procede o Rio de Sam Francisco [...] dentro da qual dizem haver algumas ilhas e nellas edificadas muitas povoações, e outras orredor della mui grandes onde também há muito ouro, e mais quantidade, segundo se afirma, que em nenhuma outra parte desta Provincia. Também pela terra dentro nam muito longe do Rio da Prata descobriram os Castelhanos huma mina de metal da qual se tem levado ouro ao Peru e de cada quintal delle dizem que se tirou quinhentos e setenta cruzados e de outro trezentos e tantos: o de mais que della se tira he cobre infinito. (GANDAVO, 1980, p. 145)

No que se refere à cartografia, o primeiro mapa português conhecido a representar Xaraiés foi desenhado, em 1559, por André Homem, vindo em seguida uma carta de Bartolomeu Velho (1561), onde a lagoa figura com o nome de *Eupana*. A partir daí, ela aparece em incontáveis trabalhos de cartógrafos de Portugal, Holanda, Itália, França, entre outros, sendo disseminada graças à abundante produção de mapas e *Atlas* impressos na Europa, especialmente em Antuérpia e, depois, em Amsterdã.

Após essas referências iniciais,

[...] a representação da grande lagoa interior avança para os séculos seguintes, integrando praticamente toda a produção cartográfica européia sobre o Brasil [...]. O jesuíta alemão Athanasius Kircher (1602-1680)<sup>7</sup>, ao tentar traçar o funcionamento das correntes que envolviam o Novo Mundo, não deixou de representar a grande lagoa, embora o destaque no mapa tenha ficado com um gigantesco lago, ligado aos rios do continente, o que pode corresponder ao Titicaca, no Peru. (MICELI, 2012, P. 227)

6 Impressa em Lisboa, logo depois de escrita, em 1576.

7 Exemplo de polímata do Renascimento, Kircher estudou e escreveu livros sobre os mais variados assuntos, como filologia, linguística, arqueologia, geologia, ótica, música, acústica, além de um curioso estudo sobre a construção da arca de Noé, dedicando-se intensamente à investigação das descobertas científicas de seu tempo, sendo de sua responsabilidade, por exemplo, a primeira descrição da lanterna mágica, precursora do cinema contemporâneo. Suas investigações sobre o funcionamento das correntes foram aprofundadas no livro *China Monumentalis* (Amsterdã, 1665), um repositório de informações acumuladas pelos jesuítas sobre a China, especialmente relativos aos costumes de seus habitantes, estrutura administrativa, economia, ciências, flora e fauna.

Mapa 5 – Mappa Fluxus et Refluxu Rationes in Isthmo America no Fretto Magellanico, Caeteris que Ameriae Littoribus exhibens, Athanasius Kircher. 1660



Fonte: MICELI, Paulo. *O desenho do Brasil no teatro do mundo*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2012, p. 226

O principal resultado desse rumo às terras interiores, fez com que os contornos de Xaraiés, apesar da mobilidade constante de suas fronteiras aquáticas, acabassem saindo das páginas da geografia fantástica para assumir formas mais precisas. Os índios Xarayes, acredita-se, conheciam o metal e eram senhores de terras de grande fartura. Contatados pela primeira vez, ao que se sabe, por Domingo de Irala, em 1597, acabaram dominados por Hernando de Loma Portocarrero, que tomou posse do lugar, em nome do rei da Espanha – “e Xarayes foi deixando de ser povo para virar topônimo”.

### Referências

ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Separata de “Brasil suas riquezas naturais suas industrias”, Rio de Janeiro: Centro Industrial do Brasil. M. Orosco, 1907. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: <http://www.brasiliana.usp.br>. Acesso: 24 de março de 2014.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente – o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade; Livraria Kosmos, 1999.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da província de Santa Cruz*. São Paulo: Itatiaia; EdUSP, 1980.

IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

MICELI, Paulo. *O desenho do Brasil no teatro do mundo*. Campinas: EdUnicamp, 2012.

RIBEIRO, Renilson Rosa. *Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da idéia de Brasil Colônia no Brasil Império*. Tese (Doutoramento em História Cultural) – Departamento de História/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brazil* [...] volume 1. 2. ed., Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1877.

\_\_\_\_\_. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. Lisboa : Typografia de Castro, 1872.

VITERBO, Francisco Marques de Souza. *Trabalhos náuticos dos portugueses - séculos XVI e XVII*, Reprodução em fâc-símile da edição de 1898. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1988.

## FRONTEIRAS TRANSCULTURAIS: MISSIONÁRIOS JESUÍTAS E GUERREIROS GUARANIS.

Arno Alvarez Kern<sup>8</sup>

### 1- Introdução

A ocupação gradual dos territórios do Brasil meridional foi feita muito tempo depois da passagem dos «conquistadores» em busca do Eldorado, pois o povoamento somente se efetivou com a fundação de aldeias e cidades. Nesta imensa área, nas fronteiras entre os mundos dos indígenas guaranis, dos lusos e dos espanhóis, os missionários da Companhia de Jesus destacaram-se como fundadores de povoados. Nesta nova realidade histórica colonial se mesclaram características sociais oriundas das tradições ameríndias e europeias, numa síntese nova, em contínua transformação. As pesquisas em andamento nos permitem perceber a complexidade sociocultural desta transculturação existente nestes povoados coloniais<sup>9</sup>. Guerreiros guaranis e missionários jesuítas tiveram encontros e desencontros enquanto discutiam, a partir das práticas sociais indígenas e à luz do cristianismo, as novas formas que assumiriam as realidades sociais da nova sociedade colonial.

O cotidiano dos hábitos familiares e das relações sexuais e amorosas, característico do tradicional modo de ser guarani (*nhande reko*), mantido tradicionalmente no *teko hã* (lugar onde se vive, espaço ocupado pela aldeia e pelo entorno de roças e florestas), chocaram muitas vezes os missionários e evidenciaram a diversidade cultural destes contatos culturais interétnicos. Muito das tensões e dos desencontros entre os missionários e guaranis tiveram como ponto de partida as profundas divergências quanto às formas de ver o corpo desnudo, a sexualidade e os hábitos familiares. O objetivo deste artigo é a compreensão e a interpretação das múltiplas e complexas relações que se estabeleceram entre jesuítas e indígenas guaranis, neste contexto cultural colonial específico do Brasil meridional e do Rio da Prata. Para tanto, utilizaremos um dos mais interessantes documentos históricos deste período, a “*Conquista Espiritual*” de Antonio Ruiz de Montoya. A principal obra desse missionário é um diário publicado em Madri, no ano de 1639<sup>10</sup>, que reconstitui suas atividades iniciadas a partir de 1612

8 Historiador e arqueólogo. Professor Titular no Programa de Pós-Graduação em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Brasil. Pesquisador 1A do CNPq. Coordenador do “Projeto Integrado Internacional de Pesquisas Interdisciplinares da Região Platina Oriental ([www.proprata.com](http://www.proprata.com)).

9 Neste texto, o termo transculturação designa o processo complexo de intercâmbios culturais que ocorrem nos contatos entre missionários jesuítas e guerreiros guaranis. Estes contatos foram provocados pelo processo de colonização ibérica no Rio da Prata, que resultaram em núcleos de povoamento novos e deram lugar a intercâmbios culturais, com resultados profundos e duráveis, no tempo histórico. O fenômeno da transculturação ocorreu quando a etnia dos indígenas guaranis se impregnou pouco a pouco com os valores culturais impostos ou colocados à disposição pela sociedade dominante ocidental europeia. Neste caso de fronteiras culturais, o que ocorreu é que as etnias em presença passam a se influenciar mutuamente, havendo uma seleção dos traços que serão incorporados. Os intercâmbios culturais resultantes nos evidenciam uma relação complexa e que ocorre nos dois sentidos, de uma maneira desigual, mas sempre gradual e na longa duração.

10 RUIZ DE MONTOYA (1639. 105 p.). A primeira edição de 1639, já esgotada e de difícil acesso, foi consultada na Biblioteca Nacional de Paris.

nas aldeias dos indígenas guaranis do Guairá, no atual estado sul-brasileiro do Paraná. Escrito para ser entregue ao rei da Espanha, no processo movido contra os bandeirantes paulistas escravocratas que haviam destruído os povoados missionários nos vales do Rio Paranapanema e de seus afluentes, o livro é o documento mais importante para a reconstituição histórica desta primeira etapa da instalação dos missionários na região. Montoya chega ao território do atual estado do Paraná, no sul do Brasil, no momento em que os primeiros contatos interétnicos estão se realizando. Ele nos oferece informações de grande valor histórico e de primeira mão, para o estudo das tensões e das contradições entre a persistência das tradições culturais indígenas e as transformações provocadas pelos Jesuítas.

### **Imigrantes e conquistadores: impactos e contatos.**

A descoberta do Brasil meridional e sua posterior colonização originou um processo extremamente complexo de relações entre as sociedades indígenas aqui existentes e os grupos de portugueses e de espanhóis que chegavam como descobridores deste novo mundo subtropical. As sociedades ibéricas que invadiram e colonizaram este Brasil Meridional ainda indígena, ao longo dos séculos 16 e 17, estabeleceram formas diferenciadas de relações socioculturais com estas variadas populações indígenas. Algumas foram cooptadas e aculturadas, como é o caso dos Guarani, ora como aliadas, ora como fornecedoras de mão de obra servil ou escrava. Outras viram seus guerreiros serem dizimados através das guerras de conquista e de resistência, enquanto as mulheres e as crianças eram assimiladas, tais como os Charrua e Minuano. Finalmente, muitos grupos de fala Gê, como os Kaingangues, permaneceram simplesmente ignorados em seus refúgios florestais do alto do planalto sul-brasileiro, durante muito tempo.

Os primeiros migrantes a chegar nesse país de imigrantes que é o Brasil, foram os grupos indígenas. Provenientes da Ásia, provavelmente em migrações sucessivas no decorrer da última glaciação, foram, pouco a pouco, ocupando o imenso território americano e procurando formas mais eficientes de adaptação às paleopaisagens frias e secas da época glacial. Ao longo dos milênios, terminaram por ocupar também toda a região sul-brasileira. Estes grupos nativos americanos, no limiar da Idade Moderna, não poderiam ter ideia de que seus destinos históricos estavam relacionados com os de duas longínquas nações ibéricas, Portugal e Espanha. Quando os portugueses e os espanhóis desembarcaram nas costas do sul do Brasil, a partir dos inícios do século 16, encontraram paisagens diversificadas e sociedades indígenas adaptadas a esses ambientes específicos. Nas alturas mais frias do planalto, nas imensas extensões da floresta tropical litorânea, ou nas vastas paisagens cobertas de gramíneas dos pampas, estes ambientes tão distintos exigiam dos grupos indígenas adaptações culturais muito específicas. Nas imensas planícies pampeanas do sul, alguns grupos permaneceram nômades, caçando, pescando e fazendo coleta (Charrua e Minuano). Mas outras etnias, em meio às florestas subtropicais do planalto e da planície litorânea, deram origem a sociedades de horticultores aldeãos, de fala Gê e Guarani, muito diferenciadas das anteriores. Os Guarani eram oriundos do Amazonas e se estabeleceram em aldeias em todos os vales quentes e úmidos cobertos pela mata subtropical, sobretudo nas proximidades das várzeas férteis, para o plantio de sua horticultura de plantas nativas.

Importantes processos de colonização e de integração cultural já haviam ocorrido anteriormente à chegada dos europeus. As vertentes tropicais e subtropicais do Oceano Atlântico foram o palco no qual se desenrolaram as extensas migrações colonizadoras dos grupos Tupi e Guarani, que terminaram ocupando áreas imensas, impondo alguns aspectos de sua cultura e sua língua extraordinária. Na região sul-brasileira, a etnia que realizou a sua expansão e uma importante colonização em grandes áreas florestais, foi a dos guaranis. Somente após o processo de guaranização da região platina oriental, ao longo de mil e quinhentos anos, segundo as datações de radio-carbono, teve início da colonização e do povoamento encetado pelos portugueses e espanhóis.

Nos momentos posteriores à descoberta da América, os grupos indígenas começaram a sofrer alterações sociais e culturais profundas e muitas vezes traumáticas, como consequência dos impactos e dos contatos decorrentes. Jamais uma empresa de conquista tão extensa e uma exploração econômica tão intensa haviam sido realizadas no passado desta América Indígena<sup>11</sup>. Nem a guaranização do Brasil meridional ou a tupinização do Brasil tropical atlântico tiveram tal porte. As especificidades dos contatos e dos impactos nos permitem desvelar, entretanto, historicidades muito diferentes.

Visavam os novos conquistadores atingir objetivos tão diferenciados como a riqueza de Eldorado ou a salvação das almas indígenas “para a maior glória de Deus”, pois, imediatamente atrás dos colonizadores ou mesmo com eles, chegaram os missionários. Todos agiram como os enviados dos reis e dos papas, e em nome desses personagens históricos justificaram as suas ações<sup>12</sup>. Todos pretendiam a conquista das riquezas e das almas dos índios, mas, na realidade, terminaram exercendo o seu poder sobre seus corpos e sua sexualidade. A miscigenação étnica e as sínteses culturais resultantes, terminaram mudando significativamente a face social do sul do Brasil.

Os que realizaram as suas atividades de cristianização do indígena na América pertenceram basicamente a quatro ordens religiosas: franciscanos, carmelitas, mercedários e, os últimos a chegar, os jesuítas. E foram exatamente estes últimos que deram origem a uma das mais extraordinárias experiências históricas de gradual inserção dos indígenas Guarani instalados no Atlântico meridional, através da experiência das aldeias indígenas do litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assim como nos Trinta Povos das Missões Jesuíticas espanholas platinas. Bem de acordo com as ideias de cruzada contra os infiéis, foi a “conquista espiritual” que os jesuítas realizaram nas aldeias dos Guarani, segundo as palavras de um dos primeiros missionários a penetrar nesta vasta região, Antonio Ruiz de Montoya.

A área ocupada pelas missões jesuíticas, aldeias lusas ou pelos “pueblos” espanhóis, estendia-se pelos indefinidos limites dos Impérios Coloniais Espanhol e Português, e nas proximidades de quatro importantes cidades coloniais: Rio de Janeiro, São Paulo, Assunção e Buenos Aires. Estes povoados missioneiros ocuparam uma fron-

---

11 Algumas destas ideias, relacionadas ao processo histórico ocorrido em toda a América, foram publicadas em: Kern, (1992, p. 9-14).

12 Ver igualmente os trabalhos publicados em: Azevedo e Monteiro (1997, 422p.). Para o estudo mais detalhado desse processo de aculturação no Brasil colonial como um todo, ver: Couto (1995, p. 311-30). Para o Brasil meridional e zonas vizinhas do Rio da Prata, ver: Monteiro (1992). Kern (1993, p. 469-490) e Kern (1994b, p.31-51)

teira viva, de contínuos choques armados, na qual havia uma permanente oposição de interesses entre a sociedade espanhola local e a frente de expansão luso-brasileira. Era igualmente uma importante fronteira cultural, na qual os horticultores guaranis neolíticos e os homens da Contra-Reforma e do barroco, se encontraram<sup>13</sup>. É necessário reconhecer que nesses povoados missioneiros os jesuítas e seus convertidos, os Guarani, buscaram sempre uma situação de equilíbrio entre o trono espanhol e o altar cristão, entre a sociedade espanhola e a sociedade indígena, entre os interesses das frentes de colonização luso-espanhola e os objetivos evangelizadores da ação dos missionários, entre os interesses mercantilistas dos brancos e o desejo de sobrevivência dos índios<sup>14</sup>.

Quando os jesuítas penetraram na região do Rio da Prata, os portugueses, provenientes do Rio de Janeiro, e os espanhóis, provenientes do Peru, já possuíam uma grande experiência, comprovada nas missões que haviam estabelecido. Longe de buscar um modelo em alguma obra utópica da época, foi em determinações gerais do Padre Geral em Roma que os jesuítas encontraram as normas a serem seguidas para a sua ação<sup>15</sup>. Mesmo se as missões entre o “gentio” ou entre os “índios infiéis” já eram comuns na prática da Igreja Católica e de suas ordens religiosas, as Ordenações lusas e as “Leyes de Indias” espanholas especificavam em detalhes como essa prática deveria ser desenvolvida. Uma sistemática de administração das aldeias ou povoados foi, assim, se corporificando ao longo dos séculos 16, 17 e 18.

### **Jesuítas e guaranis: encontros e desencontros na encruzilhada do mundo colonial**

Um dos mais interessantes documentos históricos deste período, referente ao atual Brasil meridional e à etnia dos Guarani, é a “Conquista Espiritual” de Antonio Ruiz de Montoya. Esse jesuíta descreve sinteticamente as suas atividades de missionação, bem como a de seus companheiros jesuítas. Documenta em especial os primeiros contatos com os Guarani em seu *teko hã* (os lugares onde viviam), o processo de sedentarização dos indígenas e as transformações sociais modernizadoras que terminaram por transformar o *nhande reko* (o modo de ser guarani).

Sabemos perfeitamente bem que este tipo de fonte é, por um lado, muito rica em informações. Por outro lado, ela apresenta diversas limitações, sobretudo devido ao fato de seu autor ser um europeu e religioso, face as realidades culturais novas para as quais nem sempre apresenta a melhor análise e muito menos a melhor interpretação. Entretanto, devido à inexistência de documentos produzidos pelos indígenas guaranis, mesmo com as ressalvas que devem ser feitas, essa fonte histórica é da maior importância.

13 Uma síntese sobre a etnia Guarani e sua cultura pode ser encontrada em: Kern (1994). Sobre os missionários da Companhia de Jesus, ver: Couto (1995).

14 A bibliografia sobre o tema das relações interculturais nestas missões jesuíticas platinas é vasta, mas algumas obras básicas podem ser consultadas: Meliá, (1986); Haubert, (1967, 312p.); Lacombe, (1993); Ganson, (1994, 421p.); Kern, (1982, 275p.).

15 Armani faz referências ao fato de terem os jesuítas recebido as instruções normativas do Padre Geral Acquaviva (com data de 1º de maio de 1609): “Instrucción de cómo se an de aver los nuestros en tomar y regir doctrinas de indios, que es la misma que se envió a la provincia de Filipinas por abril de 1604 y al Nuevo Reino por junio 1608”. Armani (1982).

Filho de um espanhol de Sevilha, nasceu em Lima no final do século 16, tendo entrado para a ordem dos jesuítas em 1606. Terminou seus estudos em Córdoba de Tucumã, partindo posteriormente para Assunção e para o oeste do estado do Paraná, onde inicia as suas atividades missionárias em 1612. Nesta área conhecida como Guairá (atual estado do Paraná), os primeiros povoados (« pueblos de índios ») missioneiros estavam sendo fundados desde 1610, pelos pioneiros padres Cataldino e Masseta, após o fracasso das missões volantes e dos batismos em massa. Montoya iniciava, assim, uma atividade que iria tomar vinte e cinco anos de sua vida.

A descrição da chegada de Montoya ao novo território, bem como o relato das dificuldades por que passou, já evidencia os contrastes culturais deste encontro entre jesuítas e os grupos guaranis em meio à floresta:

Vivi [...] por assim dizer no deserto, em busca de feras, de índios bárbaros, atravessando campos e transpondo selvas ou montes em sua busca para agregá-los ao aprisco da Santa Igreja e ao serviço de Sua Majestade. E de tais esforços, unidos aos de meus companheiros, consegui o surgimento de treze “reduções” ou povoações. Foi, em suma, com tal afã, fome, desnudez e perigos freqüentes de vida, que a imaginação mal consegue alcançar. Certo é que nessa ocupação exercida parecia-me estar no deserto. Porque, ainda que aqueles índios que viviam de acordo com seus costumes antigos em serras, campos, selvas e povoados, dos quais cada um contava de cinco a seis casas, já foram reduzidos por nosso esforço ou indústria a povoações grandes e transformados de gente rústica em cristãos civilizados com a contínua pregação do Evangelho. Porque, digo, com tudo isso, por [...] estar obrigado por força das circunstâncias a sempre lidar com o idioma índio, veio a formar-se em mim um homem quase rústico e alheio à cortesia da linguagem. (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 18-19)<sup>16</sup>.

Precisamente no momento em que justifica a sedentarização dos indígenas nos povoados missioneiros, encerrando-se o ciclo milenar dos deslocamentos sazonais, Montoya parece se dar conta do seu papel de agente histórico atuando nesta importante fronteira cultural estabelecida entre o passado neolítico recente dos indígenas guaranis e a modernidade europeia que se tenta implantar. Ele faz uma clara menção ao *nhande reko* guarani, o modo de vida tradicional, ao referir-se “... à vida gentílica ou pagã, que esta gente levou até ontem” (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 207).

#### a) Nudez:

É nesse documento que encontramos a mais antiga observação dos jesuítas em relação à nudez dos indígenas guaranis na região do Guairá, e a necessidade de cobri-la com vestes de algodão:

Note-se que chamamos “Reduções” aos “povos” ou povoados de índios que, vivendo à sua antiga usança em selvas, serras e vales, junto a arroios escondidos, em três, quatro ou seis casas apenas, separados uns dos outros em questão de léguas duas,

16 A atual tradução para o português é da segunda edição espanhola de 1892, publicada em Bilbao, segundo as informações dos dois tradutores jesuítas, Arnaldo Bruxel, S.J., e Arthur Rabuske, S.J.: Ruiz de Montoya, (1997. 289p.) Como todas as citações de Montoya pertencem à mesma obra, as referências às páginas serão feitas imediatamente após o texto citado.



três ou mais, “reduziu-os” a diligência dos padres a povoações não pequenas e à vida política (civilizada) e humana, beneficiando algodão com que se vistam, porque em geral viviam na desnudez, nem ainda cobrindo o que a natureza ocultou (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 35).

Em outros trechos do diário, destaca a necessidade de terem os indígenas “[...] ganhos, para alcançarem o necessário de se vestirem. Isso, para que a nudez não lhes seja desculpa em deixarem de entrar nos templos (como às vezes sucede) e de não ouvirem a palavra divina” (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 195).

Ao introduzirem na região a tecnologia disponível na Europa, os missionários se utilizaram do arado para ampliar a intensidade de produção de certos produtos, tendo em vista que o número de habitantes reunidos nos povoados missioneiros podia chegar a seis mil guaranis. Um dos produtos foi o algodão nativo da América, já produzido de maneira limitada na horticultura indígena, em parte para atender às novas necessidades de controlar a nudez:

Tem-se aqui a veste e o traje que, ao nascer, concede a natureza ao ser humano, sendo necessário da parte dos padres um cuidado solícito em fazer cobrir o que possa ofender a olhos castos. Por outra, faz-se preciso o desvelo e afã contínuo em arranjar-lhes lã, pano grosseiro e algodão. E, para que com conveniência a este os índios o semeiem, ensinaram-nos os próprios padres, por suas mesmas pessoas, a abrirem com o arado a terra: coisa nova para eles, mas bem sucedida. (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 189).

Nas concepções da religião cristã, tanto o corpo como a mente têm interpretações distintas a atributos diferenciados, em termos qualitativos. “A mente é canonicamente superior à matéria” e deve, portanto, ser, juntamente com a consciência, “guardiães e governantes do corpo”. Esta ideia de subordinação do corpo à mente, “degrada o corpo; seus apetites e desejos são encarados como cegos, obstinados, anárquicos ou (no Cristianismo) radicalmente pecaminoso; pode ser encarado como a prisão da alma”.<sup>17</sup>

Percebe-se como tais noções podem levar a um policiamento da nudez corporal dos Guarani, através da vestimenta. No texto de Montoya fica claro como o controle do corpo através do vestuário está associado à vida civilizada, tanto nos povoados como nas cidades. Entretanto, como sabemos que no espaço social o corpo existe em relação a outros corpos, podemos imaginar que essa nudez, principalmente a das indígenas, não era apenas um problema moral, considerado grave pelos jesuítas. A exposição do corpo era, também, a fonte de constantes problemas de consciência para os próprios missionários.

No espaço social das aldeias guaranis, os corpos dos indivíduos não eram estruturas constituídas apenas de elementos biológicos, mas igualmente sociais e culturais, relacionando-se entre si. Assim, as formas naturais dos corpos dos indígenas associavam-se às pinturas corporais e aos demais objetos utilizados para a sua decoração, sobretudo os cocares e os colares. Estas estruturas complexas, que eram os corpos, tornavam-se, portanto, fontes de formas e de símbolos para outros corpos, igualmente

17 Porter (1992, p. 303 e 310). Ver também: Engel (1997, p. 297-311).

estruturas complexas. As visões que o missionário tinham do corpo indígena, ao mesmo tempo nu e decorado com cores vivas, projetavam simbolicamente o imaginário e o inconsciente dos missionários europeus. “Se de um lado o corpo é objeto de desejo e prazer, de outro, ele é reprimido pelos valores morais dominantes e pelas funções sociais que este deve exercer”<sup>18</sup>.

b) Poligamia:

A coexistência dos missionários com os indígenas, nestes incipientes povoados, deu origem a contrastes inesperados. O contraste entre os hábitos poligâmicos dos “tubichás” guaranis e a castidade dos jesuítas deu origem a uma série de controvérsias. Não é possível ignorar que os jesuítas tiveram que admitir velhas estruturas e costumes indígenas, ora por imposição dos neófitos, ora por estratégia. A concessão ao modo de ser dos indígenas se fazia para não se correr o risco de pôr a perder todo o trabalho de evangelização. Foi assim que se admitiu, a contragosto, a poligamia dos caciques guaranis durante muito tempo, como forma de não perder seus melhores aliados na luta contra os pajés e na conversão dos indígenas. A poligamia era comum entre os Guarani, principalmente entre os líderes *tubichás* (caciques). Um dos símbolos de seu prestígio, ela estava relacionada à capacidade do cacique de retribuir aos dons em presentes que eventualmente recebia de seus vassalos. Podia, assim, manter o seu prestígio junto a eles, com os inúmeros produtos do artesanato de suas mulheres. Por outro lado, os casamentos de suas filhas com outros caciques, de aldeias próximas, consolidava as alianças entre as diversas parcialidades dos Guarani, principalmente na guerra contra os brancos. Antes dos missionários inacianos começarem a sua pregação, os guerreiros guaranis vinham resistindo, através da guerra ou da fuga, às diversas tentativas de ocupação do território ou de escravidão. Os corpos indígenas não eram, pois, apenas corpos concebidos e preparados com as pinturas e os ornamentos para as festas, rituais ou para as manifestações da sexualidade, mas eram também usados socialmente para a produção de bens ou para as alianças militares.

Para Montoya, oriundo de uma sociedade europeia cuja noção de pecado cerceava as atividades sexuais, a explicação deste fenômeno da livre e desinibida sexualidade dos homens e mulheres guaranis é extremamente limitada e redutora, não parecendo se dar conta da complexidade social e cultural que tem diante de si. Destaca a importância da sexualidade na vida indígena ao se referir ao fato de terem vivido até recentemente uma “vida gentílica ou pagã”: “[...] era o seu ídolo, comum a todos, a carne” (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 207).

Os dados de Montoya sobre a poligamia dos caciques, se verdadeiros, são impressionantes: Conhecemos alguns caciques, que possuíam até 15, 20 e 30 mulheres. As do irmão falecido toma-as por vezes o irmão vivo, e isso acontece de modo não incomum” (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 54).

Os missionários insistiram muito para que os caciques e demais índios tivessem uma esposa. Sugeriram que, dentre todas as que tinham, escolhessem uma.

18 As análises desenvolvidas sobre o “corpo e espaços do corpo” por Maria Lúcia Bastos Kern, mesmo que especificamente para a relação entre o corpo e a arte, são muito esclarecedoras. Kern; ZIELINSKI; Cattani (1995. p. 29-30). Douglas, (1966. p. 142).

Para os jesuítas, poderia ser a mais bela, ou a primeira. Mas que se limitassem a uma apenas. Duas foram as consequências de tais tentativas. Em primeiro lugar, uma reação contrária sempre muito forte, colocando em risco as alianças e a cooptação que os jesuítas necessitavam manter com os caciques e seus vassallos, principalmente na luta incessante contra os pajés. Montoya testemunha a indignação de certos caciques face às tentativas de implantar a monogamia. Ele descreve uma visita e um acalorado discurso de um cacique guarani:

Logo foi então esse cacique, de nome Miguel Artiguaye, ter com os padres e, segundo parecia, era com semblante benévolo e rosto risonho no começo. Mas, depois de pouquíssimas palavras de saudação, transformou-se ele em besta feroz e prorrompeu em gritos, dizendo:

“[...] Nossos maiores viveram com liberdade, tendo para seu bem as mulheres que queriam, sem que ninguém nisso os estorvasse, com as quais viveram e passaram os seus dias com alegria. Vós, no entanto, quereis destruir as suas tradições e impor-nos uma carga tão pesada, como é a de atar-nos com uma mulher”

Ao sair do aposento, (ainda) disse (com ameaça):

“Isto não vai ser assim, pois eu o remediarei”.

Os padres que, como cordeiros, tinham ouvido os uivos desse lobo, queriam detê-lo, para lhe darem explicação às suas sem-razões ou injustiças, não o conseguiram. Pelo contrário, arrebatado de um furor diabólico, ele se retirou, bradando em alta voz:

“ Já não se pode aguentar a liberdade dos que, em nossas próprias terras, querem levar-nos a viver segundo sua ruim maneira de vida”. (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 61-62).

Outra situação era a da indecisão ou a não aceitação da escolha, o que poderia ocorrer tanto entre os homens como entre as mulheres guaranis. Estas duas situações são narradas por Montoya.

Vejamos, em primeiro lugar, a indecisão por parte do homem:

Certo infiel, que tinha duas mancebas, batizou-se e casou com uma delas. Ao cabo de três anos pediu, porém, ao padre de casá-lo com a outra, porque somente tinha tomado aquela ‘ad tempus’ ou seja para algum tempo. Entendida a impossibilidade de tal proceder, ele colheu a manceba e se refugiou no bosque. (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 240).

Em segundo lugar, podemos observar a não aceitação, por parte da mulher, da escolha feita:

[...] havendo um cacique despedido todas as suas mancebas em troca do batismo, notou-se que, alguns meses depois, uma delas voltasse à sua casa. Então ele com zelo cristão tornou a despedi-la, embora já se encontrasse instruída no catecismo, e pediu ao padre que a corrigisse. (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 255).

Montoya relata ainda que, além disso, os caciques tinham acesso às filhas de seus vassallos: “Servem-lhes seus plebeus, fazendo-lhes roças, semeando e colhendo as safras, construindo-lhes as casas e dando-lhes as suas filhas, quando tem desejo delas. Nisto têm liber-

dade gentílica” (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 54).

Apenas na terceira geração de guaranis nascidos nos povoados missionários, conseguiram os padres implantar definitivamente a monogamia entre os caciques. E a razão deste fato, não se deve apenas à nova moral que se impunha, mas, igualmente, porque os caciques passaram a administrar os bens do « tupambaé » (a propriedade de Deus), ou seja, da produção comunitária e de sua distribuição como dons entre os indígenas, o que mantinha em alta o seu prestígio.

c) A castidade:

Nas aldeias guaranis, nos períodos anteriores ao início da missão dos jesuítas, o dom a ser oferecido pelos caciques a importantes personagens em visita à aldeia, como por exemplo aos pajés (*carais*), poderia ser o próprio corpo de suas mulheres. Um cacique seria muito considerado e prestigiado se oferecesse ao visitante algumas de suas mulheres. O uso social dos corpos das indígenas, pelos caciques, era fato usual e um símbolo de sua importância.

O comportamento de estranhamento dos caciques, pelo fato da inexistência de mulheres na residência dos jesuítas, deu origem à oferta de mulheres aos poderosos pajés de sotaina preta que se haviam recentemente instalado na região. Esse fato é assim descrito por Montoya em narração rica de significados:

[...] procurou o demônio tentar a nossa pureza ou castidade, oferecendo-nos os caciques algumas de suas mulheres, sob a alegação de que eles consideravam como coisa contrária à natureza a circunstância de homens se ocuparem em trabalhos domésticos, quais os de cozinhar, varrer e outros deste tipo.

Fez-se-lhes então uma relação muito precisa sobre a honestidade sacerdotal, expondo que para este fim tínhamos cuidado inicialmente em cercar um pequeno espaço com paus, para impedir a entrada de mulheres em nossa casa: medida esta de que ficaram tomadas de admiração ou espanto. Mas, sendo bárbaros, não a julgavam honrosa, pois eles faziam consistir a sua autoridade e honra em ter muitas mulheres e criadas: o que, aliás, vem a ser uma falta não pouco comum entre os gentios. (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 59-60).

Os caciques consideravam esta situação de castidade natural ou forçada, uma verdadeira infelicidade. Entre os indígenas, o termo « abaré » era atribuído a qualquer homem que tivesse nascido « eunuco » ou que tivesse sido desprezado pelas mulheres, o que era considerado uma desgraça. Era exatamente esse o termo aplicado aos padres, segundo Montoya:

Chamam-nos « Abaré »: o que quer dizer « homem segregado de Vênus », por outra « homem casto » [...] A virtude da virgindade, castidade e celibato eles a ignoram de tal forma, que até, de preferência, a tivessem por infelicidade. É que tiveram por felicidade muito grande a de possuírem a muitas mulheres e de modo igual a muitos filhos, inúmeras criadas e abundante família, sendo que qualquer falta neste sentido consideravam-na desdita. Tal sentimento entre os cristãos que batizamos, perdurou ainda por muito tempo [...] (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 98).

Nos primeiros contatos mantidos entre jesuítas e aldeões guaranis, esse deve ter sido um problema constante para os missionários. Não são apenas os caciques que ficam intrigados com este tipo de comportamento exigido pelo voto de castidade. As próprias mulheres guaranis deviam ter muita curiosidade em relação este padrão de comportamento. Como elas tinham plena liberdade de escolher seus amantes e com eles manter relações sexuais, a partir de sua puberdade, é natural que terminassem por assediar sexualmente os poderosos personagens de sotainas pretas que haviam chegado em sua aldeia.

Montoya faz referências às tentativas de atração sexual protagonizada por mulheres, tentando atrair os novos pajés brancos da aldeia. Narra que os padres: “[...] sendo solicitados por mulheres, até em lugar sagrado, deixaram-nas mais que arrependidas, bem confessadas e com o propósito de vida honesta, como de fato fizeram” (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 153).

E reafirma novamente, no mesmo trecho, “Que jamais, nem de dia nem de noite, mulher alguma entrou em nossa cela” (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 153).

Tal afirmação parece contrastar com a realidade, pois ele descreve um caso em que a curiosidade e atração feminina das índias as levou, inclusive, às celas dos padres, ao narrar a história:

De duas que, com intentos lascivos à meia-noite haviam entrado nelas, com a finalidade de fazerem mal a um padre, que então estava dormindo sozinho numa redução. Que este seu Anjo da Guarda avisou em sonhos a propósito do veneno mortífero, que a desonestidade lhe estava preparando. E que ele, bastante espavorido, levantando-se, alçou a voz e chamou a alguns índios, que em outro aposento dormiam, repreendendo-os ao mesmo tempo por seu descuido em não verem quem entrava pelo cercado. Ordenou-lhes então, dizendo: “Ide procurar, pois duas pessoas entraram”. Foram eles e acharam duas mulheres que, com o ruído, se haviam escondido no recanto de um dos aposentos. Estas, depois de expulsas, confessaram-se no dia seguinte em plena compunção. (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 153).

Ao referir-se às incursões dos bandeirantes e narrar a invasão dos povoados missioneiros do Guairá, torna a se referir à ausência de mulheres na clausura das celas, ao descrever a ocupação dos paulistas nos seguintes termos: “Depois, se alojaram nas igrejas e em nossas celas ou aposentos, enchendo-as de índias, quando antes tal lugar jamais havia visto mulheres” (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 152).

Uma das normas existentes nas missões era que jamais um padre jesuíta deveria se encontrar com uma mulher a não ser em público e na companhia de um ou mais índios. Isso nos faz pensar se não se tratava de uma tentativa de coibir abusos de parte a parte.

d) Uma nova moral:

Pouco a pouco implanta-se uma moral cristã nos padrões de comportamento, estimulando-se a castidade antes do casamento. Sintetizam-se aqui, o costume indígenas das uniões dos jovens logo após a puberdade e os rituais que a acompanham, com

o estímulo dos padres de manter a castidade dos jovens guaranis antes do casamento. Apenas matar uma pessoa era considerado pelos missionários como um castigo pior do que a fornicação, ou seja, a perda da pureza que a castidade podia dar. A explicação de Montoya é muito clara a esse respeito:

Se em alguém se descobriu algum abuso na castidade, o cuidado e zelo dos caciques, pais de família e *alguacís* (guardas públicos), põe logo nisso remédio eficaz com justiça exemplar. Rondam eles de noite no povoado e, se apanham alguém suspeito, corrigem-no. O amancebamento não se conhece nem por imaginação, porque seria seu castigo o desterro perpétuo procura-se que se casem a tempo, antes de sobrevir-lhes o pecado. (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 192).

O controle sobre as relações sexuais é, assim, muito grande, pois para os missionários elas apenas seriam aceitas se sacramentadas pelo matrimônio e com a finalidade de ter filhos, mas ele não é apenas realizado pelo missionário. Na família são pais os encarregados pelo padre de zelar pela castidade e moral de todos os seus integrantes. Nos espaços coletivos, são as milícias dos guardas públicos que vigiam as ruas e as casas à noite, guardam os lugares mais afastados, como as fontes e os caminhos das roças. Os cuidados, entretanto, não se referem apenas aos jovens, como vimos, mas igualmente em relação às mulheres que perderam seus maridos nas guerras ou por não terem sido escolhidas como a esposa única, pelo cacique. Para elas, será criado um espaço especial de recolhimento existente em todos os povoados missioneiros dos jesuítas, denominado de « cotiguaçú », no qual todas habitam e produzem tecidos de algodão para prover seu sustento e cobrir a nudez dos demais.

e) A família:

Nas aldeias de índios portuguesas ou nos “pueblos de índios” espanhóis, uma importante concessão foi feita aos padrões de habitação indígena, tendo em vista um outro aspecto importante: a família extensa guarani. Nas missões dos jesuítas, as ruas não separavam quarteirões compostos de casas ou de solares, mas, sim, isolavam uma das outras as grandes casas comunais, umas das outras, tão comuns nas aldeias indígenas, e que abrigam as famílias extensas clônicas. Conhecemos hoje muito bem o padrão construtivo das aldeias indígenas amazônicas, semelhantes às dos Tupiguarani. As aldeias ou tabas (“tawa”), nada mais são do que um conjunto de grandes casas (“okas”) quase sempre elípticas. Estas casas ainda hoje abrigam famílias extensas de parentes próximos muito unidos, constituídas por algumas pequenas famílias nucleares, compostas geralmente por pai, mãe e dois filhos. Os casamentos são exogâmicos e sempre realizados fora da casa comunal, pois todos os que habitam a mesma « oka » são considerados parentes. Esse fato é comentado por Montoya, pois, ao se referir à facilidade com que os caciques procuram novas mulheres, destaca dois aspectos. Em primeiro lugar, que as restrições ao relacionamento com parentes são mais amplos que os permitidos pelas normas cristãs, relacionadas às famílias nucleares. Em segundo lugar, que estas limitações nas relações familiares indígenas persistem, mesmo após a cristianização:

Neste sentido tiveram um respeito muito grande às mães e irmãs, pois nem por pensamento tratam disso, por ser coisa nefanda. E mesmo depois de feitos cristãos, tratando-se de parente em qualquer grau, ainda que dispensável ou lícito, sem dispensa não a admitem por mulher, dizendo eles que é seu sangue. (RUIZ DE MONTOYA, 1997, p. 54).

As unidades domiciliares se distribuem em torno de um grande espaço central circular (a *okara*) de uso coletivo e destinado aos cerimoniais e encontros sociais dos componentes da taba ou aldeia. A persistência da grande casa comunal, como podemos ver na iconografia da época, nos evidencia a manutenção da família extensa, base da estrutura social dos Guarani<sup>19</sup>. As restrições dos jesuítas a tal sistema eram evidentes, pois, viam a convivência de diversos casais em um mesmo espaço coletivo como algo imoral. A sexualidade era manifesta, pois o ato sexual era praticado na rede, em frente de todos os parentes. Devido à manutenção da grande casa tornou-se mais fácil para os Guarani instalarem-se nos novos povoados missioneiros.

### **A sexualidade indígena e a sociedade colonial**

A conquista e o povoamento implicaram em duas facetas aparentemente contrastantes. Por um lado, o genocídio de muitos grupos indígenas, aniquilados física e culturalmente. Mas, por outro lado, no lento, gradual e ininterrupto processo de agregação forçada ou integração parcial dirigida dos grupos indígenas guaranis à sociedade colonial. Neste complexo processo, as comunidades indígenas sobreviventes foram sendo cooptadas e inseridas nas instituições políticas dos impérios coloniais de Portugal e da Espanha, assim como nas estruturas formais da Igreja Católica Romana. Deste processo emergiu uma nova sociedade colonial ibero indígena, que terminou sendo a base da organização de nossa atual América Latina.

Assim, podemos afirmar que nas fronteiras culturais que se estabeleceram entre os modos de vida dos indígenas guaranis e dos europeus, mesclaram-se numa nova síntese de características sociais oriundas das tradições ameríndias e europeias. Guerreiros guaranis e missionários jesuítas tiveram encontros e desencontros enquanto discutiam, a partir da sexualidade indígena e à luz do cristianismo, as novas formas que assumiriam as realidades sociais da sociedade colonial.

Não podiam então, imaginar que muitos destes padrões de comportamento aqui apresentados, permaneceram como comuns na sociedade colonial do sul do Brasil e da região platina oriental, pois muitos brancos sofreram um processo de transculturação com os padrões indígenas de comportamento sexual. Em realidade, a sexualidade pluriétnica que se estabeleceu na colônia, acompanhou passo a passo os processos de transculturação ocorridos (VAINFAS, 1997, p. 231).

A nudez, a poligamia e a licenciosidade sexual foram alguns dos traços que Montoya utiliza para caracterizar a sexualidade dos Guarani. A nudez do corpo de índios e índias era o ponto de partida para a luxúria, e os padres tudo fizeram para plantar algodão e vesti-los. A poligamia foi outro traço do comportamento de muitos colonos que, ao lado da mulher branca, tinham inúmeras amantes índias e negras. Essa

19 Maria Beatriz N. da Silva (1993, p. 205-17) destaca em suas pesquisas a persistência desta grande casa indígena na sociedade colonial até o século 18.

herança foi assumida por muitos dos brancos, portugueses e espanhóis, que se estabeleceram na colônia, pois não apenas tiveram que conviver com a nudez dos índios, como terminaram por aceitá-la.

O processo global foi muito complexo e nos permite perceber que, ao lado de uma europeização dos indígenas, ocorreu uma inesperada guaranização dos colonos e dos próprios jesuítas. Uma evidência disto são as múltiplas palavras guaranis que passaram a integrar o vocabulário de espanhóis e portugueses. O primeiro provincial jesuíta da imensa região platina, Padre Diego Torres Bollo, não apenas incentivou a elaboração de dicionários da língua dos indígenas, mas também destacou a importância e a necessidade de que os jesuítas falassem a rica língua guarani. Afirmou que: “La lengua que hablaréis os hará parecer uno de ellos” (MELIÁ – “Introdução”, 2002, p. IX). Muitos dos habitantes das cidades espanholas e portuguesas fundadas na imensa bacia do Rio da Prata, não apenas tinham parentes da etnia guarani, como falavam fluentemente o idioma. Ainda hoje, 20% dos vocábulos falados por eles são desconhecidos na Península Ibérica.

Esta jovem América Colonial, que já se imaginava latina, permanecia ainda, em grande parte, indígena.

### Referências

- ARMANI, A. **Ciudad de dios y ciudad del sol**. El “estado” jesuita de los guaranies. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- AZEVEDO, Francisca L. N. e MONTEIRO, John M. **Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação**. São Paulo: EdUSP, 1997.
- COUTO, Jorge. **A construção do Brasil**. Lisboa: Cosmos, 1995.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1966.
- ENGEL, Magali. História e sexualidade. In: CARDOSO, C. e VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- GANSON, Barbara A. **Better not take my manioc: guarani religion, society, and politics in the jesuit missions of Paragiy, 1500-1800**. Tese de doutorado, Univ. of Texas at Austin, 1994.
- HAUBERT, Maxime. **Des indiens et des jésuites du Paraguay au temps des missions**. Paris: Hachette, 1967.
- KERN, Arno A. **Missões: uma utopia política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- \_\_\_\_\_. Descoberta e colonização da América: impactos e contatos entre sociedades indígenas e européias. **Anais do I Encontro de Cultura Ameríndia**, Santo Ângelo (RS, Brasil: URI 1, p. 9-14, 1992.
- \_\_\_\_\_. Ações evangelizadoras e culturais de missionários portugueses e espanhóis no Rio da Prata, nos séculos 16, 17 e 18, em territórios do sul do Brasil. **Actas do Congresso Internacional de História**. Missionaçã Portuguesa e Encontro de Culturas, v. 2, Braga, 1993.
- \_\_\_\_\_. Guarani. In: DA SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa:Verbo, 1994a.



\_\_\_\_\_. Escravidão e Missões no Brasil Meridional: impactos e contatos entre as sociedades indígenas e ibéricas no período colonial. *In*: FLORES, M. (Org.). **Escravidão, História e Literatura** (*Anais do II Simpósio Gaúcho sobre a Escravidão Negra e de Índios*). Porto Alegre: EdPUCRS, 1994a.

KERN, M. L.; ZIELINSKI, M.; CATTANI, I. B. **Espaços do corpo. Aspectos das artes visuais no Rio Grande do Sul (1977-1985)**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1995.

LACOMBE, Robert. **Guaranis et Jésuites. Un combat pour la liberté**. Paris: Société d'Ethnographie, 1993.

MELIÁ, B. **El guarani conquistado e reducido. Asunción**: Universidad Católica, 1986.

\_\_\_\_\_. Introdução a MONTOYA, Antonil Ruiz de. **Vocabulário de la Lengua Guaraní**. Asunción (Paraguay): Centro de Estudios Paraguayos "Antonio Guasch", 2002. p. IX

MONTEIRO, John. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos 16-17. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). **História do Índios no Brasil**. São Paulo: Schwarcz, 1992.

MONTOYA, Antonil Ruiz de. **Vocabulario de la Lengua Guaraní**. Asunción (Paraguay): Centro de Estudios Paraguayos "Antonio Guasch", 2002.

PORTER, Roy. História do corpo. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história. Novas perspectivas**. São Paulo: EdUNESP, 1992.

RUIZ DE MONTOYA, Antonio. **Conquista espiritual hecha por los religiosos de la compañía de Jesus en las Provincias del Paraguay, Parana, Uruguay y Tape**. Madrid: Imp. del Reyno, 1639a.

RUIZ DE MONTOYA, Antonio. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape 2**. ed. brasileira. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997b.

SILVA, Maria B. N. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de d. Maria I e d. João VI**. Lisboa: Referênciã; Estampa, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. *In*: SOUZA, Laura de M. **Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

## MISSÕES COMO INSTITUIÇÃO DE FRONTEIRA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA AÇÃO POLÍTICA DESENVOLVIDA PELOS JESUÍTAS NAS MISSÕES DE MOJOS E CHIQUITOS

Ione Aparecida Martins Castilho Pereira<sup>20</sup>

Para compreender o contexto no qual as missões jesuíticas de Mojos e Chiquitos foram fundadas, torna-se necessário, segundo Arno Kern, realizar uma análise da situação espacial em que estas missões estavam inseridas: em um espaço de fronteira e dentro de um complexo sistema de relações “entre Portugal, Espanha, comunidades indígenas, a Companhia de Jesus e a própria Santa Sé” (KERN, 1982, p. 151). No entanto, esse espaço de fronteira, de acordo com o autor, só se deliniaria, enquanto tal, desde o vale amazônico até o estuário do Prata, somente no século XVII, já que o que havia antes era apenas um limite representado pela linha imaginária do Tratado de Tordesilhas.

Para o autor, este espaço fronteiriço representava, nesse período, a “zona de mais aguda sensibilidade, tanto de parte da sociedade colonial espanhola, como da portuguesa, mas, principalmente da primeira, por ser a atacada” (KERN, 1982, p. 166). Sendo assim, a fronteira seria então, como bem salienta a historiadora Heloísa Liberalli Bellotto, “o limite até onde o Estado pode exercer sua força administrativa [...]”; já que o mesmo não se configura “sem um território, sem um espaço no qual ele exerça sua soberania, dele auferindo seus recursos e nele mantendo uma população, que vem a ser o outro polo da sua razão vital”. (BELLOTTO, 1983, p. 60). Para o sociólogo José de Souza Martins, a fronteira é o lugar de

[...] encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; [...] Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história. (MARTINS, 2009, p. 133).

Isto na opinião da historiadora Maria Emilia Monteiro Porto leva a considerar a “fronteira em sua dimensão de espaço de trocas e negociações com o outro, especialmente com os grupos étnicos que cabia às missões controlar” (PORTO, 2011, p. 80). Portanto, a fronteira com “seus aspectos políticos, econômicos, culturais, etc, metaforicamente é uma situação-limite, já que nela se extremam as circunstâncias, os interesses e os problemas comuns a ela e ao seu interior [...]” (KERN, 1982, p. 152). E muito antes dela determinar “o limite da presença do civilizado num território determinado, a frente de expansão já se expande indiretamente empurrando os grupos indígenas mais próximos para territórios de seus vizinhos mais distantes” (MARTINS, 2009, p. 146)<sup>21</sup>.

20 Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS. Pesquisadora Júnior Pós-Graduanda do Pró-Prata (Projeto Internacional de Pesquisa Interdisciplinares do Rio da Prata Oriental). Site do projeto: [www.proprata.com](http://www.proprata.com). O presente pesquisa foi realizada com apoio da Capes. Bolsista CNPq. E-mail: [ione\\_castilho@yahoo.com.br](mailto:ione_castilho@yahoo.com.br).

21 Segundo José de Souza Martins (2009, p. 134), “para o índio, o avanço da frente de expansão não repercute apenas por colocá-lo diante de uma humanidade diferente, a dos civilizados. Repercute nos

E a fronteira só vai desaparecer, de acordo com José de Souza Martins, no momento em que o conflito acaba,

[...] quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e moral dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna parte antagônica do *nós*. Quando a história passa a ser a *nossa história*, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou. (MARTINS, 2009, p. 134).

Sendo assim, tanto missioneiros como bandeirantes encontrariam nestas fronteiras, segundo Maria Emilia Porto, “um território propício para suas atividades ou [pelo menos] foram considerados adequados pelas monarquias ibéricas para desempenhar este papel” (PORTO, 2011, p. 78), que ia desde a salvação das almas indígenas até a riqueza do Eldorado. Desse modo, as relações fronteiriças estabelecidas entre as duas coroas ibéricas, que se expandiam por meio de seus representantes na América, não eram, segundo Arno Kern, apenas de contiguidade física, mas sim, uma “verdadeira oposição de interesses entre a sociedade espanhola local e a frente de expansão luso-brasileira” (KERN, 2003, p. 37). Afinal, as missões de Mojós e Chiquitos foram estabelecidas, durante todo o século XVII, em regiões “fronteiriças do Império Colonial Espanhol, dentro do espírito de colonização pacífica defendido pela Coroa, para povoar e, ao mesmo tempo, proteger os territórios ainda não explorados” (KERN, 1982, p. 151).

Nesse sentido, as missões foram fundamentalmente uma instituição de fronteira destinada a subjugar e controlar os grupos indígenas que viviam nas margens da América Espanhola, e, assim, implantar uma mudança social, cultural e religiosa que transformasse as diversas etnias indígenas em agricultores sedentários, a um menor custo para a coroa espanhola (JACKSON, 2009). E para realizar tal tarefa de desbravamento da fronteira, os jesuítas contaram com o apoio do Real Patronato, instituição que tornou “possível esta dupla capacidade de serem os missionários ao mesmo tempo servidores da Coroa e da Tiara Papal” (KERN, 1982, p. 159).

Assim, diante da escassez de pessoas para colonizar estas áreas, a coroa espanhola lançou mão dos serviços dos jesuítas como agentes de fronteira, pois, além de espalharem a fé, civilizar e converter as diversas populações indígenas, eles também seriam responsáveis por ampliar, ocupar e defender os territórios espanhóis (BOLTON, 1917). E para auxiliar os jesuítas nesta defesa do território das missões, a coroa espanhola resolveu estabelecer, segundo Arno Kern, “uma guarnição de fronteira indígena como tropa auxiliar” (KERN, 1982, p. 160), além, é claro, de permitir o uso de armas e munições para conter os avanços dos portugueses.

Desse modo, a criação do exército indígena nas reduções respondia “a uma situação de atrito para a qual a fronteira espanhola não estava preparada” (KERN, 1982, p. 166), pois, como bem salienta Arno Kern (1982, p. 153), havia um limitado número de efetivos militares espanhóis presentes nestas especialidades missioneiras, e no mo-

---

rearranjos espaciais de seus territórios e nas relações com outras tribos, sobretudo inimigas. Essas mudanças resultam em muitas perdas, não só do território, mas também de vida e de elementos culturais”.

mento em que os ataques portugueses foram direcionados para as cidades espanholas, “a capacidade de resposta militar das tropas hispânicas locais foi quase nula” (KERN, 1982, p. 153). Segundo o historiador W. J. Matienzo Castillo, em diversas ocasiões, a administração indiana e os habitantes destas espacialidades fronteiriças recorreram ao exército indígena para conter

[...] insurrecciones locales como la ‘rebelión de los comuneros’ en Asunción (1649 y 1725-1735), para reconquistar territorios como la Colonia del Sacramento (1704-1705), para la pacificación de indígenas hostiles, como las campañas de los chiquitos contra los chiriguano de las inmediaciones de Santa Cruz de la Sierra (1728-1735), o incluso para frenar invasiones y fortificaciones de los portugueses, como la efectuada desde Mato Grosso al pueblo de Santa Rosa, el viejo, en Moxos<sup>22</sup> (1760-1767). (MATIENZO CASTILLO, s/a, p. 24).

A instabilidade criada pelas incursões portuguesas fez com que as as milícias indígenas convertessem, segundo Matienzo Castillo, na “‘mayor fuerza militar’ de sus respectivas regiones siempre leales al Rey en los conflictos locales, insurrecciones e invasiones, llegando a constituirse en un ‘elemento decisivo en la política regional’” (MATIENZO CASTILLO, s/a, p. 24). Portanto, os esforços da coroa espanhola para manter suas possessões tornou-se, segundo o historiador José Luis Roca, uma “tarea imperativa durante el siglo diecisiete, [pois] era el avance de las fronteras peruanas hasta donde más se pudiera en dirección al Atlántico, como parte de un esfuerzo para contener el avance portugués” (ROCA, 2001, p. 330), no interior do continente.

Sendo assim, as missões jesuíticas não foram apenas um espaço de evangelização, mas também uma instituição de fronteira, pois, além de estarem estabelecidas em lugares estratégicos, cumpriam, ainda, a função de “estado-tampão”, isto é, o de barrar caminho que dava acesso às áreas de metais preciosos (GADELHA, 1980). Assim, a missão como “instituição de fronteira” seria uma característica da colonização luso-espanhola em muitas áreas, o que contribuiu, nas palavras da antropóloga Denise Maldi Meireles (1989), para cristalizar ainda mais a imagem dos indígenas como “verdadeiros guardiões da fronteira”. Segundo Alda Souza, esta representação “foi construída a partir de elementos que refletiam os ideais de conquista, povoamento, defesa, além de caracterizar um estado permanente de guerra” (SOUZA, 2009, p. 69). Portanto, cada um destes espaços fronteiriços foi desbravado e anexado à coroa espanhola pelos jesuítas e indígenas, já que segundo Arno Kern, estes estavam mais bem “adaptados à guerra, nas regiões em que sempre tinham vivido, do que os próprios espanhóis” (KERN, 1982, p. 153).

Nesse sentido, o primeiro espaço missionário que vamos analisar neste artigo refere-se àquele em que foram fundadas as missões de Mojos. Os primeiros espanhóis que se dirigiam a Llanos de Mojos buscavam, segundo o historiador David Block, o “reino do Gran Mojo, legendario monarca que reinó sobre tierras densamente pobladas y ricas en metales preciosos” (BLOCK, 1997, p. 63). A busca por uma “montanha

22 Para maiores detalhes sobre o espaço missional de Santa Rosa de Mojos e as relações tensas de fronteira entre portugueses da Capitania de Mato Grosso e os jesuítas das missões espanholas de Mojo pela posse desta espacialidade jesuítica, consultar: Castilho Pereira (2008).

de prata”, por um reino fabuloso, onde haveria um cacique e uma lagoa cheia de ouro e pérola (DENEVAN, 1966), despertou nos espanhóis o interesse em realizar sucessivas expedições para adentrar o espaço de Llanos de Mojos a partir de 1536. Já os centros que serviram como pontos de partida foram, segundo os autores, o Paraguai, o Peru, Charcas e Santa Cruz de la Sierra. Mesmo que estas expedições não tenham chegado realmente à savana de Mojos, os espanhóis do Peru reivindicaram para si a jurisdição administrativa do reino de *Gran Mojo*, como bem aponta o historiador David Block (1997).

Assim, a única tentativa séria e bem organizada para adentrar Mojos foi a expedição de Lorenzo Suárez de Figueroa. Contudo, essa expedição foi surpreendida pelas inundações anuais que ocorrem nas savanas de Llanos de Mojos, e, com isso, tiveram que sacrificar sua cavalaria, que padecia de fome. Todas estas expedições, segundo o jesuíta Antonio Menacho, foram “relativamente breves y tenían un carácter más de exploración que verdaderamente evangelizador” (MENACHO, 1991, p. 58). Com o fracasso de tais expedições, as populações indígenas, que no início serviam como informantes, agora, passariam a ser mão de obra escrava dos encomendeiros de Santa Cruz de la Sierra. Essa situação aumentou consideravelmente quando os indígenas começaram a se aliar aos encomendeiros para capturar e vender seus inimigos tradicionais, tornando-se assim, segundo David Block (1997), agentes de comércio escravo. Deste modo, com a chegada dos jesuítas, na segunda metade do século XVII, estas ações diminuiriam, mas, no entanto, não cessariam por completo as incursões encomendeiras às savanas de Llanos de Mojos.

Os primeiros jesuítas que penetraram nesse espaço estavam sempre acompanhados por expedições militares e, ao perceberem que os indígenas ofereciam uma oportunidade de conversão, os mesmos solicitaram ao seu Superior em Santa Cruz de la Sierra, a permissão para realizar novos contatos e estabelecer missões entre os índios Mojos. E foi a partir daí, que no ano de 1668, o jesuíta Juan Soto organizou uma nova entrada em direção à savana, agora na companhia dos padres José Bermudo e Julián de Aller, além de indígenas hispanizados (BLOCK, 1997). Entretanto, esses padres residiriam pouco tempo entre os índios Mojos e logo retornariam para Santa Cruz de la Sierra, afinal, as pregações não dariam maiores resultados.

Outras duas tentativas foram feitas, como bem salienta o historiador Enrique Finot (1978), porém, foram infrutíferas e serviram apenas para preparar o terreno e infundir confiança entre os indígenas. De acordo com David Block, no ano de 1674, os padres José de Castillo, Pedro Marbán e Cipriano Barace deram início à segunda entrada em Mojos e, diferentemente de seus antecessores, eles se apoiaram menos nas pregações e levaram consigo uma considerável quantidade “anzóis, agulhas, contas e outras coisas” (SHOUTHEY, 1977, p. 117). Tais objetos contribuiriam para convencer os indígenas a permitir a entrada dos missionários em seus territórios. Entretanto, para que isso acontecesse, era necessário, segundo o historiador Josep Barnadas, aprender a língua e os costumes indígenas e, pouco a pouco, descobrir as estratégias para reduzi-los. Assim, conseguiram “al cabo de cuatro años [que] los índios no los habían asesinado ni expulsado: todo un êxito, vistas las experiencias anteriores!” (EDER, 1985,

p. XLIII)<sup>23</sup>. Vencidos os primeiros obstáculos, os jesuítas teriam que mostrar para os padres Luis Sotelo e Martín de Leturia (Visitadores entre os anos de 1679 e 1681 respectivamente), a viabilidade da empresa missioneira em Llanos de Mojos. Os resultados colhidos pelo primeiro visitador, segundo Josep Barnadas, não deixou dúvida nenhuma de que as missões de Mojos produziriam “bons frutos” à cristandade, já a visita do segundo padre

[...] coincidió con el pánico por una enésima entrada cruceña, inclinando a los indios más tercios a someterse a los misioneros como a ‘los verdaderos padres, su amparo único y defensa’. A su vez, su disponibilidad a ‘reducirse’ a pueblos mayores disipó las dudas del Visitador: la Misión tenía luz verde. (EDER, 1985, p. XLIII).

No entanto, os jesuítas só começariam a “colher os seus primeiros frutos” em 1682 com a fundação da primeira missão jesuítica por invocação de *Nuestra Señora de Loreto*. Após sua fundação, a missão de Loreto serviria de base para as primeiras expansões jesuíticas ao longo do rio Marmoré até sua confluência com o rio Guaporé. Apesar de Loreto ser a primeira redução fundada pelos missioneiros, e estar mais próxima de Santa Cruz, a capital das missões jesuíticas de Mojos seria fundada em San Pedro no ano de 1697. A primeira etapa de expansão das missões ocorreu entre os anos de 1683 a 1700, e se concentrou no Alto Marmoré e na savana ocidental. Nesse espaço foram fundadas Santísima Trinidad (em 1687, pelo padre Cipriano Barace); San Ignacio (1689); San Javier (em 1691, pelos padres Juan de Montenegro e Agustín Zapata); San José (1691); San Francisco de Borja (1693); Desposorios de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. (A, 1694?); San Miguel (A, 1696?); San Pedro (1697) e San Luiz (1698) (EDER, 1985).

A segunda etapa ocorreu entre os anos de 1700 a 1720, momento em que os jesuítas estenderiam suas reduções pelo rio Marmoré até a sua confluência com o rio Guaporé e regiões de bosques, local onde habitavam os índios Baures e Tapacuras. As missões fundadas foram: de San Pablo (1703); Santa Rosa (A, 1705); Concepción (1708); Exaltación (1709); San Joaquín (1709); Tres Santos Reyes (1710); San Juan Bautista (1710); San Martin (1717); Santa Ana (1719) e Santa Maria Magdalena (1720). Já a terceira e última etapa ocorreu entre os anos de 1720 a 1750, e se caracterizou pela consolidação e expansão até a bacia do rio Guaporé. Neste espaço, foram fundadas as seguintes missões: Desposorio de Nuestra Señora (B, 1723); San Miguel (B, 1725); Patrocínio de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. (1730); San Nicolas (1740); Santa Rosa (B, 1743) e San Simón (1744) (EDER, 1985), e ainda Santa Rosa, a Nova (C, provavelmente antes de 1754).

Para inspecionar os primeiros progressos de tais missões e definir um plano de ação para expansão das mesmas, chega à savana de Llanos de Mojos em 1700, o padre Visitador Diego Francisco Altamirano. Segundo David Block (1997), o plano de ação de Altamirano era global, sobretudo porque propunha a criação de um mundo europeu em Mojos. Mas, para que isso acontecesse era necessário reunir a população nativa, satisfazer suas necessidades materiais, ensinar-lhes uma língua comum e instruí

23 Isto só aconteceria no ano de 1703, no momento em que o jesuíta Cipriano Barace “ganó la enemistad de um poderoso chamán, quien le preparo una emboscada separándolo de su escolta de neófitos. [...] la empresa de Mojos tuvo su primer mártir” (BLOCK, 1997, p. 81).

-los nas artes, ofícios e religião europeia, como bem destaca Block. Deste modo, o que Altamirano propunha para as missões de Mojos era um modelo no qual os europeus estabeleceriam as ordens e os índios as cumpririam, fato que não se verificou, pois, segundo Block,

[...] la visión que el P. Altamirano tenía de Mojos era incompleta: el mundo reduccional en 1700 ocupaba solamente el núcleo arawak del Marmoré y esta región homogénea demostró ser un mal anticipo de las realidades de la expansión misionera hacia las zonas multiculturales situadas al norte, este y oeste del Marmoré. (BLOCK, 1997, p. 80).

Mas, foi a partir de 1720 que as missões de Mojos alcançariam o seu pleno desenvolvimento, pois “casi la totalidad de la población nativa había dejado sus pequeñas aldeas por los poblados que los jesuitas habían organizado” (BLOCK, 1997, p. 82). Durante esse período de consolidação missioneira, até a natureza havia cooperado com chuvas normais, abundantes colheitas e uma boa saúde tanto para os jesuítas como para os indígenas (BLOCK, 1997). Segundo José Luiz Roca, o êxito das fundações reduccionais em Mojos se deve a uma “combinación de factores económicos y humanos, y al mismo tiempo una coincidencia afortunada de propósitos perseguidos por sus tres protagonistas: la Corona española, la Compañía de Jesús, y los aborígenes” (ROCA, 2001, p. 330).

Afinal, as diversas etnias indígenas presentes em Llanos de Mojos necessitavam tanto de proteção para se livrar dos ataques dos bandeirantes portugueses quanto de seus “adversarios nativos más poderosos como [dos] colonos españoles que devastaban sus aldeas con el propósito de reducirlos a la esclavitud poniéndolos a trabajar en sus charcas o en sus vaquerías” (ROCA, 2001, p. 331). Portanto, a construção do espaço missional em Mojos foi, segundo o arquiteto Victor Ortiz (2007), influenciado por duas preocupações articuladas e complementares entre si: o espiritual e o produtivo. E para alcançar tais objetivos, os jesuítas (sempre atentos ao conhecimento que os índios tinham de sua topografia local) situaram cuidadosamente suas missões em zonas que permitiam acesso aos recursos fluviais e ainda estivessem protegidas das inundações que ocorriam anualmente nas savanas de Llanos de Mojos.

Além das inundações, o desenvolvimento e o crescimento das missões de Mojos também seriam afetados pelas disputas dos reinos ibéricos por suas fronteiras na bacia do rio Guaporé a partir de 1740 (BLOCK, 1997). No entanto, as relações fronteiriças se acirrariam ainda mais quando a antiga missão jesuítica de Santa Rosa tornou-se, no ano de 1760, uma fortificação portuguesa às margens do rio Guaporé. Tal ação praticada pelos portugueses foi considerada um desrespeito ao Tratado de Madri, fato este, que os espanhóis nunca aceitaram, gerando, desta feita, uma contenda pela posse de Santa Rosa<sup>24</sup>.

Já o segundo espaço missioneiro que vamos analisar aqui, refere-se àquele em que foram fundadas as missões de Chiquitos. A primeira expedição espanhola realiza-

24 Para maiores detalhes sobre esse conflito luso espanhol pela retomada da antiga missão de Santa Rosa, consultar: Castilho Pereira (2012).

da nessa espacialidade foi comandada, de acordo com o jesuíta Antonio Menacho, pelo conquistador “Ñuflo de Chávez em meados do século XVI” (MENACHO, 1982b, p. 208). Esta expedição, de acordo com o autor, saiu de

Assunção no Paraguai, subindo este rio acompanhado por 300 soldados espanhóis. Foi enviado pelo governador Domingo Martínez de Irala para fundar uma cidade junto ao lago Xarayes [...]. A expedição se desviou de seu propósito e caminho, e em agosto de 1557, fundaram Santa Cruz de la Sierra num lugar que corresponde às proximidades do atual São José de Chiquitos. (MENACHO, 1982b, p. 208)<sup>25</sup>.

Desde sua fundação até o seu assentamento definitivo, Santa Cruz passou, segundo Roberto Charupá, por uma situação de “marginalidad y aislamiento, tanto a nivel geográfico como social y económico [...]” (CHARUPÁ, 2002, p. 215) devido, à falta de metais preciosos, à distância e dificuldade de comunicação em relação aos centros de decisão política, administrativa e econômica do Império Colonial Espanhol. Isolamento este, que, segundo o autor, também repercutiu na “región chiquitana y en la actividad misionales de los jesuitas” (CHARUPÁ, 2002, p. 215-216)<sup>26</sup>. Além disso, tanto Santa Cruz como as missões jesuíticas tiveram que enfrentar uma crescente rebelião indígena em decorrência da

[...] forma como os espanhóis administravam as novas terras e seus habitantes; às intensas prestações de serviços aos espanhóis; às obrigações nas *encomiendas*; à falta de liberdade; às cobranças excessivas de tributos e aos maus tratamentos cometidos pelos espanhóis aos indígenas. Todos esses fatores tornaram insustentável a presença europeia na [...] na Chiquitania. (ARRUDA, 2011, p. 94).

E para resolver este impasse, os colonizadores recorreram à ação missionária dos padres da Companhia de Jesus para pacificar os indígenas hostis. Tal atitude desagradava, e muito, os encomendeiros, pois viam nos jesuítas um forte obstáculo ao tráfico indígena. Para as autoridades espanholas, a presença dos jesuítas na Província de Chiquitos além de oferecer segurança aos povoados espanhóis contra os ataques de índios não reduzidos, acalentava ainda a “ilusão de alcançar a Província de Moxo e atendia aos interesses do governo em defender o território” (COSTA, 2006, p. 53) dos avanços portugueses. Para os indígenas, esta era “uma oportunidade de sobreviver ao regime colonial dos espanhóis e dos portugueses, que condenava [...] ao extermínio físico ou à exploração” (ARRUDA, 2011, p. 102).

25 Segundo Antonio Menacho, o lago dos Xarayes “corresponde aos lagos e banhados que formam o Paraguai no norte do curso, no extremo oriente da atual Bolívia” (Menacho, 1982b, p.208). Para maiores detalhes, consultar: COSTA (1999).

26 Segundo Roberto Charupá, “durante el período reduccional, los jesuitas mantenían contactos externos, por motivos de jurisdicción eclesiástica y comerciales, especialmente con las ciudades de Tarija, Charcas, y San Lorenzo de la Frontera. [...] En efecto, desde los inicios de las reducciones chiquitanas, los jesuitas intentaron restablecer el contacto fluvial con la ciudad de Asunción, camino que después de haberse logrado debió se cerrado por mandato de la Audiencia de Charcas, a pedido expreso del cabildo cruceño. [...] De modo que será por San Lorenzo de la Frontera la única vía de contacto oficial entre las reducciones chiquitanas y el resto de la Audiencia de Charcas” (CHARUPÁ, 2002, p. 216).



Já os jesuítas se serviriam do temor indígena pela encomienda e pelas bandeiras portuguesas para obter a redução em troca da dita proteção. Desse modo, a “reducción y el vasallaje directo al Rey de España se presentaban como una ‘salida’ para esta sociedad, una forma de huir al trágico destino que les imponía la encomienda al particular y el esclavismo” (CALEFFI, 1989-90, p. 68). Assim, as missões jesuíticas iniciariam suas atividades a partir de uma solicitação feita pelos índios Chiquitos, “al gobernador de provincia Agustín de Arce, para que les concediera protección permitiendo [assim] la misión Jesuítica” (CALEFFI, 1989-90, p. 241) em seus territórios. Com tal atitude, os indígenas esperavam obter alguns “beneficios previamente conocidos y entre los cuales era el principal el liberarse del acoso de los colonos cruceños así como de la más lejana amenaza de los bandeirantes” (GARCÍA RÉCIO, 1988, p. 87).

E para atrair os diferentes grupos indígenas, presentes na Província de Chiquitos para a vida nas missões, os jesuítas ofereceriam ferramentas e pequenos presentes além da segurança, e, caso estes meios não funcionassem, o “recrutamento era feito à força, ou mesmo, usavam do artifício de introduzir alguns índios convertidos entre a sua comunidade de origem para, com o tempo, seduzirem os seus antigos companheiros” (COSTA, 2006, p. 71). A principal barreira para a realização desta atividade foi o idioma, já que este impedia uma

[...] intervenção direta dos jesuítas na pregação, sendo necessário utilizarem um linguarú que pudesse escolher as melhores palavras capazes de refletir idéias estranhas ao índio, do idioma espanhol para o Chiquito e deste, quase sempre, para um terceiro idioma. (COSTA, 2006, p. 70)

Assim, diante da diversidade de línguas e etnias existentes nas missões da Chiquitania, os jesuítas tiveram que recorrer ao uso de uma língua geral, o chiquito. Para Roberto Charupá, “esta unificación lingüística no tenía un propósito excluyente de las demás lenguas indígenas minoritarias, sino que servía simplemente de medio para la transmisión del mensaje cristiano a los nativos” (CHARUPÁ, 2002, p. 221-222). Essa dificuldade, segundo Antonio Menacho (1991), se repetia a cada vez que uma nova etnia era levada a viver nas missões.

Contudo, esta era a primeira parte da ação missionária, já que o trabalho mesmo se iniciava, segundo a historiadora Paula Caleffi, dentro da redução, onde os índios considerados “selvagens” eram “educados no solo por el Padre cura, sino también por lo viejos cristianos que vivían allí y ayudaban ‘a quitarles las malas costumbres, hacerles olvidar las antiguas supersticiones y reducirlos a la estrechez de la ley y vida cristiana’” (CALEFFI, 1989-90, p. 248). Essa situação, segundo os autores, obrigava os jesuítas a serem mais “tolerantes e a dedicarem-se ao aspecto exterior da doutrina cristã como forma de incorporar os índios gradativamente ao novo regime” (COSTA, 2006, p. 71). Afinal, como bem salienta o jesuíta Antonio Menacho, não era uma tarefa fácil para estes diversos grupos indígenas

[...] pasar rápidamente de una vida nómada o seminómada a una vida sedentaria. Pocos eran los que conocían los rudimentos de la agricultura. La caza y la pesca

eran sus principales medios de sustentación. Estos recursos no se dejaron de lado, pero tenían que quedar supeditados a la vida ordenada de la reducción, en la cual se fomentaba la agricultura y la ganadería (Menacho, 1991, p. 85).

Deste modo, para que o projeto de evangelização fosse possível entre os índios Chiquitos, era necessário, segundo a historiadora Ariane Arruda, inserir indígenas que “adotavam a agricultura como meio de subsistência, além da caça e da coleta de frutos nas matas. Esse fator facilitou os trabalhos dos jesuítas e a autossubsistência das missões religiosas” (ARRUDA, 2011, p. 103). Sendo assim, a fundação de missões jesuíticas entre as diversas etnias que compunham a Chiquitania obedeceu, segundo o historiador Fúlvio Arnt, a “um planejamento maior do que a simples conversão dos indígenas à religião católica” (ARNT, 2005, p. 123), já que, além de reduzirem os problemas gerados pela distância e a falta de comunicação entre as cidades de Assunção e Santa Cruz de la Sierra (com a criação de um caminho seguro), elas também seriam, em primeiro lugar, responsáveis pelo

[...] desbravamento do interior e a pacificação das etnias indígenas que eram encontradas pela rota, através de expedições de reconhecimento e de missões volantes; **segundo**, com a criação das reduções, implementaram uma economia capaz de suprir-se e ainda gerar excedente para comércio, construindo estâncias de gado, cultivando alimentos, extraindo produtos nativos como erva-mate, sal e cera, fiando algodão e tecendo as fibras em panos; criaram, também, um corpo de “soldados indígenas”, com baixíssimo custo de manutenção, para defender as fronteiras dos territórios; **terceiro**, servindo essas reduções como base e através do empenho dos padres jesuítas, podia-se passar para a exploração do território, ampliando a área de atuação das missões volantes e criando novas reduções. (ARNT, 2005, p. 125-126, grifos nossos).

Portanto, o estabelecimento de missões jesuítas na Província de Chiquitos além de ampliar e consolidar este território serviram também, como barreiras para conter o avanço dos portugueses. Afinal, este espaço, segundo a antropóloga Denise Maldi Meireles, tinha uma notável importância estratégica, já que este era o “ponto-chave para o domínio da bacia do Paraguai e a comunicação de Mato Grosso com o alto Peru e o Amazonas” (MEIRELES, 1989, p. 89). Nesse sentido, a Província de Chiquitos será objeto de um “selectivo como sistemático avance luso-brasileño, que en forma libre y con una débil oposición, por primera vez se establecerán en forma definitiva en el margen derecha del río Paraguay” (MORENO e SALAS, 1992, p. 290).

E para defender suas possessões neste espaço, a coroa espanhola permitiu o uso de armas de fogo nas missões, além, é claro, de estabelecer uma milícia indígena destinada “as mais diversas atuações na fronteira, desde o combate a grupos inimigos até trabalhos de vigilância, o que contribuiu para acirrar a perseguição dos bandeirantes paulistas” (SOUZA, 2009, p. 69). Assim, o início da atividade missioneira em Chiquitos seria caracterizado por uma constante “tensão territorial e cultural, com assentamentos instáveis e um tanto quanto movediços, revelando uma preocupação dos missionários voltada para a segurança e para a atividade de evangelização através da

convivência direta com os indígenas” (COSTA, 2006, p. 69)<sup>27</sup>.

Já a evangelização dos indígenas ficaria a cargo da província jesuítica do Paraguai, uma vez que “los de la provincia del Perú no podían acudirles por estar tan ocupados en el innumerable gentío de los Mojos, muy distante de los Chiquitos” (BRAVO GUERREIRA, 1995, p. 36). Segundo o jesuíta Antonio Menacho, o fato dos jesuítas paraguaios terem assumido a “Misión entre los chiquitanos provocó una tensión con los jesuitas peruanos, que además de Tarija y los chiriguano, veían reducido una vez más su campo misionero” (MENACHO, 1991, p. 65). Afinal, havia um interesse por parte da província jesuítica do Peru em mandar missionários para Chiquitos, já que esta, segundo Antonio Menacho, dependia diretamente do vice-reinado do Peru.

A primeira etapa de ocupação da Província de Chiquitos pelos jesuítas ocorreu, segundo o historiador Giovani José da Silva, entre os anos de 1691 a 1724, e se caracterizou pela “entrada dos padres da Companhia de Jesus em territórios Chiquitano, a fim de explorá-los, dirigindo seus maiores esforços à reabertura do antigo caminho dos primeiros conquistadores, de Assunção à Santa Cruz de la Sierra, la vieja” (SILVA, 2011, p. 167)<sup>28</sup>. Já na segunda etapa, que ocorreu entre os anos de 1725 a 1747, os jesuítas deram continuidade as suas atividades de conversão indígena, ampliação e consolidação de seus territórios até então estabelecidos. Na terceira e última etapa, que ocorreu entre os anos de 1748 a 1767, foram criadas novas reduções, e, segundo Giovani Silva, “a caza espiritual dos chamados ‘infieis’ permitiu não apenas a formação das últimas cinco novas missões, mas também que as mais antigas seguissem crescendo em tamanho e número de habitantes” (SILVA, 2011, p. 168).

Sendo assim, as missões jesuíticas de Chiquitos não foram apenas um espaço de evangelização, já que também cumpriram uma “función o especialidad económica y geopolítica de alcance macro-regional” (MORENO e SALAS, 1992, p. 295). E foi nesse contexto que o jesuíta José de Arce fundou a primeira missão por invocação de

27 De acordo com o historiador Giovani José da Silva, além destas questões estratégicas, “as principais causas que levaram os jesuítas a mudar a localização de algumas das reduções foram, dentre outras, o fato de estarem localizadas em paragens que resultaram insalubres; a esterilidade dos solos, o que colocava em risco a alimentação dos habitantes reduzidos; lugares excessivamente expostos ao ataque de inimigos; escassez de água e uma topografia muito plana, que não permitia a construção de pequenos diques e açudes” (SILVA, 2011, p. 167).

28 Segundo Alcides Moreno e Virgilio Salas, os esforços exploratórios realizados pelos jesuítas no “rumbo Oeste se descartó desde un principio por la cercanía a la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, de manera que se definió a los ríos Grande y Parapetí como límites naturales de la Provincia de Chiquitos. [...] En cuanto al rumbo Norte y Nor-Oeste, se establecieron los primeros contactos con los pueblos de Baures y Guarayos para viabilizar el crecimiento e interconexión en esa dirección. Las razones para mantener una planificada relación entre ambos territorios de misiones eran obvias: primero, eran semejantes sus precarias condiciones defensivas frente a las correrías paulistas, y segundo, era necesario establecer un adecuado marco de complementariedad y potenciamiento económico interterrenal. [...] A su vez la frontera Sur, Sur-Este con la cuenca chaqueña, tenía como precedente los reiterados fracasos en las reducciones levantadas en la actual provincia de Cordillera, como consecuencia del clima inestable provocado por la beligerante actitud de los chiriguano – en defensa de su amplio sentido de libertad y territorio -, demarca una explicable como amplia franja fronteriza en todo el frente chaqueño. [...] La última fase tiene en el Este, el Levante, su nueva dirección, hacia la laguna Xarayes, hacia el lugar donde los padres Francisco de Herbás y Miguel de Yegrós habían plantado la célebre cruz de madera mirando – presuntamente – las nacientes del río Paraguay” (MORENO e SALAS, 1992, p. 304 e 305).

San Francisco Javier no ano de 1691. Segundo Ariane Arruda, outras nove missões jesuíticas seriam fundadas entre os anos de 1696 a 1760, a saber:

*San Rafael*, em 1696, pelos jesuítas Juan Bautista Zea e Francisco Hervas; *San José de Chiquitos*, entre 1696 e 1698, por Felipe Suárez e Dionisio de Avila; *San Juan Bautista*, entre 1699 e 1716, por Juan Bautista Zea, Patricio Fernández e Juan Bautista Jandra; *Concepción*, entre 1709 e 1722, por Lucas Caballero e Juan Benavente; *San Miguel*, em 1721, pelo jesuíta Felipe Suárez; *San Ignacio de Chiquitos*, em 1748, por Miguel Arejier; *Santiago*, em 1754, por Gaspar Troncoso e Gaspar Campos, sendo posteriormente administrada por Patricio Patsi e José Pelaya; *Santa Ana*, em 1755, por Julián Knogler; e *Santo Corazón de Jesús*, em 1760, pelos jesuítas Antonio Gaspar e José Chueca. (ARRUDA, 2011, p. 103).

Segundo Alcides Moreno e Virgilio Salas, a primeira missão fundada por invocação de San Francisco Javier exerceria a função de “intercambio y protección externa, dada su proximidad a Santa Cruz de la Sierra” (MORENO e SALAS, 1992, p. 295). Já a missão de Concepción, segundo os autores, seria o ponto de “confluencia y contacto con parcialidades vecinas de convivencia altamente conflictiva” (MORENO e SALAS, 1992, p. 295), enquanto que a fundação das missões de San Juan Bautista, San José e San Ignacio de Zamucos funcionariam como pontos avançados de controle e segurança territorial. E com a fundação da missão de Santo Corazón de Jesús, os jesuítas pretendiam “aproximar-se do rio Paraguai e ir fundando novas reduções mais ao oriente para juntar-se com as que se iam fundando no curso do Paraguai em direção ao norte” (MENACHO, 1982b, p. 222).

Assim, com a fundação desta missão e de Nuestra Señora de Belén (na confluência do Paraguai com o rio Ipane), os jesuítas pretendiam encontrar um caminho que ligasse as missões de Chiquitos às missões Guarani, facilitando assim, por meio da navegação do rio Paraguai, o abastecimento destas missões a partir de Assunção (MENACHO, 1982b)<sup>29</sup>. Para Alcides Moreno e Virgilio Salas, os cinco primeiros estabelecimentos missionários instalados na Província de Chiquitos seguiam uma estratégia territorial para

[...] consolidar la extensa llanura mediante la estructuración de un esquema estrellar en el que se configura y define un **escudo protector** capaz de asegurar el cumplimiento adecuado de dos objetivos recíprocos. En lo externo, alejarse de las posesiones españolas y lograr una protección suficiente y coordinada a las incursiones portuguesa [...]. En lo interno, la confirmación de bases físicas propicias y posibilitantes de un desarrollo planificado **hacia adentro** de un amplio territorio que se había reconocido, explorado e incorporado funcionalmente por una red de caminos apto para tiempo seco, e incluso todo el año, por algunos tramos fluviales. (MORENO e SALAS, 1992, p. 296, grifos do autor).

Esta estratégia, segundo os autores, assegurava que as missões jesuíticas estabelecidas em pontos mais distantes da Província Chiquitana tivessem abastecimento e

<sup>29</sup> Para maiores detalhes sobre o caminho que unia as missões de Chiquitos às missões Guarani, consultar: Lobo (1960). Também é possível encontrar informações detalhadas sobre a abertura deste caminho em: Knogler S.J. (1979).

assistência organizada, “no sólo de vituallas o elementos defensivos, sino también de los insumos y requerimiento propios de la empresa misional, como lo fue intercambio de bienes y enseres productivos y culturales” (MORENO e SALAS, 1992, p. 299). Tais ações visavam, de acordo com os autores, o fortalecimento interno da província, já que no início da ação missionária a prioridade era a delimitação dos pontos extremos da fronteira.

Como vimos, a ação da Companhia de Jesus foi bastante semelhante nestas duas espacialidades missioneiras no que tange: aos objetivos da ordem, à pacificação e atração dos indígenas para a vida nas missões, à adoção de um idioma geral diante da diversidade étnica, bem como, à criação de milícias indígenas para guarda da fronteira. A única exceção, neste caso, foi a solicitação feita pelos índios chiquitos para ter a presença dos jesuítas em seus territórios. Já no que se refere ao contexto em que estas duas espacialidades missioneiras estavam inseridas, ambas sofreram problemas em relação às encomiendas e à fronteira com os portugueses. Afinal, como bem destaca Artur Barcerlos, “o contato com a sociedade colonial ibérica fez com que [as] diferenças fossem amenizadas, em busca de uma normatização dos indígenas, visando [assim] o aproveitamento de sua força de trabalho” (BARCELOS, 2000, p. 150).

A diferença aqui está relacionada ao espaço geográfico em que estas missões foram fundadas. Portanto, mesmo que estas missões obedecessem a um plano geral de ações políticas comuns a todas elas, as diferenças, assim como as semelhanças, surgirão no momento em que os jesuítas vão para o espaço implantar suas missões junto aos diversos grupos étnicos presentes nestes diferentes espaços geográficos.

## Referências

### Fontes Impressas

EDER S.J., Francisco Javier. **Breve Descripción de las Reducciones de Mojos** (ca. 1772). Traducción y edición de Josep M. Barnadas. Cochabamba: Historia Boliviana, 1985.

KNOGLER S.J., Julián. Relato sobre el país y la nación de los chiquitos en las Indias Occidentales o America del Sud y las misiones en su territorio, redactado para un amigo. In: HOFFMAN, Werner. **Las misiones jesuíticas entre los Chiquitanos**. Buenos Aires: Fundación para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 1979.

### Bibliografia

ARNT, Fúlvio Vinícius. **San Ignacio de los Zamucos: Índios e Jesuítas no coração do deserto Sulamericano, século XVIII**. Dissertação (Mestrado em Estudos Históricos Latino-Americanos) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.

ARRUDA, Ariane Aparecida Carvalho de. **Condicionantes étnicos na criação das Missões de Chiquitos: alianças e conflitos na Chiquitania e no Pantanal (1609-1691)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BARCELOS, Artur H. F. **Espaço e Arqueologia nas missões jesuíticas**: o caso de São João Batista. (Coleção Arqueologia 7). Porto Alegre: EdiPUCRS, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O espaço missioneiro e a geopolítica Pombalina. *In*: O Espaço Missioneiro. **Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missionários**. Santa Rosa, Rio Grande do Sul: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco. 18 a 21 de outubro de 1983.

BLOCK, David. **La cultura reduccional de los Llanos de Mojo**. Sucre: Historia Boliviana, 1997.

BOLTON, Herbert E. The Mission as a Frontier Institution in the Spanish-American Colonies. **The American Historical Review**, v. 23, n. 1, October, 1917.

BRAVO GUERREIRA, María Concepción. Las misiones de Chiquitos: pervivencia y resistencia de un modelo de colonización. **Revista Complutense de Historia de América**, n. 21, 29-55. Servicio de Publicaciones UCM. Madrid, 1995.

CALEFFI, Paula. **La Provincia Jesuítica del Paraguay**: Guaraníes y Chiquito. Un Análisis Comparativo. Universidade Complutense. Facultad de Geografía e Historia. 1989-90.

CASTILHO PEREIRA, Ione Ap. M. **Missão jesuítica colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

\_\_\_\_\_. A Ocupação da Margem Oriental do rio Guaporé e a Guerra em Mojos. **Anais da XIV Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas**. San Ignacio de Velasco, Universidad Católica Boliviana “San Pablo”, 7 a 10 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. **Em tudo semelhante, em nada parecido**: Uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos Chiquitos, Guaraní e Maynas (1607-1767). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

COSTA, José Eduardo Fernandes Moreira da. **A coroa do mundo: religião, território e territorialidade chiquitano**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2006.

COSTA, Maria de Fátima. **A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1999.

CHARUPÁ, Roberto T. **La primera evangelización en las reducciones de Chiquitos**. Bolívia (1691-1767). Cochabamba: Verbo Divino, 2002.

DENEVAN, William M. **The aboriginal cultural geography of the llanos de Mojo of Bolivia**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1966.

FINOT, Enrique. La Conquista de Mojos. **Historia de la Conquista del Oriente Boliviano**. 2 ed. La Paz, Bolivia: Librería Editorial “Juventud”, 1978.

GADELHA, Regina Maria A. F. **As missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GARCÍA RECIO, José María. Los jesuitas en Santa Cruz de la Sierra hasta los inicios de

las reducciones de Moxos y Chiquitos. Posibilidades y limitaciones de la tarea misional. **Quinto Centenario**, n. 14, Universidad Complutense, Madrid, 1988.

JACKSON, Robert. Missions on the Frontiers of Spanish America. **Journal of Religious History**, v. 33, n. 3, September 2009.

KERN, Arno Alvarez. **Missões: uma utopia política**. (Documenta 14). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

\_\_\_\_\_. Fronteiras e Missões coloniais: continuidades e oposições culturais. **Revista Territórios e Fronteiras** - Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, v. 4, n.1, jan-jun. 2003.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Caminho de chiquitos às missões Guaranis de 1690 a 1718**. XX Coleção da “Revista de História”, São Paulo, 1960.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MATIENZO CASTILLO, W. Javier. **La Iglesia Misionera en Indias: el caso de las Reducciones de la Compañía de Jesús en América Meridional (Siglos XVII y XVIII)**. Universidad de Sevilla: Universidad de Sevilla/Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo/Aecid – España, s/a.

MEIRELES, Denise Maldí. **Guardiães da Fronteira, Rio Guaporé, século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MENACHO S.J., Antonio. As missões entre os Mojos. *In*: HOORNAERT, Eduardo (Org.). **Das Reduções Latino-Americanas às lutas indígenas atuais** (IX Simpósio Latino-Americano da CEHILA, Manaus, 29 de julho a 01 de agosto de 1981). São Paulo: Edições Paulinas, 1982a.

\_\_\_\_\_. Fundação das reduções de Chiquitos. *In*: HOORNAERT, Eduardo (Org.). **Das Reduções Latino-Americanas às lutas indígenas atuais** (IX Simpósio Latino-Americano da CEHILA, Manaus, 29 de julho a 01 de agosto de 1981). São Paulo: Edições Paulinas, 1982a.

\_\_\_\_\_. **Por Tierras de Chiquitos: Los Jesuitas en Santa Cruz y en las misiones de Chiquitos en los siglos 16 a 18**. Bolivia: s/ed., 1991.

MORENO, Alcides Parejas & SALAS, Virgilio Suárez. **Chiquitos – Historia de una utopía. Santa Cruz de la Sierra**: Universidad Privada de Santa Cruz de la Sierra. 1992.

ORTIZ, Víctor Hugo Limpías. Misión de Moxos. *Revista APUNTES*.v. 20, n. 1. Enero-Junio, 2007.

PORTO, Maria Emilia Monteiro. Fronteira: Jesuítas e missões no Rio Grande Colonial. *In*: SCHALLENBERGER, Erneldo. **Identidades nas fronteiras: território, cultura e história**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

ROCA, José Luis. **Economía y Sociedad en el Oriente Boliviano. (Siglos XVI e XX)**, Cotas Ltda, 2001.

SILVA, Giovani José da. Séculos de história indígena no coração da América do Sul: os chiquitano no (atual) oriente boliviano. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 34,

dez. 2011.

SOUTHEY, Robert. **Historia do Brasil**. Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J. C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo; prefácio de Brasil Bandecchi. 4. ed. 3 vols. Brás. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977.

SOUZA, Alda Lúcia Monteiro de. **A história dos Chiquitanos: (re)configurações sociais e territoriais**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, 2009.



## O RIO DA PRATA COMO FRONTEIRA SUL DO BRASIL

Paulo César Possamai<sup>30</sup>

Com a restauração da independência portuguesa, em 1640, a Coroa lusitana passou a adotar uma política que visava desenvolver as potencialidades econômicas dos seus domínios americanos, já que o comércio oriental havia passado para as mãos dos holandeses e parecia definitivamente perdida qualquer ilusão de rearticulação do antigo monopólio comercial no Oriente (RODRÍGUEZ, 1958, p. 180-184).

A partir de então, fica claro o deslocamento do eixo dinâmico do Índico para o Atlântico. De fato, foi a concentração dos esforços na América portuguesa e nos entrepostos africanos, com o recuo do antigo centro de atividades, irremediavelmente perdido para as novas potências marítimas, que permitiu à Coroa portuguesa manter e mesmo expandir a sua área da colonização (NOVAIS, 1995, p. 19).

Dentro desta política de recuperação econômica, o Prata voltou a interessar aos portugueses, pois, desde 1640, quando irrompeu a guerra com a Espanha, o comércio do Rio de Janeiro entrou em decadência acentuada, ocasionando uma baixa no preço oferecido pelo contrato dos dízimos, fato que demonstra a importância da rota comercial entre a baía de Guanabara e o Rio da Prata (RODRÍGUEZ, 1958, p. 180-184).

Salvador Corrêa de Sá, interrogado, em 1643, sobre como reabrir o lucrativo comércio com Buenos Aires, sugeriu, nada menos, que a conquista da cidade e a construção de uma fortaleza em suas proximidades. A conquista seria facilitada pela ajuda dos paulistas, que deveriam atacar o Paraguai, para impedir o envio de reforços espanhóis. Da mesma opinião era o padre Antônio Vieira, que advogava a conquista do Rio da Prata como consolação à cessão de Pernambuco aos holandeses, em troca da paz (ALMEIDA, 1957, p. 99-100).

Entretanto, prevaleceu a política de ocupação pacífica das terras em litígio. Em 1646, Salvador Corrêa de Sá, então nomeado governador e capitão-general do Rio de Janeiro, pela terceira vez, requereu à Coroa a concessão de uma capitania no território, ainda não ocupado pelos europeus, entre São Vicente e o Rio da Prata. A donataria deveria abranger trezentas milhas de costa, com extensão indefinida para o interior. Corrêa de Sá comprometia-se a fazê-la crescer e prosperar com seus próprios recursos, mas não ficou esquecida a possibilidade de reabrir o comércio com Buenos Aires. Embora esse pedido tivesse parecer favorável de um grupo de altos funcionários administrativos e eclesiásticos, foi deixado de lado por D. João IV. Após a morte do rei, o pedido foi reapresentado, mas a rainha-regente não tomou nenhuma decisão definitiva a despeito do parecer favorável de dois funcionários régios (BOXER, 1973, p. 308).

A doação foi efetivada somente em 1676, quando, sob a regência do príncipe D. Pedro, os portugueses revigoraram sua política expansionista no sul. Foram beneficiados o segundo visconde de Asseca e João Corrêa de Sá, herdeiros de Salvador Corrêa de Sá. A 5 de março de 1676, ficou estabelecido que a nova capitania teria 75 léguas de costa, a serem contadas do cabo de Santa Maria para o norte (DOMINGUES, 1973, p. 32).

---

30 Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de História e do PPGH da UFPEL. Este trabalho teve financiamento da CAPES através de uma bolsa de pós-doutorado Sênior.

Nesta concessão, o príncipe regente reservou para si: “o mais terreno da boca do Rio [da Prata] para dentro, que fica para a parte do sul da linha de demarcação e há de correr pelo interior da terra, pertence a Coroa, [...], e estas hão de ser sempre realengas, sem terem outro domínio” (ALMEIDA, 1981, p. 119).

Embora os Corrêa de Sá nunca chegassem a tomar posse efetiva das terras concedidas, a busca de metais preciosos incentivou o progressivo povoamento das terras ao sul de Cananéia. Assim, em 1648, surgiu Paranaguá; em 1658, São Francisco do Sul; e, em 1668, Curitiba. No decênio seguinte, o paulista Francisco Dias Velho requereu uma sesmaria na ilha de Santa Catarina, onde desenvolveu lavouras e erigiu uma capela em honra a Nossa Senhora do Desterro. Entretanto, as incursões dos corsários que frequentavam a ilha causaram a morte de Dias Velho e levaram seus dois filhos a refugiarem-se em Laguna, onde o vicentino Domingos de Brito Peixoto iniciara uma povoação (DOMINGUES, 1973, p. 32).

A política de expansão rumo ao Prata, que a Coroa portuguesa adotou a partir da Restauração, foi legitimada pela criação da diocese do Rio de Janeiro. Já no memorial que o Dr. Lourenço de Mendonça, administrador eclesiástico do Rio de Janeiro, escreveu, por volta de 1630, sobre a necessidade da criação de um bispado na cidade, ele descrevia a costa brasileira correndo da boca do Rio da Prata até o cabo do Norte, na província do Maranhão e Rio das Amazonas (ALMEIDA, 1957, p. 54). Efetivamente, a Prelazia do Rio de Janeiro, criada em 19 de julho de 1576, tinha como limite sul o Rio da Prata, o que foi confirmado no século seguinte, quando da criação do bispado do Rio de Janeiro, em 22 de novembro de 1676, pela bula *Romani Pontificis*, na qual Inocêncio XI estabeleceu o alcance da nova diocese que, do Espírito Santo, seguia “até o Rio da Prata, pela costa marítima e pelo sertão” (LEITE, 1945, p. 534).

A confirmação, obtida através da bula que criara a diocese do Rio de Janeiro, de que o território em litígio, que corria de Cananéia, situada no sul do atual litoral paulista, ao Rio da Prata, fazia parte do Estado do Brasil, legitimou a nova tentativa de fundar uma povoação no Prata. Outro fator favorável à retomada pelos portugueses do velho projeto de ocupar as margens do Rio da Prata foi a decadência acentuada do poderio espanhol durante o reinado de Carlos II.

A primeira tentativa de povoamento aconteceu em 1677, quando D. Pedro instruiu secretamente o tenente-general Jorge Soares de Macedo a visitar Paranaguá para determinar o valor de supostas minas e prata e, de lá, passar ao Rio da Prata, onde deveria erguer uma fortificação (RODRÍGUEZ, 1958, p. 187-188). Tendo chegado a São Paulo, em fins de 1678, a fim de arregimentar gente e mantimentos, Macedo foi informado pelos sertanistas de que uma expedição ao Prata, por terra, seria impossível sem a demora de dois anos, o que contrariava a sua intenção de cumprir com brevidade a sua missão (ALMEIDA, 1957, p. 112).

Em vista deste problema, Jorge Soares de Macedo optou pela viagem marítima. Entretanto, por duas vezes, tempestades obrigaram as embarcações a regressarem ao porto. Na terceira tentativa, uma tempestade ainda maior dispersou a frota, sendo que quatro embarcações conseguiram regressar a Santos, enquanto outras três foram dar à ilha de Santa Catarina. Ainda abatido pelo malogro da expedição, Macedo foi

informado de que deveria seguir para o Rio de Janeiro, a fim de entrar em contato com o novo governador, D. Manuel Lobo, que, entretanto, havia sido escolhido por D. Pedro para comandar a nova fundação (PORTO, 1954, p. 387-388).

A pequena frota de Lobo chegou sem maiores problemas à ilha de São Gabriel, em 20 de janeiro de 1680. Porém, ao tomar conhecimento da chegada da expedição, o governador de Buenos Aires, D. José de Garro, enviou ao seu encontro uma comissão a fim de requerer ao comandante dos navios que abandonasse as terras do rei de Espanha, pois, se não o fizesse com toda a brevidade, usaria da força para desalojá-lo da região. Embora D. Manuel Lobo tenha recebido os emissários espanhóis com amabilidade, não deixou de demonstrar firmeza na discussão que se seguiu entre portugueses e espanhóis sobre a posição em que a linha de Tordesilhas passava no sul da América, encerrando a discussão com a afirmação de que, sem a ordem expressa do príncipe regente, não voltaria atrás um passo (ALMEIDA, 1957, p. 116-117).

Recusando as exigências dos espanhóis, Lobo iniciou as obras de construção da fortaleza dedicada ao Santíssimo Sacramento, enquanto que, à futura cidade que pensava em construir nas suas proximidades, denominaria Lusitânia (MONTEIRO, 1937, v. 2, p. 23-32). Não deixa de ser interessante a escolha do nome da fortificação, que exaltava a religião católica, enquanto que a futura cidade exaltaria a nacionalidade portuguesa, duas forças a representar a vontade com que os portugueses tinham de estabelecer-se definitivamente às margens do Rio da Prata.

Por sua vez, a Coroa espanhola protestou em Lisboa contra a instalação dos portugueses na região platina. Ao mesmo tempo enviou uma real cédula a D. José de Garro para que desalojasse os portugueses *a sangre y fuego*, ordem que o governador provavelmente já estava esperando. Logo deu ordem para que se procedesse à mobilização das tropas coloniais e dos guaranis das missões jesuíticas.

No momento do ataque à fortaleza, a desproporção das forças era muito grande: 280 espanhóis e mais de três mil indígenas, comandados pelo mestre de campo Antonio Vera y Mujica, contra pouco mais de 400 portugueses, e destes, somente cerca de 300 militares, não deixava dúvidas quanto à vitória dos espanhóis, mesmo porque os baluartes de terra somente podiam deter momentaneamente o assalto, mas não impedi-lo (MONTEIRO, 1937, v. 1, p. 54-57).

Os sobreviventes foram levados prisioneiros a Buenos Aires e somente em 20 de setembro de 1680, em resposta às cartas de D. Manuel Lobo, chegou a Sacramento o reforço vindo do Rio de Janeiro, quando já fazia mais de um mês que a fortaleza fora destruída pelos espanhóis. Temendo que a população de origem lusa que vivia em Buenos Aires tentasse libertar os prisioneiros, Garro enviou os oficiais portugueses para o Chile, enquanto que Lobo, ainda doente, e mais alguns de seus homens foram mandados para Córdoba. Com a notícia do armistício, D. Manuel Lobo pôde seguir para Buenos Aires, onde morreu em 13 de janeiro de 1683, antes de conseguir retornar ao Brasil (MONTEIRO, 1937, v. 1, p. 88-89).

A notícia da tomada de Sacramento, em agosto de 1680, só chegou a Portugal em 5 de março do ano seguinte, levada pela frota do Brasil. Confiante no apoio da França, ao mesmo tempo em que se assegurava da neutralidade da Inglaterra, preocupada

em equilibrar seus interesses entre Lisboa e Madri, D. Pedro deu ordem para a mobilização das tropas portuguesas junto à fronteira luso-espanhola. Negando-se a conceder audiência ao embaixador espanhol, o príncipe regente enviou um *ultimatum* à Espanha que, dentro de quinze dias, teria de dar satisfação do ocorrido, castigar o governador de Buenos Aires, libertar os prisioneiros e devolver o território ocupado (RIVERÓSTULA, 1959, p. 81-82).

A violenta reação de D. Pedro levava em consideração a fraqueza da Espanha, recém-saída de uma guerra desastrosa contra a França, pela qual teve de ceder-lhe o Franco-Condado e várias cidades em Flandres, através do tratado de paz assinado em Nimègue, em 1678 (CORVISIER, 1979, p. 310-311). Intimidada, a Espanha cedeu e, a 7 de março de 1681, foi assinado em Lisboa o Tratado Provisional, pelo qual Carlos II comprometia-se a castigar os excessos do governador Garro, restituir todas as armas, munições e ferramentas tomadas aos portugueses e libertar todos prisioneiros de guerra.

D. Pedro, por sua vez, comprometia-se a ordenar que somente se fizessem reparos nas fortificações feitas de terra e se construíssem abrigos para o pessoal, pois ficava impedida a construção de novas fortalezas em Sacramento, bem como de edifícios de pedra ou taipa. Não se poderia aumentar o número de gente e armas e ficavam proibidos a comunicação e comércio entre os portugueses e os súditos espanhóis, fossem eles brancos ou índios. O príncipe deveria mandar averiguar os excessos cometidos pelos paulistas e devolver os indígenas e o gado apresados pelos mesmos, enquanto que os habitantes de Buenos Aires continuariam gozando do uso e aproveitamento das terras de São Gabriel, bem como do porto de Sacramento. O tratado regulamentava, ainda, que seriam nomeados comissários em igual número para ambas as partes para que, dentro de dois meses, se reunissem numa conferência, na qual seriam definidos os limites do meridiano de Tordesilhas. Caso os comissários não chegassem a nenhum acordo dentro de no máximo três meses, a disputa seria resolvida pelo Papa, que teria um ano para arbitrar a questão (REVISTA DO IHGB, 1986, v. 352, p. 914-928).

O Tratado Provisional possibilitou a reconstrução de Sacramento pelos portugueses, embora nunca se chegou a um acordo com relação à linha de Tordesilhas. Entretanto, algumas de suas cláusulas problematizaram a reinstalação dos lusos no Prata, como a proibição da construção de novas fortificações e aumento no número de povoadores e soldados. A exigência de que os bandeirantes devolvessem o gado e os indígenas apresados durante suas incursões não foi efetivada, o que deu margem para que os espanhóis pudessem argumentar que o tratado nunca fora cumprido na íntegra. O direito concedido aos habitantes de Buenos Aires de explorar as terras de São Gabriel tornou-se fonte de constantes atritos entre portugueses e espanhóis na exploração do gado selvagem da Banda Oriental, enquanto que a proibição do comércio e a comunicação entre os portugueses e os súditos espanhóis (o que incluía os índios missioneiros) possibilitou a fundação uma guarda no rio de São João, criada a cinco léguas ao norte de Sacramento, a fim de impedir a expansão portuguesa.

Para justificar seus direitos sobre o Rio da Prata, o governo de Portugal mandou publicar, em português, francês e espanhol, um manifesto intitulado *Notícia e jus-*

tificação do título e boa fé com que se obrou a Nova Colônia do Sacramento, nas terras da capitania de São Vicente, no sítio chamado São Gabriel, nas margens do Rio da Prata, que mandou distribuir às cortes europeias. Nele, foram apresentados os tratados com a Espanha, as bulas papais e também uma série de relatos de navegadores, geógrafos e cronistas portugueses e estrangeiros, que sustentavam a tese da Coroa portuguesa de que os limites dos seus domínios americanos estendiam-se até o Rio da Prata (REVISTA DE HISTÓRIA, N. LXVII, 1977, p. 1-32). Nota-se que é partir de então que o estabelecimento português passa a ser comumente designado, na documentação, como *Nova Colônia do Sacramento*, denominação que acentuava o papel colonizador do empreendimento, provavelmente, numa tentativa de dissimular o seu caráter mercantil.

Em 1683, uma pequena frota, comandada por Duarte Teixeira Chaves, aportou no local onde se erguera a fortaleza do Santíssimo Sacramento, a fim de tomar posse do território em nome do rei de Portugal. O governador de Buenos Aires, D. José Herrera de Sotomayor, comandou a entrega do sítio, ao mesmo tempo em que tratou de impedir a comunicação entre espanhóis e portugueses, mandando publicar um bando em que ameaçava, com pena de morte e confisco de bens, as pessoas que negociassem com os lusitanos (MONTEIRO, 1937, v. 1, p. 98-101).

A cinco léguas ao norte de Sacramento, às margens do rio São João, Herrera instituiu um posto militar, onde um cabo e trinta soldados tinham como missão afugentar o gado selvagem das proximidades do estabelecimento dos portugueses, impedir seu contato com os indígenas e vigiá-los para que não construíssem novas fortificações. Embora fosse criada com o objetivo de isolar os lusitanos, essa guarda também serviu como um centro de contrabando e de refúgio aos desertores de Sacramento (RIVERÓS TULA, 1959, p. 96).

Outra medida tomada pelo governador de Buenos Aires para conter a expansão portuguesa foi apoiar a volta dos jesuítas para a margem esquerda do rio Uruguai, de onde haviam sido expulsos pelos bandeirantes, na primeira metade do século XVII. A partir de então, passaram a ser criadas as reduções, que seriam depois conhecidas como os *Sete Povos das Missões* (SIERRA, 1957, p. 487).

Os portugueses mantiveram-se na posse da Colônia do Sacramento até 1705, quando, em consequência da participação de Portugal e Espanha em campos opostos durante a Guerra da Sucessão Espanhola, a fortaleza foi atacada e tomada pelos espanhóis. Sebastião da Veiga Cabral, que a governou até a chegada da ordem de abandono da praça, posteriormente, fez uma relação dos locais que deveriam ser fortificados quando se retomasse Sacramento. O primeiro ponto a se fortificado, segundo Cabral, seria o Rio Grande de São Pedro, depois Maldonado, reconstruir a Colônia do Sacramento (que seria a capital da nova área colonizada), fortificar o rio de São João, Ponta Gorda (onde o termina o rio Uruguai e inicia o Rio da Prata), a ilha de Martin Garcia e a foz do rio Biscainho, localidade que “goza excelente sítio e melhores terras, cobre o rio do Salvador, Sauce e o notável rio Negro, em que goza da navegação particular, tem excelentes madeiras e está quase metida entre as aldeias dos índios Tapés” (CABRAL, 1965, p. 143).

Embora o ambicioso plano de ocupação da Banda Oriental, proposto por Vei-

ga Cabral, não tenha sido implantado, em 1715, o Tratado de Utrecht, que selou a paz entre as coroas ibéricas, garantiu a devolução da Colônia do Sacramento aos portugueses. Os plenipotenciários portugueses na Holanda foram o conde de Tarouca e D. Luís da Cunha. Tarouca buscou mais do que simplesmente a devolução de Colônia na negociação com os espanhóis, pois visava garantir a expansão da colonização portuguesa no Rio da Prata:

Porque escrevendo ouvi da parte de El Rei de Castela que se não dissesse no tratado Colônia, pois já não havia tal Colônia, mas dissemos o terreno donde estava a Colônia [...] esta malícia não percebeu o Duque de Osuna [plenipotenciário espanhol], nem o embaixador de França e assim passou o plural; e assim direi a VS.<sup>a</sup> o desígnio com que o fiz. El Rei nosso senhor não possuía mais que a Colônia simplesmente, antes quando ultimamente lha cedeu Felipe 5º pôs-lhe uma cláusula dizendo como *al presente la tiene* – de sorte que não possuíamos de jure um palmo de terra fora da Colônia, mas presentemente em virtude desta paz há de El Rei entrar de posse, há de fortificá-la, há de começar a lograr toda a campanha e terra que lhe parecer e se os castelhanos quiserem embaraçar-lhe há de responder-lhes que aquele território lhe há de ser cedido juntamente com a Colônia e que não põem em dúvida a que se faça a demarcação pois que no tratado de paz se vê que não só lhe deram a Colônia mas o território. (*apud* CLUNY, 2006, p. 319).

Contudo, a notícia da entrega da “Colônia do Sacramento e seu território”, segundo os termos do tratado, não foi bem recebida em Buenos Aires. O *cabildo* escreveu ao rei que a devolução de Colônia aos lusos resultaria num gravíssimo prejuízo à Coroa espanhola e aos habitantes das províncias de Buenos Aires, Paraguai e Tucumã, assim como também aos índios das missões jesuíticas. Dizia que todos necessitavam da caça do gado selvagem que vivia na Banda Oriental, uma vez que a contínua exploração e a seca haviam extinguido o gado na campanha bonaerense (CORREA LUNA, 1931, v. 1, p. 452-453).

Para o governador de Buenos Aires, o território de Colônia, que não fora delimitado pelo Tratado de Utrecht, era somente o coberto pela artilharia da praça. Segundo ele, se, antes, os portugueses tinham o usufruto da campanha, o mesmo não passava de roubo, o que seria evitado com o povoamento da margem norte do Rio da Prata pelos espanhóis (CORREA LUNA, 1931, v. 1, p. 453-457).

Na tomada de posse, o governador Manuel Gomes Barbosa expôs o que os portugueses entendiam como sendo o território de Colônia: “tanto para a parte do norte, por onde se continua atualmente o domínio de Portugal, como para a parte do leste, e foz do Rio da Prata” (MONTEIRO, 1937, v. 1, p. 58-59). Por isso, pediu aos comissários espanhóis a retirada da guarda do rio São João. Recebeu uma negativa com base no argumento de que o território da Colônia do Sacramento se restringia ao alcance de um tiro de canhão disparado da fortaleza, ideia do governador de Buenos Aires e aprovada pela Coroa espanhola. Seguindo as ordens de Lisboa, Gomes Barbosa fez registrar seu protesto contra a limitação imposta pelos espanhóis e deu início às obras de reconstrução da fortaleza.

Na Europa, a questão do território da Colônia do Sacramento continuava in-

definida. Os historiadores régios foram chamados a contribuir com a posição oficial. O padre Manuel Caetano de Souza preparou um minucioso estudo sobre as diferentes acepções da palavra território, a fim de refutar a interpretação dos espanhóis. Ele descreveu três definições para o termo: territórios das cidades; territórios com jurisdições próprias e territórios com extensão indefinida; nos quais se incluíam os territórios das conquistas. “Nessa reflexão, observa-se a equivalência entre ‘conquista’ e ‘colônia’, concebidos como espaços territorialmente indefinidos” (KANTOR, 2004, p. 56).

Mas a questão não ficou restrita ao campo diplomático, pois a restituição da Colônia do Sacramento aos portugueses levou a corte de Madri a retomar seus projetos de povoamento da margem norte do Rio da Prata. Em 1719, o governador Manuel Gomes Barbosa informou ao governo metropolitano de que naus espanholas sondaram a enseada de Montevideu e que fora enviada à Espanha uma planta da nova fortificação a ser erigida no local (AHU, Cx, 1. D. 51). Ao analisar a carta enviada por Barbosa, o Conselho Ultramarino foi de parecer de que se pusesse em prática o projeto de povoar Montevideu e Maldonado (IHGB, Arq. 1.1.21, f. 23v-24). Entretanto, ambos os projetos ficaram parados até 1723, quando os portugueses tomaram a iniciativa, como veremos a seguir.

Os homens que governaram Colônia nunca aceitaram as intimações dos governadores de Buenos Aires, no sentido de aplicar a regra do “tiro de canhão”, pois a Coroa portuguesa tinha outra noção do que era o território de Sacramento. Em 1723, o Conselho Ultramarino escreveu ao governador Antônio Pedro de Vasconcelos que “nos convém se faça a demarcação do território”. Se os espanhóis se negassem a iniciar a contagem a partir do Rio Negro, “se podia entrar na negociação de partir pelo rio de São João, continuando pelas partes que aponta até parar nos serros de Maldonado”. Os conselheiros sabiam que não seria fácil convencer o governo espanhol a aceitar o seu ponto de vista acerca do alcance do território de Colônia e por isso recomendavam que, enquanto a questão permanecesse em negociação, dever-se-ia insistir junto à corte de Madri para que os espanhóis “nos deixassem usar daquele mesmo terreno por alguns anos” (IHGB, Arq. 1.1.21, f. 173-178).

Em junho de 1723, ao saber “do intento que tinham os castelhanos de fortificarem Montevideu, com o que fica cortada e exposta a dita Colônia [do Sacramento]”, D. João V ordenou ao governador do Rio de Janeiro o envio de uma fragata a fim de fortificar o local, se ele ainda não estivesse ocupado. As instruções eram precisas: se os espanhóis já tivessem se instalado na região, mas não pudessem se defender da expedição, reforçada pela tropa de Sacramento, o rei ordenava que “os faça desalojar e se meta da posse do dito sítio [...] por pertencer sem disputa alguma aos domínios desta Coroa”. Porém, se a força espanhola fosse maior que a portuguesa, a fragata “dissimulará o intento com que ia, cruzando alguns dias naquelas costas e fazendo entender aos mesmos castelhanos [que] lhe fora preciso chegar àquele sítio a dar caça aos piratas que o infestavam” (REVISTA DO IHGB, 1869, v. 32, p. 22-25).

Para o comando da expedição foi escolhido o mestre de campo Manuel de Freitas da Fonseca. Porém, quando chegaram à enseada de Montevideu, em novembro de 1723, os portugueses encontraram uma lancha espanhola que não tardou a levar a

Buenos Aires a notícia da presença dos lusos na região. Ao tomar conhecimento da ocupação portuguesa, o governador de Buenos Aires, D. Bruno de Zabala, escreveu ao governador da Colônia do Sacramento, Antônio Pedro de Vasconcelos, protestando contra o fato, mas não perdeu tempo em iniciar os preparativos para desalojar os portugueses da nova fundação. Convocou as tropas da província do Rio da Prata e pediu reforços aos governos de Corrientes e Mendoza e aos jesuítas das Missões. Armou ainda dois navios para impedir a comunicação dos homens de Freitas da Fonseca com Colônia e enviou para a guarda do rio de São João cerca de duzentos e cinquenta cavaleiros (MONTEIRO, 1937, v. 1, p. 186).

Diante da superioridade numérica do inimigo, a expedição luso-brasileira abandonou o sítio que ocupava. Ao escrever ao Secretário de Estado, o governador do Rio de Janeiro pôs a culpa do fracasso da expedição na “desordenada retirada que o mestre de campo Manuel de Freitas da Fonseca fez de Montevidéu”. Dizia que tinha enviado um navio de socorro com soldados, mantimentos e munições, mas que ao chegar ao sítio encontrou-o já ocupado pelos espanhóis. Segundo uma informação do governador da Colônia do Sacramento, os espanhóis possuíam, então, uma bateria de quinze peças na praia e quinhentos índios missionários trabalhavam na construção de uma cidadela (CORTESÃO, 1950, p. 129-130).

Restava uma saída diplomática, porém, a conjuntura internacional era desfavorável a Portugal, que precisava de apoio para reivindicar a devolução de Montevidéu. As principais potências europeias estavam então reunidas na conferência de Cambrai (1720-1725), numa tentativa de resolver as discórdias criadas pelo Tratado de Utrecht, que provocaram uma guerra entre a Espanha e a Quádrupla Aliança (Inglaterra, França, Holanda e Áustria), em 1719. O fato de Portugal ter permanecido neutro no conflito gerou preocupações de que não seria aceito na conferência. Contudo, foram enviados para representar Portugal os mesmos diplomatas que estiveram em Utrecht, o conde de Tarouca e D. Luís da Cunha.

Desde 1720, D. Luís da Cunha manifestava sua preocupação com a dissertação do cosmógrafo Guillaume Delisle, apresentada na Academia de Ciências de Paris no mesmo ano. O cálculo das longitudes<sup>31</sup> de Delisle deslocava o traçado da linha de Tordesilhas defendido pelos portugueses para o Oriente, invalidando as pretensões lusas no Cabo Norte e na Colônia do Sacramento (KANTOR, 2004, p. 51-52).

Em 1724, o conde de Tarouca defendia a antiga tese de que se deveria “fechar o Brasil entre dois grandes rios Amazonas e Prata e, por esse modo, preservar toda aquela costa” (*apud* CLUNY, 2006, p. 411). Sua atuação no congresso visava garantir a posse do litoral, mesmo que deixando a campanha da Banda Oriental aos espanhóis.

Em Lisboa, o Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, insistia

---

31 Até o século XVIII não se sabia como medir com precisão as longitudes, o que causava vários problemas de navegação. Em 1714, o parlamento britânico ofereceu 20.000 libras esterlinas para quem conseguisse solucionar o problema. No ano seguinte, a Academia Francesa das Ciências ofereceu uma grande soma para o mesmo propósito. Consultar: Haudrière (2000, p. 157-171). Já no século XVI, os espanhóis procuravam um meio calcular a longitude. Em 1598, “o Conselho das Índias ofereceu um prêmio de dois milhões e meio maravedis a quem encontrasse um meio de resolver o problema. Diz-se que Galileu se candidatou... mas em vão; a solução não viria a ser descoberta senão no século XVIII”. (PÉREZ, 2008, p. 116).



nas suas instruções de que a margem norte do Rio da Prata deveria ser considerada domínio exclusivo de Portugal. Escreveu ao conde de Tarouca dizendo que por “baliza dos domínios de uma e outra Coroa a dita Colônia e de tudo que ficava para a boca do Rio da Prata ficava pertencendo a esta Coroa, pois nós nunca pretendemos que Castela nos desse nos seus domínios praça alguma, mas que nos deixassem edificar nos [territórios] que nos pertenciam” (*apud* CORTESÃO, 1950, p. 253-254).

Apesar dos esforços, a diplomacia portuguesa não conseguiu o que queria em Cambrai. Porém, a recusa de Luís XV em se casar com a infanta espanhola provocou uma mudança completa nas relações luso-espanholas. A mão da infanta foi então oferecida ao príncipe do Brasil, futuro D. José I. Por sua vez, Portugal ofereceu a mão da infanta portuguesa ao príncipe das Astúrias, futuro Fernando VI. Nas instruções a José da Cunha Brochado, enviado a Madri a fim de negociar o casamento dos príncipes, em 1725, D. João V insistiu para que ele obtivesse o reconhecimento do domínio português sobre a margem norte do Rio da Prata, dizendo que “só da Colônia para a parte do Ocidente é que se há de limitar o distrito dela, até o tiro de canhão da sua fortaleza, e por que da dita fortaleza para a mesma parte começa o território de Castela”. Da Colônia do Sacramento para o Oriente começava o domínio português: “e [como] no sobredito território se inclui Montevidéu, deveis solicitar que El Rei Católico mande expedir as ordens necessárias ao governador de Buenos Aires para que retire a gente que ainda ocupa injustamente aquele sítio” (*apud* CORTESÃO, 1950, p. 133-142).

Entretanto, as negociações para os casamentos dos príncipes incluíam a proposta de uma aliança ofensiva e defensiva entre Espanha e Portugal, coisa que não agradava à Coroa portuguesa, que, ao se comprometer numa aliança desse tipo com a Espanha, poderia descontentar seu tradicional aliado, a Inglaterra. Por sua vez, não era do agrado da Coroa espanhola a entrega da Banda Oriental aos portugueses. O embaixador Cunha Brochado encontrou muita dificuldade em conseguir concessões da Espanha no Rio da Prata e confessou, em carta ao Cardeal da Cunha, que era melhor “largar a Colônia que não vale nada e não tem utilidade nem serventia mais que para dar-nos desgostos e cedo ou tarde hão de tomá-la” (*apud* CORTESÃO, 1950, p. 150-151).

Porém, para D. João V, a conservação da Colônia do Sacramento tornara-se “um ponto de Estado e de honra” (*apud* CORTESÃO, 2001, p. 310). As negociações arrastaram-se até 1729, quando se deram os matrimônios, sem que eles representassem uma maior aproximação entre as coroas ibéricas. Futuramente dariam seus frutos, pois a ascensão de Fernando VI ao trono espanhol possibilitou a redação do Tratado de Madri, que traçaria novos limites entre os domínios espanhóis e portugueses na América.

Entrementes, uma nova guerra no Rio da Prata traria sérias consequências para o desenvolvimento do projeto de colonização dos portugueses na região. O início das hostilidades, em 1735 (sem uma guerra declarada), surgiu de um pequeno incidente diplomático ocorrido em Madri.

Num domingo de carnaval, dia 20 de fevereiro de 1735, os criados do embaixador português na corte espanhola, Pedro Álvares Cabral, Senhor de Belmonte, libertaram um homem que estava sendo conduzido preso, por soldados, pelas ruas

de Madri, dando-lhe acolhida na casa do embaixador. Dois dias após, cem soldados invadiram o palácio do Senhor de Belmonte, prendendo todas as pessoas que lá encontravam. Embora o embaixador protestasse contra a violência, de nada adiantou sua intervenção.

O incidente ocorrido em Madri provocou a divisão dos conselheiros de D. João V, entre os que propunham uma conciliação e os que exigiam uma represália imediata. O segundo grupo venceu e, a 13 de março, sessenta soldados e três oficiais ocuparam todas as entradas da casa do embaixador espanhol, Marquês de Capecelatro, prendendo doze criados seus, que foram levados à cadeia do Limoeiro (CORTESÃO, 1950, parte I, tomo II, p. 59-63).

A notícia do desentendimento entre as coroas ibéricas vinha em boa hora para o *cabildo* de Buenos Aires que, em 15 de abril de 1733, escreveu ao rei queixando-se dos “excesos cometidos en los ganados vacunos de la otra banda por los portugueses de la Colonia” (*apud* CORREA LUNA, 1931, v. 1, p. 501).

O ministro D. José Patiño aproveitou o momento e, com a dupla finalidade de agradar os portenhos e hostilizar os portugueses, inteirou o novo governador do Rio da Prata, D. Miguel de Salcedo, das queixas do *cabildo* de Buenos Aires, ordenando-lhe que durante seu governo se informasse dos novos caminhos abertos pelos portugueses para o Brasil e destruísse todos os estabelecimentos, quintas, estâncias e animais que os lusos possuísem fora da área coberta pela artilharia dos muros de Sacramento. Devia ainda impedir todo o comércio entre portugueses e espanhóis e limitar aos lusos a navegação do Prata às rotas estritamente necessárias para a ligação de Colônia aos demais domínios portugueses (CORTESÃO, 1954, p. 244-252). E, em 18 de abril de 1735, Patiño comunicou a Salcedo que o rei resolveu “que sin esperar a que formalmente se declare la guerra con los Portugueses, y sólo en virtud de esta orden, se sorprenda, tome y ataque la ciudad y Colonia del Sacramento” (*apud* CORREA LUNA, 1931, v. 1, p. 505).

O cerco, iniciado em 1735, só foi finalizado com o armistício de 1737, quando inicia-se uma nova fase da história da Colônia do Sacramento. Como bem observou Rego Monteiro, “terminou o período áureo da Colônia do Sacramento, jamais voltaram a ter seus arredores aquela riqueza de produção, que fazia dela a cobiça espanhola” (MONTEIRO, 1937, v. 1, p. 331). De fato, de 1737 a 1777, o cotidiano dos habitantes de Sacramento foi marcado pelo bloqueio constante a que os espanhóis submeteram o povoado, o que levou um historiador uruguaio a compará-lo à também estratégica posição de Gibraltar (RIVERÓS TULA, 1959, p. 149), possessão inglesa na costa sul da Espanha.

A comparação da situação da Colônia do Sacramento com a de Gibraltar não escapou aos contemporâneos. Na correspondência trocada com o general Gomes Freire de Andrade, Martinho de Mendonça, governador interino de Minas Gerais, mostrava sua preocupação com a manutenção de uma praça mantida sob bloqueio contínuo, que também comparou a Mazagão, praça-forte portuguesa situada na costa atlântica do Marrocos (REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1911, p. 446).

De um centro de colonização e comércio, desde o armistício de 1737, a Colônia do Sacramento se transformou num enclave lusitano no Rio da Prata. O projeto

de povoar a margem norte do Prata, juntando-o com a costa brasileira, malogrou. Por isso, mais tarde, quando do abandono da linha de Tordesilhas pelo Tratado de Madri, ela serviu como moeda de troca para assegurar a expansão portuguesa na América. Ao mesmo tempo em que se trocava uma linha imaginária por fronteiras delimitadas por rios e serras, se trocava a Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões Jesuíticas, que a Espanha mantinha na margem ocidental do rio Uruguai.

O Tratado de Madri foi anulado antes da conclusão das demarcações na América, por não ser do agrado dos novos monarcas de Portugal e Espanha que sucederam aos reis que o firmaram em 1750. A Colônia do Sacramento foi tomada pelos espanhóis em 1762, no contexto da Guerra dos Sete Anos, mas foi devolvida depois do tratado de paz, mantendo-se na mão dos portugueses até 1777. Por sua vez, os Sete Povos das Missões foram anexados somente em 1801, quando Espanha e Portugal se enfrentaram na chamada “Guerra das Laranjas”.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luís Ferrand de. **A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1957.
- \_\_\_\_\_. Origens da Colônia do Sacramento. **Separata da Revista da Universidade de Coimbra**. Coimbra, v. XXIX, p. 101-128, 1981.
- BOXER, Charles R. **Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EdUSP, 1973.
- CABRAL, Sebastião da Veiga. Descrição Corográfica e Coleção Histórica do Continente da Nova Colônia da Cidade do Sacramento. **Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay**, Montevideo, tomo XXIV, 1965.
- CLUNY, Isabel. **O Conde de Tarouca e a Diplomacia na Época Moderna**. Lisboa: Horizonte, 2006.
- CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950, parte I.
- \_\_\_\_\_. **O Tratado de Madrid**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2001.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Manuscritos da Coleção de Angelis. Tratado de Madrid - Antecedentes: Colônia do Sacramento (1669-1749)**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1954.
- CORREA LUNA, Carlos (Dir.). **Campaña del Brasil - Antecedentes Coloniales**. Documentos referentes a la guerra de la independencia y emancipación política de la República Argentina y de otras secciones de América. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1931, tomo 1 (1535-1749).
- CORVISIER, André. **La France de Louis XIV**. Paris: SEDES, 1979.
- DOMINGUES, Moacyr. **A Colônia do Sacramento e o Sul do Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 1973.
- HAUDRIÈRE, Philippe. **O Grande Comércio Marítimo do Século XVIII**. Lisboa: Europa-América, 2000.
- KANTOR, Iris. **Esquecidos e Renascidos**. São Paulo: Hucitec, 2004.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, v. 6.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. **A Colônia do Sacramento (1680-1777)**. Porto Alegre: Globo, 1937, 2 v.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

PÉREZ, Joseph. **Filipe II e seu Império**. Lisboa: Verbo, 2008.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai**. 2. ed. Porto Alegre: Selbach, 1954.

RIVEROS TULA, Aníbal M. Historia de la Colonia del Sacramento (1680-1830). **Apartado de la Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay**. Montevideo, tomo XXII, 1959.

RODRÍGUEZ, Mario. Dom Pedro of Braganza and Colônia do Sacramento, 1680-1705. **Hispanic American Historical Review**. Durham, v. XXXVIII, n. 2, may 1958. p. 180-184.

SIERRA, Vicente D. **Historia de la Argentina**. Buenos Aires: Unión de Editores Latinos, 1957.

## DE VILA A CIDADE: IMPACTOS DA ABERTURA DA NAVEGAÇÃO DO RIO PARAGUAI EM UMA POVOAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE

Domingos Savio da Cunha Garcia<sup>32</sup>

A povoação de Vila Maria do Paraguai foi fundada em 1778, a mando de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, capitão-general da capitania de Mato Grosso, no quadro geral de afirmação da soberania portuguesa sobre um território localizado no coração da América do Sul, numa região onde se supunha que as bacias Amazônica e do Prata faziam sua transposição. Dessa forma, a nova povoação de Vila Maria estava inserida no processo de implementação de um conjunto de ações geopolíticas nesse território considerado estratégico, como a fundação de povoações, de fortes e de distribuição de terras a europeus, de forma a garantir a sua posse pelos portugueses, cuja soberania estatal ainda estava em disputa com os espanhóis (GARCIA, 2009, p. 37-45).

No momento de fundação da povoação de Vila Maria foi registrada a presença de mais de sessenta índios chiquitanos<sup>33</sup> em sua população inicial, conforme termo de fundação enviado a Lisboa (UFMT, s.d.: s.p.). Essa quantidade de índios correspondia a quase metade da população inicial da nova povoação. A partir da fundação, novas levadas de índios chiquitanos foram atraídos para Vila Maria, fazendo adensar esse componente étnico, conforme os documentos enviados à metrópole portuguesa pelo capitão-general (UFMT, s.d.: s.p.)

Viajantes que passaram por Vila Maria, entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, constataram a presença dessa população indígena como componente étnico importante da povoação, sinalizando a permanência e estabilização daquela situação inicial. Tal constatação está presente nos relatos de Hercules Florence e Francis Castelnau, este último tendo visitado Vila Maria em 1845, portanto, 67 anos após a fundação da povoação.

Esses viajantes que passaram por Vila Maria na primeira metade do século XIX, também constataram a permanência do traçado urbano originário da povoação, constituída de duas filas de casas reunidas em torno de uma praça, articuladas, de um lado, por uma igreja e, de outro, pela margem esquerda do rio Paraguai, configurando uma planta urbana traçada em formato retangular, típica das cidades modernas, apesar de sua simplicidade.

A partir da segunda metade do século XIX, no entanto, essa composição étnica começou a perder força com o aumento da população branca. De outro lado, o antigo traçado urbano, circunscrito à praça central, se ampliou, mantendo o traçado retangular moderno inicial.

Neste artigo discutimos a influência da abertura da navegação do rio Paraguai, ocorrida em 1856, no processo de reconfiguração do espaço urbano e da população de Vila Maria, procurando destacar esses dois elementos importantes a serem considerados nas mudanças que aquela povoação passou a viver a partir daí. Destacamos como

<sup>32</sup> Professor do Departamento de História da UNEMAT – campus de Cáceres. Líder do grupo de pesquisa Fronteira Oeste: Poder, Economia e Sociedade.

<sup>33</sup> Fazemos a opção por grafar “índios chiquitanos”, como adjetivo, conforme convenção adotada pela Associação Brasileira de Antropologia.

essa povoação, localizada na fronteira oeste do Brasil, foi alcançada pelas transformações impulsionadas pelo desenvolvimento do capital mercantil e pela constituição de um mercado mundial integrado, proporcionado, principalmente, pelas mudanças nos meios de comunicação desenvolvidos a partir da Revolução Industrial.

Já destacamos, em artigo anterior, a importância da presença de grande número de índios chiquitanos na composição da população da nova povoação de Vila Maria do Paraguai, fundada pelos portugueses em 1778, na fronteira oeste de sua colônia americana (GARCIA, 2012, p. 1-23).

Localizada na margem esquerda do rio Paraguai, Vila Maria foi fundada em local de onde os portugueses pudessem ter o controle daquele rio na região e onde funcionava um antigo registro, criado para evitar o descaminho do ouro extraído na região de Vila Bela. Dessa forma, sua localização combinava o valor estratégico em dois sentidos: manter o controle geopolítico da parte superior do rio Paraguai e, simultaneamente, combater o contrabando do ouro originado das minas de Cuiabá e de Mato Grosso, mas também estimular o contrabando nas regiões espanholas vizinhas de Mojos e Chiquitos. A nova povoação de Vila Maria estava a meio caminho da estrada que ligava Vila Bela (a capital de então) a Cuiabá (a vila mais povoada), e a cerca de setenta quilômetros, rio Paraguai acima, do antigo Marco do Jaurú, que estabelecia os limites entre os territórios coloniais português e espanhol na América, definidos pelo Tratado de Madri, de 1750. Portanto, a fundação dessa povoação e a sua localização sinalizavam, de maneira clara, o valor estratégico dessa região para os portugueses, como nos chama atenção Araujo, Carta e Rossa (2002, p. 15):

Como na Reconquista Cristã medieval e depois na expansão pelo mar, na América e mais tarde na África, a formação da *rede urbana* iniciou-se como instrumento da definição e demarcação dos limites alcançados. Para tal os acidentes naturais foram referências e objectivos. O mar foi uma constante, da circunavegável *Ilha Brasil* à tentativa da *costa-a-costa africano*. Já conceptualmente ordenado, quedou por urbanizar um extenso território, processo ainda em curso em vastas zonas desse perimetral universo urbano.

Os lusos tinham grande dificuldade para estruturar as novas povoações na fronteira oeste com colonos europeus, e, por isso, precisavam atrair índios para consolidar a posse desses territórios, porém, havia dificuldades em efetivar essa orientação com os índios da região. Mesmo após o Diretório Pombalino, de 1757, que orientou toda uma política da metrópole para a atuação de seus subordinados em relação aos índios na América, os portugueses continuaram a ter dificuldades, ainda que essa política tivesse efeitos pontuais (MOISÉS, 1992, p. 115-132).

A chegada dos índios chiquitanos à região onde seria criada Vila Maria deu alento à criação daquela povoação. Foi o resultado exitoso da política portuguesa de atração de índios moradores das vizinhas províncias espanholas de Mojos e Chiquitos, então vivendo um processo de crise na gestão das reduções, em função da expulsão dos jesuítas da região.

Esse trabalho consciente de incentivo ao contrabando e de atração de índios chiquitanos, em ações que se combinavam, vinha se acentuando desde a expulsão dos

jesuítas e a sua substituição por administradores civis, curas e padres seculares, quando as missões organizadas pelos inacianos no oriente da Audiência de Charcas entraram em decadência. Já no governo do capitão-general João Pinto da Câmara (1765-1769), a fuga de índios para o território português se generalizou (MEIRELES, 1989, p. 161).

A vantagem de atrair índios do grupo étnico Chiquitano, das reduções jesuítas, localizadas em território espanhol vizinho, se assentava no seu avançado estado de adaptação à religião católica, ao seu disciplinamento para o trabalho, em diferentes atividades, e ao seu sedentarismo, o que facilitou sua permanência em Vila Maria, ao contrário dos inconstantes índios das diferentes grupos étnicos da região (principalmente os Bororo, mais numerosos) que resistiam à tomada de suas terras e à política de descimento e aldeamento orientada pelo Diretório Pombalino.

A essa forte presença indígena na composição étnica da sua população, Vila Maria do Paraguai possuía outra característica peculiar, que foi o seu traçado urbano.

Os diferentes registros do espaço urbano da povoação, datados do final do século XVIII, demonstram a aplicação de uma política de planejamento urbano no seu traçado, característica das novas povoações lusitanas fundadas no período. Discutindo a diversidade morfológica das cidades do império português do período, Araujo, Carta e Rossa (2002, p. 13) dizem que

[...] todos os núcleos urbanos diferem muito entre si. Apresentam, no entanto, características comuns: a sobrevalorização do espaço público, as relações perspectivas de escala urbana e territorial, a diversidade topográfica de implantação, a linguagem formal/arquitetônica unificada, a relação com a paisagem de água, concentrada na grande interface urbana que era o porto, etc.

A planta urbana de Vila Maria (Figura 1) revela como aquela pequena povoação, fundada na fronteira oeste do império português na América, também trazia as formas planejadas de organização do espaço urbano que estavam presentes nos demais núcleos populacionais do império luso de então.

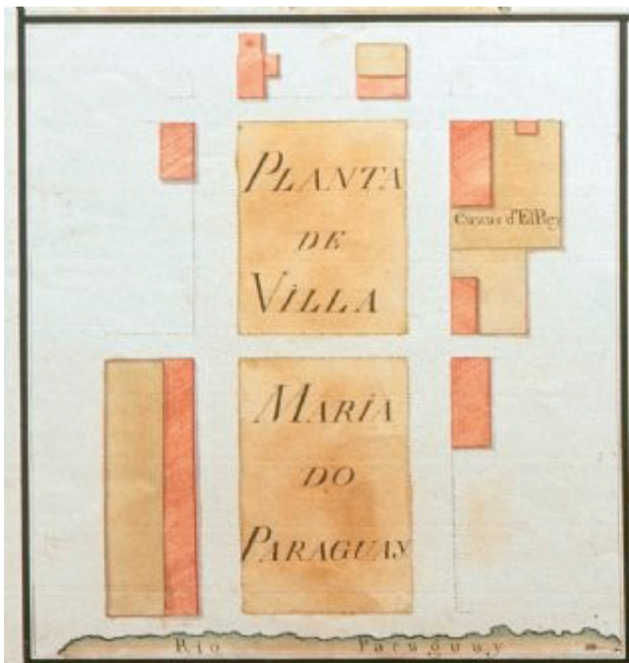
Outro registro que ilustra essa perspectiva são os desenhos do espaço urbano de Vila Maria, feitos por integrantes da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, que percorreu a região entre 1783 e 1792. Essa expedição, de grande valor estratégico, organizada pela coroa portuguesa para ampliar seus conhecimentos sobre o território situado ao norte da fronteira oeste da sua colônia americana, durou nove anos e efetuou grande número de registros da flora, da fauna, de minerais, dos diferentes grupos étnicos, da vida cotidiana e da arquitetura das diferentes povoações pelas quais percorreu (COSTA, 2001, p. 993-1.014).

Observando o desenho de Vila Maria pode ser percebido que o seu traçado urbano era constituído, basicamente, por uma grande praça, em torno da qual se articulavam duas filas de casas de lados opostos. O lado situado a leste da praça se abria para uma pequena igreja; já a parte oeste era aberta para a margem esquerda do rio Paraguai (Figura 2).

Outra representação de Vila Maria do Paraguai, feita no mesmo período, de autor desconhecido, também revela essa característica retangular do espaço urbano

da nova povoação, permitindo identificar que, apesar de sua simplicidade, havia sido planejada com linhas retas e espaços definidos (Figura 3).

Fig. 1. Planta de Vila Maria do Paraguay (1784). Autor não identificado.



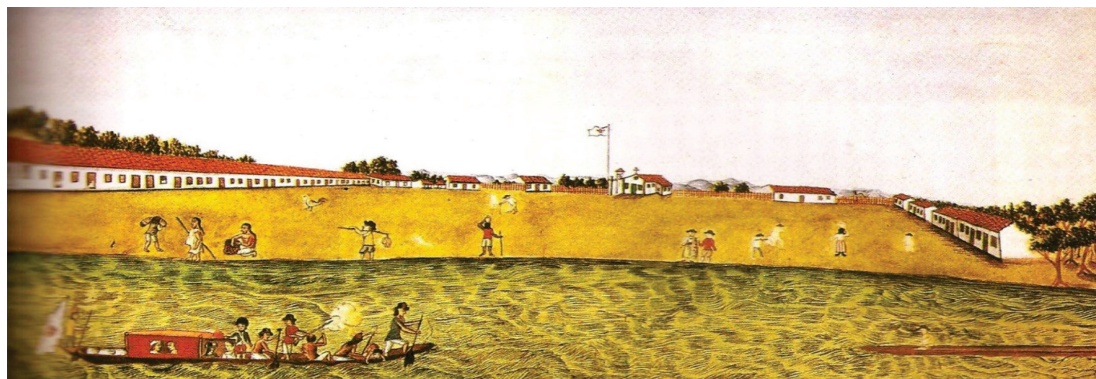
Fonte: Acervo Casa da Ínsua, Portugal *apud* ARAUJO; CARTA; ROSSA, 2002, p. 15

Fig. 2. Vila Maria (1790). Autor não identificado. Expedição Alexandre Rodrigues Ferreira.



Fonte: Acervo do museu Bocage, Portugal *apud* SIQUEIRA, 2002, p. 52

Fig. 3 – Vila Maria do Paraguai em fins do século XVIII. Autor não identificado



Acervo Casa da Ínsua, Portugal *apud* SIQUEIRA, 2002, p. 75



Portanto, essa organização do espaço urbano da nova povoação de Vila Maria estava enquadrada dentro das novas perspectivas que o reformismo ilustrado do período pombalino abriu para Portugal e seu vasto império colonial, na segunda metade do século XVIII.

Algumas décadas depois, já com o Brasil vivendo o seu processo de independência, diferentes viajantes também percorreram o interior do país, em geral oriundos da Europa. Atraídos pela riqueza da natureza do Brasil e pelas possibilidades de descobertas do que essa natureza guardava, esses viajantes também fizeram um conjunto de registros que nos permitem, hoje, estudar como se estruturava o espaço urbano no país de então, não só nos grandes centros como também nas mais longínquas povoações de seu território.

Uma das mais importantes expedições foi aquela coordenada pelo Barão de Langsdorff, efetuada com o apoio do governo da Rússia e permissão do governo brasileiro. Composta por naturalistas, astrônomos, pintores e grande equipe técnica e de apoio, a expedição Langsdorff, como é comumente chamada, também passou por Vila Maria, em 1827. O desenhista Hercules Florence, integrante dessa expedição científica, assim descreveu Vila Maria:

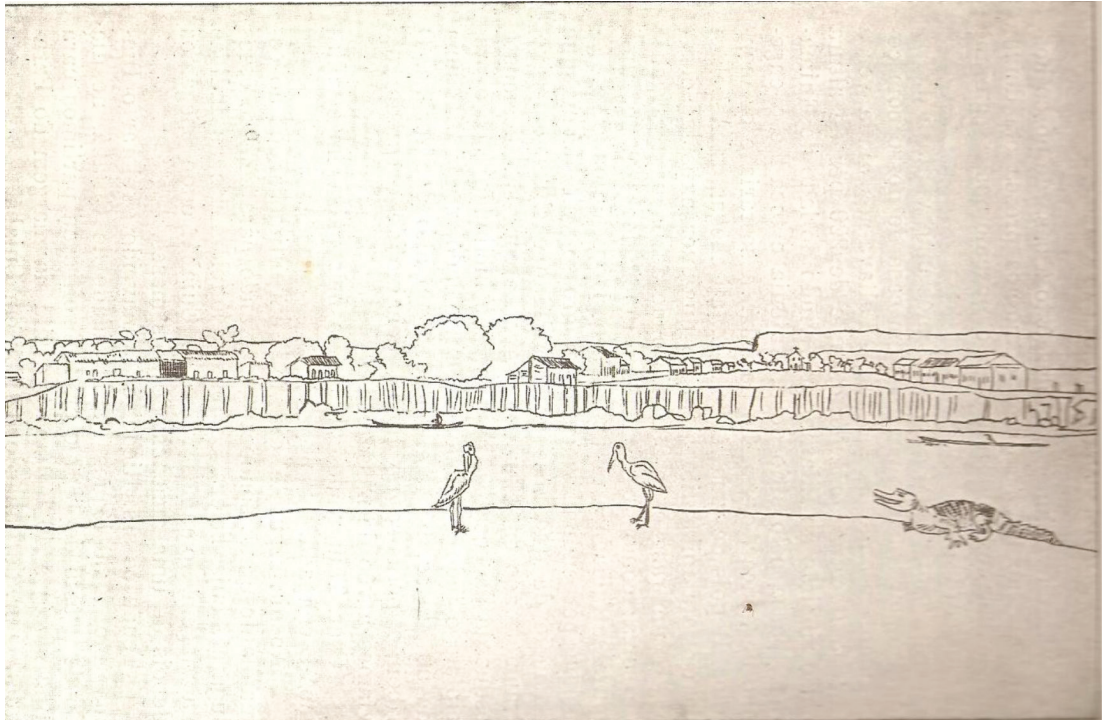
Do mesmo modo que os outros povoados de Mato Grosso, não merece este a qualificação de vila. Um renque de casas em mau estado, de cada lado de uma grande praça, uma igrejinha sob a invocação de São Luiz de França, muros de separação por trás das casas, eis tudo. Mas o grande rio ai está, cercando a O. a praça e a povoação...

Seis ou sete homens brancos, trezentos Caburés descendentes de índios aldeados no tempo de D. Maria I, mulatos e negros, eis toda a população da vila. Muitos homens e mulheres andam nus da cintura para cima.

Vila Maria, sita à margem do Paraguai e no caminho de Cuiabá a Vila Bela, está destinada a tornar-se um ponto importante para o comércio, logo que cessem os óbices da tacanha política moderna. (FLORENCE, 1977, p. 199-200)

Sem especificar o que significava “os óbices da tacanha política moderna”, apesar de prever um futuro positivo para Vila Maria, Florence descreveu uma vila com certo aspecto de decadência. Registrou também a permanência, como característica étnica da população de Vila Maria, de “trezentos *Caburés* descendentes de índios aldeados no tempo de D. Maria I”. Ou seja, a composição étnica majoritariamente dos Chiquitanos se mantinha, tal como em seus momentos iniciais.

Figura 4 – Desenho de Hercules Florence estampando Vila Maria em 1827



Fonte: FLORENCE, 1977, p. 174

Hercules Florence também registrou, em um desenho, o traçado urbano de Vila Maria, de uma projeção semelhante àquelas feitas pelos viajantes do final do século XVIII, a partir da margem direita do rio Paraguai, em direção ao centro da povoação. Pode ser observada a manutenção daquele formato inicial do espaço urbano central de Vila Maria, caracterizado pela existência de duas filas de casas articuladas ao fundo pela igreja (figura 4). Pode ser observado também que já havia iniciada uma pequena extensão de casas à esquerda do desenho, às margens do rio Paraguai, de barranca escarpada.

Florence constatou também a pujança da fazenda Jacobina, considerada a mais rica da província de Mato Grosso e residência da família do coronel João Pereira Leite (FLORENCE, 1977, p. 173-184).

Em 1845, portanto já em meados do século XIX, o explorador e naturalista francês Francis Castelnau, em expedição científica patrocinada pelo governo de seu país, percorreu as regiões centrais da América do Sul. Castelnau também passou por Vila Maria, que descreveu da seguinte forma:

Vila Maria tomou este nome por ter sido fundada sob o reinado de D. Maria I. A cidade parece ser destinada a rápido crescimento; mas o descaso do governo, e também dos próprios habitantes, de dar com a falta de comunicação, com o baixo Paraguai, tem impedido que ela se desenvolva como era de esperar. Sua população não vai além de quinhentas ou seiscentas pessoas e toda a freguesia de que ela é centro não possui mais de mil e oitocentos habitantes de todos os matizes, inclusive cerca de duzentos escravos. Contam-se entre os habitantes uns seiscentos descen-

dentes, diz-se dos Chiquitos da Bolívia. (CASTELNAU, 2000, p. 421)

Para o naturalista francês, a povoação também “estava destinada a rápido crescimento”, mas estava em atraso, responsabilizando esse quadro pelo impedimento da navegação. Castelnau também registrou, como característica dos habitantes de Vila Maria, a presença entre “mil e oitocentos habitantes de todos os matizes”, de “uns seiscentos descendentes, diz-se, dos Chiquitos da Bolívia”. Ou seja, cerca de um terço da população de toda a freguesia, era integrante ou descendente dos índios chiquitanos, atraídos pelos portugueses das reduções jesuíticas espanholas durante o período colonial. Provavelmente, a maior parte dos habitantes do núcleo urbano de Vila Maria, em meados do século XIX, ainda seria de índios chiquitanos, ou de seus descendentes.

Em 1860, portanto, pouco mais de uma década após a passagem do naturalista francês, um outro naturalista e geólogo, Rodolfo Waehneltdt, também passou por Vila Maria, em uma viagem de exploração pela província de Mato Grosso, a mando do governo imperial. Descrevendo a situação de Vila Maria, Waehneltdt diz que:

Vila Maria, apenas fundada em 1778, tem presentemente uma população menor que de Cuiabá, mas cresce de dia em dia por causa de sua vantajosa posição. Os roceiros, que até agora moravam em grandes distâncias um de outro, procuram centralizar-se ali, tornando-se assim inteiramente nula a povoação do recôncavo, já por si tão diminuta. Agora, reina ali bastante gosto pelas edificações, e a vila, embora não possua tantos e tão grandes edifícios como Vila Bela, não tem no entanto nenhum tão arruinado e tão desprezado. (WAEHNELDT, 2001, p. 22).

Após descrever o constante desmoronamento das casas da vila, provocado pela ação das águas do rio Paraguai, os benefícios da terra e a presença de grandes fazendas nas cercanias da povoação, Waehneltdt compara a situação de Vila Maria com Cuiabá e diz que “Indubitavelmente Vila Maria é preferível a Cuiabá e mais apropriada para a Capital da Província por sua posição do que qualquer outro lugar” (WAEHNELDT, 2001, p. 23).

Dessa forma, para Waehneltdt, o rio Paraguai era um diferencial importante para fazer de Vila Maria uma cidade com grande potencial para se desenvolver.

Em 1862, outro viajante que percorreu Mato Grosso foi o genovês Bartolomé Bossi. Essa viagem foi apresentada por Bossi como sendo exploratória, sendo relatada no livro *Viagem Pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e Arinos*, publicado pela primeira vez em 1863, em língua espanhola, em Paris (BOSSI, 2008, p. 9). Como o livro foi dedicado ao Barão de Mauá, que recebeu largos elogios de Bossi, é possível levantar a hipótese de que este fosse o financiador dessa viagem, de cujos resultados poderiam resultar investimentos futuros.

Nesse relato da viagem, Bossi descreve os recursos naturais e minerais, assim como os aspectos físicos e geográficos de Mato Grosso, sempre procurando apontar suas vantagens e desvantagens, além de impressões sobre as qualidades e defeitos de sua população. Bartolomé Bossi também esteve em Vila Maria, que foi assim descrita:

Entre o rio Paraguai e Cuiabá forma-se uma espécie de península a que antes me

referi, e que estes formosos rios banham por ambas as costas, além de outra infinidade de afluentes menores que banham seu seio. Nesta península, e sobre a costa oriental do rio Paraguai, está situada Vila Maria, último povoado brasileiro nesta altura da parte oeste. Vila Maria é o povoado mais importante depois de Cuiabá; tem de três a quatro mil habitantes, e podem chegar até ali embarcações a vela e a vapor; ainda no presente faz-se essa navegação em grandes canoas.

Esta península é a mais apropriada para a colonização, à parte muitos outros pontos importantes e ricos da província de Mato Grosso; mas a proximidade dos rios por onde exportar o valioso fruto do trabalho com grande facilidade, faz-me assinalá-la com preferência pelas grandes riquezas que encerra, e Vila Maria como posição mais vantajosa. (BOSSI, 2008, p. 110)

Em seguida, Bossi faz uma descrição das riquezas naturais da região de Vila Maria, terminando seu relato com alguns conselhos ao governo imperial, notadamente no que se referia aos incentivos para a colonização:

Os pontos mais indicados para a colonização são, no meu entender, em primeiro lugar, a península aonde está situada Vila Maria, onde a presença da produção há de abrir uma comunicação mais ativa com a Bolívia, cujas primeiras povoações não devem distar, e pela facilidade da extração de produtos ao exterior. (BOSSI, 2008, p. 117).

Nesse relato, Bossi também apontava as vantagens da região de Vila Maria sobre as demais regiões da Província, vantagens que estariam ligadas ao rio Paraguai, por onde se poderia “exportar o valioso fruto do trabalho com grande facilidade” (BOSSI, 2008, p. 110).

Nos relatos dos viajantes citados, há uma percepção de que a povoação de Vila Maria começava a passar por um processo de desenvolvimento, proporcionado por suas riquezas naturais e pela presença do rio Paraguai, que possibilitaria a exportação de diversas riquezas, já que seria acessível a embarcações a vapor.

O acontecimento marcante da década de 1860, para o Império, foi a Guerra do Paraguai, que se desenvolveu entre o final de 1864 e 1870. Parte das operações desse conflito armado se desenvolveu no território de Mato Grosso, quando a província foi ocupada por tropas paraguaias, entre 1864 e 1868. Durante a Guerra do Paraguai, a província de Mato Grosso passou por um momento delicado, com queda acentuada e desorganização em sua produção, assolada que foi pela epidemia de varíola e pelo isolamento provocado pelo fechamento da navegação do rio Paraguai.

Já antes da guerra, Vila Maria foi elevada à condição de Vila, com a instalação da Câmara Municipal (MENDES, 1998, p. 66-68). Terminada a guerra e reaberta a navegação do rio Paraguai, o fluxo comercial foi retomado e ganhou grande impulso, com a formação de um setor mercantil importante, ligado ao comércio de importação e exportação.

Esse desenvolvimento do capital mercantil se tornará decisivo para o processo de crescimento de Vila Maria, que passou a ser um centro dinâmico na província de Mato Grosso, atraindo para o seu centro urbano a população branca, formada por proprietários que, até então, viviam nas fazendas e localidades em torno da vila e que

passaram a residir em seu núcleo urbano (WAEHNELDT, 2001, p. 22).

Em Vila Maria também se estabeleceu um número crescente de comerciantes estrangeiros, composto por portugueses, espanhóis e italianos, ajudando na reconfiguração étnica da população da vila.

A maior circulação de dinheiro e mercadorias atraía uma população maior para Vila Maria. Como vimos, WaehnelDT já registrava, em 1860, a chegada cotidiana de novos moradores, e Bossi (2008, p. 110) calculava população de Vila Maria, em 1862, entre três e quatro mil habitantes. Confiando nesses dados, verificou-se um crescimento bastante significativo em relação aos 1.800 moradores da freguesia, calculados por Castelnau em 1846. Em 16 anos, a população teria aumentado em mais de 122%, ou seja, um crescimento demográfico anual de, aproximadamente, 7,6% em média, no período.

Essa população, que se adensava rapidamente, passou a ter força política e a pressionar pela reorganização administrativa da povoação, exigindo a presença de instituições do Estado que ainda estavam distantes, como a Justiça. Passou a reivindicar também maior autonomia política. Como consequência, em 1874 Vila Maria passou a se chamar São Luiz de Cáceres, através de lei provincial que elevou-a à condição de município. No mesmo ano, São Luiz de Cáceres também foi elevada à condição de sede da 2ª comarca judiciária de Mato Grosso, que estava sediada, até então, em Poconé, tendo Vila Maria como um de seus termos (RELATÓRIO DE 1874, 1874, p. 54).

Outra expressão desse desenvolvimento econômico foram as mudanças no traçado urbano, que foi deixando o antigo formato, herdado do período colonial, com as duas filas de casas em torno da praça central, começando um processo de expansão a partir do formato quadrangular inicial da povoação, articulado em torno da praça sua central, e a se configurar um traçado típico das cidades modernas, com ruas e praças esquadrejadas, em um rápido processo de expansão urbana (Figura 5). Em 1860, o major João Carlos Pereira Leite, grande proprietário rural que até então vivia, com sua família, na fazenda Jacobina, na zona rural de Vila Maria, passou a residir na povoação e solicitou autorização da Câmara Municipal para construir um cemitério, que então passou a fazer parte do espaço urbano da povoação (MENDES, 1998, p. 77).

Diante dessas transformações, perguntamos: que fatores teriam contribuído para as transformações que essa típica povoação de fronteira passou na segunda metade do século XIX, alterando a composição étnica de sua população e reorganizando o seu traçado urbano, dando-lhe um formato semelhante àqueles das cidades modernas?

A década de 1850 pode ser considerada um marco de virada na história do Brasil, com acontecimentos marcantes que trariam grandes mudanças econômicas e sociais. É de 1850 a lei que pôs fim ao tráfico de escravos da África para o Brasil, que foi instituída a Lei de Terras, criado o segundo Banco do Brasil, o Código Comercial, entre outras iniciativas. É nessa década que o país se integra com força aos circuitos do comércio internacional e passa a receber não só mercadorias importadas, antes acessíveis somente a uma minoria da população litorânea, mas que começaram a chegar também a diferentes rincões do interior do país, inclusive em suas fronteiras mais distantes (ALENCASTRO, 1997, p. 36-44).

No caso de Mato Grosso, o acontecimento decisivo e que iria mudar as perspectivas dessa província localizada na fronteira oeste do Império, foi a abertura da navegação pelo rio Paraguai, ocorrida efetivamente em 1858, após o tratado de 1856 ser ratificado pelo dirigente paraguaio Carlos Lopes.

Esse tratado permitiu à população daquela província da fronteira oeste do Brasil um acesso rápido à capital do Império, através da rota navegável pelo Rio da Prata, mais segura e confortável do que os longos, difíceis e demorados trajetos terrestres pelo sertão. A viagem pelo rio Paraguai e pelo Estuário do Prata passou a ser feita em cerca de 30 dias, tempo bem menor do que os quatro a cinco meses necessários para percorrer o trajeto por terra, entre Cuiabá e o Rio de Janeiro.

Com a navegação franqueada, adentravam embarcações de todas as bandeiras até o porto alfandegado de Corumbá, integrando Mato Grosso, também, aos circuitos do capital mercantil, e a província passou a receber os fluxos que o comércio internacional proporcionava naquele momento, impulsionado pelos capitais que o fim do tráfico desviara para essa atividade.

Um forte comércio de importação e exportação se desenvolveu, então, em Mato Grosso, proporcionando um rápido desenvolvimento às cidades que dele se serviram.

Vila Maria do Paraguai, depois São Luiz de Cáceres, se integrou nesse circuito, passando a sofrer as mudanças que o desenvolvimento do capital mercantil passou a proporcionar. Mas esse reordenamento na composição da população e no traçado urbano de Vila Maria, também foi acompanhado por novas demandas e novos interesses ligados a essa nova elite que passou a residir no seu núcleo urbano. Essa nova elite urbana de Vila Maria passou a demandar a presença de instituições estatais, a reordenar o espaço urbano e a se preocupar com a higienização da povoação, além de reivindicar poder político.

Fig. 5 - Planta de São Luiz de Cáceres em 1876



Seção de Iconografia – Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Autor desconhecido

Vila Maria, já com o topônimo de São Luiz de Cáceres, continuava a ser um núcleo populacional da fronteira oeste do império brasileiro de então, mas experimentava um conjunto de transformações que a livre navegação do rio Paraguai proporcionava.

Essas transformações mostram que aquela pequena povoação, localizada na fronteira oeste do Brasil, que se ligava ao mundo pelo caminho fluvial do rio Paraguai, também sofria o efeito das mudanças que estavam se desenvolvendo com grande intensidade na Europa, onde as cidades estavam passando por um processo de reconfiguração espacial e reordenamento populacional, expressão do desenvolvimento capitalista que a Revolução Industrial havia acelerado.

Fundada na segunda metade do século XVIII pelos portugueses, para afirmar o seu domínio sobre um território disputado com os espanhóis, na fronteira oeste de seu território colonial na América, a povoação de Vila Maria passou por um processo de reordenamento de seu espaço urbano, na segunda metade do século XIX. A composição étnica de sua população e o traçado urbano foram se alterando, exprimindo uma

nova configuração econômica e social, favorecida pela abertura da navegação pelo rio Paraguai. Vila Maria do Paraguai (São Luiz de Cáceres, a partir de 1873) permaneceu como uma cidade de fronteira, mas sofrendo uma reconfiguração típica das cidades modernas do período.

## Referências

### Fontes:

RELATÓRIO apresentado a Assembleia Legislativa do Mato Grosso pelo exm. sr. tenente coronel Francisco José Cardoso Junior, no dia 20 d'agosto de 1871. Cuiabá, Typ. de Souza Neves & Comp.a [n.d.]

RELATÓRIO apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Mato-Grosso na segunda sessão da 19.a legislatura, no dia 3 de maio de 1873 pelo presidente da provincia, o exm. snr. general dr. José de Miranda da Silva Reis. Cuyabá, Typ. da "Situação" de Souza Neves & C.a [n.d.]

RELATÓRIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso na primeira sessão da 20.a legislatura, no dia 3 de maio de 1874 pelo presidente da provincia, o exm. sñr. general dr. José de Miranda da Silva Reis. Cuiabá, Typ. da "Situação" de Souza Neves & C.a [n.d.]

### Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In. \_\_\_\_\_ (Org.); NOVAIS, Fernando Antônio (Dir.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11-93.

ARAUJO, Renata Malcher; CARTA, Helder; ROSSA, Walter. **Exposição Universo Urbanístico Português. 1415-1822**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2002.

BOSSI, Bartolomé. **Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e o Arinos**. Trad. Maria do Rosário de Fátima Gomes Godinho. Brasília: Senado Federal, 2008.

CARVALHO, Silvia M. Schmuziger. Chaco: encruzilhada de povos e 'melting pot' cultural. In: CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.): **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 457-474.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

FLORENCE, Hércules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, de 1825 a 1829**. Trad. do Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix; EdUSP, 1977.

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. Índios Chiquitanos na fundação de Vila Maria (1778): pontos para um debate. **Anais...** XVI Jornadas Internacionales sobre Misiones Jesuíticas. San Ignacio de Velasco – Bolívia, 2012. p. 1-23.

\_\_\_\_\_. **Os belgas na fronteira oeste do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2009.

MEIRELES, Denise Maldi. **Guardiães da Fronteira**. Rio Guaporé, século XVIII. Petró-



polis: Vozes, 1989.

MENDES, Natalino Ferreira. **Memória cacerense**. Cáceres: Carlini & Carniato, 1998.

MOISÉS, Beatriz Perrone. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). *In*: Manoela Carneiro da Cunha (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 115-132.

MORAES, Maria de Fátima Mendes Lima de. **Vila Maria do Paraguay: um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste – 1778-1803**. Dissertação (Mestrado em História) – UFMT, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, 2003.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. *In*. CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 185-202.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

UFMT. **Fundação de Vila Maria - Cáceres**. Cuiabá: UFMT, [s.d.]

WAEHNELDT, Rodolfo. **Exploração da Província de Mato Grosso**. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2001. (Publicações Avulsas).

**“A RIQUEZA DE TODOS OS PAÍSES CONSISTE PRINCIPALMENTE NO NÚMERO E MULTIPLICAÇÃO DA GENTE QUE O HABITA”\*. CAPITANIA DE MATO GROSSO, SÉCULO XVIII**

Otávio Ribeiro Chaves<sup>34</sup>

Desde meados do século XVII, Portugal foi perdendo o controle de suas ricas possessões no Oriente, o motivo, *grosso modo*, deveu-se às constantes disputas entre as principais nações europeias, como a França, Inglaterra e Holanda, interessadas em ampliar o poderio econômico e comercial naquela área. A disputa comercial foi intensificada a partir da criação de companhias de comércio holandesas, inglesas e francesas, alargando os vínculos entre essas nações com o Índico, a América do Norte e o Extremo Oriente. O avanço colonial para as Antilhas e o litoral ocidental da África também foram visíveis, fazendo com que as Coroas ibéricas, gradativamente, perdessem esses mercados. As disputas entre Inglaterra e França, em busca da hegemonia política no velho continente europeu, arrastaram as nações de menor estatura, como Portugal e Espanha, a uma série de conflitos bélicos, como a guerra de Sucessão ao trono espanhol. Este episódio teve fim com a assinatura do Tratado de Utrech, em 1713, permitindo que as nações ibéricas vivessem relativo período de paz.

Episódios como a sucessão ao trono da Polônia (1733-1748) e da Áustria (1740-1748) colocaram, novamente, franceses e ingleses em lados opostos. Quando as relações entre a Inglaterra e a França tornavam-se mais acirradas, as suas antigas aliadas, Portugal e a Espanha, ficavam ao sabor da instável política europeia, o que acabou provocando tensões nas fronteiras das suas possessões americanas, agravando, ainda mais, as difíceis relações entre essas duas nações. Mesmo com a assinatura do Tratado de Utrech, colonos luso-brasileiros e espanhóis vinham se enfrentando na região platina. O interesse português nessa região se justificava pelo controle da Colônia do Sacramento, lugar estratégico, entreposto militar e comercial erguido em 1680, em pleno território espanhol (BOXER, 2002; BICALHO, 2003, NOVAIS, 1995). As Coroas ibéricas, já nesse período, enfraquecidas devido a perdas dos seus principais mercados coloniais, deparavam-se, cada vez mais, com a iminência de possíveis invasões (usurpação), por parte de outras nações europeias, de suas ricas possessões americanas.

Como estratégia, a Coroa portuguesa procurou garantir o domínio político e militar de áreas ocupadas pelos seus súditos, principalmente, aquelas limítrofes com os domínios espanhóis na América do Sul. Assim, foi criada a capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, pela Coroa portuguesa, em 9 de maio de 1748. Esta decisão foi importante, na ótica da administração portuguesa, para que, efetivamente, pudesse se assenhorar e ter pleno domínio das terras que já vinham sendo ocupadas pelos luso-brasileiros, desde o início do século XVIII. Outro ponto a ser considerado, trata-se das discussões que vinham sendo travadas entre as Coroas de Portugal e da Espanha, “que começaria pelas negociações para o estabelecimento de fronteiras reconhecidas de um tratado

\* Expressão grafada na Instrução enviada pela Coroa portuguesa ao governador da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, em 1749. Trata-se das formulações teóricas acerca da “Aritmética Política”, formulada por William Petty. Ver Santos (2003).

34 Professor Doutor em História Social. Departamento de História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: otavioribeirochaves@gmail.com

comercial, visando incrementar o intercâmbio entre eles. Era o prenúncio do Tratado de Madri” (CANAVARROS, 2004, p. 302).

Em 14 de janeiro de 1750, foi celebrado o referido acordo entre as duas Coroas. Podemos citar quatro pontos que nortearam a celebração desse tratado: a) delimitação das fronteiras entre os domínios coloniais das Coroas de Portugal e da Espanha na América do Sul; b) Mapeamento, reconhecimento estratégico das áreas de fronteiras coloniais; c) Esforços de militarização e povoamento das regiões de fronteiras coloniais; d) Estabelecimento de relações comerciais entre os domínios portugueses e hispânicos na América do Sul.

Neste artigo serão analisadas as estratégias utilizadas pela Coroa portuguesa visando promover o povoamento da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, procurando, assim, incorporar ameríndios, considerados *selvagens*, *arredios*, que viviam “errantes” pelas matas, rios e pantanais a ordem colonial vigente.

### **Sem população, não há domínio colonial**

Com a morte de D. João V, em julho de 1750, assumiu o trono D. José I (1750-1777). Foi nomeado Sebastião José Carvalho de Melo aos cargos de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 1750, e a de Secretário de Estado nos Negócios do Reino, em 1756, sendo uma de suas missões conduzir uma audaciosa política de povoamento voltada para as capitanias de Mato Grosso, do Rio Grande de São Pedro e a do Pará, tendo como justificativa política e ideológica “que os homens eram a maior riqueza de um Estado [...] Tratava-se, sim, de tornar um contingente populacional em corporativo de uma sociedade política – o estado português” (SANTOS, 2003, p. 9).

Assim, nas instruções enviadas para os governadores Antonio Rolim de Moura Tavares (Mato Grosso), Gomes Freire de Andrade (Rio de Janeiro) e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (Grão Pará e Maranhão), a Coroa portuguesa traçou diretrizes visando o povoamento dessas estratégicas áreas de fronteiras coloniais.

No caso da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso, um dos grandes desafios enfrentados pelo 1º governador D. Antonio Rolim de Moura e seus sucessores, designados pela Coroa lusa, foi o de garantir o povoamento das áreas limítrofes com os domínios hispânicos do Vice-Reinado do Peru.

Mas, como garantir a posse definitiva de tão dilatado espaço com reduzida população? Como levar adiante o que determinavam as instruções sobre a necessidade de se garantir o exclusivo controle do rio Guaporé, que dava acesso, através dos rios Mamoré e Madeira, ao Estado do Grão-Pará e Maranhão? Como promover o aldeamento das populações ameríndias, que viviam “errantes” pelas matas, rios e pantanais, da capitania Geral de Cuiabá e Mato Grosso? Esses eram alguns dos desafios que o governador português teve de enfrentar a partir da sua chegada em Mato Grosso, em 1751, para fundar Vila Bela, sede do governo da capitania.

Para responder às questões levantadas, cabe considerar, de antemão, que a experiência adquirida pelos administradores ultramarinos, durante as conquistas de territórios no ultramar, nos séculos XVI ao XVIII, foi determinante para a organização do território da América portuguesa. A troca de informações entre os administradores

reinóis e os governadores das capitanias de Mato Grosso, do Estado do Grão-Pará e Maranhão e de Goiás, durante a segunda metade do setecentos, possibilitou que houvesse apoio logístico para o desenvolvimento dessas regiões. Da capitania de Goiás, foram enviadas quantias em ouro para que os governadores de Mato Grosso levassem adiante o que tinha sido determinado nas instruções. Do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a partir de 1755, com a formação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, foram introduzidas mercadorias em Mato Grosso, principalmente, escravos africanos, mão de obra reivindicada pelo governador às autoridades de Lisboa. Ocorreu também o aceleramento de investimentos no aparato militar, a partir da década de 1760, permitindo a formação de destacamentos e a construção de fortalezas e feitorias comerciais, o que garantiu o controle político-territorial e a distribuição de militares em pontos vulneráveis nas áreas limítrofes aos territórios espanhóis.

Como referido, as instruções de governo recebidas por Rolim de Moura, em sintonia com as determinações da Coroa portuguesa, designavam como uma de suas missões promover o povoamento naquela região, o que consistia, sem dúvida alguma, em colossal desafio a ser enfrentado pelo governante português. Segundo Suelme Evangelista Fernandes, a população existente no distrito do Mato Grosso

[...] Do lado oriental do Guaporé, no domínio invasivo português, residiam em 1755 na recém fundada Vila Bela da Santíssima Trindade, 538 pessoas. Considerando-se os dados que permitem estimar a população total da *capitania* nos primeiros anos 1750 entre sete e oito mil pessoas, a população *urbana* da Vila Bela representava menos que 7% da população da *capitania*. Mas mesmo com essa pequena população, no *distrito* do Mato Grosso se foram consolidando atividades produtivas agrocriatórias, simultaneamente à extração de ouro. (FERNANDES, 2003, p. 44).

À distância entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Belém, sede do governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, era de, aproximadamente, 3.000 quilômetros. O trecho a ser demarcado, povoado e militarizado era de cerca de 1.200 quilômetros, a partir do Marco de Jauru (fixado na boca do rio Jauru) até o rio Madeira, divisa natural entre Mato Grosso e aquele Estado. Ocupar e povoar esse dilatado espaço requeria considerável população, bastante reduzida à época, como indicado acima.

Podemos observar que os parágrafos 17 a 22, da instrução de 1749 traçam as diretrizes de como deveriam ser mantidas as relações com as populações ameríndias “arredias” e “mansas” existentes na capitania de Mato Grosso. No tocante ao tratamento dos ameríndios Paiaguá, Guaycuru e Guató, as autoridades coloniais da Vila Real do Cuiabá e de Vila Boa de Goiás foram incumbidas de investir contra esses grupos considerados inimigos, visando controlar as rotas fluviais e terrestres, liberando, assim, a comunicação entre essas duas capitanias. A Coroa recomendou aos administradores coloniais que, diante da “selvageria” dos constantes ataques desses grupos ameríndios aos povoados luso-brasileiros, se fizessem “guerras justas” (MENDONÇA, 1985, p. 18). Para Alessandra Resende Dias Blau, as “guerras justas” consistiam em estratégias de reposição da mão de obra ameríndia que, aos poucos, ia escasseando, devido ao avanço da colonização luso-brasileira nessa parte central da América do Sul:

Havia legislação referente às questões da guerra e do cativo indígena, mas o mesmo não acontecia quanto à distribuição da mão-de-obra. Desse modo, para resolver o impasse gerado quanto à aquisição de mão-de-obra nativa, os colonos começaram a favorecer a apropriação direta do trabalhador indígena por intermédio de expedições predatórias ao sertão. A justificativa apresentada era a de aumentar o número de índios hostis para o seio da Igreja; no entanto, não raro traziam índios considerados aliados, além de muitas mulheres e crianças. Isso se explica quando se observa que havia falta de mulheres brancas na Colônia, e que as índias poderiam servir a esses homens como suas mulheres, além de poderem trabalhar no plantio e colheita das roças. (BLAU, 2007, p. 30).

No entanto, na instrução de 1749, os parágrafos 21 e 22 estabeleciam condições mais “atenuantes” com relação aos ameríndios que se encontravam na condição de administrados, garantindo-lhes a possibilidade de viverem em aldeamentos. O sertanista paulista Antonio Pires de Campos, autor da *Breve Notícia*, fez alusões aos ameríndios Pareci, que viviam entre as “terras que medeiam o Cuiabá e o Mato Grosso “[...] mui próprios para domesticar-se, com muitos princípios de civilidade e outras nações de que poderiam ter formado aldeias numerosas e úteis” (MENDONÇA, 1985, p. 26). Destacava alguns aspectos sobre a organização sociocultural dessa população, com aptidão para a lavoura, atividades pastoris, criação de animais etc. Isso validava, na ótica da Coroa, a incorporação desse grupo à civilização, e sua transformação em povoadores, contribuindo para o aumento demográfico da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso: constroi-se a figura do Pareci como o ameríndio ideal para ingressar no mundo civilizado, uma vez que suas características culturais o habilitava a assumir uma nova posição, bem diferente da vivida em “barbárie”, da vida selvagem. Cabe considerar que a tentativa da Coroa em promover o aldeamento das populações ameríndias existentes na capitania mato-grossense, encontrava respaldo jurídico no Regimento de 1º de abril de 1680 (ALMEIDA, 1998, p. 107, *apud* BEOZZO, 1983), registrando que os ameríndios não poderiam ser escravizados, e que os prisioneiros de “guerra justa” deveriam ser libertados. Constava também nesse mesmo regimento que os próprios ameríndios poderiam formar governos, porém, subordinados às autoridades coloniais. Contudo, segundo Rita Heloisa de Almeida, a promulgação de um novo Alvará, em 28 de abril de 1688:

[...] Em certa medida, um alvará sobre resgates, datado de 28 de abril de 1688, joga fora todos os esforços até então alcançados pelos regimentos de 1680 e 1686, no sentido de preservação dos índios por meio de sua incorporação aos empreendimentos coloniais segundo as mesmas leis que regem os direitos dos trabalhadores livres. Legislando sobre casos específicos em que se podia fazer resgates de índios, este alvará traz de volta a escravidão, tão-somente. Entretanto, uma política de civilização de índios articulada a planos de colonização já estava claramente esboçada e sendo colocada em prática pelos missionários a par destas permissões de escravidão e do gradual extermínio que implicava. (ALMEIDA, 1998, p. 42).

As instruções de governo enviadas a Rolim de Moura e Mendonça Furtado baseavam-se no Regimento de 1680 e no Regimento das Missões de 1º de dezembro

de 1686, o qual “espelha, mais que o precedente, uma realidade de disputas acirradas pelo controle dos índios. Apresentavam-se, assim, aspectos ambíguos como Lei que procurou atender simultaneamente a interesses conflitantes de moradores e jesuítas” (*apud* ALMEIDA, 1988, p. 42). O primeiro regimento foi elaborado com base em uma carta enviada à Coroa, datada de 6 de abril de 1654 e escrita pelo jesuíta Antonio Vieira, tendo como um dos pontos principais a necessidade de organizar as aldeias sob a administração de missionários religiosos. Além disso, essas reduções deveriam ter população definida, estável, com “gentes de serviço” e “oficiais de guerra”. No entanto, as autoridades lusitanas vislumbravam que a recomendação de Vieira, acatada pela Coroa, era a de que a população aldeada, com o passar do tempo, voltasse inteiramente para as atividades produtivas ou econômicas. A formação das aldeias serviria para promover o enquadramento das populações ameríndias à civilização, através de uma educação autoritária, propagada pelos padres jesuítas.

Sobre o processo civilizatório francês dos séculos XVI ao XVIII, o historiador Jacques Revel (1996, p. 176) ressalta que “a aprendizagem da civilidade desempenha um papel essencial, na medida em que permite, ao mesmo tempo, disciplinar as almas por meio da coerção exercida sobre o corpo e impor à coletividade [...] uma mesma norma de comportamento sociável”. Nesse sentido, compreende-se a tentativa do governador Rolim de Moura em procurar retirar os ameríndios das mãos de particulares, na condição de administrados, passando a agrupá-los em aldeias, que teriam a função de inculcar *valores civilizacionais*. O plano da Coroa, ao qual o governador deveria dar execução, vislumbrava a possibilidade de garantir com que essas populações retornassem aos seus antigos territórios, onde poderiam promover o plantio de roças, criação de animais, além da reprodução desta mão de obra tão necessária aos propósitos portugueses.

Pretensões visionárias, se levarmos em conta que os ameríndios, ao passar à condição de aldeados, deixavam de pertencer ao seu grupo étnico-cultural de origem. Transformavam-se em indivíduos cuja memória acabava sendo re-significada em detrimento de novas experiências (traumáticas, diga-se de passagem) dissociadas da comunidade à qual pertenciam. A ideia era a de se criar espaços para que os ameríndios ficassem em áreas que permitiriam à Coroa maior controle político-territorial e o suprimento dos povoados luso-brasileiros com gêneros alimentícios, além do desenvolvimento de atividades como remeiros, caçadores etc. Não permanecer em suas comunidades originárias, significava despojá-los da sua história, de suas experiências socioculturais.

### **A formação de povoações ameríndias**

Diferentemente do que ocorreu no Estado do Grão-Pará e Maranhão, com o estabelecimento de várias missões jesuítas e carmelitas, na segunda metade do século XVII e a primeira do XVIII, na capitania de Mato Grosso, em 1751, não havia nenhum aldeamento ameríndio formado. Em carta de 11 de julho daquele ano, Rolim de Moura informou ao seu soberano que pôde constatar a existência de apenas seiscentos ameríndios administrados em mãos de particulares. O governador justificou ao rei que essa população era bastante reduzida, se comparada às densas populações que existiam an-

teriormente em seus antigos territórios. Com base nas informações levantadas, Rolim de Moura convocou uma junta, com participação de autoridades da Vila Real do Cuiabá, para que fosse criado o primeiro aldeamento em um antigo sítio da Chapada dos Guimarães. Esse aldeamento recebeu o nome de Santa Anna, e depois foi denominada de Lugar de Guimarães (SILVA, 1985, p. 67).

Mas, a preocupação da Coroa era manter o controle das terras situadas ao oeste do território da América portuguesa, no vale do Guaporé, por fazer fronteira com os domínios espanhóis. Na ótica da administração portuguesa, o vale do Guaporé era prodigioso, em função das riquezas de suas terras, não somente portadoras de ouro e diamantes, mas por suas áreas para o cultivo de lavouras, para a pecuária e de rios piscosos e apropriados para a navegação. O rio Guaporé, em função da sua ligação com outros rios amazônicos, como o Mamoré e o Madeira, era a estrada fluvial apropriada para o transporte de mercadorias, tropas militares, armamentos etc. Porém, para se levar adiante a ocupação ordenada desse espaço, havia de promover o controle sobre as populações ameríndias, consideradas “mansas” ou “selvagens”, existentes no distrito de Mato Grosso. Para obter melhor conhecimento sobre essas populações, Rolim de Moura ordenou aos padres Agostinho Lourenço e Estevão de Castro, a missão de catequizar os ameríndios que viviam nos sertões dos distritos do Cuiabá e Mato Grosso.

Entre o que determinava a instrução de 1749 e o que poderia ser feito na prática, o governador logo percebeu que, com o reduzido número de ameríndios administrados, não seria possível criar novas povoações. Alegava que a estruturação de aldeamentos no vale Guaporé, como ressaltado, se constituía na região de maior preocupação da Coroa, devido à proximidade com o Vice-Reinado do Peru, no entanto, não poderia ser feito o aldeamento da mesma forma que em Santa Anna (hoje Chapada dos Guimarães), pois os custos seriam bastante elevados. Precisaria, o governador, de recursos e missionários para promover o aldeamento ameríndio no vale do Guaporé.

Com base nesse cenário, Rolim de Moura, em julho de 1752, solicitou que o padre jesuíta Agostinho Lourenço fizesse o levantamento dos ameríndios que viviam sob a administração de sertanistas paulistas no distrito de Mato Grosso, além de informar a localização exata das aldeias jesuítas castelhanas de São Simão, Santa Rosa e São Miguel, que se situavam próximas às margens do rio Guaporé. Em novembro do mesmo ano, o missionário apresentou ao governador um diário de sua viagem, no qual informava, “não só das nações, ou resto das nações que já davam obediência aos sertanistas da parte oriental do Guaporé, como uma lista de todos rios que desta Vila até Santa Rosa se metem no mesmo rio, tanto de uma como de outra banda, pelas missões castelhanas” (*apud* AMADO; ANZAI, 2006, p. 73). Sobre a localização das missões jesuítas castelhanas, Denise Maldini Meireles esclarece:

Os autores que escreveram sobre Mojos não fazem referência às missões fundadas na margem direita do Guaporé, com exceção de algumas ligeiras menções à missão de Santa Rosa, que foi, de fato, a primeira a ser estabelecida na margem oriental, em 1743. Em 1746, foi fundada San Simón (uma missão homônima), acima da foz do Corumbiara e, ainda no mesmo ano, San Miguel (*idem*), acima da foz do Mequens. A população predominante era de índios *Moré*, mais havia também índios

*Aricoroni*, *ambostxapakura*. Pelo fato de serem homônimas, existe alguma confusão em torno dessas missões. É preciso esclarecer que existiram duas missões com o nome de San Miguel: a do Baures e do rio Mequens, ainda que ambas tinham tido efêmera duração. Igualmente havia duas missões San Simon: a do rio San Martin e a do rio Corumbiara, a última também de efêmera duração. (MEIRELES, 1989, p. 78).

O padre jesuíta Agostinho Lourenço, como declarou ao chegar à Vila Real do Cuiabá, era bastante experimentado no grandioso ofício de “salvar almas”. Em carta de 17 de janeiro de 1754, enviada a D. José I, Rolim de Moura demonstra ter conhecimento dos regimentos de 1680 e de 1686, bem como da legislação produzida pela Coroa, durante a primeira metade do século XVIII, que tratava da necessidade de manter as populações ameríndias sob a tutela da Coroa, “educada” pelos padres jesuítas. A preocupação em manter as populações ameríndias estabelecidas em seus antigos territórios não significava nenhuma benevolência, mas explicitava a preocupação da Coroa de tê-los como povoadores, pois se esperava que as aldeias pudessem ser transformadas em vilas, com jurisdição político-administrativa semelhante à existente nos povoados luso-brasileiros. Além desse aspecto, a Coroa vislumbrava estabelecer, no interior dos aldeamentos, uma possível hegemonia linguística, a do colonizador português, como também o culto à religião católica. A ideia era fazer com que os ameríndios deixassem de falar a língua geral, procurando fazer com que, principalmente os meninos e meninas e adultos, falassem a língua portuguesa, o que poderia facilitar a sua inserção na sociedade “civilizada” (SILVA, 1985, p. 277).

Assim, ser cristão significava, prioritariamente, compreender a língua do colonizador, adotar os seus valores culturais, estar preparado para o trabalho nas fazendas, nas áreas de mineração, vilas, arraiais, fortalezas, enfim, transformar-se em vassalo da Coroa. No entanto, o conteúdo discursivo existente na documentação administrativa revelava, também, os conflitos em curso na sociedade colonial, pois o próprio conceito de “civilização” passava a ter um novo sentido:

Esta transformação conceitual, conquanto tivesse como propósito a universalização de ideais de civilização ocidental, também anunciava, entre os indivíduos (colonizadores), uma disposição interna para o convívio com as diferenças étnicas e culturais. Assim, em lugar de serem adotadas formas de extermínio imediato ou ao longo de uma vida sob condições de escravidão, o índio passa a ser visto como um povoador. Além de força de trabalho, representa número, população. (ALMEIDA,

Em 1754, o padre Agostinho Lourenço, seguindo as ordens de Rolim de Moura, fundou a aldeia de São José e a aldeia de São João, em domínios portugueses, à margem direita do rio Guaporé. Em 1756, o aldeamento de São José foi transferido, por ordem do governador, para uma localidade chamada de Casa Redonda. Uma nova mudança ocorreu naquele mesmo ano, para o rio Mequen. No aldeamento de São José foram agrupados os ameríndios Crituriás e Mequén. No aldeamento de São João, os ameríndios Moré. Em carta enviada por Rolim de Moura a Mendonça Furtado, em 15 de novembro de 1758, informava que a aldeia de São José localizava-se a uma distân-



cia de dez dias de viagem de Vila Bela, rio abaixo, “e para cima vinte, e muitas vezes sucede, passarem-se meses, sem haver comunicação de uma parte à outra”. (CARTA DE ROLIM DE MOURA, 15/11/1758, documento 111 *apud* MOURA, 1983, p. 143). No entanto, ficava, apenas, a dois dias de viagem do Sítio das Pedras, onde tinha sido fixado o primeiro destacamento militar no distrito de Mato Grosso:

[...] a Missão de S. José está ainda muito no seu principio e cuidando eu, que este ano pudesse já levantar alguma coisa a cabeça, um contratempo, que teve, atrasou muito, que foi uma epidemia tão forte, que só no mês de dezembro, me diz o padre Agostinho Lourenço, seu missionário, havia enterrado quarenta e quatro índios; e os mais moradores de rio abaixo são poucos, e como se compõem de homens foragidos por crime, ou por dívidas, e não tem coisa alguma de seu, apenas plantam o que comer com alguns índios, que eu lhe permito. (CARTA DE ROLIM DE MOURA, 15/11/1758, documento 111 *apud* MOURA, 1983, p. 57).

A fixação dessas aldeias no distrito do Guaporé obedecia a parâmetros geopolíticos, situando-as em trechos onde havia maior possibilidade de entrada de padres e tropas espanholas na capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso. Além desse aspecto, previa-se, com a fundação desses estabelecimentos, a fixação de populações ameríndias voltadas às atividades produtivas. A intenção primeira do governador era estruturar os aldeamentos com ameríndios retirados das mãos dos colonos luso-brasileiros e que viviam nos distritos do Cuiabá e do Mato Grosso. No entanto, não obteve total sucesso, pois os colonos dependiam desta mão de obra para o seu sustento. O governador procurou amenizar os possíveis conflitos que poderiam advir, permitindo que alguns índios continuassem na condição de administrados. Procurou formar as aldeias com populações que viviam no vale do Guaporé, principalmente com os grupos que tinham migrado para os domínios portugueses, oriundos dos povoados jesuítas do Vice-reinado do Peru. Eles tinham passado por “educação cristã” no interior das missões jesuítas espanholas, o que evitaria, por parte da Coroa, dispêndio de recursos, conforme esclarece Denise Maldi Meirelles:

[...] a conquista do índio e a sua transformação em vassalo fez com que os lusitanos vissem nos povos indígenas da margem esquerda do Guaporé “súditos e tributários do rei de Castela” – e vice-versa. Essa concepção refletia as inúmeras contradições que envolviam a visão do índio: os portugueses estimularam o traslado de grupos inteiros para a margem direita. Neste caso, havia não somente o desejo de povoar o território lusitano, mas a sua consequência: o de esvaziar o território espanhol, tornando-o mais vulnerável. O deslocamento desses índios diminuiria, portanto, os súditos de um rei para aumentar os de outro. (MEIRELES, 1989, p. 149).

Apesar dos esforços, até o ano de 1757, o governador tinha conseguido fundar apenas três aldeias ameríndias: uma em Guimarães e duas no distrito do Mato Grosso, número que não era suficiente para garantir o povoamento da capitania. Uma das alternativas pensadas pelo governador foi a introdução de casais brancos, vindos do Reino ou de outras regiões da América portuguesa, que poderiam se estabelecer em lugares pré-fixados na capitania de Mato Grosso, mas, considerando o elevado custo

dessa operação, a Coroa não levou adiante esse projeto (BLAU, 2007, p. 46). A prática de deslocamento de grupos populacionais oriundos de outros territórios do Império português não consistia em nenhuma novidade, pois iniciativas já tinham sido realizadas com sucesso na Ilha de Santa Catarina, com casais vindos das Ilhas de Açores. Em fins de 1758, Rolim de Moura, ao receber cópia do Diretório enviada por Mendonça Furtado, através do Ouvidor da capitania de Mato Grosso, Teotônio da Silva Gusmão, confessava ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão que tinha lido

[...] com grandíssimo gosto, e admiração pela ordem, clareza, e miúda providência que está feito. A grande brutalidade, a falta de raciocínio dos índios faz recear, que não tirem dele todo o proveito, que, aliás, se devia esperar: mas se por este meio se não reduzirem à civilidade e racionalidade das mais nações, pode assentar-se, que o não há. O despertar-lhe as paixões de vaidade, de ambição, de desejo de adquirir, e viver com cômodo, como Vossa Excelência procura fazer por via do Diretório, reputo pelo meio mais eficaz. (CARTA DE ROLIM DE MOURA, 15/11/1758 *apud* MOURA, 1983, p. 160-161).

Rolim de Moura tinha dúvida se realmente conseguiria transformar os ameríndios “selvagens”, “bárbaros”, em “homens civilizados”. Considerava que eles não tinham paixão, ambição, enfim, os classificava, de forma etnocêntrica, como possuidores de espíritos torpes, doentios, com pouca inteligência, incapazes para compreender as benesses que a sociedade civilizada poderia oferecer. O governador comparava os ameríndios aos africanos que chegavam às minas do distrito do Mato Grosso, considerados como “boçais”, porém, após algum tempo aprendiam, de forma rudimentar, o português, se transformado em cativos “ladinos”, quadro muito diferente do que acontecia com a maioria dos ameríndios aldeados. Porém, reconhecia que havia algumas exceções:

Nestas minas se acha um índio Pareci casado, que vive sobre si com roça, e criações, sem ter, nem necessitar de administração de ninguém. No Cuiabá também há outro, que não só vive sobre si, mas tem um escravo seu e uma venda por sua conta. E o Padre Agostinho Lourenço me contou, que não sei, que Padre Espanhol lhe segurara, que no Peru havia um letrado com escritório público, que era índio puro. Pelo que se me não oferece dúvida que Vossa Excelência vença a dificuldade de os reduzir e viverem com homens racionais, principalmente aplicando-lhes os meios aptos para esse fim com tanta descrição, e atividade, e zelo. E a matéria é tão importante, assim para o serviço de Deus, como de Sua Majestade que ainda com menos esperanças de bom sucesso seria sempre sumamente louvável a empresa. (CARTA DE ROLIM DE MOURA, 14/12/1758, documento 129 *apud* MOURA, 1983, p. 197).

Ao comentar sobre as atividades desenvolvidas pelos ameríndios Pareci, nas minas do Mato Grosso e no distrito do Cuiabá, o mesmo governador acabou revelando condutas contrárias às sempre comentadas pelos cronistas e administradores coloniais no decorrer do século XVIII. Vinculações dos ameríndios como “selvagens”, vivendo em “barbárie”, despojados de maiores paixões etc., foram substituídas pelas imagens de ameríndios trabalhando em atividades produtivas, sem serem tutelados por ninguém. Essa percepção de Rolim de Moura revela elementos que demonstram ações por parte

dos ameríndios, no sentido de conduzir suas vidas, de tomarem decisões, de fazer escolhas, vivendo de forma “autônoma”. Os exemplos citados pelo governador, naquele contexto, fogem ao desejo da Coroa de tê-los aldeados, mas não deixa de se encaixar no ideário do colonizador em transformá-los em homens produtivos, civilizados – na condição de vassalos do rei.

Um dos ameríndios Pareci (considerada população ideal pela Coroa para catequização) que possuía escravo, encontrava-se inserido na “lógica” da sociedade colonial daquele período. Porém, eram indivíduos vivendo “fora” do seu grupo étnico-cultural de origem, vinculados à sociedade colonial através de habilidades adquiridas com o trato do comércio ou no desenvolvimento de atividades liberais. No entanto, percebe-se, através desse relato do próprio governador, que essas experiências ameríndias foram adquiridas ao longo de sua trajetória enquanto sujeitos históricos. Nesse quadro, esses ameríndios re-significaram suas identidades étnico-culturais, procurando viver em uma sociedade em que a opção de sobrevivência imposta ao seu grupo de origem revelavam poucas alternativas.

O governador, porém, percebia outra alternativa, confiada a Mendonça Furtado, tratava-se da possibilidade de enviar alguns ameríndios da capitania de Cuiabá e Mato Grosso ao Reino, com o propósito de civilizarem-se através do contato com o mundo dos brancos:

Muito tempo há, me tem lembrado, e o desejo, se mandem ir de cá índios rapazes, como os brancos; pois essa experiência nos havia de desenganar, do que eles são capazes, tirando-lhe de diante dos olhos os objetos que forçosamente lhe hão de estar lembrando as suas primeiras idéias, e introduzindo-lhe outras diferentes com a mudança de terra. E conseguindo-se nestes o fim pretendido, talvez seriam ao depois os melhores mestres os seus naturais. ((CARTA DE ROLIM DE MOURA, 15/11/1758 *apud* MOURA, 1983, p. 161).

A ideia de civilização pensada pelo governador consistia na possibilidade de tê-los envolvidos com a maneira de se viver do “homem civilizado” do continente europeu: formas de se vestir, alimentar, postura corporal, trabalho e ter habilidades com o comércio. O “viver” em civilização significava para o governador que as populações ameríndias aldeadas deveriam falar a língua portuguesa, ter conhecimentos básicos sobre operações comerciais e desenvolver atividades produtivas atreladas às redes de produção e de comércio. Ser “livre”, “racional” e “cuidar de si”, eram valores que a Coroa esperava que os ameríndios aldeados adquirissem. A ideia era transformá-los em vassalos da Coroa, colocá-los a serviço do Império português. Nesse sentido, a tão reclamada presença dos missionários jesuítas, feita por Rolim de Moura às autoridades em Lisboa, era fundamental, pois o trabalho de “conversão” dessa população ficaria sob os cuidados dos religiosos.

Cabe considerar, no entanto, que, anterior à promulgação do Diretório pela Coroa, em 1758, Mendonça Furtado já tinha produzido uma acurada reflexão sobre a emancipação ameríndia e a organização de aldeias no Estado do Grão-Pará e Maranhão, reflexão intitulada *Papel acerca da liberdade e resgate dos índios*, escrita em

abril de 1755, quando ainda se encontrava na aldeia de Mariuá (ALMEIDA, 1997, p. 154).<sup>35</sup> Esperava a Coroa transformar as povoações ameríndias em vilas constituídas de aparato político-administrativo capazes de ordenar o espaço urbano e civilizar os seus moradores. Mendonça Furtado, ao assumir a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, em 10 de março de 1760, repassou às capitâneas da América portuguesa cópias do Diretório, tornando obrigatória sua execução. O estudo realizado por Maria Helena Ochi Flexor confirma a tentativa da Coroa em transformar as aldeias ameríndias, existentes na capitania da Bahia, em vilas:

Criada a vila, de posse das leis, cumpriam as outras formalidades e elegiam juiz ordinário e de órfãos, vereadores e procurador do Conselho da Câmara para aquele ano e três anos seguintes. Elegiam alcaide e porteiro, este para servir na Câmara e nos auditórios judiciais e fazer às vezes, também de carcereiro. Os índios, segundo as leis e instruções dadas, tinham prioridades e serventias dos ofícios, mas os solteiros teriam prioridade antes de quaisquer pessoas, de *qualquer prerrogativa e condições que sejam, ou destes Reynos ou do Brasil, ou de qualquer outra parte*, de sorte que só os moradores da vila deviam servir esses ofícios. Havendo índios que soubesse ler e escrever, ocupava o cargo de escrivão. Em muitos casos foram indicados portugueses, tanto para Diretores como para escrivão da Câmara, tabeirão de notas, escrivão do judicial, de órfãos, de alcaide, de acordo com as próprias Ordens Reais (FLEXOR, 2002, p. 171).

A nomeação dos Diretores, segundo o Diretório de 1757, “nomeará o Governador, e Capitão General do Estado, o qual deve ser dotado de bons costumes, zelo, prudência, verdade, eficiência da língua, e de todos os mais requisitos necessários para poder dirigir com acerto os referidos Índios” (*apud* ALMEIDA, 1997, p. 362). Ou seja, caberia aos portugueses ocupar essa função, conforme o que tinha sido estabelecido no Diretório.

Na capitania de Cuiabá e Mato Grosso, Rolim de Moura tinha recebido cópia do Diretório antes do retorno de Mendonça Furtado ao Reino, em 1759, onde foi dado destaque a essa legislação como instrumento que poderia garantir a “liberdade” ameríndia e o povoamento da América portuguesa. No entanto, receava o governador que, na capitania de Mato Grosso, a aplicação do Diretório não tivesse os mesmos efeitos das medidas que estavam sendo implantadas no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Reconhecia que a capitania de Mato Grosso possuía extensas áreas de terras, o que seria preciso um maior número de padres para “evangelizar” os ameríndios aldeados, e maiores recursos financeiros para investimento em tão grandioso projeto. A ausência de religiosos para aplicar os “ministérios” junto às populações ameríndias e demais colonos luso-brasileiros não era uma debilidade existente somente na capitania de Mato Grosso, mas sim motivo de reclamações por parte dos oficiais régios que viviam em diferentes partes do Império português.

Sobre esse tema, o mesmo governador sempre manifestou preocupação, em

35 Segundo Rita Heloisa de Almeida (1997, p. 149) esse “material de reflexão para os legisladores de D. José, que elaboraram leis relativas à secularização das aldeias, à libertação dos índios, à regulamentação dos casamentos entre portugueses e índios, à implantação da língua portuguesa e ao próprio Diretório, que *aglutina* todas essas medidas”.

suas correspondências com as autoridades reinóis e com Mendonça Furtado, quando este ainda se encontrava no governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Em 14 de dezembro de 1758, escreveu o governador que, se as minas existentes no distrito de Mato Grosso estivessem subordinadas ao Bispado do Pará, o estabelecimento da prelazia naquele distrito facilitaria a vinda de eclesiásticos para auxiliá-lo na organização dos aldeamentos e catequização da população ameríndia. (CARTA DE ROLIM DE MOURA, 14/12/1758, documento 129 *apud* MOURA, 1983, p. 197).

Na visão do governador, a consolidação da capitania de Cuiabá e Mato Grosso e, principalmente, da sua sede político-administrativa, Vila Bela da Santíssima Trindade, somente seria possível com a transferência da Ouvidoria, da Provedoria e da Intendência do Ouro e Diamantes que estavam instalados na Vila Real do Cuiabá. A Prelazia se encontrava instalada naquela vila, desde a década de 1740, e a sua transferência para Vila Bela seria um passo importante para o provimento dos cargos eclesiásticos, o que poderia agilizar a conversão dos ameríndios que se encontravam no Vale do Guaporé, bem como garantir a assistência espiritual aos colonos luso-brasileiros que viviam em Vila Bela, nos arraiais, fazendas e nos destacamentos militares do distrito do Mato Grosso.

São raros os estudos sobre a aplicação do Diretório na capitania de Mato Grosso; dentre eles, destaque-se o trabalho de Alessandra Blau que, investigou como as autoridades régias, estabelecidas em Mato Grosso, deram cumprimento a esse instrumento:

Casamentos e concubinatos implicavam obrigações mútuas, buscando-se estabelecer relações sócio-políticas entre brancos e indígenas, que acabavam por instituir a mistura dos sangues dos filhos destas relações. Além disso, ofereciam a oportunidade de pessoas de “fora” do grupo conviverem com pessoas de “dentro” do grupo indígena, havendo assim, uma “troca” de experiências e culturas [...]. Até o momento são poucas as fontes disponíveis sobre casamentos ou concubinatos na repartição do Mato Grosso, sendo os casos expostos neste estudo referentes ao Cuiabá. O que se pode afirmar, segundo estudos disponíveis, é que os matrimônios legalmente constituídos na Capitania de Mato Grosso foram poucos, graças também aos preços exorbitantes cobrados pelos padres. Isso promoveu uma grande quantidade de mancebias, que eram combatidas pela Igreja, mas justificável diante da situação que se colocava. (BLAU, 2007, p. 58-62).

Como afirmado, a falta de recursos financeiros e humanos para dar conta do “projeto” pensado pela Coroa para a capitania de Cuiabá e Mato Grosso, na segunda metade do século XVIII, sempre foi motivo de reclamações dos governadores às autoridades reinóis. Em 1772, com o término do governo do 3º governador da capitania mato-grossense, Luís Pinto de Souza Coutinho (1769-1772), foi elaborado um “*Mapa geral de receita e despesas da Provedoria de Mato Grosso desde 1762 até 1771*”, que abrangia parte dos governos de Rolim de Moura (1751-1765) e de João Pedro da Câmara (1765-1769), mostrando que a receita chegara a 248:093\$490 (Duzentos e quarenta e oito contos, noventa e três mil, quatrocentos e noventa réis) e as despesas gerais com folhas eclesiástica, civil, militar, compra de mantimentos, fazenda seca e gorda, expedientes

militares, concertos de armas etc. chegavam a 248:093\$496 (duzentos e quarenta e oito contos, noventa e três mil e quatrocentos e noventa e seis réis). No entanto, a dívida com a Provedoria da Fazenda da capitania do Pará e com o Erário Régio não tinha sido computada, o que, provavelmente, elevaria ainda mais as despesas. A contabilidade estava “justa”, porém, é possível, a partir desse mapa, estimar que as despesas com a folha eclesiástica representavam apenas 3% das despesas gerais.<sup>36</sup>

O “projeto” político, econômico e social pensado pela Coroa para a capitania de Cuiabá e Mato Grosso, presente nas Instruções de 1749 e seguintes, forçou os governadores lusos a buscar soluções para os desafios que lhes foram impostos. O início do povoamento pretendido pela Coroa, sem dúvida alguma, teve início a partir da administração de Rolim de Moura. Nos governos de João Pedro Câmara (1766-1769) e Luís Pinto de Souza Coutinho (1769-1772) não houve consideráveis avanços na criação de novos povoados ameríndios e nem no aumento de vilas e novos arraiais na capitania. Segundo Jovam Vilela da Silva (1995, p. 285), em 1772, no decorrer do governo de Souza Coutinho foi feita uma “resenha exata de todos os índios e mestiços” existentes no distrito do Cuiabá, chegando ao total de 1.454 ameríndios de ambos os sexos. Não foram computados 265 aldeados na missão de Santa Anna da Chapada dos Guimarães, que, somados, chegava essa população a 1.719. Para Silva, a população nativa administrada na capitania de Cuiabá e Mato Grosso, no período de 1768 a 1800, representava, em média, 3,25% da população existente. No ano de 1771, a população da capitania era de 11.859 habitantes, sendo que a de ameríndios administrados chegou a 2.337, equivalente a 19,70%. Fora esse ano, a média oscilou entre 3,25% e 1,80% da população total.

Como já foi mencionado, havia dificuldade por parte da Coroa de se retirar das mãos dos luso-brasileiros os ameríndios administrados. Desde o início do governo de Rolim de Moura, tal objetivo não pôde ser concretizado integralmente. No entanto, o governador procurou mantê-los em mãos de alguns proprietários que tinham recebido sesmarias próximas ao rio Guaporé, no distrito do Mato Grosso, com a finalidade de assegurar o controle político-territorial, manter a vigilância das rotas fluviais e dos caminhos terrestres que davam acesso ao Estado do Grão-Pará e Maranhão. Mesmo com população diminuta, a Coroa conseguiu assegurar relativo controle de rotas comerciais através da navegação fluvial entre as principais vilas da capitania – Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá e Vila Bela, articulando-as com os Estados do Brasil e a do Grão-Pará e Maranhão.

## Referências

### Fontes:

**Annaes** do Sennado da Camara do Cuyabá, 1719 – 1830 [Transcrição e sua organização Yumiko Takamoto Suzuki]. Cuiabá, MT: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

---

36 Veja o Mapa geral de receita e despesas da Provedoria de Mato Grosso desde 1762 até 1771. (PROJETO RESGATE. AHU, Mato Grosso, documento 1006, caixa 16, Cd 04). Não há como discriminar os gastos com a folha eclesiástica. Os valores apresentados traduzem, por ano, o montante de recursos gastos. Optamos, portanto, em apresentar os valores gerais das receitas e despesas existentes.

**Anais de Vila Bela:** 1734-1789. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli (Org.). Cuiabá, MT: Carlini e Caniatto; EdUFMT, 2006.

**Arquivo Ultramarino:** Projeto Resgate de Documentação História “Barão do Rio Branco”. Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Mato Grosso (1720-1827), CDROOM 04.

MOURA, Antonio Rolim de. **Correspondências. Volumes 2 e 3.** Cuiabá: Imprensa Universitária, PROEDI, 1983.

### **Bibliografia:**

ALMEIDA, Rita Heloisa de. **O Diretório dos Índios: Um Projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII.** Brasília: EdUNB, 1997.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. *In:* ABREU, Marta; SOIHET Rachel (Org.). **Ensino de História:** conceitos, temáticas e metodologia, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império:** o Rio de Janeiro no Século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português: 1415-1825.** Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BLAU, Alessandra Resende Dias. **O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2007. Disponível em: <http://www.ppghis.com>.

BEOZZO, José Oscar. **Leis e regimentos das missões:** política indígena no Brasil. São Paulo: Loyola 1983.

CANAVARROS, Otávio. **O Poder Metropolitano em Cuiabá (1727-1752).** Cuiabá: EdUFMT, 2004.

PEREIRA, Mário Clemente. **O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri.** *Revista Varia História.* Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jan/jun 2007.

COELHO, Mauro Cezar. **Do Sertão para o Mar:** Um Estudo sobre a Experiência Portuguesa na América A Partir da Colônia: O Caso do Diretório dos Índios 1750-1798. São Paulo. Tese (Doutoramento em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível na Internet: <http://www.teses.usp.br/teses/>

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia:** Planejamento Espacial e Social no Século XVIII. Tradução e revisão Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Alva-Ciord, 1999.

FERNANDES, Suelme Evangelista. **O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, MT, 2003. Disponível na Internet: <http://www.ppghis.com>

FERREIRA, Isabella Fagundes Braga. **Territorialidades de um império:** a Amazônia colonial 1751-1759). Dissertação (Mestrado em História) – UNB. Brasília, 2002.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **O Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão e o**

**Direito Indiano. Revista Politéia.** História e Sociedade, Vitória da Conquista, v. 2. n. 1, p. 171, 2002. Disponível em: <<http://www.uesb.br/politeia/v2.asp>>

JESUS, Nauk Maria de. **Na Trama dos conflitos.** A Administração na Fronteira Oeste da América Portuguesa (1719-1778). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai:** primeiras fronteiras definitivas do Brasil. Rio de Janeiro: Xerox, 1985.

MEIRELES, Denise Mald. **Guardiães da Fronteira:** Rio Guaporé, Século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.

MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. As Juntas das Missões Ultramarinas na América portuguesa (1681-1757). **Anais.** V Jornada Setecentista. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003. Acessado em setembro de 2004. Disponível em: <[www.ufpr.br/cedope](http://www.ufpr.br/cedope)>.

NAZZARI, Muriel. Da Escravidão a Liberdade: A transição de Índio administrado para vassalo independente em São Paulo Colonial. *In:* SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **Brasil: Colonização e Escravidão.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

REVEL, Jacques. Os Usos da Civilidade. *In:* CHARTIER, Roger (Org.). **História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes.** Tradução Hildegard Feisr. São Paulo: Companhia das Letras, v. 3. 1991.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Administração Colonial e Legislação Indigenista na Amazônia Portuguesa. *In:* PRIORE, Mary Del Priore; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Os Senhores do Rio:** Amazônia, Margens e História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Remedios contra la pobreza. **Trabajo Indígena y Producción de Riqueza en La Amazonia Portuguesa, Siglo XVIII.** Bogotá, Colômbia: Fronteras de la História n. 9. Instituto Colombiano de Antropologia e História, ICANH. Disponível na Internet: <http://www.icanh.gov.co/secciones/publicaciones>.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Para viverem juntos em Povoações bem estabelecidas:** um estudo sobre a política urbanista pombalina. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. A Aritmética Política Pombalina e o Povoamento da América Portuguesa na Segunda Metade do Século XVIII. **Anais.** V Jornada Setecentista. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003. CDROM.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Aritmética política e a administração do Estado português na segunda metade do século XVIII. *In:* DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Orgs.). **Temas setecentistas:** governos e populações no Império Português. Curitiba: UFPR-SCHLA; Fundação Araucária, 2009.

SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de Cores (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso).** Cuiabá: EdUFMT, 1985.



## ENTRE MEMÓRIAS ESQUECIMENTOS: O MARCO DO JAURU E SEUS TRANSLADOS PELA FRONTEIRA OESTE.

Luís César Castrillon Mendes<sup>37</sup>

2014 promete ser intenso para o Brasil. O chamado país do futebol, após 64 anos, sedia novamente uma Copa do mundo e, para isso, obras grandiosas “padrão FIFA” erguem-se pelo território. Teremos eleições em outubro. O prognóstico econômico para 2015 não é dos melhores, dizem os especialistas. Sem falar que março último marcou os 50 anos da instalação do regime civil-militar no país, felizmente interrompido pelo processo de redemocratização a partir de meados da década de 1980.

Em meio a esses acontecimentos, surge um, talvez não tão importante, já que as questões as quais ele remete já estão “praticamente” resolvidas e não há registros de nenhum incidente que possa colocá-lo novamente na ordem do dia, salvo alguns incidentes de fronteira resolvidos dentro do próprio Itamaraty. Trata-se de um acontecimento “menor”, qual seja, os 260 anos do Marco do Jauru, um dos símbolos da materialização do Tratado de Madri, assinado, em 13 de janeiro de 1750, entre as Coroas portuguesa e espanhola, assentado nas proximidades da foz do rio homônimo, quatro anos depois<sup>38</sup>. Esta peça arquitetônica, outrora orgulho da corrida por territórios entre as potências ibéricas do Setecentos, engloba um universo de significações apreendidas de diferentes maneiras por quem o contempla na atualidade. Essas diferenças vinculam-se à erudição, à concepção de mundo, sentimentos de nacionalidade ou, até mesmo, a uma simples curiosidade.

O Marco do Jauru, enquanto representante dos lugares de memória – os monumentos, nos termos de Jacques Le Goff, torna-se uma das heranças, um sinal do passado, aquilo que evoca e perpetua, voluntária ou involuntariamente, a sua recordação. Ele é produto da sociedade que o fabricou segundo relações de força que aí detinham o poder. Somente essa análise do documento enquanto monumento permite a sua recuperação pela memória coletiva, e, ao historiador, utilizá-lo com conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 525-541). Para Pierre Nora, esses vestígios consistem no patrimônio arquitetônico que nos acompanha por toda a vida. Eles são um tipo de forma extrema onde subsiste certa consciência comemorativa das pessoas e que, antes de tudo, são “restos” (NORA, 1993, p. 12).

Essas questões apontadas pelos historiadores franceses nos remetem à reflexões, cujo objetivo é chamar a atenção para os lugares de memória, locais onde se constroem, ou pelo menos se deveriam construir, experiências de vida, pois se constituem enquanto objetos simbólicos de uma memória, geralmente a que se torna hegemônica. Nessa reflexão se utilizará como referência a pirâmide quadrangular, situada à Praça Barão do Rio Branco, na cidade de Cáceres-MT, desde 1883, que já ocupou duas outras posições, no mesmo logradouro, adquirindo novos sentidos e adequando-se a novos

37 Professor do Deptº de História da Universidade do Estado de Mato Grosso. Doutorando em História pela UFMT.

38 Para essa demarcação foram criadas duas comissões mistas nas regiões Norte e Sul. Elas se dividiram em grupos reduzidos que receberam o nome de *tropas* ou *partidas*, com a função de fazer a delimitação exata no terreno, estabelecido na corte de Madri. Essas Comissões dividiram os trabalhos em três partidas. A Terceira Partida foi a responsável pela fixação do Marco na boca do rio Jauru.

direcionamentos estipulados pelo poder público municipal, até retornar ao seu local inicial, em frente à Catedral.

É bom lembrar que o referido Marco possuiu (e possui) significado apenas para a tradição europeia ocidental – mais precisamente os países ibéricos - não conseguindo obter nenhuma atenção por parte, por exemplo, das inúmeras nações indígenas que habitavam as terras disputadas; tampouco despertaria a atenção do negro africano trazido à força para trabalho compulsório. Dessa maneira, esse objeto desperta sentimentos identitários apenas para um determinado grupo de pessoas, qual seja, os portugueses encarregados de assegurar os territórios conquistados junto à Espanha.

De acordo com Jaime Cortesão (2006, p. 359), essa peça é a única remanescente das muitas similares conduzidas até os longínquos lugares onde deveriam ser “plantadas”. Depois do Tratado de El Pardo, em 1761, cujo teor anulava o de Madri, os espanhóis mandaram destruir todas as evidências da delimitação fronteiriça de 1750.

Objetiva-se, com o presente texto, destacar os diferentes lugares de memória ocupados pelo Marco, desde seu assentamento próximo da foz do rio Jauru, até os diversos translados na Praça da Matriz (hoje Barão do Rio Branco). Essa peregrinação cidadina culminou com a fixação de um Marco simbólico, em madeira entalhada, nas proximidades do local onde se localizava o objeto original, em 12 de maio de 2009, de acordo com as determinações do documento relativo ao tombamento pelo IPHAN, em 1978, conforme se verá adiante.

Ao visitar contextos variados e diferentes temporalidades, buscou-se abordar o Tratado assinado em Madri através do ideário lusitano acerca da política expansionista relacionada à fronteira ocidental implantada na colonização das terras da América portuguesa, iniciada no século XVI.

A fronteira, especificamente a fronteira oeste, neste texto, refere-se à extensa faixa limítrofe entre a capitania de Mato Grosso – extremo oeste da América portuguesa - (que compreende atualmente os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia) e a América espanhola (nos dias de hoje, as Repúblicas da Bolívia e do Paraguai). O conceito é complexo e polissêmico. De acordo com Olga Maria Castillon Mendes (2000), ele pode adquirir diversos significados: *uma linha*, um *traçado no mapa*; *respeito*; *imaginário*, *força*, *guarnição militar*; *movimento*, *manutenção*, *penetração*, *povoação*; ou mesmo como *vassalagem*, *cumprimento de ordens*, *obediência*. Nessa perspectiva, o sentido é movediço, pois está posto pela linguagem, haja vista que os sentidos pelos quais um conceito adquire no tempo perpassam por construções em que coexistem problemas de ordem linguística, além de interesses políticos, econômicos e/ou culturais.

Para os objetivos do presente artigo será adotado um dos sentidos abordados por Lylia Galetti (2012, p. 80) para o termo, ou seja, a fronteira enquanto limite geopolítico entre Estados, separando as possessões territoriais de Espanha e Portugal, distinguindo soberanias, despertando identidades territoriais. Para a diplomacia lusitana, esse limite fronteiriço se constituiu também em movimento, manutenção, penetração e povoação.

## O mito expansionista lusitano e sua materialização simbólica

A linha de Tordesilhas, estabelecida no papel, em 7 de junho de 1494, sujeitava-se às mais variadas leituras pelos exploradores. Na prática, ela alargava-se conforme interesses e ideários de quem a demarcava<sup>39</sup>. A fronteira natural tendia a substituir, *in loco*, a geométrica.

A concepção do território enquanto uma *ilha continente*, serviu como um programa geopolítico para a fronteira oeste, a fim de se colonizar o Brasil, ordenando e orientando as estratégias desenvolvidas no Prata e Amazonas. Esse “mito” da Ilha Brasil, de acordo com Jaime Cortesão, é essencialmente político e geográfico, encontrando sua mais alta expressão na cartografia. Foi uma reação direta ao Tratado de Tordesilhas. Já a partir da primeira metade do século XVI a tal ilha aparece nos mapas, desde o início do Quinhentos, como o de Lôpo Homem (1519), André Homem, (1559), Bartolomeu Velho (1562), Luís Teixeira (1600), Nicolau Sanson (1650), entre outros (CORTESÃO, 2006, p. 135-6).

Dessa forma, os exploradores lusitanos disseminaram o conceito de um Brasil enquanto uma vasta ilha amazônico-platina, dividida em várias outras ilhas e por outros rios nascidos a partir de uma imensa lagoa, conhecida até as últimas décadas do século XVIII, por *Laguna del Xarayes* (COSTA, 1999), na qual o curso do Amazonas se fundiria com o do Madeira, para ir ao encontro do Paraguai. Estabeleceu-se, assim, o território nacional como um todo coerente, estruturado pela própria natureza, ocupado pela marcha da colonização e legitimado pela letra do Tratado entre as coroas portuguesa e espanhola (MAGNOLI, 1997, p. 11).

A linha demarcatória artificial de Tordesilhas era burlada pelos lusitanos em prol da identificação com as fronteiras desenhadas pela natureza, na qual as águas seriam as melhores raias. A ilha Brasil invocava uma verdade prévia, anterior à história, uma terra preexistente, um lugar de contornos definidos e de uma entidade indivisível. O Brasil erguia-se como uma realidade geográfica anterior à colonização.

Em meio a essas disputas de fronteira entre as potências ibéricas, surgiu um “acordo”, assinado em 13 de janeiro de 1750, fundamentado justamente nesse mito expansionista lusitano e tendo como embasamento jurídico um princípio do Direito Romano, *uti possidetis*, cuja efetivação contou com a hábil diplomacia de Alexandre de Gusmão, garantindo para a Coroa lusitana a posse das terras conquistadas.

De acordo com Cortesão:

A região ocupada por Pascoal Moreira Cabral, a partir de 1718, começava a exercer definitivamente, as suas funções de centro formador de fronteira. Restava descobrir o Guaporé nas suas possíveis ligações com o Alto-Paraguai ou, possivelmente, com o seu afluente ocidental, o Jauru. Essa teria que ser pela força conjunta das razões geográficas e históricas, a região chave da ilha Brasil, o limite extremo, o non plus ultra da audaciosíssima expansão dos luso-brasileiros. (CORTESÃO, 2006, p. 148-9).

39 Para Peixoto (2005, p. 35), o ato de se mapear um território; é feito culturalmente: impressões e descrições são participantes de um mesmo processo de fabricação da identidade coletiva. Os mapas e as corografias, enquanto instrumentos dessa intervenção cultural, são construídos, *a priori*, no conjunto das representações de seus narradores e estão sujeitos, por conseguinte, a constantes reelaborações da mesma identidade coletiva.

A diplomacia portuguesa, certamente, conhecia a importância geopolítica da região. Alexandre de Gusmão sabia, desde 1744, que na direção oeste a fronteira natural deveria contemplar um enlace fluvial formado pelos rios Jauru, Paraguai, Madeira e Guaporé. Não foi por acaso que um dos arremates simbólicos do Tratado de Madri tenha sido plantado próximo da foz do Jauru, em janeiro de 1754, pela Terceira Partida portuguesa, que chegou em Assunção a 21 de setembro de 1753:

A Partida lusitana compunha-se de José Custódio de Sá Faria, sargento-mor de infantaria, com exercício de engenheiro e primeiro comissário; o Dr. Miguel Ciera, cosmógrafo; Gregório de Moraes e Castro Pimentel, segundo comissário e capitão de infantaria; João Bento Phiton, ajudante de infantaria com exercício de engenheiro e cosmógrafo; Manuel da Silva, tenente de infantaria e comissário, além de capelão, cirurgião e auxiliares. A castelhana apresentava-se com o Dr. Manoel Antonio Flores, capitão de fragata, primeiro comissário; D. Atanázio Varanda, tenente da Real Armada, segundo comissário, cosmógrafo; D. Alonso Pacheco, alferes de navio, e cosmógrafo; D. Manuel de La Quitana, tenente de infantaria com o mando de 24 soldados; Padre José Quiroga, capelão do exército, cirurgião e auxiliares. (CORRÊA FILHO apud MENDES, 1983, p. 7).

Para Maria de Fátima Costa, mereceram destaque o cartógrafo Sá Faria, que deixou uma série de detalhados mapas, assim como o italiano Miguel Ciera, o precursor das representações paisagísticas ambientadas nessa região:

[...] que, com invulgar sensibilidade, registrou pela primeira vez em aquarelas a paisagem deste ambiente fluvial lacustre. Esta, sem dúvida, foi a mais bem sucedida das partidas formadas para a execução do que havia sido imposto pelo Tratado de Madri. (COSTA, 1999, p. 215).

A *Laguna de los Xarayes* constituía-se em um importante ponto de referência para os demarcadores, uma vez que constava em vários mapas, desde o início do século XVI. Fundamentado no diário dos demarcadores da Terceira Partida, a autora observa a construção, por parte dos portugueses, do termo Pantanal, “Pantanaes que se inundam nas cheias”. A mitificada Lagoa, tida como formadora dos rios e uma construção hispânica, era reduzida, nesse novo contexto, a apenas um acidente geográfico sazonal, formado no período das cheias pelo espraiamento do rio Paraguai (COSTA, 1999, p. 216).

Jaime Cortesão observou a existência de um Atlas de Miguel Ciera, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, datado de 1758, e uma Carta Geral dos Limites do Sul, de 1772, e que, segundo este autor, são obras de referência da cartografia portuguesa do Brasil. O Atlas foi analisado também por Maria de Fátima Costa, em texto sobre Miguel Ciera.

Conforme o texto do Tratado de Madri, em seu artigo VII:

Desde a boca do Jauru pela parte ocidental prosseguirá a Fronteira em linha reta até a margem austral do rio Guaporé defronte a boca do rio Sararé, que entra no dito Guaporé, pela sua margem setentrional [...] salvando sempre a navegação do

rio Jauru, que deve ser privativa dos portugueses, e o caminho, que eles costumam fazer do Cuiabá para o Mato Grosso, os dois altos contraentes consentem, e aprovam, que assim se estabeleça, sem atender a alguma porção mais ou menos de terreno, que possa ficar a uma ou a outra parte. (CORTESÃO, 2006, p. 368).

Além da partilha de terras, de acordo com Cortesão, o Tratado previa, entre as duas Coroas ibéricas, uma partilha referente à navegação dos rios do continente: Cabeiria à Espanha navegar pelo Prata e Portugal navegaria pelo Amazonas, Alto Paraguai e Guaporé (p. 391), garantindo o lema *justitia et pax osculatae sunt*. A justa partilha do continente serviria como a salvaguarda da paz entre as Américas portuguesa e espanhola.

E no artigo XXII do referido Tratado:

[...] nomearão ambas as Majestades, quanto antes, comissários inteligentes; os quais visitando toda a raia, ajustem com a maior distinção e clareza as paragens, por onde há de ocorrer a demarcação, em virtude do que se expressa neste Tratado, pondo marcos nos lugares, que lhes parecer conveniente; (CORTESÃO, 2006, p. 373).

Delineava-se, então, a importância estratégica da capitania de Mato Grosso, recém-criada em 1748, o que, para Domingos Sávio Garcia (2001, p. 7), permitiu a construção de uma barreira situada em frente ao império colonial espanhol, numa capitania caracterizada, desde o seu início, pela localização em uma região de difícil acesso e distante do litoral, centro do poder. A futura província do Império iria ter, ao final século seguinte, após a guerra da Tríplice Aliança<sup>40</sup>, uma parte de sua fronteira, a que se limita com a República do Paraguai, consolidada, resolvendo com isso velhas disputas territoriais com o país guarani, bem como a livre navegação pelo rio Paraguai, vital para a subsistência de Vila Maria.

Uma carta publicada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, revela que a cidade localizava-se na margem oriental do rio Paraguai *distante cinco léguas do antigo Marco do Jauru* (grifos meus), o que evidencia a Pirâmide como uma referência geográfica, histórica e simbólica, no Oitocentos (RIHGB, 1865, p. 110-12).

Villa Maria do Paraguay, fundada em 1778, na época, não se constituía ainda como tal, devido as suas “condições estéticas”; fato constatado pelo viajante Hércules Florence:

Do mesmo modo que os outros povoados de Mato Grosso, não merece este a qualificação de vila. Um renque de casas em mau estado, de cada lado de uma grande praça, uma igrejinha sob a invocação de São Luís de França, muros de separação por trás das casas, eis tudo. (FLORENCE, 1977, p. 199).

Mesmo assim, foi erigida em paróquia em 1780, sob a invocação de São Luís de França, e somente viria ganhar o estatuto de Vila, oficialmente, em 1859, com a

40 Sobre a guerra, conferir os interessantes trabalhos de Menezes (1998), Doratioto (2002), Costa (1996) e Taunay (1997).

inauguração de sua Câmara. Em 23 de junho de 1874, a vila foi elevada à categoria de cidade, com o nome de São Luís de Cáceres, homenageando o santo padroeiro da paróquia e seu fundador, o quarto governante da capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Através do Decreto-lei n. 208, de 26/10/1938, o município de São Luiz de Cáceres passou a denominar-se apenas Cáceres (MENDES, 1973, p. 41; 59; 75 e 173).

Com a continuação do avanço lusitano sobre a fronteira oeste, o Marco fronteiro, símbolo da consolidação territorial, foi ultrapassado pela própria expansão na qual ele legitimava. Além disso, o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777, restabelecia o acordo firmado em 1750. Seria preciso eliminar essa evidência o quanto antes.

### **O Marco e a cidade: memórias, esquecimentos, estorvo**

Permaneceu o Marco por mais de um século nas proximidades do Jauru, até que o Ten. Cel. Antonio Maria Coelho, ex-governador da província de Mato Grosso e então comandante do distrito militar de São Luiz de Cáceres, obteve, em 1883, autorização da Câmara para efetuar o traslado do Marco para a Praça da Matriz. Sabia-se o ano, porém faltava o complemento para se conhecer a data exata da fixação do monumento-símbolo do Tratado de Madri.

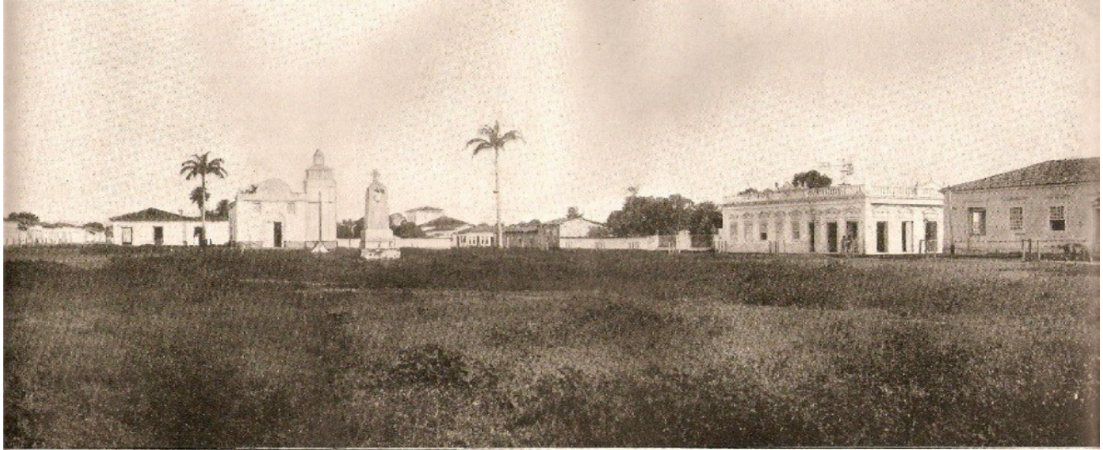
Natalino Ferreira Mendes conseguiu desvendar o mistério:

Até que um dia em conversa com o reverendo Pe. Paulo Maria Cabrol, então vigário nesta cidade, disse-nos ele que vira anotada, num livro antigo, pelo vigário da época, o virtuoso Padre Casimiro Ponce Martins, a data em que se deu o fato. Verificando o livro, por consentimento do Reverendo Pe. Paulo, constatamos lá o que vínhamos procurando, há tempo, o dia exato em que se assentou em frente à nossa igreja matriz, o Marco trazido do Jauru por iniciativa, como vimos, do ten.cel. Antonio Maria Coelho – dia 02 de fevereiro de 1883. (MENDES, 1983, p. 10-11).

A partir da data pesquisada pelo memorialista cacerense, a pirâmide de pedralho encontraria novos e variados olhares para contemplá-la. Porém, o lugar de memória original, a foz do rio Jauru, de 1754, estaria fadado ao esquecimento. O monumento, agora “desambientado”, diversas vezes foi mal entendido pela nomenclatura remanescente, uma vez que Jauru remete a outra cidade e também a um dos afluentes do rio Paraguai.

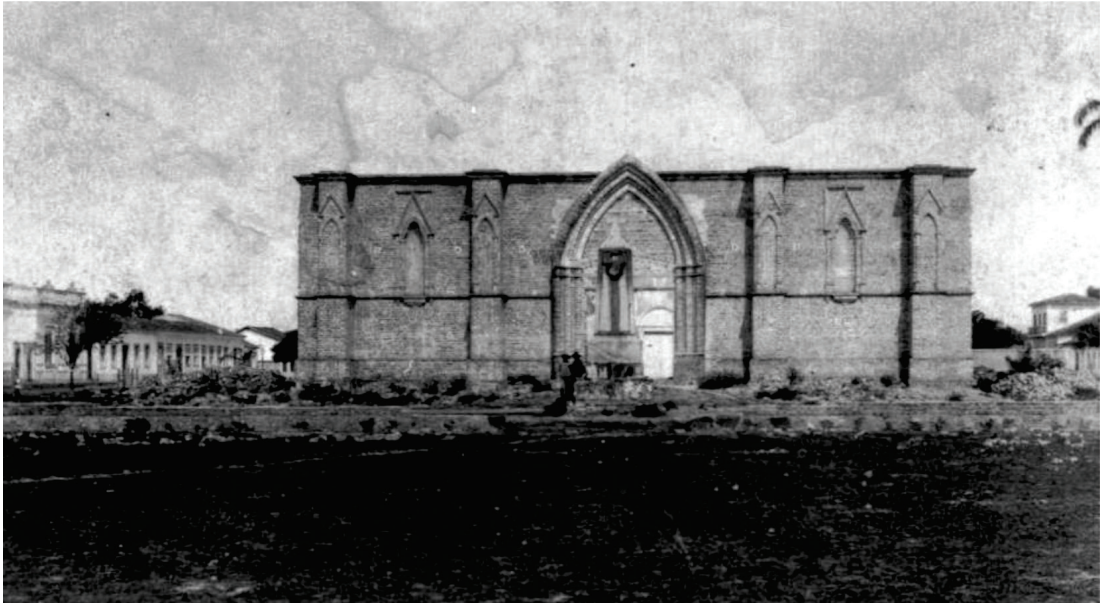
De 1883 até o final da década de 1950, o Marco permaneceu em frente à antiga igreja, assistindo a várias mudanças no panorama da Praça da Matriz, como, por exemplo, a construção da Catedral, iniciada em 1919 e inaugurada em 1965 (MENDES, 1998, p. 94).

Fig. 1: O Marco do Jauru transladado para a Praça da Matriz, em 02/02/1883



Fonte: Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso, 1914, p. 350.

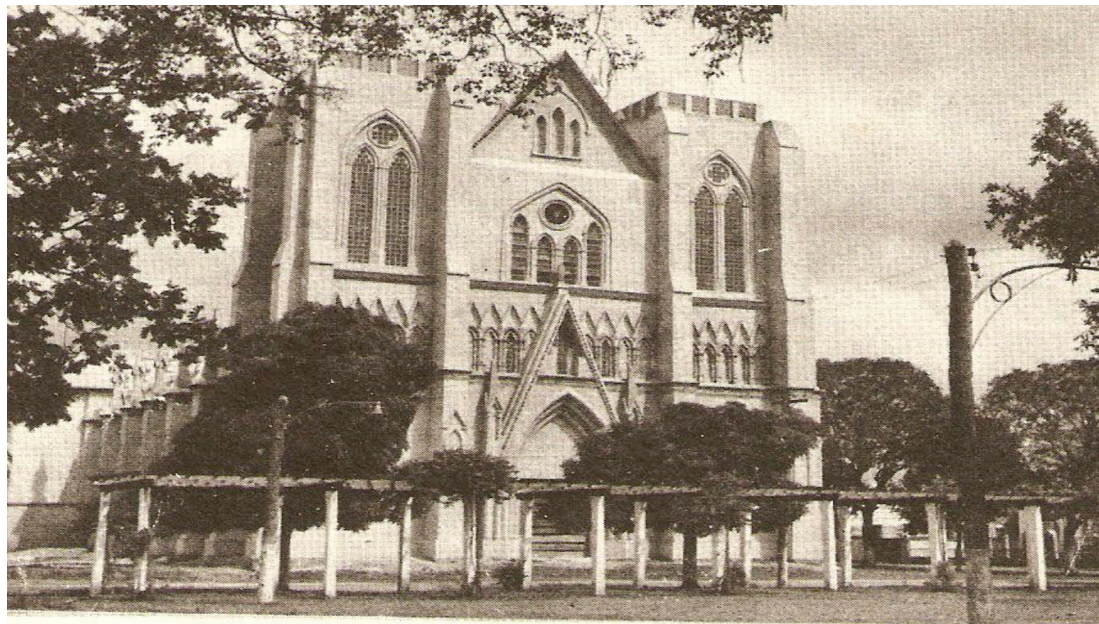
Fig. 2: O Marco e a Catedral em construção



Fonte: Acervo Prof. Paulo Fanaia. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php>

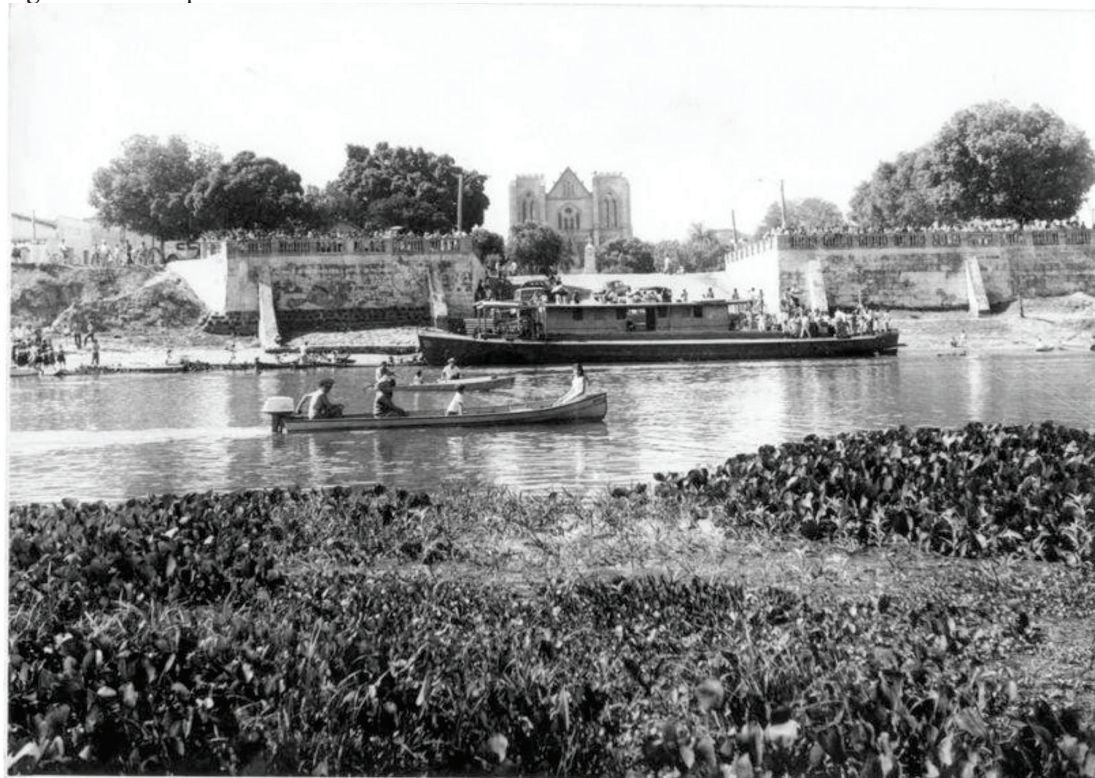
Na gestão de José Monteiro da Silva, prefeito entre 1959-61, foi construído um pergolado em frente à catedral. Supostamente, o Marco estaria dificultando a implantação do novo projeto. A solução encontrada foi a mudança para um local em frente ao Porto Mário Corrêa, inaugurado em 1928, o que permitiria uma bela visão do conjunto arquitetônico citadino aos viajantes que passassem pelo rio, em frente ao Cais. Dessa forma, a pirâmide foi assentada sobre um mapa do Brasil, próximo das águas do Paraguai, no entorno da praça.

Fig. 3: A Catedral e o Pergolado



Fonte: MENDES, 1973, p. 129

Fig 4: O Marco próximo ao Porto Mário Corrêa



Fonte: Acervo Prof. Paulo Fanaia. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php>



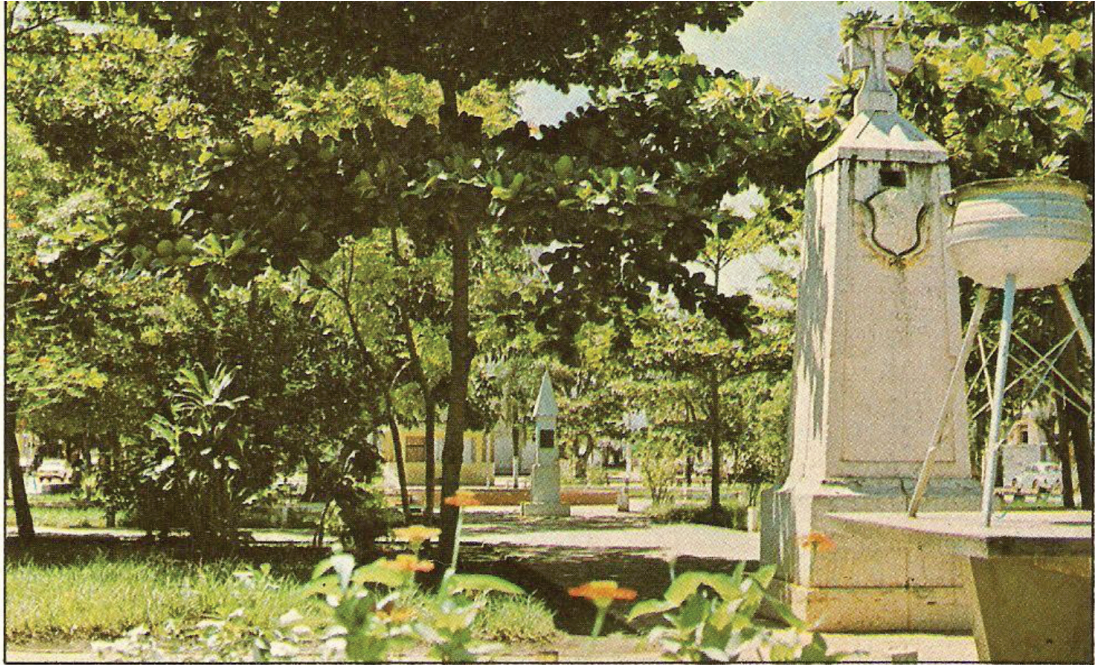
No segundo mandato do prefeito José Monteiro da Silva (1970-71) aconteceu o fechamento do Porto Mário Corrêa, que se achava em ruínas, além da pavimentação da Praça Barão do Rio Branco, iniciada na gestão do prefeito anterior, Ernani Martins (1967-70). Possivelmente um dos motivos do novo traslado do Marco foi a necessidade de se abrir ruas em torno da Praça, o que ficava dificultado pelo espaço ocupado pelo mapa que servia de base para a pirâmide. Dessa forma, ela foi assentada dentro do Jardim Público, em direção à Catedral e próximo ao Mastro do Pavilhão Nacional.

Fig 5: O Marco em sua segunda posição na Praça



Fonte: Acervo Natalino Ferreira Mendes.

Fig 6: O Marco do Jauru ocupando seu terceiro lugar na Praça



Fonte: *Revista Cáceres Bicentenária*, 1978, p. 28.

Finalmente, em 1978, ano do Bicentenário de Cáceres, o Marco sofreu seu último traslado: voltou para o primeiro lugar ocupado na praça, em frente à Catedral, ocasião em que foi tombado como patrimônio histórico e cultural da humanidade:

Sugiro que no termo de inscrição do tombamento do Marco do Jauru, pelo imperativo histórico da inamovibilidade intrínseca a este gênero de monumento, seja nele acrescentada a ressalva da sua restituição ao local de origem – observadas fielmente as instruções geodésicas – quando no futuro se verificarem condições factíveis para a proteção e conservação a ser mantidas mesmo na paragem convencional pelo Tratado de Madrid e onde foi efetivamente chantado. (MENDES, 1983, p. 13).

Nota-se, nas palavras do arquiteto Edgard Jacintho da Silva, encaminhadas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a necessidade de, no futuro, se conservar e proteger a paragem estabelecida pelo Tratado de 1750, fato que ocorreu através de uma Comissão Revisora do assentamento do Marco do Jauru, durante as comemorações do septuagésimo aniversário do 2º Batalhão de Fronteira, estabelecido na cidade de Cáceres desde 1939, conhecido pela população como “Sentinela do Marco do Jauru”.

Fig 7: O Marco “tombado” no lugar ocupado inicialmente na Praça



Fonte: ARAÚJO, 2006, p. 31.

### **Um marco simbólico retorna à barra do Jauru, após 255 anos**

Em 12 de maio de 2009, aconteceu uma viagem fluvial ao sítio do Marco do Jauru, cujo objetivo foi assentar um Marco Simbólico nas proximidades do local onde o símbolo do Tratado de Madri foi fixado pelas Terceiras Partidas demarcadoras de limites, em janeiro de 1754<sup>41</sup>. Essa expedição revisora foi concebida como parte do projeto elaborado pelo 2º Batalhão de Fronteira, para a comemoração do seu septuagésimo aniversário.

Essa expedição revisora foi resultado de um estudo multidisciplinar, coordenado pelo Segundo Batalhão de Fronteira, envolvendo, além da Universidade do Estado de Mato Grosso, as universidades federais de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul e o Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres. A expedição saiu de Cáceres às seis da manhã e, por volta das onze horas, chegou-se ao local denominado sítio histórico Marco do Jauru, situado à margem direita do rio Paraguai.

Essas pouco mais de quatro horas de viagem rio abaixo contrastam com a duração da mesma viagem realizada pelos demarcadores em janeiro de 1754 (auge das cheias do Paraguai), que, dependendo das condições, levaria dias para se chegar ao mesmo destino.

41 Não há consenso acerca da data da fixação do Marco em 1754: Póvoas (1995) registrou o dia 17. Há, no entanto, alguns autores, como Siqueira (2002) e Mendes (1983) que registraram o dia 18 de janeiro e há também referência ao dia 9 e ao dia 15, como em Mathias et al. (s/d).

Fig 8: O Marco simbólico fixado no sítio do Marco do Jauru em 12/05/2009



Fonte: Foto do autor

Calor escaldante e nuvens de mosquitos à parte, no local demarcado se procedeu à leitura da Ata e a colocação da cruz da Ordem de Cristo no topo do monumento, de 5 m de altura e confeccionado em Ipê, a partir de um tronco que se encontrava caído na mata. O objetivo, além da comemoração de aniversário do Batalhão conhecido como Sentinela do Marco do Jauru, foi o de fixar o lugar do Marco original como um lugar de memória, para que, futuramente, fosse criado um sítio arqueológico naquele local.

Dessa forma, ainda com Nora (1993), esses “restos”, os monumentos, permitem o estabelecimento de relações simbólicas, afetivas e até mágicas com esses locais onde a memória se cristaliza e se refugia. É preciso, porém, deixar evidente qual memória se está contemplando, quem a construiu e com quais objetivos. Deve-se considerar que essa memória, convertida na história oficial, silenciou outras memórias que poderiam estar coexistindo, tais como a indígena e a negra. Esse objeto na ótica indígena, mais precisamente da etnia Bororo Cabaçal, por exemplo, que habitava esse território (ALMEIDA, 2011), poderia representar muito bem uma materialização “nada simbólica” da conquista de suas terras.

Fig 9: Placa explicativa referente ao assentamento (1754) e traslado (1883) do Marco original



Fonte: Foto do autor

Fig 10: Detalhe das datas na parte inferior do Marco simbólico



Fonte: Foto do autor

Fig 11: A cruz da Ordem de Cristo foi fixada no topo do Marco, logo após a leitura da Ata



Fonte: Foto do autor

Dentro da lógica do colonizador lusitano, o referido objeto, ao ocupar distintos espaços, sejam eles na fronteira propriamente dita (1754-1883), ou na praça central (a partir de 1883) sujeitou-se às demandas do poder público e interagiu com a população local, adquirindo sentidos diversos, aguçando a curiosidade de uns, instigando a indiferença de outros.

Essa peça arquitetônica suscita indagações e põe em xeque a relação que se estabelece entre ela e a cidade, nas diversas temporalidades em que se manteve e continua a se fazer presente, muitas vezes atrapalhando as comemorações, talvez uma das causas possíveis de suas constantes transladações.

Festa de São Luiz – 25/08/2009



Fonte: Foto Diego Miguel da Silva Paula

Descontextualizado e desambientado, o Marco, posicionado, seja em frente à antiga igreja, desde 1883, onde reinava soberano em meio à campina, seja deslocado para o Porto, na década de 1950, dentro do Jardim Público (final da década de 1960), ou próximo à Matriz (a partir do início dos anos 80), continua a contrastar com a paisagem citadina, concorrendo com outros atrativos visuais e comemorações diversas que movimentam a vida na cidade. Por outro lado, o lugar de memória revisitado às margens do rio Paraguai, nas proximidades da foz do rio Jauru, em 2009, tende a se tornar apenas a memória de um lugar outrora ocupado pelo objeto simbólico de um dos Tratados de limites.

Iniciativas como essa evidenciam a necessidade, nos termos de Mónica Zoppi-Fontana, de se *fazer memória*, ou seja, de se ter o “Sítio do Marco do Jauru” como, também, um Lugar de memória. Para que isso efetivamente ocorra, se faz necessário a ancoragem dessa localidade na memória coletiva, a fim de que se possa criar e consolidar laços de identidade. Afinal, nos termos de Pierre Nora (1993, p. 25), a memória pendura-se em lugares, assim como a história em acontecimentos.

Ambos os espaços de memória (re)constróem um imaginário social através do funcionamento de uma linguagem que legitima o lugar da enunciação. Pela prática política, os discursos estabelecem relações que semantizam uma representação do tempo histórico (FONTANA, 1997, p. 64-65). Como foi demonstrado, os sentidos do marco transitam nos variados locais da praça, reproduzindo um passado que permite reviver simbolicamente a cena originária, há 260 anos.

## Referências

- ALBUM GRAPHICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. Corumbá/Hamburgo: Ayala & Simon, 1914.
- ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. A presença indígena em Vila Maria do Paraguai: os Bororo Cabaçal. *In: CHAVES, Otávio Ribeiro e ARRUDA, Elmar Figueiredo de. História e Memória de Cáceres*. Cáceres – MT: EdUNEMAT, 2011, p. 36-49.
- ARAUJO, Bernadete Durães. *Cáceres: Vila Maria do Paraguai*. Cuiabá: BDA, 2006.
- CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. **Nas 'raias' de Mato Grosso: o discurso de constituição da fronteira**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – IEL/UNICAMP. Campinas-SP, 2000.
- CORTESÃO, Jaime Zuzarte. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri**. Tomo II. Brasília; São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- COSTA, Maria de Fátima. **A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1999.
- \_\_\_\_\_. Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760). *Anais do Museu Paulista*, v. 17, p. 189-214, 2009.
- COSTA, Wilma Peres. **A Espada de Dâmocles**. O exercito, a guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: EdUNICAMP; HUCITEC, 1996.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FLORENCE, Hércules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. São Paulo: Cultrix; EdUSP, 1977.
- FONTANA, Monica Graciela Zippy. Lugares de memória: a República, a Constituição, a Praça. *In: \_\_\_\_\_ Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas – SP: EdUNICAMP, 1997, p. 59-72.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização**. Cuiabá-MT: Entrelinhas; EdUFMT, 2012.
- GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Mato Grosso (1850-1889) uma Província na Fronteira do Império**. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – UNICAMP, Campinas, 2001.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. *In: \_\_\_\_\_ História e Memória*. Campinas-SP: EdUNICAMP, 2003, p. 525-541.
- MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: EdUNESP; Moderna, 1997.
- MATHIAS, Cristina Soares et al. O mapa mural de Miguel Antonio Ciera. **Fundação Biblioteca Nacional / CRD / CAE / Divisão de Cartografia**. (S/d). Disponível em: [http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/74/76/o-mapa-mural\\_modelo\\_1379106892.pdf](http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/74/76/o-mapa-mural_modelo_1379106892.pdf). Acesso em 27/04/2014.
- MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres: História da Administração Municipi-**



pal. Cáceres, s/ed., 1973.

\_\_\_\_\_. **Marco do Jauru**. Palestra proferida no Quartel do 66º Batalhão de Infantaria Motorizado, em 17/06/1981. Cáceres-MT: Prefeitura Municipal de Cáceres, 1983.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Guerra do Paraguai**: como construímos o conflito. São Paulo; Cuiabá: Contexto; EdUFMT, 1998.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. Proj. História, São Paulo, 10 de dezembro, de 1993.

PEIXOTO, Renato Amado. **A Máscara da Medusa**: A construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

PÓVOAS, Lenine Campos. **História Geral de Mato Grosso**. Vol. I (dos primórdios à queda do Império). São Paulo: Resenha Tributária, 1995.

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**. Martinho de Melo e Castro – Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Villa Bella, 20/12/1778. Fundação de Villa Maria do Paraguay e providências para o seu engrandecimento. Tomo 28, 1865. p. 110-112.

**REVISTA CÁCERES BICENTENÁRIA** – Edição Especial. Cáceres: Prefeitura Municipal, 1978.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **A Retirada da Laguna**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

## ÍNDIOS DA FRONTEIRA: O ALDEAMENTO DOS BORORO OCIDENTAIS NA FRONTEIRA ENTRE A PROVÍNCIA DE MATO GROSSO E A BOLÍVIA

Marli Auxiliadora de Almeida<sup>42</sup>

Neste texto pretendemos analisar a proposta do padre José da Silva Fraga de aldear os Bororo Ocidentais em sua fazenda no Registro de Jauru, no ano de 1842. O objetivo do aldeamento era contribuir para a construção e desenvolvimento de uma política indigenista de fronteira, que pudesse compor a política indigenista imperial, principalmente a partir da catequese<sup>43</sup> e civilização<sup>44</sup> desses índios. Os aldeamentos funcionariam como locais de defesa da fronteira oeste do Império. Pontualmente, tratamos da espacialidade que compunha parte dessa região, compreendendo as áreas geográficas da Vila Maria do Paraguai, hoje Cáceres, até a Bolívia.

O desenvolvimento dessa produção historiográfica, pontualmente a relação estabelecida entre o Estado provincial e a Igreja Católica para o aldeamento dos Bororo Ocidentais, tem como referencial teórico-metodológico a etno-história e/ou história indígena. Esse campo de pesquisa, conforme Bruce Trigger (1982, p. 1-19), é originário da interface entre História e Antropologia, que busca articular a conexão entre essas duas áreas através de atividades interdisciplinares marcadas por cruzamentos de fontes e interpretações analisadas em um contexto histórico, proporcionando visibilidade aos índios.

A partir da história indígena do subgrupo Bororo Ocidental e o contato interétnico<sup>45</sup> com governantes provinciais, proprietários de terras e outros indígenas, sobretudo com religiosos, foi possível conhecermos parte da história indígena da fronteira oeste de Mato Grosso, ainda pouco conhecida e estudada pela historiografia.

### A fronteira e a política indigenista

A província de Mato Grosso no período oitocentista, como as demais províncias do Império, buscava integrar-se ao processo de modernização advindo da transmigração da Família Real portuguesa para o Brasil, em 1808, e a implantação do regime monárquico brasileiro.

Para os governantes da província, a modernização significava romper seu isolamento com as demais regiões do país. Por isso, o discurso de aprimorar as rotas monçoeiras, as vias terrestres e, sobretudo, a expansão territorial, através da ocupação da fronteira, era constante na fala dos presidentes da província de Mato Grosso, conforme podemos aferir na seguinte fala do presidente da província, José Antonio Pimenta Bueno:

42 Professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Membro do grupo de pesquisa - Fronteira Oeste: Poder, Economia e Sociedade.

43 O referido termo é utilizado nesta escrita em conformidade com a definição atribuída no dicionário Aurélio, como [...] “instrução metódica e oral sobre coisas religiosas”. (Ferreira 1999, p.142)

44 O conceito de civilização corresponde ao estudado por Elias (1994, p. 216). *O processo civilizador: Uma História dos Costumes*. No qual o autor enfoca o termo *civilizar* como um processo de mudança estrutural das pessoas numa determinada sociedade, num determinado período histórico.

45 O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1976, p. 1), na obra *Identidade, Etnia e Estrutura social*, destaca que o contato interétnico significa “[...] as relações que têm lugar entre indivíduos e grupos de diferentes procedências ‘nacionais’, ‘raciais’ ou ‘culturais’”.

Nação extrema que compreende quinhentas léguas de larga fronteira aberta a dois governos estranhos [Bolívia e Paraguai], com mais de trinta ótimos canais, que deságuam nos fossos que formam suas primeiras linhas de defesa, quais são os importantes rios Paraguai, Jauru, Guaporé, Mamoré e Madeira, e pelos quais, assim como pode entrar pelo interior dos terrenos daqueles Governos [Bolívia e Paraguai], pode-se também avançar até o interior do Brasil por muitos diferentes pontos. De nada se precisava tanto, como de população que lhe ministrasse força. E tanto mais vigorosa é esta necessidade, quanto exato terem os estados vizinhos população superior sobre a **fronteira**, e maior facilidade de trazer a ela os reforços de que precisam. (PIMENTA BUENO, 1987, p. 173).<sup>46</sup>

As palavras do presidente provincial apontam para a necessidade de ocupação da região de fronteira do Império brasileiro com as repúblicas sul-americanas da Bolívia e Paraguai, no caso, a província de Mato Grosso. Essa questão geopolítica de expansão fronteiriça<sup>47</sup>, pontualmente com a Bolívia, foi desenhada por intensos tratados limites e acordos diplomáticos, estendendo-se desde o período colonial ao imperial.<sup>48</sup>

Dentro dessa perspectiva de expansão territorial e modernização da província mato-grossense, as populações indígenas passaram a ser alvo de propostas de sua inserção na sociedade nacional, compondo o corpo do Estado-nação através de uma política indigenista, aqui entendida como uma ação governamental (LIMA 1995, p. 14-15) que atendesse ao caráter fronteiriço da província, a chamada fronteira indígena/étnica.<sup>49</sup>

A criação dessa política indigenista de fronteira foi enfatizada pelo presidente da província José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 1837. De acordo com seus apontamentos, no item “Índios e População, Pimenta Bueno” destaca que:

Muitas diferentes nações de indígenas vadeiam os incultos e extensíssimos sertões da Província, em grandes porções ainda não trilhados por nossa parte: de algumas temos notícias, e de outras de que seguramente existem bem fundadas conjecturas. Entre cinquenta e três nações estão reconhecidas, e delas somente dez domesticadas e algumas outras somente chegam à fala. No número das domesticadas não incluo a soberba e intrépida nação dos cavaleiros Guaicurús, sempre errante

46 Em tempo, registramos que a ortografia da documentação pesquisada para escrita deste artigo, foi mantida conforme a sua escrita original.

47 Esclarecemos que o conceito *fronteira* utilizado neste artigo extrapola o sentido geopolítico, pois corroboramos com a pontuação da historiadora argentina Silvia Ratto, que referenda a fronteira como um fenômeno espacial, histórico e cultural a partir da problematização da conceituação de Frederick Turner. Este historiador norte-americano havia definido a fronteira como um espaço de civilização e barbárie. “El debate sobre La frontera a partir de Turner, La New Wester History, lós Borderlands y El estudio de lãs fronteras em Latino America. *Notas y Debates*. Boletín Del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani”. (RATTO, 2001).

48 Sobre os tratados coloniais entre a América portuguesa e espanhola no século XVIII, bem como o expansionismo brasileiro ocorrido durante o século XIX, consultar, respectivamente, os autores: COSTA, (1999). Bandeira (1985).

49 O termo *fronteira indígena/étnica* está relacionado ao estudo do antropólogo norueguês Barth (1976) e também ao estudo da historiadora Chiara Vangelista (2001), referente à utilização de fronteira indígena ao sul do Mato Grosso colonial. Consultar, Vangelista (2001). **Confini e frontiere: Conflitti e alleanze inter-etniche in America Meridionale século XVIII.**

empreendedora. Temos tirado não pequena vantagem para o serviço de **defesa** do Baixo Paraguai, dos Guatós, Laianas, Terenas, Quinikinaos e Guanás: a boa índole e serviços dos Apiacás promete-nos igualmente interesse na navegação do Juruena para o Pará. Assim como prometem as tribos dos Jacarés e Caripunas da povoação do Ribeirão e navegação pelo Guaporé. Não tenho informação sobre os Guaranis e sua residência no distrito de Casalvasco, nem sobre a porção de índios que começa formar o estabelecimento do Piquiri. Pontos importantes da Província, e grande parte dos seus rios acham-se ainda debaixo do domínio destes **primitivos** ocupantes (PIMENTA BUENO, 1837, p. 172, grifos nossos).

A partir do relato do mesmo presidente, podemos indicar o seu desconhecimento de boa parte da região e da população indígena do oeste da província, vizinha à república boliviana, a exceção da antiga povoação de Casal-Vasco. Por outro lado, o governante não deixou de registrar o sentido da utilização dos indígenas para a defesa da província. Porém, conforme seus argumentos, os indígenas precisavam deixar de ser primitivos.

A seguir, analisaremos esse propositivo que se corporificou numa política indigenista de fronteira através de aldeamentos oficiais.

### **Catequese e civilização dos indígenas da fronteira**

Nos primeiros anos do governo provincial, inúmeras falas ganharam notoriedade sobre a melhor forma de desenvolver a catequese e a civilização dos indígenas que habitavam a fronteira provincial, através de uma política indigenista empreendida por representantes governamentais, religiosos e/ou proprietários de terras. Uma das falas mais notáveis foi registrada pelo funcionário governamental Luiz D'Alincourt, responsável pela Comissão Topográfica e Estatística enviada pelo governo imperial à província de Mato Grosso, no ano de 1826. Eis, adiante, algumas informações de Luiz D'Alincourt (1828) sobre a viabilidade da fronteira indígena através dos *Meios empregados para a civilização dos Indígenas, ou que se deve empregar*:

- Introduzir o uso do luxo entre os índios para incentivá-los ao trabalho, e a Fazenda Pública deve comprar os gêneros produzidos por eles para os presídios. Os indígenas podem trabalhar nas roças desses presídios e nas fazendas de gado da Fronteira.
- Levantar capelas nas povoações para o culto religioso nos domingos e dias santos.
- Incentivar a religião, principalmente entre os jovens através da leitura, escrita e doutrina. As meninas devem ter uma mestra para o ensino da costura. (D'ALINCOURT, 1828).<sup>50</sup>

A partir das propostas indicadas por Luiz D'Alincourt, podemos observar dois artifícios que poderiam ser utilizados para a catequese e a civilização dos indígenas. O primeiro dizia respeito à introdução dos indígenas no trabalho capitalista através da comercialização de gêneros agrícolas com as povoações da fronteira. O segundo correspondia à introdução dos indígenas na religião católica.

As duas propostas faziam parte da política indigenista imperial vigente àque-

<sup>50</sup> Luiz D'Alincourt (1828, p. 106-107).

la época, ou seja, estabelecia aos indígenas que seguissem alguns costumes europeus. Dentre as propostas remanescentes das diretrizes do Diretório,<sup>51</sup> vigentes entre os anos de 1757 a 1798, cita-se: o casamento interétnico, o uso da língua portuguesa e o convívio com as povoações.

Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1992, p. 133), após a extinção do Diretório, a política indigenista imperial foi construída conforme o contexto histórico heterogêneo do século XIX, ocasionando uma disputa entre o poder centralista da Monarquia e as forças oligárquicas acerca da questão indígena, transformando-a em uma questão de terras. O referido feixe temático, além de outros, como o trabalho e a guerra,<sup>52</sup> também se fez presente na organização da política indigenista do Império, intensificando com a aprovação do Regulamento acerca da Catequese e Civilização dos Índios, em 1845.

Antes da aprovação da legislação indigenista oficial do Império – Regulamento de 1845 –, a catequese e a civilização dos índios era alvo de ideias e propostas, como as indicadas por Pimenta Bueno e Luiz D’Alincourt, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838.

As sessões do IHGB e as publicações de sua revista – RIHGB – representavam os principais espaços de discussão de intelectuais e religiosos sobre as duas palavras-chave que permeavam o propósito de inserir os índios na sociedade imperial: civilização e catequese. Nelas, vinculava-se desde a ideia do patriarca da independência, José Bonifácio de Andrada, que defendia a introdução dos indígenas na sociedade imperial através dos aldeamentos e da inserção destes como trabalhadores nacionais, à proposta de religiosos de conversão dos índios ao catolicismo.

A ideia religiosa de conversão dos indígenas aos preceitos do catolicismo estava presente no Brasil desde os períodos colonial, representada pela presença de missionários jesuítas, e também no imperial, pelos capuchinhos italianos e franceses. Esses missionários, conforme defesa do cônego Januário da Cunha Barbosa (1840), deveriam ensinar a educação religiosa para crianças e adultos e incentivar o trabalho agrícola, entre outros costumes.<sup>53</sup>

De acordo Eduardo Hoornaert (1992, p. 25-27), a evangelização realizada pelos missionários era quase sempre um ato de doutrinação e uma imposição cultural, intermediada pela violência da conquista e/ou por situações de solidariedade aos indígenas a partir da convivência com os mesmos, originando uma situação paradigmática no processo de evangelização.

Algumas produções historiográficas e antropológicas atuais<sup>54</sup> relativizam essa abordagem sobre o paradigma da conversão, demonstrando o contato interétnico entre índios e religiosos, com situações permeadas pela interação e pela continuidade dos

51 Sobre a referida legislação, consultar Rita Almeida (1997).

52 A introdução desses feixes temáticos foi lançada recentemente em estudos da historiadora Patrícia Sampaio (2009, p. 175-206), no texto: Política indigenista no Brasil Imperial. em Grinberg; Salles (Orgs., 2009).

53 Para maiores informações sobre as ideias de Januário Cunha Barbosa, consultar os trabalhos de Manoel Salgado Guimarães (1988).

54 Sobre o assunto, consultar: Vainfas (1995). Montero (2006),

indígenas como grupos étnicos,<sup>55</sup> conforme será tratado no próximo item.

### O aldeamento<sup>56</sup>

Representantes da Igreja Católica da província de Mato Grosso, como o padre José da Silva Fraga, contribuíram para o contato interétnico entre os índios Bororo Ocidentais. Esse religioso, que também ocupava o cargo de delegado de governo, juntamente com as autoridades governamentais e proprietários de terras que habitavam a fronteira oeste provincial, defendiam o aldeamento dos indígenas dessa região para a defesa de parte da fronteira do Império, pontualmente, a espacialidade de fronteira entre Vila Maria (hoje Cáceres) e Bolívia.

Vimos anteriormente a apresentação de diversas etnias feita pelo presidente Antonio Pimenta Bueno, e também sua proposta de ocupação da fronteira provincial pelos indígenas. Dentre estes, os Guaikuru, Guaná, Apiacá e outros.

O grupo indígena eleito para compor o aldeamento na fronteira com a Bolívia – Bororo Ocidental (Campanha e Cabaçal) – ocupava, juntamente com os Bororo Orientais, uma vasta área da província. Após um intenso contato interétnico com os colonizadores, no período colonial, teriam se dividido, indo os Ocidentais para a fronteira oeste da capitania, depois província de Mato Grosso.<sup>57</sup>

Os Bororo Ocidentais foram descritos por viajantes que estiveram na província mato-grossense no início do século XIX. Um dos primeiros a descrevê-los foi o desenhista francês Hércules Florence, quando compôs a expedição Langsdorff, no ano de 1827. Segundo sua narrativa: “[...] Dividem-se eles, em Bororos dos campos e Bororos Cabaças, ainda indomáveis, e praticavam roubos e assassinatos. Não na gente da Jacobina, por temerem represálias, mas em viajantes e noutras fazendas” (FLORENCE, 1977, p. 198).

A indicação de comportamento não “civilizado” por parte dos Bororo Cabaçal também foi registrado pelas autoridades governamentais ao longo da primeira metade do século XIX, conforme registro do presidente da província Estevão Ribeiro Rezende: “Os Bororós, indígenas do Cabaçal também continuam em suas hostilidades, e a bem poucos meses ainda as puseram em prática na Caissara. E são tanto mais danosa, pois ocupam a melhor parte dos campos dessa Fazenda Nacional”. (REZENDE, 1839).

A resposta dos Bororo Cabaçal ao avanço dos colonizadores em seus territórios primitivos resultou em ações punitivas contra esses índios, mesmo diante de propostas de conversão religiosa, ocorrendo situações consideradas como guerra justa,<sup>58</sup> apresentada pelo padre José da Silva Fraga:

55 Relação estabelecida entre grupos étnicos numa situação de fronteira. Cf. Barth (1976).

56 O termo *aldeamento* estava associado à concepção de autoridades religiosas e civis, que o consideravam como território cristão onde os índios abandonariam suas práticas culturais, o que não nos impede de redimensionarmos seu sentido também como espacialidade de políticas indígenas. Cf. Almeida (2003, p. 101-112).

57 Sobre o contato interétnico entre os indígenas Bororo e não índios, no século XIX, que resultou na divisão desse grupo étnico em Bororo Ocidentais e Orientais, consultar nossa Dissertação de Mestrado: Almeida (2002).

58 Sobre a “guerra justa” como artifício de política indigenista, ver análise em: Perrone-Moisés (1992).

Bandeira contra os índios Cabaças - 3ª. Expedição

Sr. Capitão Inácio da Mota Godinho, foi nomeado como comandante da expedição composta de 20 homens armados e municados, que marcharam embarcados pelo rio Cabaças. Conduzia as bandeiras, que por terra marcharam contra os índios Cabaças (OFÍCIO DO DELEGADO de governo, José da Silva Fraga, ao presidente da província, José Antonio Pimenta Bueno, em 05 de agosto de 1837, Caixa 1837 B. APMT.).

A guerra justa declarada aos Bororo Cabaçal, com o intuito de introduzi-los à catequese e civilização, acompanhava outros casos de grupos indígenas, como os Botocudos, em Minas Gerais, e os Tamoios, no Espírito Santo, que sofreram contato violento em contraposição à ideia de perfectibilidade dos indígenas, defendida por José Bonifácio e alguns integrantes do IHGB.

Essa situação de declaração de conflito armado aos índios considerados *tapuias*,<sup>59</sup> aliada à defesa de artifícios de catequese e civilização, representava um cenário de política indigenista heterogênea (CUNHA, 1992; SAMPAIO, 2009), principalmente com a aprovação do Ato Adicional de 1834, que delegou às Assembleias Provinciais o poder de decidir sobre a catequese e civilização dos indígenas, além da reintrodução dos missionários no Império brasileiro, em 1840.

A aprovação do Ato de 1834 e a reintrodução dos missionários no Brasil possibilitavam às províncias a criação de políticas indigenistas específicas, como a proposta desenvolvida na província mato-grossense a partir de 1837, no governo de Pimenta Bueno, que ganhou a adesão do religioso José da Silva Fraga. Eis a fala do religioso ao indicar o local mais viável para o aldeamento dos Bororo Cabaçal:

No porto do rio Jauru por onde passa a estrada de Vila Maria se vai para a cidade de Mato Grosso, na margem oriental, onde tenho meu estabelecimento, se acham por mim aldeados os índios cabaças, por ser esse local mais conveniente e apropriado para este estabelecimento. Este oferece um bom acento e a mais agradável vista por domínio ou circunvizinhos, e mais que tudo por ter em frente e da vista, o quartel da guarnição militar e pequena povoação, que se acham à margem oposta, ficando estas duas nascentes povoações divididas pelo rio, bem como o Distrito e a Freguesia de Vila Maria e de Mato Grosso [atual Vila Bela]. (OFÍCIO DO PADRE JOSÉ DA SILVA FRAGA ao presidente da província José Gomes Jardim, 16 de dezembro de 1844. APMT. Caixa 03. Pasta 139/93)

A indicação do padre Fraga de aldear os Bororo Cabaçal em uma fazenda de sua propriedade representou a expansão e ocupação territorial do Império na fronteira com a república boliviana, assim como a inserção dos indígenas à sociedade nacional através da relação interétnica com o povoado para a comercialização de produtos. E ainda, guarnição da fronteira e captura de escravos fugidos e desertores que transpunham a fronteira imperial rumo à Bolívia.

Segundo o padre Fraga (1844), em narrativa sobre os Cabaçal:

Terão estes índios e índias, depois de receberem alguma civilização, muitos gêne-

<sup>59</sup> Denominação atribuída aos indígenas que não aceitavam a civilização, geralmente habitantes do interior do Brasil.

ros de exportação que não só às vistas entre o Cabaçal e Jauru lhe oferece alguns produtos naturais úteis, como também produzem com abundância algodão, fumo. Outra utilidade resultará de aldeamento destes índios no importante porto de Jauru, mormente enquanto durar entre o Brasil e a Bolívia a questão sobre limites. Eles fornecerão de mantimentos à guarnição militar ali destacada, e percorrerão uma boa parte dos territórios da **fronteira** e dão notícia de tudo o quanto encontram, por isso podem incumbir-lhes a **captura dos escravos fugidos, e mesmo de desertores e criminosos** (Ibid. grifos do autor).

### Resultado do aldeamento dos Bororo Cabaçal

As escritas dos presidentes da província apresentaram o resultado positivo do aldeamento dos Bororo Cabaçal, conforme indicou o presidente Ricardo José Gomes Jardim, no discurso de abertura da sessão da Assembleia Legislativa provincial, no ano de 1845:

A horda de Bororos Cabaças, que infestavam a estrada desta cidade Vila Maria a de Mato Grosso, acham-se aldeada e domesticada no Porto de Jauru, sem que reste um só índio destes no mato, graças ao zelo e cuidados do cônego José da Silva Fraga. (LIVRO DE REGISTRO DE FALAS PRESIDÊNCIAIS, 1841-1851).

O aparente resultado positivo do aldeamento dos Bororo Cabaçal noticiado por Gomes Jardim, e divulgado em escritas historiográficas mato-grossenses, pode ser redimensionado se lançarmos mão da etno-história para uma (re)leitura documental, que nos possibilita conhecer políticas indígenas de interação ou abandono dos aldeamentos.

Consideramos que os Bororo Cabaçal, ao aceitarem a condição de aldeados, participaram da política indigenista de fronteira, mas também realizaram políticas indígenas através da utilização de estratégias políticas e culturais adotadas num contexto de mudanças radicais, criando e renovando identidades, ou seja, praticando a etnogênese.<sup>60</sup>

Sendo *tapuias* ou *aliados* nas tarefas cotidianas do aldeamento, os Bororo Cabaçal agiram conforme seus interesses. Articularam-se como sujeitos históricos, defendendo a fronteira ou praticando atividades tradicionais, que ainda suscitavam catequese e civilização, conforme acentuou o diretor-geral de índios João Batista de Oliveira, em 1863: “[...] Quase nada plantam estes índios, os quais procuram o seu sustento cotidiano na caça e pesca” (RELATÓRIO DO DIRETOR-GERAL DE ÍNDIOS, João Batista de Oliveira. 1863. Livro 191, Registro de Ofícios e Correspondências da Diretoria Geral dos Índios com a presidência da Província (1860-1873). APMT).

60 Etnogêneses são ações culturais e políticas desempenhadas pelos indígenas que vão além de suas autodefinições a partir de seus patrimônios socioculturais e linguísticos. (BOCCARA, 1999).



## Referências

### Fontes:

Biblioteca Nacional Rio de Janeiro - BNRJ

RELATÓRIO DE LUIZ D'ALINCOURT. **Trabalhos e Indagações que fazem o objeto da Estatística da Província de Mato Grosso. 1826-1827.** Annaes da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Tomo III, 1828, p. 106-107.

Arquivo Público de Mato Grosso (Cuiabá) - APMT

EXTRATO DO DISCURSO do presidente da província de Mato Grosso, Dr. José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. 1837, p. 173.

Livro de Registro de Falas Presidenciais: 1841- 1851.

OFÍCIO DO DELEGADO DE GOVERNO, José da Silva Fraga ao presidente da Província José Antonio Pimenta Bueno, em 05 de agosto de 1837, Caixa 1837 B.

Relatório do Presidente da Província Estevão Ribeiro Rezende à Assembleia Legislativa Provincial: 1841- 1851. 1839. Livro de correspondência Oficial, n. 01.

RELATÓRIO DO DIRETOR-GERAL DE ÍNDIOS João Batista de Oliveira: 1860-1873. 1863. Livro 191, Registro de Ofícios e Correspondências da Diretoria Geral dos Índios com a presidência da Província.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA Estevão Ribeiro Rezende à Assembleia Legislativa Provincial. 1839. Livro de correspondência Oficial, n. 01 (1841-1851). APMT.

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT

OFÍCIO DO PADRE JOSÉ DA SILVA FRAGA ao presidente da Província José Gomes Jardim, 16 de dezembro de 1844. Caixa 03. Pasta 139/931. IHGMT

### Bibliografia:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. **Cibáe Modojobádo: a Rosa Bororo e a pacificação dos Bororo Coroado (1845-1887).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, 2002.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII.** Brasília: EdUnB, 1997.

BANDEIRA, Moniz. **O Expansionismo Brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata: da colonização ao Império.** Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

BARTH, Fredrik. **Los grupos étnicos y sus fronteras.** México: Fundo de Cultura Econômica, 1976.

BOCCARA, Guillaume. Etnogénesis mapuche: resistência y restructuración entre lós indígenas del centro-sur de Chile (siglos XVI-XVIII). **The Hispanic American Historical Review**, Baltimore, Duke University Press, v. 79, n. 3, 1999.

COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente: pantanal entre os séculos**

XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade; Kosmos, 1999.

CUNHA, Manuela C da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; FAPESP/SMC-PMSP, 1992.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA, Aurélio. **Novo Aurélio XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FLORENCE, Hercules **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. Tradução Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1977

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 01, 1988.

HOORNAERT, Eduardo et al. **Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Petrópolis: Vozes, 1990.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995

MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: Montero, Paula (Org.). Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PERRONE-MÓISES, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 115-132.

RATTO, Silvia. El debate sobre La frontera a partir de Turner, La New Wester History, lós Borderlands y El estudo de lãs fronteras em Latino America. **Notas y Debates. Boletin Del Instituto de Historia Argentina y Americana 'Dr. Emilio Ravignani'**. Tercera serie, n. 24. 2001.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil Imperial. In: GRINBERG, Keila; Salles, Ricardo. (Orgs.). **O Brasil Imperial (1808- 1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2009, p. 175-206.

TRIGGER, Bruce G. **Etnohistoria: problemas y perspectivas**. Trad. de C. T. Michieli. Traduciones Y Comentarios, San Juan, n. 1, p. 27-55. 1982.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

VANGELISTA, Chiara. **Confini e frontiere: Conflitti e alleanze inter-etniche in America Meridionale século XVIII**. Torino: Il Segnalibro, 2001.

## DE INVITADOS ESTIMADOS A PELIGROSOS BANDIDOS. BRASILEROS EN LA FRONTERA BOLIVIANA EN 1900

Ana María Lema Garrett<sup>61</sup>

### Introducción

Este artículo pretendía ser una modesta contribución al estudio de las sociedades de frontera - en este caso, la frontera oriental boliviana con Brasil desde el departamento de Santa Cruz - al analizar los datos existentes sobre la presencia de brasileros en dos poblaciones fronterizas (San Matías y Puerto Suárez) a principios del siglo XX. Partimos de la idea de estudiar un proceso migratorio puntual y localizado pero, al interpretar los datos estudiados, se pudo visibilizar algo mucho más grande y, de alguna manera, permanente en el discurso regional cruceño: el tema de la desatención por parte del Estado nacional y de la ineficiencia del mismo en garantizar la soberanía. En sí, aquello no es una novedad pero resulta interesante ver cómo se manifiesta esta incapacidad en este contexto.

\*\*\*\*\*

A fines del siglo XX y principios del siglo XXI, muchos bolivianos decidieron cambiar su suerte y buscar nuevas oportunidades fuera del país. En sí, las migraciones laborales o debido a problemas políticos no son un fenómeno reciente pero, sin duda, se han acentuado en estos últimos años. De hecho, el tema se ha convertido en objeto de estudio, multiplicándose las investigaciones, por ejemplo sobre la migración boliviana hacia países limítrofes (Argentina, Brasil, Chile) o bien hacia países más lejanos (España, EEUU). Dichos estudios han sido producidos tanto desde Bolivia como desde los países de llegada o acogida de los migrantes. En el caso brasileño, por ejemplo, se ha puesto mucha atención al fenómeno de la presencia de bolivianos en ciudades como Sao Paulo o Corumbá (BAERINGER, 2012).

Por otro lado, pese a que Bolivia no ha sido un país de recepción masiva de inmigrantes europeos, como Brasil, Argentina o Chile, recién se está visibilizando la historia de la llegada y el impacto del desempeño de la presencia de nacionalidades extranjeras en Bolivia, mediante exposiciones, estudios y recopilación de testimonios sobre estas "colonias": por ejemplo, acerca de los alemanes que llegaron con el auge de la goma y el desarrollo del comercio (HOLLWEG, 1995); de los italianos, atraídos por las posibilidades comerciales e industriales (BELMONTE, 2009); de los judíos, que escapaban de la persecución nazi en vísperas y durante la Segunda Guerra Mundial (LEVI, 2005; BIEBER, 2010); de los ingleses (QUEREJAZU, 1973); de los japoneses (PAREJAS, 1981; MITRE, 2006) etc. Sin embargo, la presencia de residentes de países limítrofes ha sido poco estudiada, salvo el caso de los peruanos y argentinos en La Paz a mediados del siglo XX (SOUX, 2012). A diferencia de lo que ocurrió en los países vecinos, la presencia de los inmigrantes no ha sido significativa desde un punto de vista cuantitativo, aunque los emprendimientos económicos que desarrollaron o el impacto social que generaron si lo fueron.

61 Historiadora boliviana independiente. La Paz (Bolivia). Contacto: lanitalema@gmail.com

Por otro lado, recientemente, el estudio de las relaciones entre Bolivia y Brasil ha suscitado un renovado interés tanto en Brasil como en Bolivia, desde varios “frentes” y con diversas actividades<sup>62</sup>. El cambio de perspectiva de la historia diplomática tradicional (VÁZQUEZ MACHICADO<sup>63</sup>, 1988) a la historia social, política y económica que se ha producido en la segunda mitad del siglo XX ha dado como resultado estudios que permiten conocer la frontera ya no solamente desde las capitales de los Estados sino desde la misma frontera, desde la voz de sus actores, en la medida en que aquella ha podido ser rescatada.

Estudiar la frontera lleva a varias dimensiones: por un lado, es una cuestión de Estado en la que la soberanía de los países está en juego; por ello, es una cuestión de “historia nacional”; por otro lado, las regiones fronterizas se insertan en regiones mayores (en este caso, Mato Grosso en Brasil y Santa Cruz en Bolivia) que tienen su propia historia, frecuentemente marcada por las pugnas con los poderes centrales; y finalmente, las fronteras mismas tienen su propia dinámica que han desarrollado quizás con más fuerza al estar alejadas tanto de los centros de poder a nivel nacional como departamental o estatal, luchando, en el caso boliviano, contra el aislamiento y buscando surgir gracias a los intercambios comerciales que les han dado vida, en diversos momentos de su historia.

Si en la actualidad, las miradas están puestas sobre la frontera común compartida entre Bolivia y Brasil que se extiende hoy a lo largo de 3.423 kilómetros, es principalmente por motivos de seguridad nacional: efectivamente, el contrabando, el narcotráfico, el crimen organizado están a la orden del día y “afean” el panorama. Además, se está visibilizando en Bolivia un creciente sentimiento de xenofobia –bastante generalizado en periodo de crisis, de conflicto o de problemas– mostrando a los extranjeros como la fuente de males que alteran el orden público<sup>64</sup>. Estos sentimientos no son nuevos pero su expresión, sobre todo desde fuentes gubernamentales, es reciente y difiere de la actitud tradicional boliviana de reverenciar al extranjero, de acogerlo sin condiciones, pese al riesgo de poder ser objeto de abusos de su parte.

Este artículo se propone, de manera muy preliminar<sup>65</sup>, examinar cómo fue expresada y percibida la presencia brasileña en Bolivia a inicios del siglo XX, tanto a nivel nacional como local en la misma frontera entre ambos países, pero más específicamente en la frontera oriental que corresponde a la frontera oeste de Brasil entre Mato

---

62 Aquello se refleja en el trabajo desarrollado desde la Universidad Estatal de Mato Grosso, la Universidad Federal da Grande Dourados, la Universidad Federal de Mato Grosso, la Universidad Autónoma Gabriel René Moreno y su Museo de Historia, en Santa Cruz de la Sierra, por ejemplo.

63 El autor de “Para una historia de los límites entre Bolivia y Brasil” era historiador pero también presidió la sección boliviana de la Comisión Mixta demarcadora de límites en los años 1940-42. Su trabajo, de una gran riqueza documental, se alimentó de la folletería producida en el siglo XIX sobre esta temática y de documentos de la Cancillería boliviana.

64 Si se incauta droga, es peruana; si un opositor levanta la voz contra el gobierno, resulta ser hijo de chilenos; si se detiene a narcotraficantes, seguro que son colombianos; si hay una toma de tierras, es porque los brasileños la están impulsando...

65 Para este artículo, no se pudo acceder a los archivos locales ubicados en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra. Más que producto de una investigación profunda, pretende plantear algunas interrogantes para investigaciones posteriores.

Grosso y Santa Cruz.

Nuestra hipótesis al respecto es que la presencia brasilera en la frontera oriental ha sido minimizada en los datos oficiales nacionales –como el censo de 1900– mientras que los datos locales, recogidos en la misma frontera, revelan una realidad diferente marcada por la violencia. El contraste entre estas dos versiones permite visibilizar la incapacidad del Estado boliviano no solo en poder controlar la frontera sino en proporcionar a sus pobladores la seguridad y los servicios que requieren.

La primera parte del texto se refiere al análisis de los datos del primer censo nacional realizado en Bolivia en 1900 referidos a la presencia de brasileros en el país en los departamentos de tierras bajas y más específicamente en la frontera oriental con Brasil. Asimismo, se realiza una breve caracterización de dos poblaciones bolivianas de frontera: Puerto Suárez y San Matías. En la segunda parte, se constata la existencia de un discurso desarrollado por actores locales de estas poblaciones que revela la existencia de un ambiente de violencia en estas zonas, sobre todo en San Matías, vinculado a la presencia de brasileros en la misma. La tercera parte analiza las respuestas del Estado boliviano en torno a la situación de la frontera oriental e intenta buscar una explicación a estas respuestas o a la ausencia de las mismas.

### **Los datos oficiales: el censo de 1900**

Luego de un conflicto interno en forma de guerra civil que puso fin a veinte años de gobiernos conservadores, los representantes del Partido Liberal llegaron al poder en 1899 con el firme propósito de “modernizar” el país. Sus políticas estuvieron dirigidas hacia el conocimiento y control de su territorio a través de censos, catastros y estadísticas; también promovieron, sin mucho éxito, políticas de migración destinadas a poblar un territorio que consideraban vacío. También quisieron mejorar de las vías de comunicación a través de la construcción de caminos y de ferrocarriles. En las ciudades del occidente como La Paz u Oruro, iniciaron la construcción de obras públicas y de desarrollo urbano instalando los servicios de luz eléctrica, agua potable, alcantarillado, en los lugares más prósperos gracias al desarrollo de la minería del estaño y al comercio.

Al ser Bolivia un país mediterráneo, las corrientes migratorias procedentes de Europa que llegaron a poblar países vecinos como Argentina, Chile o Brasil no lo hicieron con la misma intensidad. El país acogió a migrantes especializados: ingenieros, comerciantes, por ejemplo. Las comunidades extranjeras más numerosas procedían de los países limítrofes como Perú, Argentina y, en menor medida, Brasil.

### **Brasileros en Bolivia**

En el pasado, la presencia brasilera estaba vinculada a la fuga de esclavos (LORDELO, 2010; CALDEIRA, 2009; CERVEIRA DE SENA, 2012), lo que generó ciertas tensiones entre ambos gobiernos. Estos esclavos eran negros; por tanto, la presencia de negros en Santa Cruz era en gran parte el resultado de este proceso de migración. Pero la abolición de la esclavitud en Brasil en 1888 puso un punto final al fenómeno. De hecho, los datos del censo de 1900 no revelan una presencia significativa de habitantes negros en el departamento de Santa Cruz, por ejemplo.

Antes de 1900, hubo varios intentos locales por medir la población boliviana. En el caso de Santa Cruz, en 1881, un periódico cruceño publicó los resultados de un censo realizado en la capital del departamento que presentaba también algunos datos de carácter departamental. Del mismo, se constata existían 76 extranjeros en la ciudad de 10.288 habitantes, de los cuales 6 eran brasileños. Las nacionalidades más representadas eran los argentinos (31) y los italianos (30). A nivel departamental, vivían 239 extranjeros en Santa Cruz sobre 95.299 habitantes censados y de ellos, 96 eran brasileños, siendo éstos los más numerosos, seguidos por los argentinos y los italianos<sup>66</sup>. Indudablemente, la presencia de extranjeros estuvo vinculada a las actividades comerciales de la ciudad y al auge de la goma, tanto en el norte del país como en el mismo departamento de Santa Cruz, aunque esta inmigración nunca alcanzó la dimensión que tuvo en los países vecinos<sup>67</sup>.

### Los brasileños en Bolivia en 1900

Una de las preguntas formuladas en el primer censo oficial de la República, que se llevó a cabo en 1900 y cuyos resultados fueron publicados en 1902 y 1904<sup>68</sup>, se refería a la nacionalidad de los censados. De un total de 1.633.610 personas censadas, 7.425 eran extranjeras. Entre los países de origen mencionados, Brasil llega en quinta posición, luego de Perú, Argentina, Chile e Italia. 471 brasileños fueron censados en Bolivia ese año, o sea 6,4% del total de extranjeros y un porcentaje insignificante de la población total. Sin duda, hubo más brasileños en el país pero las condiciones en las que se llevó a cabo el censo dieron al mismo un carácter de incertidumbre. Sin embargo, el dato no deja de ser significativo.

Estos 471 brasileños (347 hombres y 124 mujeres) estuvieron presentes en casi todos los departamentos del país, pero en cantidades muy reducidas. Los departamentos donde su presencia es mayor son los que comparten una frontera con Brasil, es decir, de este a noroeste: Santa Cruz, Beni y el Territorio Nacional de Colonias<sup>69</sup>.

66 *El Amigo del País*, Santa Cruz de la Sierra, 26.II.1881 (LEMA, 2009).

67 Así lo señalaba un informe del Prefecto de Santa Cruz en 1897 que explicaba que la cantidad poco significativa de inmigrantes se debía a que “la Administración central no dispone de los recursos necesarios para estimularlas, como hace la República Argentina. Además, la situación enteramente central del país, reagravada con la absoluta falta de comunicación fluvial con los Estados vecinos, y los inconvenientes que oponen los caminos terrestres que conducen a las fronteras orientales son las vallas poderosas que mantienen nuestro estacionarismo” (ZAMBRANA, 1897: 11-12).

68 Una reedición de esta fuente, acompañada por estudios sobre el tema, está ahora disponible (VVAA, 2012)

69 El Territorio Nacional de Colonias, creado en año, estaba conformado por las antiguas Delegación Nacional del Acre y Purús, de una extensión de 463.213,21 km<sup>2</sup>, cuya capital era Puerto Acre y de la Delegación Nacional del Madre de Dios, con una extensión de 34.717,84 km<sup>2</sup>, y cuya capital era la ciudad de Riberalta, ubicada en la confluencia de los ríos Beni y Madre de Dios.

## Cuadro 1

Brasileros por departamento y por sexos en Bolivia de acuerdo al censo de 1900

Región y características	Departamento	Hombres	Mujeres	Total
Valles; frontera reducida con Paraguay	Chuquisaca	4	-	4
Valles; sin fronteras	Cochabamba	3	3	6
Valles; frontera con Argentina	Tarija	2	-	2
Altiplano; frontera con Chile	Potosí	3	-	3
Altiplano; frontera con Chile	Oruro	3	-	3
Altiplano, valles y Amazonía; frontera con Perú y Brasil	La Paz	7	-	7
Amazonía y Chaco; frontera con Brasil y Paraguay	Santa Cruz	131	49	180
Amazonía; frontera con Brasil	Beni	161	67	228
Amazonía; frontera con Brasil	Territorio Nacional de Colonias	33	5	38
TOTAL		347	124	471

Fuente: Elaboración propia, a partir de VVAA, 2012, p. 143.

La información proporcionada por el censo ha sido desglosada a nivel departamental, provincial y cantonal. En los departamentos de Santa Cruz, Beni y en el T.N.C., se encontraba una mayor concentración de pobladores no bolivianos en las regiones propiamente fronterizas. En el caso de los brasileros, ellos estaban principalmente concentrados en la provincia Vaca Diez (Beni), con 134 personas<sup>70</sup>, y en las provincias Velasco y Chiquitos (Santa Cruz), con 26 y 122 personas, respectivamente, llegando a 148 brasileros<sup>71</sup>. Finalmente, en el T.N.C., ubicado al norte del país, debido a la compleja situación que se vivía entonces, el censo solo pudo llegar a la localidad de Puerto Acre donde se censaron 38 brasileros sobre un total de 345 personas; la población total del departamento alcanzaba 7.228 personas (VVAA, 2012, p. 175; 230-231; 291). En resumen, la suma de los brasileros presentes en estas provincias llegaba a 320 personas.

A modo de comparación, la población extranjera en Mato Grosso en 1900 era de 95 personas pero también se menciona a 11.072 brasileros naturalizados, es decir que llegaron a la región con otra nacionalidad de origen (GOMES, 2011: 90).

### Los brasileros en la frontera oriental

Dentro de estas provincias, solo algunos cantones eran fronterizos; por tanto, nuestro estudio se limita a los cantones siguientes: Puerto Acre (T.N.C.), Villa Bella (Beni), San Matías y Puerto Suárez (SCZ).

70 De las cuales 107 hombres y 27 mujeres.

71 De los cuales 41 mujeres y 107 hombres.

Puerto Acre era un asentamiento sobre el río Acre que fue fundado con el nombre de Puerto Alonso en el año 1899, durante la presidencia de Severo Fernández Alonso (1896-99), con el propósito de asegurar la soberanía boliviana en la región. Fue la sede del consulado de Brasil, el escenario de varias batallas durante la Guerra del Acre, y la capital de la efímera República del Acre (1899-1903).

Por otro lado, Villa Bella se encuentra en la confluencia entre ríos Beni y Mamoré y constituye el nacimiento del río Madera. Fue fundada en 1846, durante la expedición de José Agustín Palacios encomendada por el gobierno de José Ballivián (1841-47). Por decreto de 18.VIII.1880, se creó una aduanilla para cobrar impuestos a la exportación de la goma. En el año 1893, el botánico italiano Luigi Balzán llegó a esta localidad donde solo encontró cabañas con techo de palmera, y tuvo que esperar largas semanas hasta conseguir que un barco lo llevara hasta Trinidad (BALZÁN, 2008, p. 51). Una ley de 19 de enero de 1900, durante el gobierno de José Manuel Pando (1899-1904), creó la provincia de Vaca Diez en el departamento del Beni, con los cantones de Riberalta y Villa Bella, siendo Riberalta su capital.

En los estudios sobre las relaciones entre Bolivia y Brasil a principios del siglo XX, la atención se ha focalizado en la región del Acre, al norte de Bolivia, que fue objeto de una guerra entre los dos países<sup>72</sup> cuyo resultado, expresado en el Tratado de Petropolis (1903), fue la pérdida de amplios territorios Bolivia que recibió algunas compensaciones. El tratado fue suscrito el 17 de octubre de 1903; contemplaba varias medidas entre las cuales se puede mencionar:

- La definición de nuevas fronteras entre los dos países, no solo en el Acre sino también a lo largo de toda la frontera (art.1)
- El establecimiento del monto de la compensación destinada a Bolivia por las pérdidas territoriales: dos millones de libras esterlinas para desarrollar las vías de comunicación entre ambos países y, por tanto, el comercio (art.3).
- La determinación de la conformación de una Comisión Mixta para poder llevar a cabo las labores de demarcación de la frontera. En caso de desacuerdo, se recurrirá al arbitraje de la Royal Geographical Society, de Londres (art.4)<sup>73</sup>.
- La elaboración, en un plazo breve, de un Tratado de Comercio y Navegación entre partes (art.5).
- El compromiso brasilero para la construcción de un ferrocarril, en su territorio, desde el puerto de San Antonio, sobre el río Madera, hasta Guayaramerín sobre el río Mamoré, “con un ramal que, pasando por Villa Murinho u otro punto próximo (Estado de Mattogrosso) llegue a Villa Bella (Bolivia), en la confluencia del Beni con el Mamoré” (art. 7)<sup>74</sup>.

72 Sobre la Guerra del Acre, ver Roux (1998), López Beltrán (2005), García Jordán (2001, p. 381-383), García (2009), entre otros.

73 Es en ese contexto que llegaría a la región el británico Percy Fawcett, enviado por la Royal Geographical Society en 1906, para reconocer las nacientes del río Verde (VÁZQUEZ MACHICADO, 1988: 436-444).

74 El ferrocarril fue efectivamente construido del lado brasilero, entre 1909 y 1912; Bolivia no construyó



Una abundante bibliografía analiza este episodio de la historia común entre Bolivia y Brasil pero principalmente, desde una perspectiva de historia diplomática, militar o política y no social<sup>75</sup>. En esta oportunidad, pondremos nuestra atención en la frontera oriental boliviana, que corresponde a la frontera oeste brasilera, específicamente en el departamento de Santa Cruz que colinda con el Estado de Mato Grosso, y en las localidades de San Matías y Puerto Suárez cuya historia y desarrollo están vinculados a dos ciudades brasileras ubicadas muy cerca de los pueblos mencionados: Cáceres<sup>76</sup> por un lado y Corumbá por otro lado.

Allí en 1900, de acuerdo a los datos del censo, residían 7 brasileros en San Matías (cinco hombres y dos mujeres) y 91 en Puerto Suárez (55 hombres y 34 mujeres), llegando a un total de 98 brasileros en las fronteras. Evidentemente, es preciso matizar estos datos tomando en cuenta los errores cometidos en el proceso de levantamiento de información. Pero aunque se duplicara esta cifra llegando a 200 brasileros en la frontera oriental, ésta sigue siendo relativamente baja tomando en cuenta la extensión de la frontera y la actividad comercial que existía en la región.

Al otro lado de la frontera, en esos años, la ciudad de Corumbá y el Estado de Mato Grosso acogieron una importante corriente migratoria de origen europeo (italianos, belgas, para citar algunos) a través de la navegación del río Paraguay y debido a la demanda creciente de mano de obra. Efectivamente, luego de la guerra con Paraguay, a partir de la década de 1870, la frontera oeste de Brasil vivió una dinámica económica importante con la diversificación de sus actividades económicas como la ganadería, la explotación de la goma cerca del río Guaporé -llamado Iténez en Bolivia- y el comercio. Corumbá se convirtió en el mayor centro comercial y polo dinámico en la economía de Mato Grosso; el papel de los inmigrantes de diversas nacionalidades fue preponderante en este proceso (GARCÍA, 2009; GOMES, 2011).

Puesto que la presencia italiana y belga en Mato Grosso ha llamado la atención de los historiadores brasileros, cabe preguntarse cómo fue aquella en la frontera boliviana. La respuesta es simple: en 1900, había muy pocos belgas e italianos en Puerto Suárez y San Matías. En general, de todo el departamento, es en Puerto Suárez donde se encuentra la mayoría de extranjeros: eran 161 sobre 581 extranjeros de todo el departamento y entre los 560 habitantes de la ciudad (VVAA, 2012: 231). En San Matías había apenas 10 extranjeros sobre 189 habitantes, de los cuales 7 eran brasileros. San Matías no tenía el mismo papel comercial que Puerto Suárez: no era aduana ni tampoco un importante centro de producción.

### **Pueblos de frontera: Puerto Suárez y San Matías**

Puerto Suárez fue fundado en 1875 a orillas de la bahía de Cáceres por Miguel Suárez Arana como parte de la “Empresa Nacional de Bolivia”. La concesión que recibió

---

un puente sobre el río Mamoré ni prolongo la vía en su territorio (García Jordán, 2001: 377). Mientras que, en Mato Grosso, se dio un importante impulso a la construcción de ferrocarriles para vincular la región con el resto del país (GARCÍA, 2009: 242), en Bolivia, el desarrollo ferrocarrilero benefició al occidente del país.

75 Pocos son los esfuerzos para verlo desde una perspectiva económica. Un aporte novedoso es el de García (2009).

76 Sobre Cáceres, ver Arruda (2011).

entonces lo autorizaba a construir un puerto sobre el río Paraguay así como caminos hacia Santa Cruz; también recibió tierras para colonizar. En 1880, consiguió el permiso para abrir el camino de Santa Cruz de la Sierra a Laguna Suárez, el punto de partida para el puerto, y otro de Santiago de Chiquitos a Lagunillas (provincia Cordillera), en la región del Chaco. Pero, de acuerdo al Tratado de Ayacucho suscrito entre Bolivia y Brasil en 1867, la laguna Cáceres quedaba sin acceso al Paraguay. Ante esta situación, Suárez Arana buscó un lugar alternativo y en 1885 recibió una nueva concesión que llamaría Puerto Pacheco, del nombre del presidente de la época (GARCÍA Jordán, 2001, p. 310-311).

Puerto Suárez recuperó su acceso al río Paraguay gracias al Tratado de Petrópolis. Esta localidad está ubicada a más de 600 km al sudeste de Santa Cruz de la Sierra. En el siglo XIX y hasta tiempos relativamente recientes, la conexión terrestre entre Santa Cruz y esta ciudad era complicada debido al mal estado del camino, por un lado, y a la eventualidad de ataques de “bárbaros” por otro lado (LEMA, 2009). De esta manera, el costo del transporte encarecía las mercaderías.

El puerto fue convertido en aduana nacional en 1884 y por ello, acogía a agentes de varias casas comerciales<sup>77</sup>. Desde allí se exportaba productos bolivianos, principalmente goma y café, hacia Corumbá para ser enviados a otros destinos; también llegaban productos importados a Corumbá y luego, pasaban a Bolivia a través del puerto. Pero este procedimiento era bastante costoso, como recuerda el prefecto de Santa Cruz en 1890:

La mercadería que desembarca en Corumbá se trasborda en chatas y luego en carretas para conducirla a Puerto Suárez. En ese punto, no existe sino una casa despachante que monopoliza el mandato mercantil, quizás con algunas restricciones para el desenvolvimiento del comercio<sup>78</sup>.

El italiano Balzán describió Puerto Suárez a su paso rumbo a Asunción del Paraguay, en 1893:

Hay varias casas y depósitos de aduana como también algunas casas de comercio bolivianas y extranjeras. Llegan hasta allí algunas veces desde Corumbá vaporcitos o grandes barcas que transportan las mercancías destinadas a Santa Cruz de la Sierra y que, como ya dije, tardan tres meses en ser transportadas en carro. [...] Los descomunales vapores esperan en Corumbá diez o doce días el retorno del vapor de Cuiabá con el correo para Río de Janeiro, la capital. (BALZÁN, 2008, p. 256).

<sup>77</sup> Puerto Suárez fue la única aduana en el Oriente junto con la de Villa Bella en el Beni. La de Puerto Acre fue perdida tras la guerra con Brasil, a inicios del siglo XX. Las demás aduanas estaban ubicadas en la frontera occidental y sur del país, en puntos de paso hacia Perú, Chile y Argentina. Una parte de la producción gomera boliviana pasaba por esta aduana. Cuando la producción de goma entró en crisis, la importancia de Puerto Suárez fue decayendo y otras aduanas cobraron más importancia, como la de Yacuiba, en la frontera con Argentina.

<sup>78</sup> Informe del Prefecto de Santa Cruz, Horacio Ríos, al Ministro de Gobierno y Colonización; SCZ, 21.VII.1890. ABNB MI 260/55.

La vecindad con Corumbá fue provechosa para Puerto Suárez en términos sociales. Existía relaciones de amistad entre las dos ciudades y esta se expresaba en visitas mutuas, probablemente. Gomes (2011, p. 139-141) se refiere a una nota de prensa acerca de un paseo realizado a Bolivia en el mes de agosto del año 1902. El evento fue organizado por cónsul de Bolivia en Corumbá, y conto con la participación de residentes italianos, alemanes, además de brasileños y bolivianos. Tras un viaje en bote de dos horas y media, con música a bordo, el grupo llegó a Puerto Suárez. Allí, hubo una grata recepción, visitas amistosas, el infaltable churrasco y la presencia de mujeres y señoritas bolivianas. Esta excursión seguramente no fue la única: era sin duda un modo de estrechar lazos entre residentes en ambos países, e incluso de llegar a alianzas matrimoniales.

Al norte de esta frontera se encuentra la localidad de San Matías. La población fue fundada en 1844 por el coronel Fermín Rivero y en años posteriores, tuvo una escasa población conformada por chiquitanos, algunos bororos, brasileiros y cruceños<sup>79</sup>. Allí se desempeñó como autoridad por varios años el boliviano Sebastián Ramos, que transitó entre Bolivia y Brasil con un pragmatismo *sui generis* (CERVEIRA DE SENA, 2013b).

Luego de la firma del Tratado de Paz y Amistad entre Bolivia y Brasil en 1867 (LEMA, 2013), San Matías permaneció en territorio boliviano<sup>80</sup>. En varias oportunidades fueron enviados soldados a resguardar la frontera desde allí pero sin mayor éxito. De hecho, en 1896, el prefecto del departamento de Santa Cruz expresaba que su jefe militar era un incompetente y que los soldados que estaban asignados a este punto se encontraban en otro lado. Por consiguiente, pedía a las autoridades nacionales mayores recursos para fortalecerlo (ZAMBRANA, 1896).

Hasta ahora, no se conoce una investigación rigurosa sobre la historia de esta población y muchos datos recogidos provienen principalmente de la memoria de los habitantes de este pueblo, los matieños, y de algunos archivos fotográficos particulares (PEINADO Y RIVERO, 2008). Pero existe una constante en esta memoria: la del abandono, el olvido y la distancia.

A lo largo del siglo XIX, la existencia del pueblo fue bastante precaria y no reunía probablemente más de un centenar de habitantes. A principios del siglo XX, se estima que la población estaba constituida por inmigrantes: un lado, chiquitanos que huyeron de sus pueblos de origen, escapando de los maltratos (PEINADO Y RIVERA, 2008: 43); por otro lado, extranjeros que llegaron motivados por las actividades comerciales en la región vinculadas al auge de la goma y a la ganadería.

Se menciona también el vínculo entre el pueblo y la hacienda Descalvados<sup>81</sup>, en Brasil, a donde se enviaba semanalmente 30 a 40 carretones con cueros, charque, harina de yuca, empanizado y goma (*Ibid.* 85). Descalvados, al igual que Casalvasco,

79 Ver el "Acta de la colonia de San Matías en la frontera oriental (sic!) de Chiquitos" (1858). ABNB ARC C 433.

80 Gracias a las delicadas gestiones de un miembro boliviano de la Comisión de Límites (Vázquez Machicado, 1988: 344-346).

81 Sobre la empresa Descalvados, ver el novedoso trabajo de García (2009).

quedaba inscrita en la memoria de los habitantes de la región como un lugar que atraía mano de obra en desmedro de las actividades agrícolas o extractivas en Santa Cruz (LEMA, 2011).

Desde su fundación, se quiso fortalecer la vocación militar de San Matías. De hecho, llevó el nombre de colonia militar o jefatura militar pero solo en el papel pues en la práctica, no contaba con recursos humanos, materiales ni económicos para asumir estas funciones. En varias oportunidades, sus habitantes reclamaron la construcción y equipamiento de un fortín, pero sin éxito. Hacia el año 1910, se constituyó la Junta de Amigos de San Matías que presentó una nueva solicitud al gobierno en este sentido (PEINADO Y RIVERO, 2008: páginas) y, si bien se aprobó la medida, esta demanda no fue atendida en la práctica.

Estas dos poblaciones ubicadas en la frontera oriental boliviana no contaban con una numerosa población en el año 1900. El censo realizado ese año presenta información desglosada en varias categorías. Aquí, se constata la composición racial de estos pueblos:

Cuadro 2

Población en Puerto Suárez y San Matías por raza (1900)

	Blancos	%	Mestizos	%	Indígenas	%	Ne-gros	%	Otros	%	Total
Puerto Suárez	97	17	117	21	278	50	25	4,5	43	7,5	560
San Matías	35	18,5	42	22,5	96	50,5	3	1,5	13	7	189

Fuente: VVAA, 2012: 227.

La distribución racial de la población es más o menos la misma en los dos pueblos y en ambos casos, se constata que la población mayoritaria es la indígena (posiblemente chiquitana), llegando los mestizos en segundo lugar y los blancos en tercer lugar, con menos de 20% de representantes. Esto significa que las personas que tuvieron algún poder político o económico representaban una minoría (lo que en si no es una novedad) pero, debido a su aislamiento y alejamiento del centro más cercano de poder, es decir Santa Cruz de la Sierra, este poder se vio singularmente reducido.

### Violencia en la Frontera Oriental

A fines del siglo XIX y principios del siglo XX, la región de San Matías -cuya principal actividad económica era la ganadería mientras que Puerto Suárez estaba más dedicada al comercio- era el escenario de la presencia de numerosos abigeatistas o cuadrilleros que se adueñaban violentamente del ganado, en grandes cantidades, a lo largo de una frontera que carecía de control. Debido a esta situación, tanto las autoridades bolivianas como las brasileras expresaban sus quejas ya que los ladrones de ganado podían esconderse sin mayor problema en uno u otro país.

El recuerdo del abandono y la exposición al crimen a los que estuvieron expuestos los pobladores de San Matías y de su región no solo estuvo inscrito en la memoria de sus habitantes. Las autoridades locales y departamentales también tomaron cartas en el asunto.

Un intercambio de correspondencia<sup>82</sup> entre autoridades locales de San Matías y departamentales de Santa Cruz, en el año 1892, se refiere a la llegada de “vandidos brasileros” a la región de Nuevo Mundo, pasando por la localidad de San Matías. En la misma, se hacía referencia a la presencia en la zona de los “correntinos” (procedentes de Corrientes, Argentina), y de su jefe Moreira, debidamente armado. La carta sugería que se dotara de armas a los vecinos. En respuesta a la misma, el prefecto instruyó el traslado de fuerzas hacia el pueblo de San Rafael y la organización de un piquete de no menos de 25 personas puesto que:

El objeto de la expedición es aprehender y remitir a esta capital bajo de segura custodia a los Jefes principales brasileros, paraguayos y correntinos que merodean en los campos de Oberaba y del Nuevo Mundo, a fin de evitar que continúen ejerciendo sus depredaciones sobre territorio brasiler y sirviendo de amenaza constante para los pacíficos habitantes de las provincias de Chiquitos y Velasco.

Una carta de un vecino de San Matías al Subprefecto de Santa Cruz confirmó el asesinato del corregidor cacique del pueblo y de otro natural, así como el de la muerte de un paraguayo a manos de un brasiler. En ausencia de la autoridad local que fue matada, no se pudo reportar estos hechos. El autor de la carta fue nombrado autoridad interina pero informó que fue desconocido por el cabildo y los naturales, al igual que el alcalde parroquial; optaron por dejar el pueblo por temor a ser asesinados.

Una década más tarde, el prefecto de Santa Cruz mencionaba, en su informe anual de 1904, que la distancia a la que se encuentra San Matías era el factor que impedía una respuesta de parte del Estado boliviano:

En San Matías, por lo mismo que está tan alejado, la acción gubernamental es completamente nula. Sucede que allí es la guarida de los abijeatistas que hacen sus correrías a los establecimientos ganaderos de Descalvados, en el Brasil, y que para robar matan primero a los capataces que en el campo encuentran. La empresa del Descalvados con este motivo, so pretexto de perseguir a los abijeatistas, penetra en San Matías con fuerza armada y ejerce sobre este lugar actos de Policía y siembra el terror, asesinando a los sindicados donde son encontrados (ROJAS, 1904, p. 23).

Dos años más tarde, este mismo funcionario público reiteraba sus comentarios acerca de la inseguridad en la frontera<sup>83</sup>, no solo en San Matías, y a la correspondiente desidia de las autoridades de ambos países:

---

82 ABNB, ARC, C 578 (San Ignacio, 8.VIII.1892, Subprefectura de la provincia Velasco a Prefectura del Departamento); C 579 (Santa Cruz de la Sierra, 24.VIII.1892, Prefectura de Santa Cruz a Subprefectura de la provincia Velasco); C 580 (San Matías, 19.VII.1892, Hermenegildo Barba a Subprefecto de la provincia Chiquitos).

83 La violencia y los asesinatos no eran solo obra de brasileros o bolivianos. También se reportó el asesinato de un súbdito belga, empleado del la Compañía Belga del Saladero, por paraguayos mozos de un francés, en el lugar llamado San Fernando, en el cantón Santo Corazón de la provincia Chiquitos (*EL TRABAJO*, Órgano del Partido Liberal Genuino, Santa Cruz de la Sierra, 3.VI.1909). Esta inseguridad también era perceptible al otro lado de la frontera: de acuerdo al testimonio de un belga en Descalvados, el gobernador de Mato Grosso le había permitido recurrir a la autodefensa para protegerse de los ladrones (GARCÍA, 2009: 135).

Comúnmente acontece que varios individuos autores de crímenes más o menos graves, perpetrados en los pueblos fronterizos, especialmente en las barracas gomeras radicadas en los ríos Paraguá e Iténez, para evadirse de la acción de la justicia, se pasan al Estado de Mato Grosso, sin que las autoridades brasileñas se preocupen de capturarlos y remitirlos a los tribunales encargados de juzgarlos, sucediendo lo propio, respecto de criminales brasileños que se hallan fugitivos y radicados en pueblos bolivianos.

Se impone pues el canje de criminales para no dejar impunes los delitos que con escarnio de la sociedad, son cometidos a la sombra del miserable despueblo de estas comarcas, a fin de escarmentar al bandajale y garantizar la tranquilidad de los pobladores pacíficos alarmados por la vorágine de la morralla, entregada a todo tipo de excesos y vicios sin cuento (ROJAS, 1906, p. 71).

La prensa también se hacía eco de las alarmantes noticias que llegaban desde la frontera: es el caso del periódico cruceño *La Abeja* que, en fecha 30 de julio de 1907, mencionaba:

En la frontera se encuentra organizada una fuerte cuadrilla de malhechores que con sus robos y asesinatos diarios en pleno territorio boliviano tiene intransitable el camino que conduce a San Matías. Estos tienen su habitación en nuestro país, pero como los sopletes del Casique<sup>84</sup> (ignorando la geografía de su patria, que no es extraño que la ignoren), o por timidez de represalias de los delincuentes, para ocultar su indiferencia a porfía alegan que el vivaqueo de los malhechores esta en el Brasil, por consiguiente, tienen carta blanca para hacer de las suyas. (*LA ABEJA*, n. 367; Santa Cruz de la Sierra, 1. X, 1907)

Uno de los episodios todavía evocado por la memoria de los matieños es la llegada de los “fumacianos” a San Matías, atemorizando a la población, hacia 1917. Se recuerda que llegaron desde Brasil y saquearon el pueblo que se defendió construyendo trincheras (PEINADO Y RIVERO, 2008: 98). El hecho se referiría a un conflicto que habría estallado entre, por un lado, un grupo de bandidos encabezado por Antonio Amorim y, por otro lado, los ganaderos de la hacienda La Fumaça, cerca de Piedades, en territorio brasileño (BRIDIKHINA, 2010)<sup>85</sup>. A raíz de los enfrentamientos que hubo entre ellos, los bandidos huyeron hacia Bolivia y fueron perseguidos por los “fumacianos” hasta San Matías, generando pánico entre sus habitantes. En este caso, como en otros episodios posteriores, asuntos internos brasileros desbordaron hasta el territorio boliviano de la frontera, de por sí muy afectado por el abandono en el que se sentía y en que realmente estaba de parte de las autoridades nacionales bolivianas y de las fuerzas de seguridad. Resultaba sin duda más fácil pedir a las autoridades brasileras que fueran ellas las que instalaran un puesto policial para evitar este tipo de incidentes.

En la década siguiente, de acuerdo a Bridikhina (2010, p.24), los vecinos de San Matías seguían quejándose de los abusos ejercidos por algunos brasileros, según

84 Alusión a una autoridad local cercana al subprefecto de la provincia y que habría gozado de su protección.

85 Otro dato sobre los fumacianos, pero más tardío, aparece en Macedo (2004). Agradecemos a Joao Ivo Puhl por esta comunicación.

datos recogidos por una autoridad militar<sup>86</sup>, como lo refleja la carta siguiente en la que denunciaban los

[...] abusos y atropellos cometidos por los vecinos de la república de Brasil, como son abigeato, robos, atropellos y abusos de autoridad, los que quedan impunes por no haber tratado o convenio entre ambos países, lo que ocasiona grandes perjuicios y desalente fomentar el comercio, la agricultura o la industria, por falta de garantías a que estaría expuesto el capital que se aventure en éstas regiones, siendo los más perseguidos los indígenas que por su idiosincrasia presentan menos resistencia.

El temor que se generalizó a raíz de esta situación se debía a la presencia de algunos personajes que lograron forjarse muy mala fama. Por ello, los bolivianos asentados en ese lado de la frontera exigían al gobierno la creación de un fortín militar para que los soldados pudieran evitar el ingreso de personas peligrosas.

Pero los peligros no siempre provenían de bandidos, sino también de funcionarios públicos. De acuerdo a esta autora, en la década de 1920, el brasilero José Gomes Neto, nombrado por las autoridades de San Luís de Cáceres como Inspector de Cuarterón o el Alcalde político, así como otros extranjeros atemorizaban a los propietarios bolivianos de la zona de Las Petas, cobrándoles impuestos al hacerles creer que sus propiedades estaban en suelo brasilero. Algunos bolivianos se desplazaron hasta Cáceres para cumplir con sus supuestas obligaciones, como lo señala el informe del prefecto de Santa Cruz en 1926:

Por el informe recibido constata que las autoridades de San Luís de Cáceres y Mato Grosso tienen establecidos sus agentes en la provincia de Velasco, estos agentes cobran impuestos, aplican multas, castigan y ultrajan a los bolivianos que no reconocen su autoridad, que obligan también a consolidar sus terrenos ante las autoridades de Brasil a cuyas tribunales tienen que ocurrir en demanda de justicia y que alcaldes brasileños han hecho creer a los vecindarios fronterizos mediante una continua propaganda que toda aquella zona es territorio brasileño y que por lo tanto deben someterse a sus autoridades<sup>87</sup>.

Por consiguiente, la autoridad boliviana insistía en realizar una nueva demarcación territorial, la colocación de los hitos correspondientes y la instalación de puestos de policía en los cantones para evitar la colonización de esta zona “que de hecho está bajo el dominio brasilero, pues por allí circula su moneda, se habla su idioma y ahora se establecen sus autoridades”<sup>88</sup>.

Por el tenor de estas declaraciones, cabe preguntarse qué lugar ocupaba el Oriente y sus fronteras en las preocupaciones del Estado boliviano.

86 Informe del Capitán Comandante de San Matías F. Montán al Delegado Nacional en el Oriente Ángel Rodríguez, Puerto Suárez, 24 de octubre de 1923. Transcrita Ministerio de Gobierno y Justicia Santa Cruz, 29 de noviembre de 1923, respondida en La Paz, 4 de diciembre de 1923. MIN-1-55, Ministerios, t. I, 1923. Citado por Bridikhina (2011).

87 Carta del prefecto de Santa Cruz al señor Ministro de Relaciones Exteriores y Culto, Santa Cruz, 16 de junio de 1926. MIN-1-64, Ministerio de Guerra y Colonización, 1926. Citado por Bridikhina (2011).

88 *Ibid.*

## La desatención estatal en la Frontera Oriental

### Las políticas públicas hacia el Oriente

La Constitución de 1880 definió un cambio de rumbo en la relación del Estado boliviano con sus fronteras, como resultado de la pérdida del litoral en el Pacífico, tras la guerra con Chile (1879-1880) y como fruto del proyecto de nuevos políticos que tomaron el poder luego de esta guerra (GARCÍA JORDÁN, 2001). Los gobiernos conservadores que se sucedieron desde 1880 hasta 1899 desarrollaron, por lo menos en el papel, una política específica en torno a la región del Oriente. Las propuestas políticas fueron respaldadas con entusiasmo por empresarios interesados en buscar salidas para Bolivia hacia el océano Atlántico. En tiempos del auge de la explotación gomera en los bosques amazónicos, no podía ser de otra manera.

Además de impulsar exploraciones, de respaldar la actividad misionera franciscana en regiones alejadas, de pensar en la construcción de fortines en zonas alejadas y de desarrollar políticas de colonización, se creó en 1884 la Delegación del Gobierno en el Oriente que, en realidad, abarcaba el departamento del Beni y los territorios del sur/sudeste (GARCÍA JORDÁN, 2001, p. 303), pero en la que se puso más atención a lo que ocurría en el norte del país. Una de las pocas medidas que se tomó para el departamento de Santa Cruz dispuso ese año el traslado de las aduanas de San Ignacio y Santiago de Chiquitos a San Matías y Puerto Suárez (*Ibíd.*, p. 304).

La autoridad responsable de la Delegación hizo notar a varios gobiernos sucesivos la necesidad de mejorar las vías de comunicación entre las regiones orientales<sup>89</sup> y las principales ciudades del país, de impulsar la navegación a vapor, de poblar estos territorios, de establecer guarniciones militares para defender la soberanía boliviana, entre otras demandas (GARCÍA JORDÁN, 2001, p. 308). Estas mismas ideas fueron retomadas por políticos, empresarios y misioneros y difundidas por varios medios. Pero en la práctica, no se avanzó mucho pese a la multiplicación de proyectos de colonización, de apertura de caminos o de ferrocarriles. Pero solo fueron eso: proyectos.

En la década siguiente, los informes prefecturales y ministeriales señalaban la importancia de la “problemática inmigratoria y colonizadora” para la ocupación y el desarrollo de las regiones de las tierras bajas. Pero respecto a la inmigración, por ejemplo, el gobierno estaba demasiado confiado en que las empresas colonizadoras traerían a los inmigrantes, lo que no ocurrió (GARCÍA JORDÁN, 2001, p. 330). En 1896 fue creada la Oficina de Inmigración, Estadística y Propaganda Geográfica para publicitar en el extranjero las ventajas ofrecidas por Bolivia.

### La Delegación Nacional del Oriente y los problemas de delimitación de la frontera

Luego de la Guerra Federal que llevó a los liberales al poder, el tema de la colonización se convirtió en prioritario, sobre todo a partir de 1904 y en los gobiernos de Ismael Montes (1904-1909; 1913-1917) y Eliodoro Villazón (1909-1913). Seguían en pie las intenciones de mejoramiento de las vías de comunicación, de fomento a la colonización en las fronteras, de impulso a la actividad misionera -con control político-, y

<sup>89</sup> Considerando entre éstas la región Amazónica, el departamento de Santa Cruz y la región del Chaco.



de mayor presencia estatal en todo el territorio nacional.

El resultado fue producción de numerosas normas en materia de colonización y tierras, el impulso a la construcción de infraestructuras de comunicación así como una nueva demarcación política administrativa para incrementar la presencia estatal y defender la soberanía boliviana. Por ejemplo, el 11.I.1911, se creó la Delegación Nacional del Oriente, que abarcaba los cantones de Puerto Suárez, San Matías, Santo Corazón y Santiago en Chiquitos con capital en Puerto Suárez, para “el servicio de colonización, administración, construcción y fundación de un puerto sobre el río Paraguay” (GARCÍA JORDÁN, 2001, p. 384), sin quitar por ello derechos territoriales al departamento de Santa Cruz. En la práctica, San Matías pertenecía a la provincia Velasco.

En Santa Cruz, había muchas expectativas respecto a esta nueva entidad político-administrativo para poder atender la frontera. Al respecto, la prensa cruceña señalaba:

Efectivamente, toda la zona de la frontera oriental, constituida por San Matías, Puerto Suárez y Bahía Negra, estaba poco menos que abandonada al absorcionismo de la republica vecina, sin que hasta allí pudiese llegar la acción gubernativa, quedando casi desprendida de la comunidad nacional.<sup>90</sup>

Como destaca Bridikhina (2010), en años anteriores, luego de la firma del Tratado de Ayacucho, en 1867, hubo varios intentos por delimitar las fronteras entre Brasil y Bolivia (LEMA, 2013)<sup>91</sup>. Pero la firma del Tratado de Petropolis llevó a una nueva revisión de los límites pues se modificó la línea geodésica inclinándola ligeramente al oeste entre las lagunas Mandioré, Gaiba, Cáceres y Bahía Negra, es decir en favor de Bolivia (VÁZQUEZ MACHICADO, 1988, p. 336-339). Esta modificación generó problemas entre los habitantes del lugar en la medida en que algunos no sabían en qué república estaban sus propiedades. Pese al pedido de soluciones a las autoridades respecto a estos problemas (por ejemplo, acerca del traslado de ganado y el correspondiente pago de impuestos), la respuesta del Estado fue lenta. Otros afectados fueron algunas familias chiquitanas que vivían de la zona y eran constantemente desalojadas.

El retraso evocado por Bridikhina en la ocupación de los “nuevos” territorios se debía también a problemas de jurisdicción en torno al resguardo de la frontera pues existía un problema de competencia con la Subprefectura de la provincia Velasco, en la línea entre el pueblo de San Matías y el punto de Cuatro Hermanos. Desde Velasco, el problema persistió debido a la distancia, la falta de recursos humanos y materiales. La solución podía ser, teóricamente, la ampliación de la jurisdicción de la Delegación Nacional del Oriente. Como destaca la autora al referirse a un oficio del Delegado Nacional al Ministro de Guerra, la prensa nacional no dejó de referirse a la incuria de las autoridades bolivianas, al avance de extranjeros sobre el territorio, al contrabando y otros males, poniendo de relieve “la falta de gobernabilidad en la frontera y consecuente vacío institucional” (BRIDIKHINA, 2010, p. 23).

90 *La Propaganda*, órgano del Partido Liberal, Santa Cruz de la Sierra, 3.IX.1911.

91 De acuerdo al testimonio de uno de los propietarios de la hacienda Descalvados, esta falta de demarcación afectaba a los propietarios de la zona que no tenían certidumbre en torno a los límites de sus tierras (GARCÍA, 2009, p. 93).

### **Desatención: ¿de quién es la culpa?**

Esta suerte de abandono en la que se veía sumida la frontera oriental a principios del siglo XX, con mayor intensidad en San Matías que en Puerto Suárez que, al final del cuentas, era una aduana nacional y generaba recursos, suscita varias preguntas: ¿Cuál pudo haber sido el origen de esta situación de “indiferencia” estatal? ¿Qué respuestas o alternativas pudieron haber surgido a nivel local? ¿Acaso ocurría lo mismo en otras regiones periféricas? ¿Qué responsabilidad tenían las autoridades departamentales?

Resulta imposible responder acá a estas preguntas que ameritan una investigación mucho más exhaustiva sobre el tema. Sin embargo, podemos arriesgarnos a pensar en algunos tópicos.

La desatención, también identificada como “aplazamiento” y “retraso”, ya fue mencionada por Vázquez Machicado (1988, p. 412) al evocar las gestiones de funcionarios públicos que, en terreno, lograban avances importantes en torno a la consolidación de la soberanía boliviana pero cuyos efectos se veían anulados, de cierta manera, por la actitud de las autoridades nacionales.

Esta falta de atención o de “cobertura” del Estado, en términos actuales, sigue vigente. Un análisis reciente de las características contemporáneas de la conflictividad social en Bolivia señala que sus raíces se encuentran en las relaciones cambiantes entre el Estado y la sociedad (CRABTREE *et al.*, 2009). Y es que el Estado boliviano no tiene aún una presencia homogénea en todo su territorio. Como señala un *Informe de Desarrollo Humano* (2007), se considera que es un “Estado con huecos” en la medida en que

[...] en su evolución, el Estado boliviano se muestra altamente concentrado en algunas áreas y completamente ausente en muchas otras. Es un Estado que carece de presencia efectiva en muchas partes del territorio, un Estado que no ejerce su autoridad “nacional” en forma homogénea. (CRABTREE, 2009, p. 12).

Por otro lado, el tejido y la organización social también es heterogénea e incluso desigual: hay territorios con actores sociales muy influyentes (mineros, cocaleros, campesinos) y con la capacidad de imponer sus agendas a las autoridades. Eso no solo ocurre en la actualidad sino también en el pasado. Nosotros añadimos que, a la inversa, hay zonas del país donde el peso de los actores no ha sido suficientemente fuerte como para hacer escuchar su voz.

Sin duda, eso fue lo que ocurría en la frontera oriental boliviana donde no existía un tejido social sólido y organizado. La zona no estaba vacía, como lo mostraban los mapas del siglo XIX, pero la población estaba dispersa en estancias y caseríos, era mayormente indígena y, en los últimos años de ese siglo, la actividad gomera en el departamento del Beni y en Santa Cruz suscito un movimiento intenso de mano de obra que despobló a gran parte del departamento cruceño (LEMA, 2009). En cuanto a los centros urbanos de reciente creación (San Matías en 1844 y Puerto Suárez en 1875), no tuvieron tiempo de desarrollar sólidas entidades políticas ni poderosas elites que pudieran defender sus intereses ante situaciones de emergencia de inseguridad, por ejemplo. Además, como vimos anteriormente, su reducida población y su composición

social no permitieron la aparición en esos años –o por lo menos, no se visibiliza– de una elite local.

La historiadora del Estado, Rossana Barragán, afirma que ante la demora de la “conquista interior” que debe hacer el Estado para consolidarse, estas entidades preexistentes pudieron haberse consolidado (BARRAGÁN, 2007, p. 189); pero acá, no fue el caso. Señala también que la distancia geográfica del poder central, que otorgaba una mayor libertad de acción y oportunidades, pudo haber impulsado el desarrollo de un pensamiento y accionar más autónomo o de libre iniciativa por parte de las elites locales (*Ibid.*, p. 190). De hecho, es lo que ocurrió en el departamento del Beni, en el siglo XIX.

El reciente estudio de Guiteras (2012) muestra el interés del gobierno en establecer su control en la región amazónica y específicamente en el departamento del Beni, creado en 1842; pero tanto el alejamiento como otros intereses se erigieron como obstáculos a este propósito. Efectivamente, debido a la presión de intereses particulares y al hecho que el departamento abarcaba un territorio inmenso, éste escapó a la autoridad departamental y a la administración efectiva del Estado. En cambio, hubo una pugna entre el Estado y los grupos locales y regionales por el control de la región, lo que fue propiciado además por la ambigüedad jurisdiccional resultante de la dificultad en el establecimiento de límites intra e interdepartamentales (GUITERAS, 2012, p. 250).

En el Beni, a diferencia de lo que ocurría en la frontera oriental, los grupos locales de poder constituidos por empresarios gomeros, ganaderos y comerciantes tenían un papel importante y se movilizaban debido a la posibilidad de acceder a recursos (mano de obra, tierras, goma, etc.). Pudieron desarrollar cierta autonomía en ámbitos locales y regionales en la medida en que fueron “la única presencia real del Estado en la región que, por otra parte, estaba representado por la prefectura y los pocos empleados públicos a ellos subordinados” (GUITERAS, 2012, p. 251); por otro lado, la autora constata también la existencia de una “falta de voluntad política de las autoridades” – expresada en una mala gestión– que dio lugar a una pérdida de los espacios de poder (*Ibid.*, 252).

Volviendo a la actualidad, la afirmación de la geógrafa Laetitia Perrier Bruslé (2011, p.25) confirma lo demostrado por Guiteras, al señalar que:

[...] la historia de los pueblos fronterizos entre Bolivia y Brasil es la historia de una imposible integración al resto del país. Eso justifica el alto sentimiento de autonomía de los habitantes y sobre todo de las elites locales. La ausencia de las instituciones del Estado, o su carencia en el mejor de los casos, dio más libertad y poder a los responsables políticos locales.

La ausencia de un poder económico en la frontera oriental no permitió la aparición de una elite local que pudiera construir su poder sobre la ausencia del Estado.

Finalmente, cabe preguntarse si las autoridades departamentales de Santa Cruz asumieron una posición respecto al tema de la seguridad en la frontera, en defensa de los intereses de los habitantes de esta región, primero y luego, de todo el departamento y finalmente, de la nación. A falta de consultar las fuentes oficiales departa-

mentales, un documento de 1904 de mucho peso en el imaginario regional cruceño, el “Memorandum dirigido al H. Congreso y a la Nación sobre las ventajas del ferrocarril Oriental”<sup>92</sup> podría darnos algunas pistas al respecto.

Este documento fue elaborado por los miembros de la Sociedad de Estudios Geográficos e Históricos de Santa Cruz en el marco del debate nacional en torno a la construcción de ferrocarriles en Bolivia (SEGHSC, 2000). Su principal demanda era el desarrollo de vías de comunicación bolivianas hacia el Atlántico y su preocupación surgió debido a la constatación del poco interés gubernamental al respecto en la medida en que se sabía que los recursos que recibió Bolivia de parte de Brasil, a modo de compensación por la pérdida del Acre, serían destinados a la construcción de ferrocarriles en el occidente del país. En cambio, el “Memorandum” proponía la construcción de un ferrocarril oriental.

El documento expone las riquezas del departamento y argumenta la importancia de impulsar la inmigración y la colonización; también demuestra las ventajas de contar con caminos y vías de comunicación. Pero si bien alude a la necesidad de protegerse de los paraguayos, no se refiere a Brasil ni al tema de la defensa de la frontera ni de sus habitantes. Al reiterar el discurso nacional sobre la necesidad de poblar el departamento cuyas tierras aparentan estar vacías (LEMA, 2009, p. 158-160), uno podría creer que el silencio de los intelectuales cruceños acerca de las poblaciones locales justificaría la desatención de las autoridades... Si bien estos mismos intelectuales han dado a conocer, en sus publicaciones, la riqueza y la variedad geográfica del departamento, cabe reconocer que han mencionado poco a sus pobladores, sean indígenas o no. De esta manera, se confirmaría que el tejido social de la frontera oriental boliviana era muy débil en esa época, al no ser siquiera reconocido por los mismos cruceños.

## Conclusión

De acuerdo a los datos del censo realizado en Bolivia en 1900, la presencia de brasileños en el país era reducida tanto en general como específicamente en la frontera oriental boliviana, en el departamento de Santa Cruz, colindante con el Estado de Mato Grosso, pues apenas llegaba a un centenar de personas. Es probable que el censo haya subestimado esta población debido a la dificultad de recoger la información censal en regiones alejadas e inhóspitas. Pero estos datos cuantitativos “fríos” no logran reflejar la realidad de la convivencia de los habitantes de la frontera oriental con los brasileños.

Efectivamente, a partir de la información proporcionada desde las poblaciones de Puerto Suárez -vecina de Corumbá- y sobre todo, de San Matías -cercana a Cáceres y Descalvados-, sobresalen las noticias que relacionan la presencia brasilera con abusos, robos e invasiones por un lado, o con presiones de funcionarios públicos brasileños vinculadas a la poca claridad en cuanto a la definición de los límites entre los dos países.

Puerto Suarez, al ser una aduana nacional, recibía una mayor atención del

---

92 “Unir el Oriente con el Occidente, salir al Atlántico, para contrarrestar la influencia del Pacífico, hoy en manos de Chile; salir así del ominoso tutelaje, de esa nación absorcionista, esa es evidentemente la política nacional, racional y unificadora, que sin ser estadista, vemos que el sentido común proclama a voces (SEGHSC, 2000).

Estado mientras estuvo en la capacidad de proporcionar recursos; además, tenía la posibilidad de expresarse al contar con un periódico, y de vincularse tanto con Brasil como con Santa Cruz por medio del correo. En San Matías, en cambio, la sensación de vulnerabilidad era mayor en la medida en que, además de la violencia generada por los robos de ganado, asesinatos y abusos, sufría también de la desatención (desprecio, indiferencia, apatía) del Estado.

Estas tensiones y conflictos han sido poco visibilizados por el Estado a nivel central, pese a haber sido reportados por las autoridades locales y departamentales. Es probable que aquello se deba a que, al hacer visible estos conflictos, en un periodo particularmente sensible debido a las recientes pérdidas territoriales de Bolivia con Chile y Brasil, el Estado boliviano habría expuesto su incapacidad crónica para proyectarse hacia sus fronteras.

Pero muchas preguntas siguen sin respuestas, y ameritan nuevas miradas: las dinámicas regionales internas en el departamento de Santa Cruz, la emergencia -o no- de poderes locales, sus relaciones con el poder central simbolizado por Santa Cruz, sus expresiones en la violencia política, la violencia social, los imaginarios regionales. Si bien la frontera oriental entre Bolivia y Brasil ha suscitado la atención de los geógrafos, especialistas en seguridad y antropólogos, ya es hora de que los historiadores asuman también estos retos.

## Referencias

### Fontes

#### Archivos consultados:

**ABNB:** Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia, Sucre (Bolivia)

**MI:** Ministerio del Interior

**ARC:** Archivo de documentos raros y curiosos.

### Bibliografía

ARRUDA, Adson de. Os discursos dos administradores públicos sobre a ciudades de Sao Luiz de Cáceres nas primeiras décadas do século XX. *In:* CHAVES, Otavio Ribeiro; ARRUDAM, Elmar Figuereido de (Eds.). **Historia e Memoria Cáceres**. Cáceres: EdU-NEMAT, 2011, p. 97-109.

BALZÁN, Luigi. **A carretón y canoa**. La obra del naturalista Luigi Balzán en Bolivia y Paraguay, 1885-1893 (Edición, estudio, notas, traducción del Clara López Beltrán). La Paz: Plural – IFEA, 2008.

BARRAGÁN, Rossana. Historia del Estado. *In:* GREY MOLINA, George (Coord.), **Informe Nacional sobre Desarrollo Humano 2007**: El estado del Estado en Bolivia. La Paz: PNUD, 2007. p. 127-218.

BELMONTE, Mauricio. **Polenta**. Familias italianas en Bolivia. La Paz: Gente Común; Circolo Italiano; Ambasciata d'Italia en La Paz, 2009.

BIEBER, León. **Presencia judía en Bolivia**. La ola inmigratoria de 1938-1940. Santa Cruz de la Sierra: El País; Lewy Libros, 2010.

BRIDIKHINA, Eugenia. **Conformación del espacio fronterizo Bolivia** – Brasil en las primeras décadas del siglo XX. La Paz (Inédito), 2010.

CALDEIRA, Newman di Carlo. À procura da liberdade. Fugas internacionais de escravos negros na fronteira oeste do Império do Brasil (1822-1867). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En línea], Debates, Puesto en línea el 30 mayo 2009, consultado el 13 febrero 2013. URL: <http://nuevomundo.revues.org/56190>; DOI: 10.4000/nuevomundo.56190, 2009.

CERVEIRA DE SENA, Ernesto. Disputas de representações sobre a zona fronteiriça entre Bolívia e o Império do Brasil. **Anais...** VII Congreso de la Asociación de Estudios Bolivianos. Sucre, julio-agosto 2013.

\_\_\_\_\_. El jefe de la frontera, Don Sebastián Ramos. Apuntes para una trayectoria de vida entre dos países. Ponencia presentada en Tierras Bajas. **Anais...** Jornadas de antropología, historia y arqueología. Santa Cruz de la Sierra, octubre 2013.

\_\_\_\_\_. Evadidos em regiao de fronteira o imperio do Brasil e Bolivia (1825-1850). **Anuario de Estudios Bolivianos, Archivísticos y Bibliográficos**, 18. Sucre: ABNB, 2012, p. 79-95.

\_\_\_\_\_. Pelejas territoriais nas primeiras décadas: Região fronteiriça da Bolívia e do Império do Brasil. **Anais...** VI Congreso de la Asociación de Estudios Bolivianos. Sucre, junio 2011.

\_\_\_\_\_. Acordo de Ayacucho. Territórios e as descontinuidades dos tratados: forjando fronteiras, elaborando nações. Bolivia e Brasil: época colonial - 1867. **Anais...** 9º encontro de ANPHLAC. Universidade Federal de Goiás, 2010.

CRABTREE, John. Una historia de tensiones no resueltas. CRABTREE, John et al. (eds.), **Tensiones irresueltas. Bolivia, pasado y presente**. La Paz: PNUD – Plural, 2009. p. 9-18,

DE SOUZA LORDELO, Monique Cristina. Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso: fugas e capturas (1748-1796), **Anuario de Estudios Bolivianos, Archivísticos y Bibliográficos**, 16. Sucre: ABNB, 2010. p. 171-196.

FILIPPA, Marcela. **Hubiera sacudido las montañas**. Giorgina Levi en Bolivia, 1939-1946 (Trad. Y ed. Clara López Beltran). La Paz: Cima, 2005.

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. **Territorio e negocios da “Era dos Imperios”: os belgas na fronteira oeste do Brasil**. Brasilia: Fundação Alexandre de Gusmao, 2009.

GARCIA JORDAN, Pilar. **Cruz y arado, fusiles y discursos**. La construcción de los Orientes en el Perú y Bolivia, 1820-1940. Lima: IFEA – IEP, 2001.

GOMES, Cristiana Thais do Amaral Cerzósimo. **Italianos en Mato Grosso**. Fronteiras de imigração no caminho das aguas do Prata, 1856 a 1914. Cuiabá: Entrelinhas; EdU-FMT, 2010.

GUIMARAES PERES, Rossana. Presença boliviana na construção de Corumbá – Mato Grosso do Sul: espacio de frontera en perspectiva histórica. *In*: BAERINGER, Rossana (Org.), **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Nucleo de Estudos de Populacao; Ncpo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012, p. 35-74.

\_\_\_\_\_. Imigração de bolivianos na fronteira: desafios teórico – metodológicos. BAE-RINGER, Rossana (Org.), **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População; Ncpo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. p. 271-295.

GUITERAS MOMBIOLO, Anna. **De los llanos de Mojos a la cachuelas del Beni, 1842-1938**. Cochabamba - Sucre: Editorial Itinerarios – ABNB, 2012.

HOLLWEG, Mario. **Alemanes en el Oriente boliviano. Su aporte al desarrollo de Bolivia** (2 vols.) Santa Cruz de la Sierra: Imp. Sirena, 1995.

LEMA, Ana María. ¿Una frontera en movimiento o movimientos en la frontera? Bolivia – Brasil en la época del Tratado de Ayacucho. En: **Anuario de Estudios Bolivianos, Archivísticos y Bibliográficos**, 19. Sucre: ABNB, 2013. p. 257-294.

\_\_\_\_\_. **Frontera permeable y brazos apetecidos**. La migración de los indígenas chiquitanos a Brasil en la segunda mitad del siglo XIX. Sucre, 2011, (inédito).

\_\_\_\_\_. **El sentido del silencio**. La mano de obra chiquitana en el Oriente boliviano a principios del siglo XX. Santa Cruz de la Sierra: El País; UPIEB, 2009.

LORINI, Irma. **Un inmigrante italiano en Bolivia**. Domingo Lorini. Sucre: ABNB, 2012.

LÓPEZ BELTRAN, Clara. Exploración y ocupación del Acre, 1850-1900. *Revista de Humanidades y Ciencias Sociales*, Santa Cruz de la Sierra; UAGRM, v. 8, p. 1-2, 2002.

MACEDO, Felix Nei. Últimos combates da Coluna Prestes. Campinas-SP; Cáceres: Pontes; EdUNEMAT, 2004.

MARQUES, Angela María. Fronteira e saúde: Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Bolívia) e Corumbá (Brasil). In: BAE-RINGER, Rossana (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População; Ncpo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012, p. 297-311.

MITRE, Antonio. **Náufragos en tierra firme**. Bloqueo comercial, despojo y confinamiento de japoneses en Bolivia durante la Segunda Guerra Mundial. Santa Cruz de la Sierra: El País, 2006.

PAREJAS, Alcides. **Colonias japonesas en Bolivia**. La Paz: Ed. Don Bosco, 2001.

PEÑARANDA CUÉLLAR, René F.; RIVERO YAVARI, Willy. **San Matías, la esperanza de la libertad**. Santa Cruz de la Sierra: Fundación Nova, 2008.

PERRIER-BRUSLE, Laetitia. **Frontera Bolivia-Brasil**. Nuevos esquemas fronterizos en el marco de la integración continental: el ejemplo de Pando. La Paz (inédito), 2011.

QUEREJAZU CALVO, Roberto. **Bolivia y los ingleses, 1825-1948**. La Paz; Cochabamba: Los Amigos del Libro, 1973.

ROJAS, Rosendo. **Informe que el Prefecto y Comandante general del departamento de Santa Cruz eleva a la consideración del Supremo Gobierno**. Santa Cruz: Imprenta de la Ley, 1906.

\_\_\_\_\_. **Informe del Prefecto y Comandante genera en la gestión de 1904**. Santa Cruz: Imprenta de la Ley, 1904.

ROUX, Jean Paul. Bolivia-Brasil. Una confrontación histórica sobre la placa geopolítica

amazónica. García Jordán, Pilar y Nuria Sala (Coord.), **La nacionalización de la Amazonía**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1998. p. 175-203.

SOCIEDAD DE ESTUDIOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS DE SANTA CRUZ  
Memorandum dirigido al H. Congreso y a la Nación sobre las ventajas del ferrocarril Oriental. **Boletín de la Sociedad Geográfica e Histórica de Santa Cruz**, n. 52, 2000 [1904]. p. 9-23.

SOUX, María Luisa. Argentinos y peruanos en Bolivia: Apuntes sobre la migración regional a mediados del siglo XX. **Estudios Bolivianos**. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés, Facultad de Humanidades, Instituto de Estudios Bolivianos, 2012.

VÁZQUEZ MACHICADO, Humberto. Para una historia de los límites entre Bolivia y Brasil. **Obras completas de Humberto Vázquez Machicado y José Vázquez Machicado, v.1**. La Paz: Don Bosco, 1988. p. 1-489.

VVAA. **Bolivia en 1900**. Edición facsimilar y estudios del Censo general de población de la República de Bolivia. Sucre: Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia, 2012.

ZAMBRANA, Ángel. **Informe del Prefecto y Comandante general del departamento de Santa Cruz**. Santa Cruz: Imprenta de la Estrella del Oriente, 1897.



## A FRONTEIRA OESTE COMO QUESTÃO NACIONAL

João Edson de Arruda Fanaia<sup>93</sup>

### A Fronteira Oeste na Primeira República

O título deste artigo é o mesmo utilizado em meu projeto de pesquisa elaborado a partir de indagações formuladas em trabalho anterior, porém, no meu entendimento demandam o prosseguimento de um conjunto de reflexões não produzidas precedentemente e nos motivam a dar continuidade às pesquisas. Refiro-me de modo específico ao papel das *elites*<sup>94</sup> políticas mato-grossenses na construção de determinada percepção da fronteira oeste e o esforço no sentido de nacionalizar o tema, retirando-o do âmbito regional. Como percurso escolhido do ponto de vista documental, tomo a leitura dos *Anais da Câmara e do Senado Federal* e os respectivos pronunciamentos enquanto fontes primordiais para o estudo da questão. Isto não significa, evidentemente, desconsiderar outras possibilidades exploratórias a partir de um conjunto de fontes diversificado, que nos permita abordar o tema de ângulos distintos. A ressalva é feita no sentido de estabelecer os parâmetros de leitura e de percepção adotados neste artigo.

Evidente que, da problematização apresentada, surgem outros questionamentos a serem expostos no transcórre da apresentação. Cabe destacar que se trata de pesquisa em andamento e, neste sentido, apenas parcialmente podemos formular inferências desenvolvidas até o momento.

Tomemos como ponto de partida, apenas para balizamento temporal, a última década do século XIX, momento de passagem de um regime baseado em uma estrutura monárquica para a forma republicana de instituição das relações políticas.

No caso dos discursos proferidos pela pequena bancada parlamentar de Mato Grosso, a fronteira e as questões a ela relacionadas eram temas recorrentes, seja para tratar de eventuais escaramuças com países vizinhos, fuga de personagens políticos, em virtude das disputas políticas regionais, além de grupos armados com maior ou menor organização contribuía para a edificação um papel negativamente sacralizado da extensa área fronteiriça.

Entendemos que os estudos histográficos nos permitem afirmar que havia, por parte dos parlamentares mato-grossenses, a existência de um padrão argumentativo intrínseco aos discursos com relação a determinadas temáticas, o que constituiria uma *estratégia* por parte dos mesmos.<sup>95</sup> Dessa forma, os pronunciamentos constituem

93 Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Professor do Curso de História, com especialidade em História política do Brasil referente ao período republicano. Membro do Grupo de pesquisa Fronteira Oeste: poder, economia e sociedade.

94 Ao longo do texto o conceito de *elites políticas* é utilizado com referência aos que possuíam poder de decisão e mando e ocupavam, por conseguinte, posições na Assembleia Legislativa, Poder Executivo Estadual, Câmara e Senado.

95 Ao analisar o conceito de estratégia e na forma como determinados atores pontuam suas práticas, entendemos como importantes as reflexões de Bourdieu (2004, p. 81) que afirma: “O bom jogador que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas nunca perfeitamente idênticas”.

importantes fontes documentais, especialmente quando relacionados com as demandas do estado de Mato Grosso.

Acerca da importância dos discursos e pronunciamentos, nos apoiamos em Durval Muniz, que desenvolve instigante reflexão como podemos verificar no trecho seguinte:

Os discursos e pronunciamentos, ao serem vistos como monumentos, não são apenas ornamentos retóricos, nem argumentos de provas no discurso do historiador. Não são apenas fontes através das quais pesquisamos, estudamos um dado objeto ou acessamos as ideias, sentimentos, desejos ou objetivos de dados sujeitos, mas eles se tornam matéria mesma da análise do historiador, que descobre que todos os documentos ou testemunhos são formas de discurso, que os objetos e sujeitos não preexistem aos discursos que deles falam, mas são constituídos por eles. Os discursos e pronunciamentos não falam de um objeto externo a eles, mas constituem o próprio objeto, dando a ele nome, conceituação, versões, inteligibilidade, verdades. Tanto que somente ao pronunciar ou escrever esses discursos e pronunciamentos, ou seja, somente ao expressar suas ideias, pensamentos, emoções, desejos, afetos, posições políticas, éticas, estéticas, morais ou religiosas, é que o emissor vai adquirindo uma dada identidade de sujeito, vai emergindo como uma figura que costumamos chamar de Eu. O sujeito só se torna autor da fala ao falar, só se torna sujeito daquele discurso ou pronunciamento ao emití-lo. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2009, p. 235).

A construção de uma determinada *representação* do Estado vai sendo forjada no interior de uma ambiência política hierarquizada e, por esta razão, assume um papel importante enquanto estratégia para a inserção de Mato Grosso, nacionalizando suas questões e entre elas as relativas ao espaço fronteiriço. Esse conceito também importa para os propósitos do presente estudo, pois, como afirma Chartier: “As representações não são simples imagens, verdadeiras ou falsas, de uma realidade que lhes seria externa; elas possuem uma energia própria que leva a crer que o mundo ou o passado é, efetivamente o que dizem que é”. (CHARTIER, 2009, p. 52).

Ao mapearmos as falas proferidas, percebemos a regularidade a temas tomados pelas elites, como representantes das demandas regionalizadas consideradas mais importantes, sob a ótica, evidentemente, dos emissores que os produziram. Acabavam por criar um estatuto particular para o tema fronteira. De modo sucinto, as problematizações podem ser apresentadas da seguinte forma. Como as elites mato-grossenses utilizam o tema fronteira em seus discursos para situar o Estado na agenda de debates no Congresso Nacional? Que representação as elites constroem a partir da forma como utilizam o conceito de fronteira? Quais paradigmas servem de referência para as elites como suporte aos argumentos utilizados em suas falas? Como as populações residentes nas áreas de fronteira se apropriam e reelaboram os discursos formulados pelas elites a partir de suas experiências cotidianas? Esta última questão demanda investigações futuras, mas é pontuada no texto como elemento instigador, pois demanda, sem dúvida, corpo documental, em boa medida distinto do utilizado no presente trabalho.

Como ressaltado, é evidente que dentro dos limites do texto algumas temáticas permanecem como incógnitas, no aguardo de pesquisas futuras, de modo a ampliar

o espectro das inúmeras conexões possíveis a partir da narrativa historiográfica. Se os personagens políticos visíveis neste texto leram Ratzel, Turner<sup>96</sup> ou outros autores presentes em sua contemporaneidade com reflexões sobre *fronteira*, é uma questão a ser respondida com trabalhos mais delongados.<sup>97</sup>

Para as elites mato-grossenses, a fronteira é sim entendida como limite e sua transposição, nas mais diferentes formas, torna-se ilegal se não autorizada previamente. Este é, no meu ponto de vista, um dos aspectos nodais trabalhados pelos atores políticos de Mato Grosso ao largo da Primeira República, eixo que norteia os argumentos e as manifestações da bancada federal.

### **O local e o nacional na Primeira República através das manifestações parlamentares**

O período compreendido entre 1889 e 1930, historiograficamente conhecido como Primeira República, possui especificidades, sendo uma delas a relação federalista pautada pela desigualdade na relação política instituída entre os estados. Em meio à classificação que divide as unidades federadas, Mato Grosso ocupava a terceira posição frente aos estados com maior visibilidade no concerto nacional. As pesquisas que utilizam os *Anais da Câmara e Senado* como fonte podem contribuir para uma compreensão mais detida acerca das estratégias, como mencionado, do ponto de vista conceitual, utilizada pelas bancadas federais enquanto forma de inserir suas respectivas regiões dentro da pauta de discussão estabelecida na capital federal. Dentro dessa linha de entendimento, o presente artigo toma como importante referência os discursos dos parlamentares de Mato Grosso que objetivavam construir uma determinada imagem do Estado, positivando-a.

Dois aspectos assumem posição prioritária nas manifestações dos parlamentares: a questão da ocupação territorial de Mato Grosso e o problema considerado perene na Primeira República de ausência de vias de comunicação. Atrelado a este binômio, o item segurança era alçado à condição de assunto, não apenas de interesse regional, mas, sobretudo, nacional, exatamente pela posição ocupada pelo Estado em relação às nações vizinhas, o que significa dizer os parlamentares mato-grossenses, estrategicamente, federalizavam a discussão numa clara posição de focar as demandas locais dentro de um quadro de discussão mais ampliado. Considerando a importância da tribuna como caixa de ressonância e ponto catalisador das discussões políticas, mas também como via de comunicação com a sociedade, inserir determinadas temáticas era imprescindível a qualquer unidade federada, especialmente as com menor representatividade.

A possibilidade de discussão do modelo federativo funcionava, ao menos em se tratando do estado de Mato Grosso, como elo, oportunizando a inserção dos seus

96 Acerca do conceito de fronteira, utilizamos como uma das referências Zanirato, Silvia Helena. *Problemas frente à retomada de novos e antigos marcos teóricos em torno de um conceito*. Conferência proferida na UNEMAT em Cáceres no ano de 2010, mimeo.

97 Este, sem dúvida, é um dos aspectos que necessitamos aprofundar, ou seja, verificar, do ponto de vista conceitual, onde os autores dos pronunciamentos ancoram seus argumentos. Nesse sentido, o estudo coletivo das biografias dos parlamentares mato-grossenses nos auxilia, na medida em que podemos cruzar os dados e verificar as “escolas” formadoras do pensamento da elite local, mas entendemos ainda insuficientes para traçar um quadro mais detido da questão.

problemas em um campo pouco afeito às questões atinentes às unidades pouco representativas. O fato de não possuir os atributos inerentes e necessários aos estados aspirantes a ocupar posições de destaque, como por exemplo, bancada numerosa, economia mais vigorosa e participação na estrutura administrativa, e, portanto, com real capacidade de definir e alterar os parâmetros de uma relação desigualmente estabelecida, restava aos representantes de bancadas diminutas e profundamente fracionadas buscar, em meio a recursos escassos, alternativas que permitissem incluir, de modo minimamente convincente, a inserção entre a multiplicidade de interesses dos anseios do Estado e dos grupos políticos que representavam.

Com base nas considerações expostas, nos propomos a analisar as manifestações dos parlamentares mato-grossenses com o intuito de defender determinados interesses da região e perceber como as ideias eram articuladas com esse objetivo. A priori, nos é possível afirmar que no conjunto dos discursos formulados, assumiu primazia o esforço em estabelecer uma vinculação entre a necessidade de investimentos em Mato Grosso, com a imperiosa necessidade de melhoria das condições de segurança de um Estado com extensa área limítrofe. Na nossa percepção, a bancada federal assim procedia com o objetivo de descaracterizar as demandas no Congresso Nacional como meramente locais. Foi a alternativa encontrada para dar um sentido de relevância às solicitações feitas via tribuna e obter, se não o apoio dos pares, ao menos, uma posição não hostil que inviabilizasse o seu encaminhamento.

Observemos este curto trecho do discurso de Anibal de Toledo<sup>98</sup>:

Grande, vasto, imenso, pelo seu território, quase todo ele inculto e despovoado ainda, ávido de vias de comunicação, de povoamento, de instrução, 'de progresso', enfim Mato Grosso, pela multiplicidade de suas necessidades políticas, econômicas e administrativas, basta por si só, para absorver toda a atividade, todas as energias de sua pequena representação nesta Casa. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS em 24/03/1922).

Objetivamente, o parlamentar apresentou aos seus pares os três pontos que ocupavam o topo da agenda das discussões e remetiam aos problemas e perspectivas no estado de Mato Grosso. A imensidão do território, a baixíssima densidade demográfica e os agudos problemas de comunicação que davam, sem exagero, o tom das demandas que constituíam, além, é claro, dos problemas de ordem política, parte expressiva das manifestações na tribuna, tanto na Câmara como no Senado Federal. Podemos, inclusive, afirmar que o elenco dos temas sintetizados na referida transcrição, perpassou e transcendeu a Primeira República.

A interrelação era estreita entre os três itens apontados, sendo a terra considerada bem maior do Estado, questão que os permeava e adquiria ao mesmo tempo uma constante duplicidade de sentidos, ora se mostrava pródiga e acolhedora, ora inóspita e inacessível; a ela estava atrelado o futuro do Estado e, ao mesmo tempo, a magnitude

98 Bacharel em Direito pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 06/12/1906. Deputado Federal entre 1912 e 1929; foi secretário da Câmara e membro da Comissão de Constituição e Justiça. Exerceu o governo do estado de Mato Grosso 22/01/1930 a 30/10/1930. Para maiores informações ver: Fanaia (2010, p. 104).

dos seus problemas. Com relação ao primeiro ponto, o deputado não era parcimonioso no uso dos adjetivos definidores do espaço físico referente ao Estado que representava “[...] *grande, vasto, imenso...*” é como se a área geográfica estivesse para além da capacidade de exprimi-la em um discurso e no interior dos limites de um texto, daí a necessidade em patentear da tribuna, através de retórica peculiar, o foco da questão.

A vastidão da área geográfica foi um poderoso tema que perpassou indistintamente a formulação dos discursos sobre Mato Grosso durante toda a Primeira República. Evidente que tornar o Estado mais atraente para investimentos e, por conseguinte, uma área privilegiada em termos de recepção de deslocamentos populacionais, exigia mais do que palavras, era necessário desencadear um conjunto de ações voltadas no sentido de, definitivamente, por a região no rumo do “progresso e do desenvolvimento”. Vastidão territorial significava também grandes fronteiras externas e internas e nada mais combina com segurança ou a construção de um arco de iniciativas que cumpra esse papel.

Para as elites mato-grossenses, de nada valia a enormidade de seu espaço se o território não fosse alvo e palco dos instrumentos necessários para viabilizar suas potencialidades.

Nessa perspectiva, elencamos alguns temas que, consecutivamente, estiveram presentes nas manifestações dos parlamentares como elemento compensatório para os problemas já expostos, afinal, irradiar a partir do fortalecimento da ideia de *abandono*, considerada uma constatação irrefutável, pois se tomava a Guerra do Paraguai como o fundamento inicial da afirmação e “colar” a esta questão a necessidade de investimentos para que situações críticas vivenciadas em virtude do referido conflito não fossem repetidas, apresentava-se uma iniciativa imperiosa dos poderes públicos. Estabelecia-se, a partir dos dados apontados, o primeiro elo condutor a orientar as manifestações da tribuna. O binômio *comunicação-segurança*, decorrência de seu precedente, *abandono e esquecimento*, teve destacado papel entre o leque de argumentos utilizados como forma de atrair investimentos, o deslocamento de imigrantes, além de propalar as riquezas não externadas em Mato Grosso, recursos recorrentes e que funcionavam como argumentos nucleares com os quais podia contar a sua bancada. Este foi um dos principais pontos de sustentação utilizados pelo senador Aquilino do Amaral<sup>99</sup> ao apregoar a urgente necessidade de construção de uma ferrovia para Mato Grosso, ao comparar dispêndios similares em outros estados, sem que a obra tivesse a mesma importância. A certa altura ele afirma:

Entretanto, o estado que mais precisa de uma estrada estratégica é o de Mato Grosso, para o qual tem sido negados todos os recursos. Já se tem a experiência de que, se for invadido por inimigos, estes podem perfeitamente passar, porque pelo sertão é impossível a viagem de grandes forças. Já há disto um exemplo, no que aconteceu às forças enviadas àquele estado, sob o comando do coronel Drago, que toda desapareceu nos sertões do Cochim, sem ter chegado ao seu destino, ficando o governo daquele estado, então província, acéfalo por muito tempo, sofrendo todas

99 Bacharel em direito pela Faculdade de São Paulo. Profissionalmente, exerceu a advocacia e magistratura na condição de juiz de direito. Foi Deputado Estadual e Senador, entre 1890 e 1899. (FANAIA, 2010, p. 110).

as horrorosas consequências da guerra...

Essa estrada para o estado de Mato Grosso, verdadeiramente estratégica, é que não pode ser interrompida, **ex-abrupto**, por tanto tempo em sua construção, porque pode-se dizer que de todas as estradas do Brasil é a única estratégica.<sup>100</sup>

Argumentação similar era utilizada para os recursos destinados aos trabalhos das linhas telegráficas, consideradas também estratégicas. O tratamento dispensado no Congresso, através de emendas ao orçamento, ao privilegiar a dotação de recursos para serviços similares em outros estados e preterir Mato Grosso, desconsiderava, segundo outro parlamentar, o deputado Mariano Ramos,<sup>101</sup> a importância desse meio de comunicação para o Estado (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 04/09/1895).

A partir de uma questão eminentemente prática, significa dizer, melhoria das comunicações e melhor proteção das fronteiras de possíveis incursões estrangeiras, as falas deslizavam no sentido de demonstrar as inúmeras possibilidades de exploração, com retorno seguro dos investimentos. Tornar o Estado mais palatável era mais que necessário, pois se tratava de uma questão vital aos setores produtivos, ao mesmo tempo em que cumpria o papel de superar estigmas, então cristalizados, a partir de discursos e imagens “demoníacas” e depreciativas sobre a região e seu espaço social.<sup>102</sup> Esta postura, ao mesmo tempo de ação e reação das elites políticas, no primeiro caso procurava apresentar da tribuna toda a viabilidade do Estado (de Mato Grosso), onde não se negavam as dificuldades existentes, mas, ao mesmo tempo esforçava-se em demonstrar aos interessados os ganhos futuros, extremamente compensadores, e no segundo, rebater informações e manifestações que pudessem comprometer os esforços dos seus representantes.

O trecho a seguir, do deputado Joaquim Augusto da Costa Marques,<sup>103</sup> nos oferece um bom exemplo de discursos que procuravam construir a referida imagem, carregando nas cores e transformando a região em espaço paradisíaco:

[...] Mato Grosso, onde o sol aquece, animando, revigorando e multiplicando a vida, onde as chuvas alagam e os rios inundam, refrescando o ar e fertilizando os campos; Mato Grosso, por esforço próprio, por iniciativa de seus filhos, pela abundância de seus recursos naturais, pela beleza de seus prados, pela riqueza de suas pastagens e pela fecundidade de suas terras, ora cobertas por extensas matas, ora cortada por altas serranias, de diferentes altitudes, variando e amenizando o seu clima, ora regadas por numerosos e caudalosos rios que oferecem à navegação milhares de quilômetros e à indústria poderosa força motora, nas grandes quedas de suas admiráveis catadupas, e abundantes de peixes, de diamantes e de ouro; Mato Grosso caminha, Mato Grosso prospera [...] (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 25/11/1909)

100 *Anais do Senado Federal* em 29/10/1892.

101 Bacharel em direito. Atuou como advogado e jornalista. Foi Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá (1891), Deputado estadual constituinte em MT e federal 1894/1896. Pertenceu ao Partido Republicano criado por Generoso Ponce logo após a implantação da República. (FANAIA, 2010, p. 117).

102 Acerca de como as representações formuladas sobre Mato Grosso repercutiam no Estado e como reagiam os intelectuais na redefinição da identidade dos seus naturais, ver: Galetti (1995, p. 48-81 e 2012).

103 Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1891. Foi deputado estadual em 1898/1900, 1900/1902, Deputado federal por três legislaturas, entre 1906/1908, 1909/1911 e 1918/1920. Exerceu o governo do estado de Mato Grosso 15/08/1911 a 15/08/1915. (FANAIA, 2010, p. 107).

O empenho do referido parlamentar procurava negar, de modo veemente, impressões negativas em relação à região, objetivando, ao mesmo tempo, apresentá-la idilicamente à nação e revelar suas potencialidades. Não era evidentemente uma originalidade dos representantes do Estado, como afirma Murilo de Carvalho em se tratando de Brasil “*A visão paradisíaca da terra começou com os primeiros europeus que nela puseram o pé*” (CARVALHO, 1998, p. 1).

A invenção do *paraíso* exigia bem mais que belos discursos, e a contrapartida no Estado não correspondia, nem de longe, às necessidades postas, aumentando ainda mais a distância entre atos e palavras, entre intenções e realizações efetivas. Prejudicar os esforços em apresentar uma feição *civilizada* de Mato Grosso e em sintonia com os ditames de uma modernidade republicana possível, era tudo o que a elite política menos acalentava, incomodando-a profundamente.

A questão chave pode ser traduzida da seguinte forma, a partir da ótica e perspectiva dos representantes de Mato Grosso: o Estado possuía os recursos naturais necessários a um futuro promissor, mas para operá-los seriam necessários gentes e redes de comunicação adequadas. Ouçamos mais dos parlamentares, como por exemplo, o deputado Caetano de Albuquerque,<sup>104</sup> ao proferir as seguintes palavras:

Sr. Presidente, o país todo sabe que o problema da viação férrea para Mato Grosso é, de uns 50 anos a esta parte, um assunto de magnitude tal que escapa aos limites, embora vastos, do meu Estado, pra entrar nos domínios de toda a conveniência, de todo o interesse nacional. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 25/07/1913).

O parlamentar e futuro governador tinha razão ao destacar a longevidade das discussões sobre a possibilidade de ligar Mato Grosso, por via férrea, a outros estados da federação. De fato, o debate advinha do Império (QUEIROZ, 2004, p. 25), ganhando força após o conflito platino, porém, em seguida arrefeceu e voltou a ser oxigenado na República. O ideal para as elites políticas era, sem dúvida, que telégrafo e ferrovia caminhassem juntos, afinal, a primeira linha telegráfica provisória, entre Corumbá e o Forte Coimbra, foi finalizada em 1888, sob a supervisão de Deodoro da Fonseca, quando em serviço no Estado; já a conclusão parcial da Noroeste deu-se vinte e seis anos depois, em 1914.<sup>105</sup>

As formas de comunicação mais rápidas e eficientes eram, sem dúvida alguma, expressões bem acabadas de uma modernidade a ser atingida com a maior brevidade, sendo as ferrovias o ícone perfeito na tradução das expectativas de crescimento. Não por outra razão, o assunto esteve sempre em evidência para as elites políticas do Estado, dentro e fora de suas fronteiras. As manifestações em torno de uma aspiração tão desejada, de alguma forma também exprimia o sonho de milhares de habitantes.

104 Bacharel em ciências físicas e matemáticas e engenheiro militar pela Academia Militar. Foi Deputado Federal em várias legislaturas, assumiu também a Comissão de Finanças da Câmara Federal. Exerceu o governo do estado de Mato Grosso de 15/08/1915 a 10/01/1917. Após fortes pressões do grupo político ligado ao Senador Azeredo e, inclusive, do Presidente Wenceslau Braz, o Executivo estadual impetrou o processo de seu *impeachment*. (FANAIA, 2010, p. 107).

105 Sobre o trabalho de Rondon e as linhas telegráficas, ver Bigio (2003, p. 43).

Essa vontade política, se assim podemos nos expressar, não estava restrita aos problemas de comunicação e contagiaria os setores dirigentes no plano federal. Não por outra razão, diversas regiões do país foram palmilhadas por inúmeras expedições com os mais variados propósitos, convergindo, no entanto, para um objetivo comum, melhor conhecer o território brasileiro.

A opção por vincular o local ao nacional respondia a propósitos muito precisos e, no caso das ferrovias, a linha de argumento era primordial, desvinculando-a, de um desejo meramente regional, e ampliando a sua transcendência e importância. As falas dos parlamentares mato-grossenses, como demonstra a epígrafe acima, não pode ser descolada de um movimento mais amplo, encetado e dirigido pelo governo federal nas primeiras décadas do século XX. Sobre a questão, é pertinente nos reportarmos à análise de Angela de Castro Gomes ao afirmar que:

A República, portanto, deveria incluir entre suas principais preocupações a garantia de seu território, não só do ponto de vista das providências políticas necessárias à delimitação segura e definitiva de suas fronteiras externas, mas também do ponto de vista do conhecimento de suas potencialidades e problemas. Só assim uma efetiva ocupação poderia se realizar. De fato, desde o início da República existiu um forte consenso quanto à necessidade de produzir informações sobre o imenso espaço geográfico ocupado pelo país, para o que se tornava estratégica uma série de ações que poderiam e deveriam envolver viagens científicas, de reconhecimento, de estudos históricos, etnográficos e geográficos sistemáticos [...]. (GOMES, 2002, p. 158).

O estado de Mato Grosso prestava-se por excelência a esse propósito. Em que medida a verdadeira “missão”, de que estava imbuído o regime, atingiu os seus objetivos, como suporte indispensável ao encaminhamento de políticas públicas, é algo a ser discutido, mas é inegável o acúmulo de informações proporcionadas aos dirigentes governamentais, em seus diferentes níveis, e ao público em geral através de intensa “vulgarização” dos dados recolhidos, sem desconsiderar a força que este discurso assumiu, tendo sido, inclusive no caso de Mato Grosso, frequentemente reatualizado para além do corte temporal deste artigo.

Atribuir a devida importância a esta obra, não a vinculando meramente a interesses comerciais, foi largamente utilizado nos argumentos elencados pelo deputado Caetano de Albuquerque em especial, quando os debates giravam em torno da possibilidade da suspensão do repasse de recursos para a continuidade de sua construção. Era imperioso inserir as discussões num universo mais amplo, retirando-o de sua circunscrição original. Nessa perspectiva, atentemos mais uma vez, para as palavras do mesmo parlamentar:

Sr. Presidente, o problema ferroviário hoje em dia não é só um problema nacional; é um problema de política internacional; tal é a sua importância. O problema ferroviário hoje é estudado debaixo de conveniências tão complexas e tão melindrosas, que a sua importância política, quer para a política nacional, quer para a política internacional, tem-se avolumado nestes últimos tempos. ( ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 25/07/1913).



Para complementar os argumentos de que lançava mão, segundo o mesmo deputado, urgia inserir Mato Grosso na denominada ‘civilização econômica’, ou seja, este item consistia em mais um aspecto a ser considerado, entre outros que o sobrepujavam em importância, descaracterizando a demanda de qualquer viés “egoísta” e apontando para os benefícios que adviriam para o país como um todo, e não apenas para um de seus estados. Neste aspecto, a relação custo-benefício, seria amplamente favorável, não apenas para Mato Grosso, , mas, acima de tudo, a nação, esta sim, seria a grande beneficiada pela obra.

No melhor sentido do dever histórico, estavam encadeados a melhoria na viação, o crescimento econômico, a dinamização das cidades e a ocupação das áreas rurais. Um feixe de aspectos permeados pelo bem maior do Estado, a terra, elemento catalisador da produção, mas também de disputas, onde não, poucas vezes, a sua importância era diretamente proporcional à possibilidade de sua utilização como fonte de barganha. A terra funcionava, também, como fio condutor e ponta de lança para a formulação de discursos em que a prodigalidade da natureza apenas aguardava a operosidade dos que se dispunham a migrar para Mato Grosso durante toda a Primeira República, estratégias para além Estado, que ocupou no Parlamento Federal espaço generoso da diminuta bancada que o representava. De dentro para fora do Estado, a retórica peculiar ornamentava as falas, ampliando o viés sedutor de uma região onde tudo estava por ser feito, mas que, poucas vezes, foram transformadas em ações concretas, quando do caminho inverso. Reiteramos a afirmação do duplo sentido atribuído à terra, ora acolhedora, funcionava como expressão do futuro, podemos dizer de “progresso”, e ao mesmo tempo, pela própria vastidão que a caracterizava, era responsabilizada pelos magnos problemas do Estado. As duas faces da mesma moeda resultava em uma ambiguidade mal resolvida, expressa em sonhos e intenções inconclusas.

Como pudemos observar, a tribuna do Parlamento Federal foi estrategicamente utilizado para a nacionalização dos problemas estaduais, recurso importante, considerando as peculiaridades de um Estado que orbitava no interior do federalismo hierarquizado da Primeira República, sem expressão no cenário político nacional, agravado pela intensidade ímpar das disputas internas, fragmentando constantemente suas elites políticas.

Entendemos que as elites construíram uma determinada representação de Mato Grosso segundo sua visão de mundo e seus corolários, a fronteira se constituiu em mais um elemento dentro do universo de propósitos pautado pelos deputados e senadores. Nesse aspecto, podemos afirmar que o significado da palavra fronteira é mutável e adquire sentidos diversos quando levada em conta a temporalidade em que foi utilizada, o espaço onde a mesma é articulada a um determinado discurso e, principalmente, o olhar e o lugar de onde é construída. Fronteira acaba por adquirir entendimentos distintos segundo os agentes sociais que a utilizam, fazendo com que conceitualmente sua coloração mude com base nas referências com que é pensada e os objetivos com que é operada.

Dito de outra forma, fronteira ao mesmo tempo em que remete a um conteúdo concreto, apresenta *plasticidade no tempo*. Nesse sentido, temos um triplo desafio,

estar atento ao ator ou personagem histórico que a utiliza, o significado atribuído à palavra em uma conjuntura específica e uma cronologia particularizada que nos remete a um terceiro aspecto, ou seja, os objetivos com que é acessada. Sem ter em conta as distintas dimensões, podemos cair numa perspectiva interpretativa fragmentada e desconexa das diversas forças postas em jogo. O termo fronteira adquiriu o status de conceito historiográfico em função de “uma pluralidade de significações e experiências” (PROST, 2008), com as devidas especificidades desse campo de estudo. Temos, portanto, um enorme desafio do ponto de vista das reflexões e, como lidar com esta questão candente em nossa região, que perpassa o período colonial, atravessa nossa fase imperial e republicana e vem bater no tempo presente?

Cruzar as diversas possibilidades de investigação e narrativas oriundas do rico e instigante campo historiográfico, nos coage a melhor entendê-lo e interpretá-lo.

### Referências

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- BIGIO, Elias dos Santos. **Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)**. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2003.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**. V. 13, nº. 38, São Paulo, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo horizonte: Autêntica, 2009.
- CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balaço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)**. São Paulo, 1981. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História da FFLCH, USP, São Paulo, 1981.
- FANAIA, João Edson de Arruda. **Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.
- FREIRE, Américo; CASTRO, Celso. As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves & ALBERTI, Verena. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova fronteira: CPDOC, 2002.
- GALETTI, Lylia da Silva Gudes. **Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização**. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2012.
- GOMES, Angela de Castro. Através do Brasil: o território e seu povo. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Coord.) **A república no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002.
- GRYSZPAN, Mario. **Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da**

teoria das elites. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20**. Bauru; Campo Grande: EdUSC; EdUFMS, 2004.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Problemáticas frente à retomada de novos e antigos marcos teóricos em torno de um conceito**. Conferência proferida em Cáceres em 2010, mimeo.

## DESENVOLVIMENTISMO E MILITARISMO NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE

Maria do Socorro de Sousa Araújo – UNEMAT<sup>106</sup>

Diferentemente do que é veiculado como um discurso homogêneo, a Amazônia é um espaço humano plural, de uma variedade de vivências acumuladas e, por isso mesmo, de muitas contradições. O termo Amazônia, grosso modo, enuncia lugares e circunstâncias como, por exemplo, selva, floresta tropical, lugar longínquo, território indígena, natureza indomada, pulmão do mundo etc. Os povos amazônicos, em geral, possuem saberes seculares extraordinários, experimentados a partir do manejo da floresta e das águas e que se manifestam nas práticas de cura, no comportamento alimentar e nas manifestações étnico-culturais.

Não é de se estranhar, também, que parte dos conhecimentos científicos que circulam no mundo acadêmico, patenteados pelos seus autores, tenham adquirido sua base empírica no contato com esses povos, nas suas experiências de vida e na apropriação de seus saberes. As *drogas do sertão*,<sup>107</sup> por exemplo, têm fomentado parte do conhecimento e do progresso nacionais. É nessa perspectiva, que Gonçalves diz o seguinte:

Qualquer engenheiro florestal, zoólogo, botânico, geógrafo ou geólogo sabe o quanto dependem do conhecimento dessas populações para realizar suas pesquisas, para identificar espécies de animais e vegetais, conhecer seus hábitos. Muitos doutores sabem que suas teses deveriam partilhar a autoria com muitos caboclos da Amazônia. [...] Qualquer pesquisador da área de ciências naturais sabe o quanto as suas teses sobre a Amazônia dependeram do saber dessas populações indígenas, caboclas, extrativistas. (GONÇALVES, 2005, p. 39-40).

Os efeitos da modernidade sobre a Amazônia, em geral, não reconhece a autonomia das populações nativas que elaboraram e continuam elaborando um jeito próprio de ser e de viver e, em função disso, tem sido inevitável que elas sejam tratadas sob a condição de tuteladas. Nessa ótica, os povos da floresta são considerados incapazes de projetar o progresso da Amazônia para o Brasil. Discursos políticos, empresariais, midiáticos e, por vezes, intelectuais, qualificavam (e alguns continuam) qualificando as populações nativas de preguiçosas e indolentes, razão pela qual atribuem a essas condições o retardamento do progresso para a Amazônia brasileira. No entanto, os espaços amazônicos sempre foram habitados por estes e outros povos que aprenderam a lidar com as adversidades da natureza para dela se sustentarem.

As políticas oficiais tinham e continuam tendo essa concepção. As autoridades governamentais, tomadas pela concepção de modernizar para produzir riquezas e imbuídas da gestão de pessoas e de lugares, entenderam como indispensável criar instâncias de poderes específicos para o gerenciamento da Amazônia. Dessa forma, há mais de um século, a criação de órgãos públicos e programas oficiais são anunciados,

106 Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professora do Curso de História da Universidade do Estado de Mato Grosso, (UNEMAT) – Cáceres/MT. Email: socorroaraujo@unemat.br

107 “Drogas do sertão” foi uma nomeação atribuída aos produtos nativos tropicais (castanhas, guaraná, urucum, canela, entre outros), oriundos dos sertões brasileiros e inexistentes nos circuitos europeus.

prometendo desenvolvimento e civilidade para a Amazônia.

A Amazônia não é e não era um mundo desencarnado dos acontecimentos globais. Desde o século XVII ela tem sido visitada e explorada por aventureiros, estudiosos, empresários, religiosos etc. As florestas e as cidades que abrigam sua gente conviveram e continuam convivendo com a diversidade sociocultural e as adversidades próprias do lugar, há pelo menos cinco séculos de história. Com esse mosaico, o objetivo deste texto é apresentar uma leitura sucinta sobre a Amazônia brasileira, recortada em duas vertentes: uma mais geral, demarcada por discursos e práticas que inventam lugares, populações e histórias; e outra, particularizada em territórios mato-grossenses, trata das práticas de modernização que foram instituídas para forjar uma unidade nacional, atravessada por operações civilizacionais.

No decorrer do século XX, os governos brasileiros mostraram preocupações geopolíticas e econômicas com a Região Amazônica, através de discursos e práticas que enfatizavam a integração nacional. Nessa perspectiva, como podem ser discutidas as políticas públicas, nomeadamente desenvolvimentistas, para a Amazônia brasileira? Qual o sentido de progresso e como as populações se servem dele? Como se dão os movimentos de ocupação dos territórios amazônicos? Que condutas políticas compõem as práticas cotidianas nos espaços amazônicos?

No Brasil republicano, os governos passaram a se preocupar não apenas com o contorno geográfico das fronteiras e menos ainda com a pluralidade étnico-cultural disseminada por toda sua extensão, mas com a possibilidade de (re)conhecer e delimitar melhor os territórios para transformar a vasta natureza em riquezas nacionais. Essa condução política pode ser demarcada por três investimentos distintos: as Linhas Telegráficas, a Marcha para o Oeste e o Programa de Integração Nacional (PIN), que estabelecem entre si uma correspondência direta com as noções de modernização, civilidade e desenvolvimentismo.

A primeira investida dessa modernização diz respeito à necessidade de lugares, povos e riquezas naturais, pouco ou nada conhecidos, serem rastreados e incorporados à nação através dos sistemas de transportes ferroviários e redes de comunicação, visando o desenvolvimento e progresso sociopolítico-econômicos que significavam, sobretudo, uma incorporação efetiva da Amazônia à nação brasileira. Já nas primeiras décadas do século XX, o trabalho das comunicações e reafirmação das fronteiras geopolíticas foi confiado ao então militar do Exército, Cândido Mariano da Silva Rondon, cujas operações por ele chefiadas catalogaram fauna, flora, recursos hídricos e populações indígenas, entre outros componentes, instituíram comportamentos, geograferam territórios e propagaram o ideário nacionalista.

A instalação de sistemas de comunicação e transportes mais eficientes sempre esteve ligada aos debates sobre políticas de desenvolvimento e, com eles, os projetos de povoamento e ocupação dos territórios indígenas. Em Mato Grosso (antes da divisão do estado, em 1977), os insistentes discursos de parlamentares do “norte” ressaltando os riscos de invasão das fronteiras e/ou conflitos entre índios e migrantes, bem como a imperiosa necessidade de acabar com o “isolamento” da Região Amazônica, em muito contribuía para justificar políticas de exploração das terras mato-grossenses, fosse

pelos garimpos, com a extração de minérios, ou com a abertura de grandes fazendas agropecuárias.

Essas ações de cunho político-econômico se traduziam como compromissos com a nação, o que significava um desenvolvimento nacional acelerado. Assim, os sistemas de comunicação e trabalho, operacionalizados pelas Linhas Telegráficas, ganhavam um destaque especial. Nascido em Mato Grosso e de origem indígena (Bororo e Terena), Rondon se fez presente em vários projetos e programas governamentais, assumindo postos de comando em instituições públicas, viabilizando o que concebia como desenvolvimento para a Região Amazônica durante a primeira metade do século passado. Ele também foi articulador da política indigenista do Brasil sem, contudo, desarticular projetos mais ambiciosos da nação; sua formação e disciplina militares ajudaram-no a erguer instalações e estruturas pelos sertões adentro, com o intuito de redimensionar as delimitações das fronteiras nacionais.

As decisões e ações políticas que conduziam as Linhas Telegráficas incluíam o registro de territórios que os oficializavam patrimônio nacional e a *nacionalização* dos povos indígenas como condição racional para se atingir o desenvolvimento e progresso do país, o que significava uma necessária presença do Estado nacional em toda extensão territorial. A iniciativa de construir/installar linhas telegráficas e estradas de ferro pelos sertões foi tomada como alternativa viável para a modernização do Estado brasileiro, o que, para Rondon, também funcionou como uma forma de *abrasileirar* os índios e torná-los trabalhadores nacionais.

Os investimentos nas linhas telegráficas e o ritmo acelerado com que Rondon dispensou à execução das obras deram um sentido de confiabilidade ao projeto nacionalista. Em 1906, já existia a construção de 1.667 quilômetros de linhas e dezesseis estações telegráficas concluídas, feito que rendeu ao comandante Rondon uma incumbência mais abrangente: a chefia da Comissão Estratégica de Instalação de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, em 1907.

A designação de “estratégica” conferida à Comissão comportava uma matriz político-militar, no sentido de idealizar, planejar e executar as operações para os fins propostos, que eram a cartografia do chão do Brasil, a localização sistemática de seus moradores e, conseqüentemente, o *abrasileiramento* de ambos, considerados como um valioso patrimônio nacional. Mato Grosso, por excelência, passava a ser um lugar estratégico para as operações político-militares por algumas razões, tais como, os limites geográficos com o Paraguai e Bolívia que careciam de diligências em função dos desdobramentos da guerra (1870), e das questões do Acre.

Os estudos *científicos* e as Linhas Telegráficas, estendidas entre os estados de Mato Grosso e Amazonas, pela Comissão Rondon no começo do século XX, posteriormente, contribuíram para acelerar outros investimentos em modernização e civilidade, como a fundação de cidades, a sofisticação do transporte fluvial e a exploração de minérios. Na segunda metade desse século, as derrubadas da floresta para formar campos de pastagens, a abertura de estradas retalhando as terras dos índios, caboclos e ribeirinhos, bem como a utilização das águas para montagem de hidrelétricas e hidrovias, completam o circuito desenvolvimentista planejado para a Amazônia.

Ainda no começo do século XX, a telegrafia era o que havia de mais moderno nos sistemas de comunicação, porque a transmissão de mensagens codificadas<sup>108</sup> através de fios elétricos, era rápida, segura e podia chegar a todos os lugares do país. No entanto, havia algo de novo: a preocupação mais sistemática com o território. A Primeira República (1889-1930) dispensou uma atenção especial ao assunto e se valeu de conhecimentos apropriados e disponíveis para as questões territoriais: a geografia e a engenharia. Essa afirmação não nega o empenho de Pedro II quanto aos recursos das ciências e das letras para a feitura da nação, mesmo porque já havia instituições científico-culturais consolidadas que, atualizadas e enriquecidas pelos intercâmbios com universidades europeias, pensavam e formulavam as *indumentárias* da nação brasileira.

As práticas discursivas, tendendo a construir os espaços dos pertencimentos que foram se instituindo como as “novas verdades oficiais”, pelas quais se justificavam os feitos e a urgência dessa modernização, não se distanciavam muito do Império, visto que ao mesmo tempo ia se fundando uma memória e uma história tornadas oficiais, constituídas por tradições refeitas, mitos fundadores e heróis. Os esforços empreendidos pelos “letrados”, no sentido de modernizar a nação recém-criada, por certo os levariam àquela “pertença” de si e, conseqüentemente, ao reconhecimento de ambos.

Assim, com os apetrechos da história, da engenharia e da geografia, o Brasil ia se modernizando. Discursos que expressavam investimentos em estradas de ferro, energia elétrica, redes sanitárias, sistema de comunicação, industrialização, ensino formal e outros mais eram signos do progresso que deveriam se propagar pelos territórios brasileiros. País moderno era também ser habitado de forma racional e por isso era urgente preencher os chamados “espaços vazios” dos sertões, especialmente, os da Amazônia (década de 1940), quando a extração da borracha – o látex – alcançava os mercados internacionais e os braços para os seringais se tornavam insuficientes.

Numa abordagem preliminar, poderíamos pensar que a atenção do governo varguista contemplava apenas o trabalhador urbano; no entanto, mesmo reconhecendo que a legislação trabalhista regulamentava as atividades produtivas que se desenvolviam nas cidades, a criação e instalação das colônias agrícolas (1941-1944), a formação profissional agrícola e, em especial, o programa “Marcha para o Oeste” (realização do Estado Novo) dão a conhecer tanto o lugar em que cada trabalhador deveria se situar quanto o *serviço* que cada um deveria prestar à nação.

No dizer de Secreto (2007, p. 116), “o governo Vargas tinha planos para os habitantes do campo. O principal: que eles ficassem onde estavam”. Essa afirmação pode ser confirmada no pronunciamento de Getúlio durante as comemorações do Dia do Trabalho (1941), quando o então presidente enfatizou o lugar político do agricultor, ao se utilizar de uma retórica particular aos sertanejos e/ou àqueles que buscavam o campo como lugar de recomeçar a luta pela vida. Pelo fragmento abaixo, o então chefe de Estado fez um chamamento à nação, legitimando seu plano de interiorização do Brasil,

108 A telegrafia é operada por um sistema de códigos que representam elementos gráficos (letras), sinais de pontuação e algarismos, transmitidos por fios elétricos. No Brasil, os aparelhos telegráficos no modelo Morse foram os mais utilizados nas operações. O código Morse, como é conhecido, consiste em “cada letra do alfabeto ser representada por uma combinação de sinais gráficos – traços e pontos, impressos sobre uma fita de papel, alternando impulsos elétricos longos e breves” (MACIEL, 2001, p. 61).

batizado como “Marcha para o Oeste”, apontando a ocupação produtiva das pessoas e das terras do centro-oeste e norte do país:

É necessário, à riqueza pública, que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros, o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola. Com esse intuito é que se empenha o Governo Nacional em fixar no campo os brasileiros animosos, reunindo-os em núcleos de colonização e amparando-os convenientemente, sem nada lhes pedir além da disciplina de um trabalho metódico e persistente. O lote de terra já lavrado, a casa de moradia da família, sementes, instrumentos agrários, escolas profissionais e assistência médico-sanitária serão postos à sua disposição gratuitamente e, sobre o fruto do seu trabalho, nenhum ônus pesará, abolindo impostos, taxas e tributos até que as colônias florescentes e prósperas, se emancipem da proteção governamental; [...] Ao Estado Novo cabe, sem dúvida, a missão de resgatar a dívida de quatrocentos anos a que aludia o grande escritor, intérprete da alma dos sertões, contraída pelos homens do litoral com os habitantes das terras altas descendentes esquecidos dos desbravadores e pioneiros que dilataram meridianos e ampliaram os horizontes pátrios. E assim, o sertanejo, confiante no futuro, será como a árvore que mergulha suas raízes em terras férteis e dadivosas. A redenção dos sertões e a revalorização da Amazônia são capítulos essenciais do programa traçado pelo governo para dar ao Brasil a prosperidade e a cultura que merece. É essa a cruzada nova para a qual convoco as energias nacionais<sup>109</sup>.

Um dos sentidos da Marcha para o Oeste era esvaziar possíveis focos de tensões sociais que se concentrariam em regiões mais populosas. Além disso, a imensidão dos sertões pouco habitados criava um imaginário de abundância para os pretensos (i) migrantes. No contraponto dessa formulação imagética, havia o medo da floresta desconhecida a ser “desbravada”. Nesta ótica, o discurso do presidente assinalava uma organização e controle sistemáticos, tanto dos espaços campesinos como dos agricultores pobres, transformando os últimos em corpos disciplinados para o trabalho e homens úteis à nação; em função do aumento da capacidade produtiva de cada indivíduo, ou coletivamente, o programa da Marcha funcionaria como engrenagem político-econômica do modelo industrial-urbano, emergente no país.

Ao ato de trabalhar e/ou ser trabalhador no modelo do Estado varguista era conferido uma função moral-social pela qual as políticas de governo reconheciam e distinguiam o “brasileiro patriótico” de outros *brasileiros*, elegendo o trabalho como um bem moral e nacional indispensável ao progresso e *engrandecimento da pátria*. Com um total de oito colônias<sup>110</sup>, o programa da Marcha para o Oeste começou pelo es-

109 Trecho do discurso do então presidente Getúlio Vargas como parte das festividades comemorativas do Dia do Trabalho, proferido no Estádio Municipal Vasco da Gama (RJ), em 1º de maio de 1941. (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: Fundo Agência Nacional, série Noticiário, sub-série Imprensa, Lata n. 494).

110 Cf. Barrozo (2008), além da Colônia Nacional de Ceres (GO) e Dourados (MT), as outras eram: Cango (GO), Bela Vista (AM), Monte Alegre (PA), Barra do Corda (MA), Oeiras (PI) e General Osório (PR).



tado de Goiás, com a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Ceres, em 1941<sup>111</sup>; em seguida, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, em 1943, situada no então estado de Mato Grosso<sup>112</sup> que, por receber um fluxo considerável de imigrantes, se distinguiu de Goiás por outras questões, tais como a propaganda oficial anunciando Dourados/MT como colônia modelo, o que serviu de atrativo aos novos fluxos migratórios, bem como sua localização geográfica como área de fronteira (Brasil-Paraguai), que recebia do governo uma atenção diferenciada.

Cartografar os sertões significava dar forma e conteúdo ao ideário de unidade nacional, era fazê-lo existir. Lenharo (1986, p. 57) diz que “o espaço físico unificado constitui o lastro empírico sobre o qual os outros elementos constitutivos da Nação se apoiam: a unidade étnico-cultural, a unidade econômica, política, o sentimento comum de ser brasileiro”. Absorvido pelo discurso varguista “Rumo ao Oeste”, apropriado do discurso *rondonista* “Rumo ao Sertão”, o então tenente do Exército Luiz Moreira de Paula, como outros engenheiros-militares, pensava essa unidade pelo saber e afirmava que a Marcha mostrava uma “simplicidade do que se julgava complicado, provando que, com seus próprios meios e desvendando-se a si próprio, o Brasil acharia, como achou, o roteiro certo”; e expressando o seu entendimento sobre *marchar* pelos sertões, dizia que representava “aquilo que só nós podemos criar: brasilidade, pelo conhecimento do Brasil”. Assim, as ações de conhecer, demarcar e pertencer instituíam identidades. (RELATÓRIO DOS TRABALHOS REALIZADOS PARA A CARTA GEOGRÁFICA DE MATO GROSSO, entre 1941 e 1942, p. 97)

O fato de agricultores pobres serem considerados *habitantes naturais* dos sertões, fixá-los em colônias agrícolas diminuía a probabilidade de se deslocarem para os centros urbanos, pois neles causariam perturbações à ordem pública e, portanto, se explica a necessidade de envolvê-los na Marcha para o Oeste. Apesar de ser um programa governamental do Estado Novo, caracterizado pela ocupação territorial, a Marcha pouco se preocupava com as populações nativas (índios, caboclos e ribeirinhos) que já habitavam a Amazônia, secularmente.

Por outro lado, na década de 1950, algumas representações políticas do Centro-Oeste rebatiam a política indigenista, sobretudo, quando os “cuidados” tendiam contemplar populações nativas, o que conferia outro tom aos discursos oficiais. O então governador de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa, ao tomar conhecimento da provável criação do Parque Indígena do Xingu, em 1953, declarou o seguinte:

111 A Colônia foi criada em 19 de fevereiro de 1941, teve como administrador o engenheiro agrônomo carioca Bernardo Sayão C. de Araújo, que mais tarde se tornou construtor da rodovia Belém-Brasília, além de diretor nomeado da Novacap, empresa que administrava a construção da nova capital, Brasília. Localizada a 183 km da capital, Goiânia, a Colônia de Ceres se tornou município em 04 de setembro de 1953 e hoje tem um grande criatório do bicho da seda. Fonte: <http://www.ceres.go.gov.br/>

112 A Colônia foi criada pelo Decreto-Lei 5.941, de 28 de outubro de 1943, e sua implantação se efetivou em 1948, quando se deu a demarcação da área; era um espaço de guarnição de fronteira, distante a 125 km do Paraguai; antes da Colônia, o lugarejo vivia em função da cultura extrativista da erva-mate, atividade que se desenvolveu intensamente em Mato Grosso, logo após a Guerra do Paraguai (1870). Fonte: Site <http://www.unicentro.br/editora/revistas/analecta/v2n1/artigo%200%20processo%20civilizador.pdf>

Realmente a criação de um Parque nessa região para a conservação de um dos nossos trechos da mata hileiana com a sua marcante fito-fisionomia é um patriótico empreendimento. Com essa realização, essa área de ocorrência da floresta amazônica com a fauna que lhe é própria e os índios que a ocupam ficariam preservados do desaparecimento. (RELATÓRIO OFICIAL DO GOVERNADOR Fernando Corrêa da Costa. APMT. Livro 79. 1951/1955, p. 70-71).

Essa declaração expressa os parâmetros de concepções que a autoridade em pauta formulava sobre a Amazônia e, em especial, sobre a porção mato-grossense. Ao saber da criação do Xingu, o governador receberia a decisão político-administrativa como um empreendimento patriótico, comungando com a ideia de incorporação das terras amazônicas ao projeto de unidade nacional, desde que os índios fossem assentados num espaço restrito – o Parque.

A segunda parte desse relatório atribui uma função política específica ao Parque: a de impedir que índios, floresta e fauna fossem extintos com a força das ocupações. Além disso, o discurso também suscita que a continuidade da Amazônia mato-grossense seria um território reduzido a “um trecho da mata” onde coubessem os índios em estado de confinamento. No mesmo ano, o mesmo governador mostrou sua revolta à criação do Parque, entendendo que:

Reservar-se para índios, em Mato Grosso, 200.000 km quadrado, que é o que representa a portentosa bacia do Xingu, ultrapassa as raias do absurdo [...] Essa área, igual a do Estado do Paraná e pouco menor que a do Estado de São Paulo, uma das regiões mais ricas deste Estado, não pode, de forma alguma, ser segregada à civilização e ao progresso [...] **Em várias dessas áreas o número de indígenas já é tão reduzido que não há mais uma razão de ser de sua existência** [...] Nenhum matogrossense, nem mesmo nenhum brasileiro em boa mente, poderá admitir a perpetração de um crime contra a autonomia de um Estado como o nosso, sem se revoltar (Ibidem, p. 33. grifo nosso).

A ótica do “absurdo” correspondia ao fato de o Estado não poder contar com o território do Parque para destiná-lo à colonização privada, visto que esse procedimento se dava através da venda de terras a terceiros, feita pelo Departamento de Terras do Estado que, por sua vez, era responsável pelo planejamento e execução da venda de terras públicas, visando o desenvolvimento da região. Assim, converter *tudo* a um Parque expressava o sentido de preservar uma amostra da Amazônia brasileira para se ter a ideia do todo, futuramente. Em outras palavras, florestas e índios eram uma só *coisa*, cuja ociosidade impedia o desenvolvimento e o progresso.

Na região do Médio Araguaia, nordeste do estado de Mato Grosso, relatos do cotidiano dizem da transposição de povos indígenas, na década de 1970, quando autoridades militares *enfiavam os índios* dentro de aviões Búfalo, da Força Aérea Brasileira, e os *despejavam* numa área comum do Xingu. É importante reconhecer que o território mais precioso e que serve de distintivo fronteiriço entre os povos indígenas é a cultura singular de cada nação, sobretudo, viabilizado pela língua e pelos ritos, sobre os quais cada grupo se reconhece como tal. É com o traço cultural singular característico que cada povo demarca seu próprio pertencimento.

A essa desterritorialização física e cultural, que favorecia a instalação de grandes fazendas agropecuárias em territórios amazônicos, o então bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Pedro Casaldáliga (s/d, p. 27), denominou de “deportação dos índios”. Para os povos indígenas e ribeirinhos da Amazônia, os programas e projetos instituídos pelos governos sempre significaram a ameaça de desterritorialização no sentido mais amplo, que inclui a não permanência na terra e um desajuste do cotidiano étnico-cultural.

De todos os projetos de ocupação da Amazônia, o da ditadura civil-militar (1964-1985) foi o mais intenso (e o mais contraditório), justificado no ideário da “integração nacional”, se assenhoreou das terras, das águas, das florestas, do subsolo e dos povos dos sertões. Contrapondo-se à invenção do argumento “internacionalização da Amazônia”, arranjado por um discurso eminentemente ufanista, inscrito na retórica *Integrar para não Entregar*<sup>113</sup>, os governos militares retomaram a ideia de ocupação dos territórios amazônicos, de forma que a região deveria se tornar *mais produtiva* para o Estado brasileiro, o que iria contribuir com a ideia de nação grande e vigorosa.

À propalada “unidade da nação” se acoplavam campanhas publicitárias anunciando desenvolvimento e progresso, e prometia respostas aos problemas socioeconômicos de populações pobres. Esses discursos faziam parte de um tempo marcado por condutas políticas internacionais (décadas de 1960-1970), que dividiram o mundo ocidental em duas fronteiras: a capitalista e a socialista-comunista, cada uma delas representada por blocos de nações que se opunham, disputando territórios geopolíticos e expandindo experiências político-ideológicas e científico-armamentistas.

Sob controle empresarial, o extrativismo da madeira e de minérios foi uma das atividades mais produtivas que se proliferou em terras amazônicas, entre as décadas de 1970 e 1980. Os Projetos Jari, Carajás, Serra Pelada, a Transamazônica e usinas hidrelétricas, entre outros, eram investimentos privados que expressavam progresso e desenvolvimentismo para a Amazônia. Nessa época, as terras amazônicas passaram a receber grandes contingentes populacionais de (i)migrantes, provenientes dos projetos de colonização privada anuídos pelo regime civil-militar, em vigor no país.

Os projetos de desenvolvimento nacional anunciavam uma política de ocupação das terras que diziam incentivar o assentamento agrário, sobretudo em referência às populações migrantes, oriundas da seca e da pobreza do Nordeste; da mesma forma, contingentes de famílias do Sudeste e Sul do país também foram atraídas, mediante um bombardeio de “notícias” veiculadas de todas as formas sobre certas “facilidades” de aquisição de terras fartas e férteis disponíveis na Amazônia.

Embora os poderes públicos (militarizados) encorajassem o deslocamento de pequenos agricultores para aquisição de terras agricultáveis na Amazônia, boa parte dos movimentos migratórios, entre as décadas de 1960 e 1980, foi dinamizada por iniciativas particulares que se originaram da gestão dos projetos de colonização privada,

---

113 Esse slogan foi criação e lançamento do então general Humberto de Alencar Castelo Branco, em 1966, primeiro presidente do regime civil-militar, que enunciava uma possível ocupação/invasão da Amazônia brasileira, ao mesmo tempo em que instigava uma precaução para justificar programas governamentais, como, por exemplo, o Projeto Rondon, que se notabilizou com esse “lema”.

financiados por recursos públicos através dos chamados incentivos fiscais<sup>114</sup>. Várias agroempresas, recorrendo a créditos subsidiados, se instalaram em terras amazônicas e deram início a uma dominação avassaladora dos territórios (ocupados ou não), para transformá-los subitamente em negócios muito lucrativos, fosse com a agropecuária e/ou especulação imobiliária.

Para os (i)migrantes pobres do Sul do país, desprovidos de conhecimentos mínimos sobre o *outro* Brasil – o amazônico – as propagandas produziam a imagem extraordinária de um futuro próspero e possível, especialmente porque, no Sul, as lavouras minguavam com as frequentes geadas e essa era uma condição climática inexistente no Norte e Centro-Oeste; somando-se a isso, a modernização gradativa da agricultura (campos mecanizados e mudanças na produção agrícola) na região Sul não mais absorvia o excesso de braços nas lavouras, motivos que motivavam e justificavam a busca de outras terras, com a crença no advento de novos horizontes de vida.

No norte e nordeste do estado de Mato Grosso, a concessão de grandes extensões territoriais deu origem a imensos impérios fundiários, restando quase nada a ser partilhado com aqueles que *marcharam* para enfrentar os desafios de trabalhar nas terras amazônicas. Desde então, o acesso a essas terras, anteriormente públicas, – quase a totalidade pertencente à União – passou a ter um caráter mercantil. Nos processos de colonização privada, os governos vendiam “pacotes” propagandeados como “espaços vazios”, mas, no entanto, eram compostos (integrados) por terras, águas, florestas e pessoas.

A propaganda veiculada pelo complexo empresarial Agro-Pastoril Nova Patrocínio S.A., instalado na região do Médio Araguaia, nordeste de Mato Grosso, com sede em São Paulo, expressa bem esse tempo nacionalista, quando em seus anúncios de 1967, dizia:

O PROJETO da AGRO-PASTORIL NOVA PATROCÍNIO S.A. conta com o apoio da SUDAM e visa a criação de bovinos, na FAZENDA PORTA DA AMAZÔNIA. A inversão total estimada para essa exploração deverá ser de Cr\$4.111.290,00. Este valor será proveniente dos recursos próprios dos empreendedores (25% do total) e dos recursos oriundos dos incentivos fiscais da Legislação do Imposto de Renda (75%). O projeto está isento de tributos por um longo período. Portanto, seus produtos terão preços reduzidos e consequentemente amplas vantagens competitivas. Assim, as perspectivas para o crescimento e valorização de suas ações, dentro de uma Amazônia com infinitas possibilidades e um fabuloso potencial de desenvolvimento, são enormes. (CAMPANHA PUBLICITÁRIA DO COMPLEXO EMPRESARIAL-RURAL AGRO-PASTORIL NOVA PATROCÍNIO S.A. Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, doc. A09.0.06AB).

Essa publicação dá a conhecer o jogo das cobiças que moviam os negócios na Amazônia. Nesse ponto, as terras se transformaram em bens de capitais e, como tal,

114 Preceito de natureza político-administrativa que destina benefícios financeiros públicos à iniciativa privada e esta, por sua vez, devolve os “préstimos” ao Estado em forma de “contribuição” com o desenvolvimento e bem-estar social, a exemplo do emprego e a oxigenação da economia local e nacional. Por uma relação recíproca, essa prática político-econômica muito comum no Brasil, muitas das vezes se converte em dividendos eleitoral-empresariais.

passaram a produzir outras riquezas à custa da segregação das populações nativas tradicionais e dos sertanejos pobres. Entre as décadas de 1960 e 1970, quando a derrubada das matas e a instalação das grandes fazendas de gado iam abrindo clarões na imensa floresta, os limites das terras demarcadas (muitas vezes logrados pelo desmazelo de funcionários públicos, conjugado com “inventiones” cartoriais) tangiam os amazônidas para longe de seus territórios e/ou ocasionava conflitos agrários.

As propagandas dos “negócios fundiários” do Vale do Araguaia eram veiculadas pelos meios de comunicação locais (rádio, televisão, jornais), anunciando *facilidades* aos interessados, o que muito atraía pessoas com histórico familiar vinculado às práticas campestres e que desejavam possuir e/ou aumentar o próprio patrimônio, além da possibilidade de assegurar a manutenção da família, pensando numa estabilidade socioeconômica. Era muito comum as empresas colonizadoras contratarem uma equipe técnica, composta de advogados, agrimensores, corretores de imóveis, burocratas etc., e estabelecerem seus escritórios em vários centros urbanos, com intuito de viabilizar as transações comerciais.<sup>115</sup> Composto o circuito, também havia um “braço cartorário” para tornar, ou pelo menos parecer, legal os “negócios”.

Como tantos outros imigrantes, Valdir Pereira, de Jacutinga – Rio Grande do Sul, fala de suas lembranças e diz da motivação que teve ao tomar conhecimento dos anúncios de terras, e como passou a acreditar no que ouvia:

Eu escutei no rádio que a Colonizadora de Canarana – a CONAGRO – vendia terra com 20 % de entrada e o resto o Banco financiava. Aí, eu disse para o meu pai: é muito mais vantagem nós irmos para Mato Grosso. Ele disse: “irmos pro Mato Grosso, de que jeito? Com uma distância daquela...” – A gente dá um jeito. Depois de estar lá... O pai disse: “como é que a gente vai comprar terra no Estado de Mato Grosso?” Aí eu disse: tem um corretor de Erechim que resolve.<sup>116</sup> (ENTREVISTA COM VALDIR C. PEREIRA, Confresa/MT, outubro de 2004).

Nas imagens articuladas a partir do consumo das informações veiculadas, o Araguaia, território ainda que desconhecido, tornou-se visível ou quase palpável pelo movimento das imagens, capacitando-o a articular tempos, espaços e ações vindouras. Na reconstituição do diálogo com o pai, (re)produzido como conversa comum, o discurso de Valdir subscreve-se na crença e no sucesso dos futuros “negócios”. A força que conduz essa teia de imagens pode ser compreendida no lampejo do binômio produção-consumo e nas “artes do dizer”, tratado por Michel de Certeau (1994).

Nesse modelo de ocupação, outra forma de “negócios lucrativos”, como desdobramento das práticas de investimentos, era a criação de municípios. A Amazônia mato-grossense, que compõe a Amazônia Legal, aqui apresentada como Vale do Araguaia<sup>117</sup>, é hoje um mosaico de terras retalhadas em fazendas, lugarejos, vilas e cidades

115 Geralmente, os escritórios se localizavam em cidades-polos ou capitais, portanto, distante do Araguaia.

116 O entrevistado é um dos primeiros habitantes que ainda permanece no lugarejo até hoje.

117 Para efeito da pesquisa, o que estamos adotando como Vale do Araguaia, oficialmente chamado de Médio Araguaia, corresponde a uma extensão territorial de 177.345Km<sup>2</sup>, que reúne 25 municípios e compõe a Mesorregião Nordeste mato-grossense, assim definida pelo IBGE.

derivadas dos múltiplos investimentos de colonização privada. Os empresários, que quase sempre se fizeram os fundadores dos lugares, foram também se constituindo como uma nova elite política portadora de um projeto próprio, pelo qual o agronegócio foi se impondo como preponderante para o Estado. Foi com essa formulação que desde a década passada Mato Grosso passou a ser governado pelos “homens de botina”.<sup>118</sup>

A criação de cidades simbolizava uma das ações civilizatórias revestida de múltiplos sentidos que modificavam as expectativas da vida cotidiana e redimensionava a relação de tempo (passado-presente-futuro). Além disso, a cidade como uma *obra* em si mesma, representava a chegada de um progresso linear, em que o conjunto dos atores passaria a construir novos espaços de sociabilidades, porque eles funcionavam como lugar-referência, tanto para os “homens ordinários” quanto para os homens de negócios.

Pelo fato de os colonizadores-empresários se manterem alinhados com o projeto desenvolvimentista nacional da época, criar uma cidade também representava concentrar esforços para controlar a distribuição das terras e estabelecer vigilância sobre os focos de tensões sociais oriundos das manifestações de trabalhadores pobres, submersos no malogro da busca da terra própria. Ademais, as instâncias burocráticas e institucionais gestadas pelo poder público municipal, como também a ocupação de prováveis cargos eletivos, ou não, iam compondo novos cenários políticos, econômicos e sociais, além de *fabricar* e conferir maior notoriedade aos desbravadores-fundadores.

No final da década de 1960, o estado de Mato Grosso contava com 63 municípios; entre 1970 e 1975, contabilizava 21 cidades a mais e, em 1976, atingiu um total de 96, para uma extensão territorial de 1.231.549 km<sup>2</sup>. Em 1977, com a divisão geopolítica do Estado, Mato Grosso ficou reduzido a 38 municípios; porém, até 1989 apareceram 58 novas cidades, distribuídas por um total de 901.420km<sup>2</sup> de área. Esses dados revelam a acelerada ocupação das terras e, conseqüentemente, um fluxo migratório excepcional, espalhado por todo o território. Nesse novo desenho geográfico, das vinte e cinco cidades que compõem o Vale do Araguaia (177.349km<sup>2</sup>) apenas duas (Barra do Garças e Luciara) são anteriores à divisão. A primeira chegou a ser o maior município, com uma extensão total de 285.000 km<sup>2</sup>.

O aparecimento desses novos municípios no Araguaia atesta duas situações: uma delas é a especulação imobiliária da terra que viabilizava a venda de lotes, uma vez que estas ações estavam sintonizadas com os projetos colonizadores e, oportunamente, as empresas colonizadoras apresentavam ao INCRA um protótipo de cidade planejada, quase sempre produzido por empresas paulistas “especializadas” no assunto; a outra é que essa “invenção desenvolvimentista” surgia para reacomodar forças político-partidárias locais (quase sempre vinculadas ao empresariado rural) que se desajustavam em suas “comarcas” de origem.

Na década de 1960, cerca de 60% da população brasileira vivia *no e/ou do* campo, mas as cidades, em especial as metrópoles, ganhavam simbologias por suas inovações: tecnologias em comunicação, parques industriais, comércio mais consis-

118 Expressão utilizada pelo sojicultor Blairo Maggi no discurso de posse, quando se elegeu governador do Estado, em 2002.

te, transportes individuais e coletivos mais sofisticados, rodovias substituindo ferrovias, estradas que cortavam/ligavam grandes distâncias, manifestações culturais mais refinadas (não caipira), novos padrões de comportamentos sociais, além da produção de bens de consumo eram as *novidades* que formulavam o imaginário de progresso.

Os signos urbanos representavam uma modernidade que se contrapunham ao atraso e à *brejeirice* dos campos e, por isso mesmo, significavam perspectivas de vida enxertadas de um futuro promissor, porque embutiam na configuração urbana que portavam a possibilidade de melhores trabalho, educação e divertimentos. Eles representavam, de fato, o espetáculo das ações humanas e do conhecimento letrado, sistematizado, processado, construído e experimentado, por isso ditavam normas, demarcavam tempos e definiam múltiplos comportamentos socioculturais.

Pensando a partir de Certeau (1994), sobre usos e práticas de espaços, a cidade, no seu todo, como produto da invenção humana e/ou como artefato do sistema capitalista, expressa um mundo extraordinário, desejado, lugar onde os acontecimentos ganham legitimidade e a história se universaliza. A cidade é também o espaço onde se revelam as contradições produzidas pela dinâmica das vivências comuns frente aos discursos e práticas políticas que procuram formalizar o todo urbanístico.

Há, portanto, uma estética que regulamenta espaços, uma prática política formal que ordena, institui normas de civilidade, planeja e determina os sentidos e usos dos lugares urbanos. É um espaço que abriga as diversidades, procurando padronizá-las. Nesse sentido, Ortiz (2007, p. 10) diz que na modernidade “a cidade “torna-se o lugar privilegiado das relações anônimas e impessoais, em contraposição aos agrupamentos rurais nos quais os contatos face-a-face favoreceriam os traços de coesão”.

É com essa simbologia que uma parte dos munícipes (pioneiros) do Vale do Araguaia compartilha a autoria das cidades que “ajudaram” a criar, tomando-as como o “real”, o palpável, imaginadas como lugares universais que reúnem procedimentos de bem-estar familiar, profissional, intelectual, cultural e até religioso, capaz de redimensionar as relações campo *versus* cidade, num processo contínuo de hierarquização. Essa concepção foi formulada porque as populações migrantes (sobretudo, as do Sudeste e Sul) chegavam ao Araguaia na perspectiva de se tornarem os “novos ricos” e eventuais proprietários de novos lugares, pois, assim, chegavam “contaminados” pela ideia de progresso que atravessava o Brasil.

As cidades que se originam a partir dos projetos de colonização privada em Mato Grosso (décadas de 1970-90) reúnem todos os tipos de população, mas concentrando maciçamente os contingentes de migrantes pobres que se deslocavam para zonas extrativistas (garimpos, madeireiras, seringais etc.), além das derrubadas das matas para instalação das grandes fazendas agro-pecuárias. As idas e vindas destes andantes pelos lugares do Araguaia, procurando o trabalho braçal (temporário ou não) como única alternativa de sobrevivência, ajudaram a povoar as cidades de relatos de experiências dramáticas, que nos instigam a questionar as maneiras como discursos e práticas continuam fundamentando o ideário de progresso e desenvolvimento nos sertões amazônicos brasileiros e, no nosso caso, no Araguaia mato-grossense.

O projeto de interiorização do Brasil, mapeando os sertões, acentuou um for-

mato de nação polarizada entre a cidade e o campo. A modernidade como discurso, que nele se assentava a promoção do progresso para os sertões amazônicos, se estabeleceu como políticas públicas deliberadas e aliadas à iniciativa empresarial, na qual a existência e o funcionamento das cidades passavam a ser um *locus* privilegiado da experiência humana. Os municípios mato-grossenses, originados nesse modelo de desenvolvimento (colonização privada) trazem no seu legado histórico a violência no campo, ocasionada pelas disputas de terras e, quando estas foram noticiadas, os discursos da imprensa minimizaram os dramas humanos para exaltar o bandeirantismo moderno:

No centro físico do Brasil está nascendo uma cidade. Seu nome ainda não é conhecido: Alta Floresta, nas margens do Telles Pires, um pouco antes da fronteira de Mato Grosso com o Pará. Sua história é recente, mas rica. De mortes e de heroísmo de homens que muito se assemelham aos bandeirantes do início do desbravamento do Brasil. Mas há uma diferença básica: eles vieram para ficar. São garimpeiros, **ladrões de terra, aventureiros... De suas disputas surgem as mortes.** Mas há também famílias inteiras, colonos, que têm uma única preocupação: cultivar a terra. (JORNAL DA TARDE, São Paulo, 11/05/1981, p. 16. Grifo nosso).<sup>119</sup>

Embora esse fragmento jornalístico fale de Alta Floresta, os contornos políticos e as dinâmicas sociais das cidades de Confresa, Canarana, São Félix do Araguaia, Ribeirão Cascalheira, Vila Rica, Novo Santo Antonio, Santa Terezinha e outras dezenas de cidades da Amazônia mato-grossense se aproximam pela maior ou menor concentração dos negócios fundiários, pelos deslocamentos humanos rotineiros, pelos usos e exploração das terras assinaladas por várias formas de violência, com a qual se escreve as histórias das pessoas e desses lugares.

Falar em modernização *da e/ou para* a Amazônia brasileira no século XX é pensá-la à luz de uma idealização, na qual se inclui uma entranhada relação de tempos, movimentos e comportamentos. Isso não quer dizer uma transição entre o “velho” e o “novo”, mas é preciso compreendê-la a partir de múltiplas transformações transpassadas pelo ser e o devir, pelo produzir riquezas materiais e a ganância quase infinita de acumulá-la, pelas transmutações dos lugares, dos indivíduos e das vivências. Se a Amazônia se apresenta como um mundo plural e complexo, as práticas políticas e as tramas dos discursos sobre sua ocupação e exploração estão carregadas de desafios para serem enfrentados, compreendidos e decifrados.

## Referências

### Fontes

CAMPANHA PUBLICITÁRIA do complexo empresarial-rural Agro-pastoril Nova Patrocínio S.A. Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, doc. A09.0.06AB.

DISCURSO do então presidente Getúlio Vargas, como parte das festividades come-

119 No mesmo modelo de “fabricação”, após Alta Floresta (12/1979), foram criadas as cidades de Paranaíta (05/1986), Apicás (07/1988), Nova Bandeirante (12/1991) e Nova Monte Verde (12/1991), todas localizadas no norte do Estado.



morativas do Dia do Trabalho, proferido no Estádio Municipal Vasco da Gama, em 1º de maio de 1941. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: Fundo Agência Nacional, série Noticiário, sub-série Imprensa, Lata nº. 494.

JORNAL DA TARDE. **Onde o crime jamais é castigado**. São Paulo, 11/05/1981, p. 16.

RELATÓRIO dos trabalhos realizados para a **Carta Geográfica de Mato Grosso**, entre 1941 e 1942, p. 97. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1952.

RELATÓRIO Oficial do Governador Fernando Corrêa da Costa. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT. Livro 79. 1951/1955, pp. 70-71.

ENTREVISTA COM VALDIR C. PEREIRA, feita pela professora Aureci B. da Silva, na cidade de Confresa/MT, em outubro de 2004.

### **Bibliografia**

BARROZO, João Carlos (Org.) **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá/MT: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2008.

CERTEAU Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Trad. Ephrain Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

DUTERTRE, Alain, CASALDÀLIGA, Pedro e BALDUÍNO, Tomás. Francisco Jentel: **defensor do povo do Araguaia**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora O Lutador, 2ª. Edição, s/d.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **Amazônia, Amazônias**. Rio de Janeiro/RJ: Contexto, 2005.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo**. Cuiabá/MT: Unicen, 2002.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas/SP: Papyrus, 1986.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a constituição do serviço telegráfico no Brasil. **Rev. bras. Hist.** [online]. 2001, v. 21, n. 41, p. 127-144. ISSN 1806-9347. Site: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n41/a07v2141.pdf> Acesso em 21.08.2011, Acesso em 21 de agosto de 2011.

ORTIZ, Renato. Anotações sobre o universal e a diversidade. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro/RJ; ANPED, v. 12, n. 34. abr. 2007.

SECRETO, Maria Verónica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **In: Estudos Históricos**, Rio de Janeiro/RJ, CPDOC/FGV, n. 40, julho-dezembro de 2007.

## A FRONTEIRA AMAZÔNICA MATO-GROSSENSE: ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Edison Antônio de Souza<sup>120</sup>

### Introdução

Este artigo propõe-se a contribuir com a discussão em torno das políticas públicas do governo federal para a ocupação da Amazônia, resultado de um processo de reflexão que tem como referencial empírico o norte de Mato Grosso, a partir da década de setenta do século XX. O nosso objetivo não é fazer uma reconstituição desse processo de ocupação<sup>121</sup>, mas alguns questionamentos considerados indispensáveis para a compreensão das condições atuais de ocupação e colonização daquela região.

O norte de Mato Grosso faz parte das cinco mesorregiões homogêneas agrupadas pelo IBGE, tendo como principais municípios: Sinop, Alta Floresta, Guarantã do Norte, Juara, Juína, Sorriso e Lucas do Rio Verde. A configuração contemporânea do espaço mato-grossense, como fronteira de expansão do capital, resultou simultaneamente das formas econômicas e sociais de ocupação e colonização de seu território, bem como das lutas sociais em permanente elaboração ao longo desse processo.

A noção conceitual de região orientativas das reflexões está referenciada nas interpretações de Pierre Bourdieu (2002, p. 107-132). Na análise da origem das divisões regionais e do comportamento regionalista de alguns grupos políticos, o referido autor afirma que a divisão regional surgiu simbolicamente e foi sendo reconhecida e legitimada *a posteriori*. Desta forma, a delimitação regional é estabelecida por quem nela vive e passa a compor o imaginário daqueles que a ela se referem. A identidade regional é, pois, um produto da construção humana. Para Bourdieu,

[...] o regionalismo é um movimento de defesa da identidade regional construída e sua eficácia está relacionada ao poder de quem a enuncia. Realiza-se através de lutas simbólicas contra regiões que se colocam como dominantes. As lutas regionais, por se relacionarem à identidade, adquirem expressiva força mobilizadora. Nelas, o que está em jogo é o poder de criar e recriar identidades, ou seja, uma luta também simbólica que visa se apropriar de vantagens simbólicas. A divisão regional de poder cria estigmas. As lutas regionalistas são lutas contra esta estigmatização. (BOURDIEU, 1989; apud VISCARDI, 1997, p. 89).

O autor afirma ainda que “o discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada - e, como tal, desconhecida - contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que o ignora”. (BOURDIEU, 1980, p. 116).

### A fronteira amazônica norte mato-grossense

Na discussão sobre o processo histórico de ocupação da Amazônia Brasileira e mais especificamente a região norte de Mato Grosso é relevante refletir sobre o

120 Docente e Pesquisador da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Sinop/MT. A esse respeito, consultar Souza, (2004).

121 A esse respeito, consultar Souza, (2004).

[...] processo de acesso à terra pública e/ou devoluta na Amazônia e à violência praticada contra os povos indígenas, os colonos, ribeirinhos e posseiros; das políticas públicas que viabilizaram o processo de abertura de grandes eixos rodoviários na região e as políticas de incentivos fiscais que permitiram a implantação dos grandes projetos agropecuários e de colonização privada no Estado de Mato Grosso. (OLIVEIRA, 1983, p. 11).

Nas palavras de José Vicente Tavares dos Santos (1993, p. 14), “o modo pelo qual o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo cria e recria a fronteira. Esta é uma realidade simultaneamente geográfica e histórica, passado e presente, envolvendo problemas sociais, demográficos, fundiários, econômicos, políticos e culturais”. Para esse autor, a colonização sempre foi uma questão de Estado e, portanto, uma relação de poder, um ato de poder.

Em estudo realizado sobre a colonização oficial em Mato Grosso, Castro (1994, p. 17), sustenta que a

[...] colonização surgiu como uma opção por parte do governo federal no sentido de fazer uma ampla distribuição de terras na fronteira, evitando-se assim uma redistribuição de terras já apropriadas no resto do país. Essa política começou como uma alternativa à reforma agrária e tinha como meta o assentamento de pequenos produtores do Centro-Sul do país, em terras da União às margens da rodovia federal BR-163, onde foram implantados tais projetos.

Já Oliveira (1983, p. 77), afirma que “o processo de colonização em Mato Grosso, só será entendido enquanto parte integrante do processo de expansão do capitalismo no campo, que necessita do pequeno produtor enquanto produtor de mercadorias para o mercado, e como consumidor dos produtos industrializados”.

Conforme Rodrigo A. de Azevedo (1996, p. 68), o estado de Mato Grosso passou por profundas transformações no que se refere à utilização do seu espaço nas últimas décadas:

Estas transformações, iniciadas na década de setenta e que, evidentemente não se restringiram ao Estado de Mato Grosso, mas atingiram o país todo, surgiram de um conjunto de políticas, baseadas principalmente no crédito subsidiado para a agricultura, numa política de ciência e tecnologia agressiva (fundamentada nos princípios da modernização agrícola) e na política de colonização e ocupação do espaço regional.

Para o mesmo pesquisador, tais medidas foram elaboradas pelos governos militares com o objetivo claro de mudar a face do campo brasileiro, saindo da situação em que se encontrava, do arcaísmo, e entrando num processo de modernização, conforme dizia o discurso oficial da época. Esse processo de transformação iniciou-se (teve início) na década de 1970 e foi garantido por um conjunto de políticas públicas do governo federal. Duarte (1999, p. 609) afirma que na década de 70, com o

[...] estímulo dos incentivos fiscais e de outros favorecimentos do Estado ao capital, as áreas de fronteira agrícola sofreram novo surto de expansão do latifúndio. Isto,

evidentemente, representou maior concentração fundiária e mais conflitos pela terra. O crescimento das grandes propriedades se deu mais no Norte e no Centro-Oeste, onde a estrutura fundiária já era concentrada. Especialmente nas áreas de influência da SUDAM, na chamada Amazônia Legal.

Barrozo (1992, p. 7) destaca que, “na década de sessenta os objetivos propostos pelo governo federal para ocupar o “vazio demográfico” da Amazônia foram retomados. Esta nova “marcha para o oeste” foi retomada por Juscelino Kubitchek, que construiu Brasília e as grandes rodovias inter-regionais. Depois vieram as rodovias da Amazônia, já na década de setenta.” Segundo esse pesquisador, naquele período a concessão de incentivos fiscais e crédito barato oferecidos pelo governo federal para a Amazônia, exerceram, como o ouro no período colonial, verdadeiro fascínio sobre os empresários capitalistas.

No processo de ocupação da Amazônia mato-grossense estava em jogo a realização da ‘soberania nacional’ “Era preciso povoar a fronteira”, afirmavam os governos militares. O Presidente da República Costa e Silva, discursando em Belém em 1968, afirmava que: “Ocupemos a Amazônia hoje ou a perdemos”. Havia uma “necessidade” da extensão do controle estatal e da integração política. Nesse contexto, é preciso entender que a ocupação da Amazônia faz parte de uma política nacional iniciada sob o regime populista de Vargas e sobretudo sob o Regime Militar, o ponto de apoio essencial do nacionalismo brasileiro -, dentro do discurso ufanista da ‘figura nacional’ proposta pelo Estado para firmar sua legitimidade: Brasil = Amazônia. A SUDAM foi o organismo federal que mais contribuiu para a ‘ocupação e desenvolvimento’ da Amazônia, via grande empresa, concedendo subsídios e crédito farto e barato pelo governo federal através desta Superintendência.

Vários fatores contribuíram para a ocupação da Amazônia, entre os quais destacam-se: a pressão sobre o latifúndio no Nordeste, os conflitos no Sul do Brasil e a conseqüente tensão social. Mas, quem eram os migrantes que vieram para Mato Grosso? Os pioneiros, chegaram em busca de terra. Os colonos buscavam a terra como meio de produção e aquisição de melhores condições de vida, já, os colonizadores, como reserva de valor, especulação imobiliária e enriquecimento. Eram os migrantes originários do Nordeste, do Sudeste e do Sul do Brasil, os quais saíram de suas regiões de origem atrás de uma melhora de vida e incentivados pelos colonizadores, atendendo ao apelo do Governo Federal para “ocupar a Amazônia para não entregar”. Portanto, é necessário que seja problematizada essa questão: Não entregar para quem? Sob que aspectos? Ocupar para servir a quais interesses?

As décadas de 1970-2008 foi o recorte temporal privilegiado para se estudar o norte de Mato Grosso em um período de desenvolvimento e expansão do capitalismo no campo, através do processo de sua ‘modernização’, ocasião em que as bases para sua industrialização estavam sendo lançadas, e o capital feito rolo compressor no chamado ‘progresso a qualquer custo’, tudo esmagando na rota da acumulação e da sua reprodução ampliada. É neste contexto que entendemos (pode ser compreendida) a luta pela terra, as relações de poder e dominação, estudando o desenvolvimento econômico, social e político da sociedade contemporânea. A ocupação da Amazônia brasileira está

inserida nesse processo histórico de disputas, interesses e contradições pela questão agrária. Estamos diante de um processo de luta para entrar na terra, terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes, e não para as pessoas que foram expulsas do campo ou da cidade e seguiram em busca da ‘terra prometida’ em regiões da fronteira em expansão da sociedade brasileira. Nas palavras de João Carlos Barrozo (1992, p. 8), “as profundas transformações que a agricultura brasileira tem passado a partir da década de setenta do século XX revela também, suas contradições presentes no interior da estrutura agrária e revela sua componente contemporânea: a luta pela reforma agrária.”

Elder Andrade de Paula (2003, p. 28), em seu estudo sobre “*Estado e Desenvolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental*”, afirma que foi a noção de progresso que orientou a expansão capitalista na Amazônia, nos anos 70, enquanto estratégia de controle e dominação da Amazônia foi amparada na ideologia da Escola Superior de Guerra: ‘segurança e desenvolvimento’:

Esta estratégia passou pela extinção da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia) e pela criação da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Essas transformações na estruturação do chamado ‘desenvolvimento regional e desenvolvimento nacional’, alimentado pela ideologia da ‘Segurança e desenvolvimento’ da Escola Superior de Guerra, passavam a ser planejadas dentro do e pelo próprio Estado através de seus planos de ação. Papel singular passava a ser desempenhado pelo então Ministro do Planejamento Roberto Campos, ‘um árduo defensor da tese entreguista aos norte-americanos das riquezas nacionais. (PAULA, 2003, p. 124).

Paula (2003, p. 30) afirma ainda que:

[...] no período da ditadura militar, no intervalo entre 1964 e a década de 1980, as políticas e estratégias de desenvolvimento adotadas pelo comando do Estado para “integrar” a Amazônia no processo mais geral de acumulação privilegiaram, em larga escala, a instalação de empresas multinacionais de grande porte na região, como foi o caso do projeto Jarí no Amapá. Portanto, a interferência na ‘nossa Amazônia’ começa pela ação governamental em favor dos interesses privados.

A respeito das políticas públicas para a Amazônia, a chamada “Operação Amazônia” - em nome do progresso, desenvolvimento e segurança, Ariovaldo U. de Oliveira (1997, p. 48), em seu estudo sobre “*A fronteira amazônica mato-grossense*” afirma que, “a análise das políticas públicas implantadas no Brasil, particularmente durante os governos pós-64, é fundamental para compreendermos a lógica do processo de inserção da região e do país no capitalismo mundializado. A mundialização do capitalismo no Brasil passa necessariamente por essas políticas.” Para o mesmo autor, toda a construção da ideologia de segurança nacional, gestada na Escola Superior de Guerra, estava assentada nos acordos militares assinados entre o Brasil e os Estados Unidos, fundada na tese ‘o que não se entregar aos Estados Unidos entregar-se-á à União Soviética. Ariovaldo Oliveira (1997, p. 136) afirma ainda que historicamente,

[...] a colonização no Brasil tem se constituído na alternativa escolhida pelas classes dominantes para evitar, simultaneamente a necessária reforma estrutural do campo e, ao mesmo tempo, suprir-se de força de trabalho para seus projetos na fronteira. Dessa forma, a abertura das novas frentes de ocupação na Amazônia sempre trouxe consigo este caráter contraditório da formação da estrutura fundiária brasileira no interior da lógica do desenvolvimento capitalista. Assim, o processo que leva os grandes capitalistas a ‘investirem’ na fronteira contém o seu contrário, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo.

Muitos empresários investiram na ocupação da Amazônia pela pata do boi. Este processo foi e continua sendo marcado, pois, pela violência e morte, e a fundação e organização da União Democrática Ruralista – UDR é parte significativa de sua defesa no presente.<sup>122</sup>

Esse modelo de economia brasileira ‘alimentada’ na ideologia autoritária cimentou a aliança do tripé econômico-social que detém hoje a hegemonia político-econômica norte mato-grossense, ou a direção, na acepção gramsciana do termo, invertendo, inclusive, o discurso dos governos militares: “Desenvolvimento com segurança”, ou seja, todas as estratégias do desenvolvimento capitalista estavam atravessadas de expedientes da ideologia da segurança nacional.

O Ministro do Planejamento à época, Roberto Campos, em suas justificativas defendia a ocupação da Amazônia, concebendo-a como um “vazio” a ser “rapidamente ocupado”. Nessa estratégia de desenvolvimento regional, a “operação Amazônia” - lema do Projeto Rondon: “Integrar para não entregar”, teve prioridade no conjunto das políticas governamentais.

Dessa forma, o lema “integrar” significava abrir caminhos, criar condições para que fosse possível a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios multinacionais. Portanto, como afirma Oliveira (1997, p. 51), o entendimento do lema do Projeto Rondon deve ser feito pela leitura de seu contrário, ou seja, “integrar para entregar.”

Nesse sentido, sob a bandeira de “Integrar para não Entregar,” a partir do Governo do Presidente Emílio G. Médici, criou-se o Programa de Integração Nacional – PIN, destinado a construir as Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (BR-163) juntamente com a colonização e reforma agrária na faixa de cem quilômetros de cada lado das novas Rodovias. Como afirma Oliveira (1983, p. 67), criou-se o “INCRA, tendo como objetivo maior a promoção e execução da reforma agrária, e a direção dos destinos da colonização, o desenvolvimento do cooperativismo e formas de associativismo.”

Dentro do processo de expansão do capitalismo na Amazônia mato-grossense, os conflitos sociais foram tratados como casos de polícia. Uma de suas principais

---

122 A esse respeito, consultar os estudos de Sonia Regina de Mendonça (1997) sobre a *Classe Dominante Agrária Brasileira*: natureza e comportamento das principais organizações políticas da classe dominante no meio rural, como a SNA – Sociedade Nacional de Agricultura, a SRB – Sociedade Rural Brasileira e, especialmente a UDR – União Democrática Ruralista e seus representantes. A autora analisa também as relações promíscuas entre as classes dominantes e o Estado Brasileiro, particularmente no que se refere a sua influência nos rumos da política agrária e agrícola.

características da relação governamental é a militarização no tratamento dessa questão. Desse modo, esse tipo de política passou a ser tratada, como (de) uma questão administrativa, como o comércio, vigilância e controle do espaço, para tornar-se uma questão policial-militar. Como afirma José de Souza Martins, em sua obra “*A militarização da questão agrária no Brasil*” (1985, p. 178):

A expansão do capitalismo no campo tem sido acompanhada diariamente pela expansão da luta dos trabalhadores, a disseminação dos conflitos pela terra, a difusão de concepções paralelas e antagônicas sobre direito de propriedade que contestam a legitimidade do direito vigente e dominante. Essas lutas questionam o pacto político que faz dos grandes proprietários um dos sustentáculos políticos do Estado Militar. Para evitar que elas levem ao fim desse pacto, o Estado vem promovendo a militarização da questão agrária.

Nas questões políticas na defesa das grandes propriedades ou dos interesses burgueses garantidos pelo Estado, a força policial tem sido, muitas vezes, o ‘braço armado’ do capital em defesa de seus interesses. Mas, qual foi o papel social e político desses projetos de colonização (público ou particular) na Amazônia Mato-grossense?

Por que os colonos partiram, aderindo aos Projetos de Colonização? Segundo Martins (1985, p. 179),

[...] partiram porque tinham necessidade da terra para trabalhar e para deixar aos filhos, supondo que no Sul a terra era pouca e a propriedade fundiária concentrada pelos empresários rurais. Partiram porque no Sul não havia mais condições de ganhar a vida, senão como parceiros, e viviam em um estado de pobreza. Partiram, enfim, porque acreditavam nas promessas que lhes foram feitas.

Nas palavras de Ariovaldo Umbelino de Oliveira,

A partir do golpe militar de 1964, o Estado retomou as propostas de colonização agrícola baseada na propriedade familiar que, desde o século XIX, vêm sendo implantada na sociedade brasileira. No estatuto da terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964) propõe-se a colonização “sobretudo com vistas à necessidade de expansão de nossa fronteira agrícola e à ocupação dos vazios geográficos que a vastidão do nosso território ainda está apresentando.” Assim, a colonização, oficial e particular, é proposta como um dos aspectos da política de desenvolvimento rural. (OLIVEIRA, 1997, p. 168).

Contudo, Oliveira (ibidem) afirma que somente em 1966 seria regulamentada a legislação a respeito, definindo-a do seguinte modo:

[...] colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício das atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nelas previstas. (DECRETO N. 59.428, de 27/10/1966, Art. 5).

Conforme Martins (1985, p. 180), frente “a orientação do governo federal de transformar a questão da terra em questão de segurança nacional, traço marcante do atual regime político [...]”, na realidade, é a crise da modernização da agricultura no regime autoritário que apresenta suas contradições.

Um dos projetos de colonização oficial para atrair nordestinos para a Amazônia foi o de Altamira, no Pará, às margens da Rodovia Transamazônica, em 1970. Outro foi o projeto particular Canarana, criado em 1975, em Barra do Garças/MT. Em seguida, no norte de Mato Grosso o projeto particular Terra Nova – criado em 1978, às margens da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), Peixoto de Azevedo, em 1980 (organizado pelo INCRA e COTREL – Cooperativa Triticola Erechim/RS); Lucas do Rio Verde (INCRA), em 1981, implementado como resposta militar à luta pela terra dos colonos da Encruzilhada Natalino/RS, todos às margens da mesma rodovia.

José Vicente Tavares dos Santos (1993, p. 174) afirma que, “em meados dos anos 70, o Estado Autoritário retomou a colonização como estratégia de solução para a questão da terra das regiões meridionais.” Sucederam-se os projetos que privilegiavam a clientela sulina. Esses colonos que saíram do Rio Grande do Sul devido aos conflitos com as nações indígenas, sem terra e sem recursos financeiros, sendo a transferência sua face política da colonização desenvolvida pelos governos militares pós-64. Nas palavras de Tavares dos Santos, era:

[...] promover e agilizar o processo de povoamento dos grandes vazios demográficos da Amazônia Mato-grossense, mediante a ocupação racional e ordenada do território através de Programa de Colonização, ordenando o fluxo migratório com a transferência para essas regiões de famílias de colonos desalojados de áreas indígenas e que compõem os grandes contingentes de produtores rurais sem terra, excedentes das regiões mini-fundiárias do Sul do País. (TAVARES DOS SANTOS, 1993, p. 174).

Para a região norte de Mato Grosso, mais especificamente às margens da BR-163, afluíu um grande contingente de migrantes vindos, a partir da década de 70, dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (que depois de 1975 sofreram catástrofes ecológicas de enchentes, geadas e secas consecutivas). Esses migrantes que passaram a ocupar esta região eram pequenos proprietários rurais, posseiros, sitiantes, que “vendiam” suas terras no Sul para se tornarem, em Mato Grosso, pequenos proprietários.

Neste contexto, percebemos que os migrantes partiram rumo a uma nova colonização, de Rondônia e do Norte de Mato Grosso, fugindo de uma pobreza crescente, frente à concorrência com os grandes produtores, da falta de crédito e condições de se manterem no campo. Assim, as migrações continuaram, estimuladas pelo governo, a povoar outras zonas de fronteiras, “prestes a recebê-los”, como proclamavam os planos de colonização. Para o governo, fronteira segura era fronteira colonizada por pequenos proprietários. Os migrantes, chegando às “novas terras”, encontraram uma série de dificuldades, como clima extenuante, doenças tropicais e isolamento. Aqueles originários do Paraná, que conseguiram acumular um pequeno pecúlio quando da venda de suas



terras, preferiram se dirigir ao estado de Mato Grosso, onde a colonização privada oferecia condições mais favoráveis de instalação, apesar do custo mais elevado das terras, como ocorreu na Gleba Celeste (SINOP) e na INDECO (Alta Floresta).

O Governo Federal concedeu terras para colonização às empresas privadas, como (SINOP, INDECO, COTRIGUAÇU), que conseguiram grandes áreas devolutas, dividindo-as em milhares de lotes, revendidos, depois, principalmente para colonos do Sul do Brasil. A INDECO, Colonizadora de Alta Floresta, adquiriu 400 mil hectares no extremo norte de Mato Grosso, onde desenvolveu seu projeto de colonização a partir de 1973, vendendo lotes de 100 a 300 hectares a preço de mercado, especialmente para colonos paranaenses.

Nesse processo de ocupação da região norte mato-grossense, percebe-se uma política de valorização do empreendimento em um ciclo rápido. Exigia-se, além dos benesses fiscais, a superexploração do trabalho. A Colonizadora Sinop ocupou uma área de 645 mil hectares, divididos em lotes de diferentes tamanhos. Foram instalados quatro núcleos urbanos e de apoio dentro da área de colonização: Vera, Santa Carmem, Cláudia e Sinop, esta última, hoje, é sede do município do mesmo nome e a principal cidade do projeto após se desmembrar de Chapada dos Guimarães, em 1979.

As empresas de colonização que atuam em Mato Grosso são empresas que adquiriram experiências em colonização nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Após, aproximadamente, três décadas do início da colonização no norte de Mato Grosso, onde 80% da colonização foi realizada por empresas particulares, nossas pesquisas indicam que muitas migrantes não conseguiram a “terra prometida”, pela qual sonharam e foram para Mato Grosso. Muitas dessas pessoas foram enganadas e iludidas pelas empresários do ramo imobiliário, tendo suas terras perdidas em troca de dívidas e/ou em fracasso dos projetos de colonização. Portanto, ocorreu um grande retorno para as cidades de origem, levando uma triste lição dos chamados projetos de colonização.

Um importante estudo desenvolvido por José Vicente Tavares dos Santos (1985) sobre o retorno dos colonos dos projetos de colonização para o Rio Grande do Sul, o sociólogo mostra que, passaram a ter um papel político de estímulo à denúncia da colonização como alternativa à crise do campesinato meridional.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1985, p. 141-42), afirma que os

[...] governos militares pós-64, procuraram ‘administrar’ esta contradição (do desenvolvimento do capitalismo no campo), e, ao mesmo tempo, aprofundaram-na. Reprimiram os movimentos sociais e passaram a dar apoio aos investimentos privados no campo. Através das políticas públicas da SUDAM, gerando conflitos na região entre capitalistas do Centro-Sul do País e os índios, posseiros e grileiros de terras.

Conforme Tavares dos Santos (1985, p. 181), uma das formas de se entender o retorno dos colonos da Amazônia Mato-grossense para o Rio Grande do Sul se deve à falta de condições estruturais para se viver nos projetos:

Ao voltar, salientam a necessidade da união entre os colonos para pressionar o Governo, até mesmo mediante invasões de fazendas, pois a propriedade fundiária está concentrada e precisam de terra para trabalhar. O retorno da Amazônia lhes aparece como um direito de liberdade numa sociedade na qual há uma ‘democracia louca’ pois ‘uns têm demais e outros não tem o mínimo.

Neste contexto, percebe-se que os colonos retornados aparecem no interior da luta pela terra, confrontando a propaganda oficial a partir de suas vivências. Nas palavras de Tavares dos Santos,

[...] os colonos retornados dos projetos de colonização da Amazônia Legal constituem um personagem pleno de significados sociais e políticos para a sociedade agrária do Sul. Por um lado, é a manutenção da produção camponesa nesta região que permite aos colonos regressarem à suas áreas de origem – não excluindo que muitos sigam adiante, para as frentes agrícolas de Rondônia, Acre, Amazonas ou Roraima. [...] ao passarem a recusar a opção estatal de reassentamento em projetos de colonização na Amazônia Legal, esses movimentos sociais acentuam a crise de legitimidade das propostas do Estado brasileiro para a questão agrária. (TAVARES DOS SANTOS, 1985, p. 167-68).

Os fatores acima discutidos mostram o fracasso dos projetos de colonização para os colonos, já para os capitalistas que “investiram” na Amazônia mato-grossense foi um ótimo negócio. Sabe-se que esse modelo de colonização produziu, naquele espaço, uma concentração fundiária, com baixa produtividade e o não cumprimento da função social da terra.

### **Considerações finais**

No processo de ocupação da região norte de Mato Grosso, percebe-se uma política de valorização do empreendimento em um ciclo rápido. Exige-se, além das benesses fiscais, a super-exploração do trabalho. Conforme Tavares dos Santos (1985, p. 185), “se em vez da racionalidade dos planos e da necessária morosidade de uma ocupação que visa efetivamente à valorização do homem, existir, como é o caso, uma preocupação marcante com o “fazer depressa” e manter um clima de “projeto-impacto”, por parte do governo, ao que se soma o interesse da acumulação da grande empresa capitalista e concentradora.

O Estado mobilizou a capacidade de trabalho implantando infraestrutura, ao construir estradas, valorizar a região e potencializar o trabalho dos colonos, agentes principais no processo de reterritorialização da Amazônia Mato-grossense.

Desta forma, acreditamos ter sido analisados os principais fatores que possibilitaram a ocupação da Amazônia Mato-grossense, especialmente a partir da década de 70 do século XX. É importante acrescentar que, além dos fatores acima citados, no plano macro dos governos militares tiveram destaque: a estratégia de crescimento pelas exportações, com a ampliação do mercado interno, e das exportações para o serviço da dívida externa. Para ser mais preciso, 1972 foi um ano em que, efetivamente, se iniciou o processo de ocupação, liderado pelas colonizadoras particulares, regidas pela “políti-

ca de valorização da Amazônia.

Nossa análise pretendeu indicar que a crise fundiária e agrícola das regiões camponesas do Sul do Brasil gerou uma situação de conflito social, a qual vem antepondo o Estado ao campesinato. Aquele, tem restringido progressivamente as opções de resolução da crise agrária à proposta de colonização oficial e particular na Amazônia Legal. Por outro lado, os colonos retornados dos projetos oficiais e particulares da Amazônia Legal, geraram um novo personagem social e político no Sul do País. São aqueles colonos que iludidos, coagidos ou persuadidos, partiram para ganhar a vida mas que após tentarem trabalhar e produzir, voltaram para o Sul. Para Tavares dos Santos (1985, p. 185):

Retornaram com a consciência modificada pela árdua experiência das novas terras e, agora, reagem, denunciam e participam da gestação da recusa da política de colonização. Assim, ao se reinserirem nos movimentos camponeses meridionais, os colonos retornados agregam às reivindicações pelo produto e pela terra outro significado que perpassa as várias mobilizações: a negação das propostas oficiais de transferência para a Amazônia. Ou seja, em sua atual trajetória, os camponeses retornados contribuem à gestação da recusa das políticas de colonização do Estado autoritário.

A continuada da migração rumo às “novas cidades” ainda mais recentes, como Novo Progresso/Pará, tem demonstrado que podemos colocar em dúvida se Mato Grosso será o ponto final deste processo.

A pesquisa que estamos desenvolvendo no doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense tem por objetivo estudar a relação Estado/sociedade numa região de fronteira, principalmente procurar entender como se dá a relação de poder e dominação nos chamados “projetos de colonização”, particularmente aqueles localizados no norte do estado de Mato Grosso, território amazônico<sup>123</sup> a partir da década de 70 do século XX, no contexto de suas contradições sociais, políticas, econômicas e ambientais, sabendo-se que o Estado e o capital privado sempre deram as mãos em prol dos interesses da classe dominante brasileira e estrangeira.

Os resultados parciais de nossas pesquisas indicam que no norte de Mato Grosso predominou uma política que se impõe pelo controle e vigilância social, onde Estado aparece “irradiando” segurança, ao se colocar como o grande administrador da economia doméstica, aquele que tem o monopólio dos instrumentos racionais capazes de acelerar o bem-estar social e fomentar o progresso. E foi em nome do desenvolvimento econômico e do bem-estar social que o governo autoritário justificou e estimu-

123 Segundo a divisão regional do País, a Amazônia compreende a Região Norte (estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins) e parte da Região Centro-Oeste (o estado de Mato Grosso). A soma das áreas destes Estados é de 4,7 milhões de km<sup>2</sup>. A outra referência para o território amazônico, que o define como Amazônia Legal (denominação que aparece com o Plano de Valorização da Amazônia em 1953), inclui o oeste do Maranhão. Contudo, ao fazer menção ao território a partir das práticas sociais, permitindo pensar o território no seu papel ativo, compreendendo a sua dimensão simbólica. A respeito da noção de região, cf. Bourdieu (2000, p. 107-132), especificamente *A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região*,). Cf. a concepção de território a partir de seus usos, em SANTOS (1996).

lou a colonização particular na Amazônia, que não deveria ser somente *privada*, mas fundamentalmente *controlada e disciplinada*.

Neste contexto, percebe-se que as cidades do norte de Mato Grosso são extremamente conservadoras, politicamente mantém suas práticas de eleição com verdadeiros “currais eleitorais” atrelados aos setores madeireiro, agrícola e os donos de terra (ordem privada) que financiam campanhas eleitorais, defendendo seus interesses em âmbito local e estadual. Existe um controle social e político de certos setores privilegiados, mantendo, dessa forma, o domínio e a vantagem em seus devidos redutos eleitorais. Estes agentes políticos controlam os votos e também o seu valor enquanto mercadoria política, ocorrendo um verdadeiro aparato de vigilância e controle social dentro de suas empresas. A estabilidade desse sistema político exige que a maioria dos empresários apoie “as lideranças políticas”, manipulando resultados eleitorais compatíveis com os interesses e compromissos políticos.

### Referências:

- AZEVEDO, Rodrigo A. B. de. **Alterações espaço-temporais da agropecuária de Mato Grosso e seus reflexos na regionalização do uso da terra no período: 1970-1985.** Dissertação de Mestrado em Economia e Meio Ambiente – Universidade Federal de Mato Grosso, 1996.
- BARROZO, João Carlos. **Exploração e escravidão nas agropecuárias da Amazônia Mato-Grossense.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNICAMP, 1992.
- CASTRO, S. Pereira e outros. **A Colonização Oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade.** Cuiabá: EdUFMT, 1994.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia.** 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GUIMARÃES NETO, R. B. **A Cidade simbólica: inscrições no tempo e espaço.** Cuiabá: UFMT, mimeo, 2006.
- OLIVEIRA, A. U. de. **A fronteira amazônica mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência.** Tese (Livre Docência em Geografia) – FFLCH - USP, 1997.
- DUARTE, É. G. Da Luta pela terra à luta pela reforma Agrária em Goiás. *In: Anais... XX Simpósio Nacional da ANPUH.* v. I. Florianópolis/SC. UFSC, 1999. P. 241.
- LEITE, Sérgio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** Porto Alegre/RS: EdUFRGS, 2001.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. & Francisco C. Teixeira da Silva. **Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931).** São Paulo: Hu-

citec, 1997.

OLIVEIRA, João Mariano de. **A esperança vem na frente:** contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de Sinop. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH – USP, 1983.

PAULA, Elder Andrade de. **Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental:** dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. 2003. Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Sociedade – UFRRJ, 2003.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos:** exclusão e Luta – do Sul para a Amazônia. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

SANTOS, José V. T. dos. (Org.). A gestão da recusa: o “colono retornado” dos projetos de colonização da Amazônia. *In:* \_\_\_\_\_. **Revoluções camponesas na América Latina.** Campinas: EdUNICAMP, 1985, p. 185.

SANTOS, Milton: **A natureza do espaço.** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA MARTINS, José de. **A militarização da questão agrária no Brasil. (Terra e poder: o problema da terra na crise política).** 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Edison Antônio de. **Sinop:** história, imagens e relatos. Um estudo sobre sua colonização. Cuiabá/MT: EdUFMT, 2004.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. História, região e poder. *In:* **Locus: Revista de História.** Juiz de Fora/MG: n.12; vol III. P.85-97.1997.

## A EXPANSÃO DA FRONTEIRA EM MATO GROSSO: A COLONIZAÇÃO PRIVADA EM TANGARÁ DA SERRA

Carlos Edinei de Oliveira<sup>124</sup>

### Considerações Iniciais

Este texto, “*Expansão da fronteira em Mato Grosso: a colonização privada de Tangará da Serra*” justifica-se pela necessidade de analisar a história do movimento da expansão da fronteira no interior do Brasil no século XX e sua relevância para a fundação de cidades e instalação de famílias migrantes nacionais de diversas regiões, motivadas pela fertilidade do solo e pela conquista da terra.

O município de Tangará da Serra, *locus* do estudo, está localizado a sudoeste do estado de Mato Grosso, com altitude média de 452 metros, entre os paralelos 14 e 15 graus e entre os meridianos 57° 15’ 00” e 59 10’ 00”. A cidade de Tangará da Serra é considerada polo da região politicamente denominada de Médio-Norte de Mato Grosso.

O município possui uma área total de 11.423,04 km<sup>2</sup>, sendo que, aproximadamente, 51% é área indígena do povo Paresí, habitante primeiro de toda a área dos campos do Tapirapuã, local onde está edificada a cidade e a zona rural de Tangará da Serra. Conforme dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população, estimada em 2013, foi de 90.252 habitantes.

Essa população que cresce de forma considerável, motivada, na contemporaneidade, por diversas situações, principalmente pela oportunidade de um espaço de trabalho, o que é muito comum em áreas consideradas, ainda novas em Mato Grosso. Porém, o texto atém-se à forma de organização da colonização privada de Tangará da Serra e ao movimento de migrantes que contribuíram para a expansão da fronteira no interior do Brasil.

Desta forma, é importante considerar a compreensão do significado de migração, que ocorre pela inconstância dos movimentos econômicos e por uma economia planejada independentemente das necessidades da população. É conveniente ressaltar que denomina-se como migração todos os movimentos de pessoas de um país a outro, ou de um determinado lugar geográfico a outro dentro de um mesmo país, com a mudança de residência:

A migração pode ser definida como o movimento da população pelo espaço. Esse movimento relaciona-se às transformações econômicas, sociais e políticas que ocorrem nos diferentes lugares. Por isso, o seu significado e as suas motivações variam tanto no tempo como no espaço. A migração não é um fenômeno atual. Ela é antiga; desde os tempos primitivos o homem se desloca pelo espaço. Mas esse fenômeno, tão antigo, é consequentemente renovado. Em cada momento histórico, as condições que levam o indivíduo a deixar um lugar por outro são diferentes, relacionadas ao desenvolvimento de cada sociedade. Por isso dizemos que a migração é um fenômeno histórico e social. (SANTOS, 1998, p. 6, grifo nosso).

No processo de consolidação da colonização em Mato Grosso, nos anos 60 e 70 do século XX, devido ao avanço da fronteira agrícola, o movimento migratório foi

124 Professor adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso. E.mail. carlosedinei@unemat.br.

impulsionado pelas propagandas de terra fértil, em vários estados do Brasil.

Para entender o significado da colonização, é necessário levar em conta o seu caráter de empreendimento comercial. Dessa motivação é que decorreram as principais características que assumiu a ocupação e a valorização econômica das terras do Novo Mundo (SILVA, 1996, p. 22). O termo *colonização* é amplo. Na fase do regime militar, no Brasil, definiu-se como: toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão de lotes ou parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através de cooperativas de produção previstos. Esse discurso atravessou a década de 1970. O Estado, dando ênfase à colonização dirigida, tomou para si as responsabilidades, até o momento em que conseguiu criar condições para a expansão do capital e a acumulação na fronteira. A partir de então, estimulou a colonização particular, transferindo parte do controle social do processo, aos projetos privados e às cooperativas (BECHER; MACHADO; MIRANDA, 1990).

Para construir a relação entre expansão da fronteira e colonização em Mato Grosso, no século XX, resultando na organização da localidade de Tangará da Serra, fazendo-se necessário uma significativa pesquisa documental, assim como a apropriação de fontes orais.

Em relação aos documentos, Benedetto Croce (2006, p. 26) destaca que “[...] o estado presente na minha mente constitui o material e conseqüentemente a documentação para um juízo histórico, a documentação viva que carrego em mim”. E enfatiza que:

Os documentos conhecidos especificamente como tais por pesquisadores parecerão muito pequenos na massa total de documentos, se tivermos em mente todos os outros documentos em que continuamente nos apoiamos, como a língua que falamos, os costumes que nos são familiares, a intuição e o raciocínio que usamos quase por instinto, as experiências que trazemos como se estivéssemos em nosso corpo. Sem esses outros documentos, algumas de nossas lembranças históricas seriam difíceis, e mesmo completamente impossíveis [...] a história não nos vem de fora, mas vive em nós [...] (CROCE, 2006, p. 30).

Sendo assim, o historiador deve estar preocupado com a interpretação, pluralidade e ambigüidade dos significados e do mundo simbólico, pois como historiadores, devemos remontar a realidade complexa em que vivemos, fazendo exercícios metodológicos frente ao nosso objeto de estudo.

Desta forma, o presente texto é resultado da leitura e análise de várias fontes escritas, como mensagem de governadores, censos demográficos e registros paroquiais. Destacando que, “[...] o movimento da escrita do historiador não é um reflexo da pesquisa documental, mas uma escritura permeada pelos desafios e questões do presente, associados aos referenciais teóricos que dão suporte às suas análises” (MONTENEGRO; FARIA, 2005, p. 22). Dessa forma, realizamos o cruzamento das fontes escritas, orais e iconográficas para a produção da análise da colonização privada de Tangará da Serra-MT.

As fontes orais nos permitem trabalhar com o tempo mais recente, são os testemunhos que convivem com os historiadores na feitura da história. Na perspectiva do estudo, durante o período da colonização recente de Mato Grosso foi fundamental o a apropriação da memória de pessoas que participaram e viveram aquele tempo. Pois, como afirma Pierre Nora (1993, p. 28), memória é a vida:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações.

A memória, como um caminho constante de aprendizagem e mediada por tempos plurais, é movida no terreno da história. Desta forma, toda memória é social, nos permitindo conhecer algumas práticas sociais partilhadas pelos indivíduos. Para Chartier (2009, p. 23) “[...] o testemunho da memória é o fiador da existência de um passado que foi e não é mais”.

Desta feita, o presente texto analisa a colonização de Tangará da Serra em sintonia com a política fundiária mato-grossense e brasileira, resultando em uma cidade polo da região sudoeste de Mato Grosso, tendo este espaço sido palco de diversos conflitos e de muitas práticas inventadas e reinventadas por famílias de migrantes de diversos lugares do Brasil que participaram do movimento da colonização recente de Mato Grosso.

### **A expansão da fronteira em Mato Grosso**

A história de Mato Grosso pode ser pensada em dois tempos históricos distintos, porém sincrônicos. O primeiro é o tempo da mineração e das extrações vegetais (poaia<sup>125</sup>, borracha e erva-mate), que teve início no período colonial com os achados auríferos chegando até o governo de Getúlio Vargas, com o estabelecimento do projeto nacional de ocupação do Centro-Oeste, denominado de Marcha para o Oeste. Nesse período, houve a concentração da vida urbana e rural, especialmente na região que se denomina “Baixada Cuiabana”, abrigando espaços ao longo do rio Cuiabá e também regiões do atual Mato Grosso do Sul, devido à extração da erva-mate e do porto de Corumbá, um dos locais em que a máquina administrativa e econômica era muito operante. Destacam-se também outros espaços de mineração ao sul de Mato Grosso.

O segundo tempo, objeto do estudo proposto, iniciou com a Marcha para Oeste, em 1939, durante o governo de Getúlio Vargas, e intensificou-se a partir de 1960, quando Mato Grosso transformou-se na grande fronteira agrícola que recebeu excedentes populacionais expulsos pela economia rural de outros estados da federação. De 1960 até 1985, a população de Mato Grosso aumentou significativamente. Este aumento também se relacionou dos programas e projetos coordenados pela Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e por outros projetos coordenados pelas

125 A poaia (*Cephaeles Ipecacuanha*) é uma planta medicinal, da qual aproveita-se apenas a raiz, que tem, em média, 20 a 30 cm, e é utilizada pela indústria farmacêutica principalmente para doenças pulmonares.



Secretarias do Governo Estadual ou, então, diretamente ligados ao Governo Federal. Famílias inteiras, dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e de outros da região Nordeste do Brasil, buscaram um futuro melhor para seus filhos, migrando para Mato Grosso, ocupando terras dantes só conhecidas por diferentes povos indígenas.

O município de Tangará da Serra, localizado na região sudoeste de Mato Grosso, território tradicional do povo indígena Paresí, foi reocupado<sup>126</sup> pelos não índios a partir do início dos anos 60 do século XX.

Esta reocupação do espaço de Tangará da Serra ocorreu através de um projeto de colonização privada, incluindo o território rural e o urbano, por uma empresa colonizadora denominada Sociedade Imobiliária Comercial Tupã para Agricultura – SITA. Em Mato Grosso, as práticas da colonização privada das terras, principalmente do sudoeste e norte do Estado, têm sido objeto de alguns estudos. Sobre a colonização recente, aqui entendida como colonização efetivada em Mato Grosso a partir do movimento de expansão da fronteira agrícola, que ocorreu nos anos 60 do século XX, podemos verificar as seguintes obras de: Carlos Edinei de Oliveira (2004), Edison Antônio de Souza (2001), Eudson de Castro Ferreira (1984), Gislaine Moreno (1993), João Carlos Barrozo (2008), João Mariano de Oliveira (1983), Lígia Osório Silva (1996), Luís R. Cardoso de Oliveira (1981), Regina Beatriz Guimarães Neto (2002), Regiane Cristina Custódio (2005) e Sueli P. Castro et al. (2002), dentre outras.

A reocupação de Tangará da Serra começou a ocorrer no início dos anos 60, porém a intensificação da corrente migratória se deu nos anos 70. As primeiras famílias que requadrificaram o espaço são procedentes de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e de alguns Estados do Nordeste do Brasil, porém foi de Minas Gerais o maior fluxo populacional para Tangará da Serra, nos primeiros dez anos de colonização privada. E esse movimento migratório se deu, em grande parte, no interior do fenômeno da migração rural-rural (OLIVEIRA, 2004).

A região sudoeste de Mato Grosso, no caso o atual município de Tangará da Serra, espaço de fronteira não apenas devido à proximidade com a Bolívia, mas espaço de fronteira étnica, ocupada por povos Paresí<sup>127</sup>, recebeu um grande contingente populacional a partir de 1960.

A ocupação, em específico de Tangará da Serra, ocorreu em virtude da propaganda ligada à fertilidade do solo para o plantio do café. O processo de migração rural-rural intensificou o movimento de famílias para a formação de várias cidades de Mato Grosso.

Homens e mulheres migraram em busca de um espaço melhor para viver, colocando, na bagagem, a promessa de um futuro próspero para seus filhos. Porém, a responsabilidade da infraestrutura destas novas regiões estava a cargo das coloniza-

126 O uso do prefixo ‘re’ é necessário para deixar evidente que, quando não índios ocuparam as terras da região do Tapirapuã, elas não se constituíam em espaços vazios, mas já eram habitadas ou perambuladas pelos povos indígenas, em particular os Paresí. O município de Tangará da Serra pertencia ao município de Barra do Bugres, cidade cortada pelo rio Paraguai, que teve sua origem devido à extração da poaia, planta medicinal da qual se extrai alcalóides de suas raízes.

127 Conforme Costa (1985, p. 52): “Os chamados Paresí se auto denominam *Halíti*. O termo pode ser traduzido tanto como ‘gente’ numa referência explícita ao gênero humano em oposição aos animais, quanto como ‘povo’ para indicar uma identidade exclusiva do grupo.”

doras privadas, responsáveis pela venda de lotes urbanos e rurais que, em sua maioria, não cumpriam os contratos estabelecidos com o Departamento de Terras e Colonização – DTC, órgão do governo do Estado. A exemplo, podemos citar a mensagem do governador Fernando Corrêa da Costa, do ano de 1955, sobre os contratos que as empresas colonizadoras deveriam fazer: “Colocar nas terras os colonos que virão povoar, e dotá-las de meios de comunicações, de medi-las, de marcá-las, loteá-las, de saneá-las e assistir aos colonos que nelas se fixarem” (NDIHR, Rolo 9. Doc.118-122).

Não cumprindo o contrato, as colonizadoras deixavam os migrantes recém-chegados à própria sorte. Estes, porém, se organizavam em regimes de mutirão para resolver alguns problemas de ordem estrutural, como construção de estradas, pontes, escolas e outros elementos necessários para que as famílias migrantes pudessem se estabelecer nos novos espaços de fronteira.

### Os órgãos responsáveis pela colonização em Mato Grosso

Os picadeiros<sup>128</sup>, no final dos anos cinquenta do século XX, nos campos do Tapirapuã<sup>129</sup>, continuavam a política getulista da Marcha para Oeste, demarcando territórios para inseri-los no mercado capitalista nacional, de acordo com o que estabelecia o Estado Novo, usando a estratégia destacada por Lenharo:

[...] os desdobramentos da proclamação permitiram-me perceber como foi sendo articulada a política geral de colonização do Estado Novo, estrategicamente centrada sobre a criação de colônias agrícolas nacionais no interior do país, nas áreas ditas “vazias”. Tal política foi sendo implantada simultaneamente à manutenção de alianças com os grandes proprietários de terras que não foram ofertados diretamente pelas obrigações trabalhistas aplicadas nas cidades. (LENHARO, 1986, p.14).

Os picadeiros que ultrapassaram a Serra do Tapirapuã, cartografando o cerrado e as matas ciliares dos inúmeros córregos que compõem a bacia do Paraguai, efetivavam a política fundiária mato-grossense desenvolvida pelos Serviços Estaduais de Terra e Colonização, formado pelo Departamento de Terras e Colonização (D.T.C.) e pela Comissão de Planejamento da Produção (C.P.P.).

Conforme Moreno (1993), o Departamento de Terras e Colonização (D.T.C.) foi criado em 1946, em substituição à Diretoria de Terras e Obras Públicas, criada em 1902, tendo como principais atribuições a regularização fundiária do Estado, a orientação técnica aos órgãos subordinados, a legalização de propriedades e explorações rurais e o estabelecimento de regras para a imigração e colonização de Mato Grosso. Este órgão de terras, que sempre apresentou instalações físicas precárias e problemas de recursos humanos, nunca teve sua estrutura funcionando regularmente. Moreno regis-

128 Picadeiros eram homens que abriam picadas nas matas, identificando e demarcando os espaços que seriam posteriormente ocupados pelos proprietários de glebas e ou colonizadoras.

129 Os campos do Tapirapuã é o espaço físico em que se encontra atualmente o município de Tangará da Serra. A Serra do Tapirapuã é um extenso planalto basáltico, rocha vulcânica entalhada no interior da bacia do rio Sepotuba, afluente do rio Paraguai, cuja altitude média atinge, aproximadamente, 500 metros, servindo de limite, embora contestado, entre os municípios de Tangará da Serra e Nova Olímpia-MT.

tra que, em 1948, foi regulamentada a Comissão de Planejamento da Produção (C.P.P.), criada para gerar as condições básicas para o funcionamento do Banco Agrícola de Mato Grosso, futuro Banco do Estado de Mato Grosso – (BEMAT). A C.P.P., subordinada diretamente ao governador do Estado, funcionava como verdadeira secretaria de Estado. Essa comissão tinha como função a fundação, organização, fiscalização das colônias e assistência técnica a todos os ramos da produção agrícola, preferencialmente às sociedades cooperativas. As atividades da C.P.P. eram financiadas pelo recém-criado “Fundo de Planejamento da Produção”, com base em diversas taxações: taxas de colonização e taxa de publicidade dos processos sobre terras, além de créditos concedidos pela União.

A duplicidade de funções entre a C.P.P. e o D.T.C. concorreu para o surgimento de conflitos entre as administrações, gerando prejuízos para o empreendimento. Estes órgãos funcionaram juntos até o final da década de sessenta. Na anterior, várias denúncias de corrupção e desorganização foram dirigidas contra o D.T.C. As deficiências organizacionais e técnico-administrativas do D.T.C. e a absoluta falta de controle do processo de regularização das terras estaduais serviram ao complicado jogo de interesses, onde objetivos econômicos e partidários comandavam a desenfreada privatização das terras públicas.

Devido a denúncias de corrupção e irregularidades, o Departamento de Terras foi fechado em diversas administrações. Em 1951, 1956 e 1961, as suspensões foram temporárias e os serviços internos não foram paralisados. Em 1966, as transações fraudulentas de terras escapavam a qualquer tipo de controle. O volume de irregularidades e de corrupção atingiu níveis extraordinários. O governador Pedro Pedrossian, para acabar com as negociatas indiscriminadas de terras, fechou o D.T.C., desta vez, por 12 anos. A C.P.P. continuou funcionando e sendo responsável pela continuidade do programa de colonização, absorvida pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), criada em 1966.<sup>130</sup>

As terras do planalto do Tapirapuã, recortadas e medidas pelos picadeiros, configuram-se na política do Departamento de Terras e Colonização (D.T.C.), pois o município de Tangará da Serra, emancipado pela Lei 5.687, de 13 de maio de 1976, formou seu território por desmembramento dos municípios de Barra do Bugres e Diamantino.

### **As glebas de terra e o conflito fundiário**

Um documento necessário para se pensar a cartografia do espaço que forma o município de Tangará da Serra é a *Planta Cadastral de Barra do Bugres - Arenópolis, Cáceres* (SILVA, 1960), onde estão mapeadas todas as suas glebas de terras. Estas, somam 54 e, em sua maioria, foram concedidas à descendentes de japoneses dos estados de São Paulo e do Paraná, sobretudo do município paranaense de Londrina. São quase retangulares e começam na Serra do Tapirapuã, recortadas até o rio Sepotuba.

Dentre as glebas identificadas no mapa, não foi possível encontrar referência

<sup>130</sup> As informações contidas nestes três últimos parágrafos poderão ser observadas e acompanhadas com detalhes da legislação em Moreno (1993), capítulo 4.

completa de algumas, dado o estado de deterioração dos documentos. Das 54 glebas identificadas, em sete não foi possível identificar os seus nomes, e em três não aparecem os nomes dos proprietários, sendo que em onze as áreas de terras estão ausentes ou incompletas.

Na identificação dos nomes dos proprietários, percebe-se que 30 deles têm sobrenomes de origem japonesa, incorporando uma área de terra de 184.531 hectares, em uma área total registrada de 344.738 hectares. Várias glebas de terra, totalizando 54%, foram concedidas aos “descendentes” de japoneses. Entretanto, a posse da terra não foi efetivada por eles, pois efetuaram a venda dos seus títulos.

Com rara exceção, todas as glebas têm o recorte retangular, sendo o rio Sepotuba divisor de glebas da Serra do Tapirapuã e da Chapada dos Parecis. Para além de sua margem direita, iniciam-se as glebas que avançam para a Chapada dos Parecis. Um picadeiro, que realizava trabalho de agrimensor, afirmou, em entrevista, que, na época, isso era necessário, pois a mata ciliar era sinônimo de terra fértil. Para Monbeig (1998, p. 214), a divisão das glebas indicava rumos ao povoamento e esboçava a ordem que fazendeiros e sitiantes iriam se estabelecer.

O mapa foi pensado como artefato cultural, com os valores culturais da sociedade que o criou, procurando representar o que o futuro colonizador desejava, carregando as marcas do poder (ARRUDA, 2000, p. 138-159).

O acesso às terras, que permitiu a realização desta configuração no espaço, até então representado como sertão inóspito<sup>131</sup>, foi realizado através de propaganda de terras, especialmente pela imprensa, contribuindo para a corrida pela busca do solo fértil.

É comum encontra nos jornais e em revistas especializadas em agricultura, da época, anúncios convidando pessoas a se tornarem fazendeiros em Mato Grosso e, especificamente, na região de Barra do Bugres.<sup>132</sup>

Com a propaganda realizada pela colonizadora e pelo estado de Mato Grosso para a ocupação das “terras devolutas”, o planalto do Tapirapuã foi novamente quadrículado em 1956. Kubo Sakuyoshi, agrimensor, morador do Paraná, procurador de outros japoneses que conseguiram títulos de terras, foi para a região com o objetivo de conferir as glebas em Mato Grosso.

Entretanto, uma das glebas presentes no mapa cartográfico não existia de fato, mas o seu proprietário, um japonês residente no Paraná, já havia vendido seu título para terceiros, que vieram para ocupar a gleba. Não existindo efetivamente, a posse foi efetuada pelos novos compradores, no limite entre duas outras glebas. Percebendo tal situação, Kubo Sakuyoshi, representando os interesses dos proprietários das “glebas in-

131 Arruda (2000, p. 176) afirma que: “[...] sertão é uma descrição da natureza, uma paisagem, ou muitas paisagens com o mesmo nome. A utilização do termo é bastante antiga, mas não é uma palavra brasileira. Suas origens remontam ao período medieval português e é encontrado na África. Em Portugal, estaria ligado à região de terras secas, pouco férteis e despovoadas. O que interessa é que ela serviu e serve para designar diversas realidades físicas e assumiu, na cultura brasileira, um enorme significado” Também podemos conferir esta discussão em Galetti (2000, parte II).

132 Devemos destacar em especial a revista *Brasil-Oeste* que tinha distribuição gratuita aos responsáveis pela produção da lavoura e da pecuária, aos agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas, às entidades representativas das atividades agropastoris e às empresas diretamente vinculadas à produção agropecuária.

vadidas”, solicitou a saída dos “invasores” das terras, o que gerou alguns conflitos. Após estes conflitos, em uma emboscada depois do distrito de Nova Olímpia, a caminho de Barra do Bugres, Kubo Sakuyoshi foi assassinado.<sup>133</sup>

Talvez por esse fato os colonos japoneses venderam suas terras em um curto período de tempo. O que aconteceu com Kubo Sakuyoshi estava ligado ao comércio fundiário mato-grossense na década de cinquenta, conforme destacou o João Mariano de Oliveira:

Embora não conste nenhuma colônia agrícola federal no Estado, tem-se que essas terras ficaram sob a gerência do Departamento de Terras e Colonização do Estado, que se pôs a vendê-la indiscriminadamente, no Estado e fora dele. É assim que em 1953 tem-se em Mato Grosso a presença dos famosos beliches fundiários que se verificam especialmente, no município de Diamantino, particularmente, na área cortada pela BR-364 (Cuiabá - Porto Velho) envolvendo terras dos municípios de Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade. (OLIVEIRA, 1983, p. 56-57).

O caso de Kubo Sakuyoshi não foi o único conflito fundiário em Tangará da Serra, mas muitos outros aconteceram entre fazendeiros e fazendeiros, fazendeiros e posseiros, fazendeiros e índios, proprietários e não-proprietários de terras. Com a expansão dessa fronteira, alguns persistem até os dias de hoje. Uma revista de 1980, ao registrar as qualidades da microrregião do Alto Paraguai, à qual pertencia geograficamente o município de Tangará da Serra, representa assim o ambiente:

Tem problemas similares aos de outras regiões, como superposição de títulos de propriedade, concentração fundiária excessiva e especulação imobiliária, porém, em compensação, revela grande potencial agrícola, baixo índice de erosão ou irregularidades topográficas; de seus 28,421 km<sup>2</sup>, apenas 8% são tidos como inaproveitáveis. (PERFIL, 1980, p. 111).

É fundamental observar a propaganda que o veículo de comunicação apresenta, colocando a questão dos beliches de terras<sup>134</sup>, superáveis pela fertilidade do solo. Registramos, contudo, a permanência da violência no campo, como responsável também pelos movimentos populacionais das regiões de fronteiras.

A violência, apesar de inibir alguns grupos, como dos japoneses, não impediu o avanço da frente pioneira e nem da frente de expansão,<sup>135</sup> e nem mesmo (tampouco) o embate entre elas, pois a violência é parte substancial desse processo:

Porém, o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão e a conflitiva coe-

133 Estas considerações sobre a vida de Kubo Sakuyoshi estão presentes na memória de alguns entrevistados e especialmente na de seu filho, Uraci Maciel Sakuyoshi.

134 Beliches de terra consiste na falsificação de vários títulos da mesma terra (gleba) e sua venda para compradores diversos, com objetivo de especular apenas o título da terra.

135 Os conceitos de frente pioneira e frente de expansão são abordados na perspectiva de Martins (1997, p.153: “A frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, [...]. A frente pioneira é também a situação espacial social que convida ou induz à modernização. Ela constitui ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas [...] E frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica”.

xistência de ambas é mais do que contraposição de distintas modalidades de ocupação do território. Ao coexistirem ambas na *situação de fronteira*, dão aos conflitos que ali se travam, entre grandes proprietários de terra e camponeses e entre civilizados, sobretudo grandes proprietários, e índios, a dimensão de conflitos por distintas concepções de destino. E, portanto, dimensão de conflitos por distintos projetos históricos ou, ao menos, por distintas versões e possibilidades do projeto histórico que possa existir na mediação da referida situação de fronteira é um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica porque encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras situações sociais. Em grande parte porque mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas. (MARTINS, 1997, p. 182).

Parte da frente pioneira, principalmente a partir do ano de 1960, no ambiente em estudo, foi efetivada pela colonização privada da Sociedade Comercial Imobiliária de Tupã para a Agricultura Ltda (SITA).<sup>136</sup>

Inicialmente, conforme Planta Cadastral, as glebas que formaram a Colonizadora eram: Santa Fé, com 9.870,00 hectares e 3.045 m<sup>2</sup>, de propriedade de Euclides Borges Leal; Juntinho com 6.020,00 hectares pertencendo a Tokinobú Kaike; Esmeraldo, de Ichizo Yamaneca ou T. Kussumo<sup>137</sup>. Além delas, muitas outras foram distribuídas pelo ambiente que hoje se denomina Tangará da Serra, reespecializadas dinamicamente, conforme interesses econômicos dos proprietários.

### **A colonizadora SITA e os migrantes**

Está lavrado no Registro Geral de Imóveis do Cartório do Primeiro Ofício no município de Rosário Oeste-MT o título definitivo, escritura da Gleba Santa Fé, a principal do loteamento rural da SITA. Foi também nessa gleba criado o loteamento urbano, dando origem à cidade de Tangará da Serra.

Sobre as glebas formadoras da SITA, o padre José Egberto, no livro Tombo da Reitoria Nossa Senhora Aparecida<sup>138</sup> (1967, p. 6) fez as seguintes anotações:

Em 1953, o Sr. Júlio Martinez Benevides e o Sr. Joaquim Oléa, eles compraram do Sr. Cândido Borges Leal e filhos. Em 1954 Dr. Fabio Liserre comprou em comum mais áreas. Veio o Sr. Joaquim Aderaldo em 1954, mas não conseguiu localizá-las. Em 1955 o Sr. Joaquim Aderaldo veio com o engenheiro Domingos Lima e seu agrimensor Joaquim Lima. Desde da Barra do Bugres até aqui com camaradas e tropas, fazendo picadas até a cabeceira do córrego do Estaca e aí ficando dois anos. Onde foi feito o primeiro campo de aviação. Aí foi demarcado os lotes Santa Fé, Santa Cândida, Esmeralda e Juntinho.

136 É necessário registrar que a CITA - Companhia Imobiliária Tupã para a Agricultura passou a ser denominada depois do contrato registrado sob n. 4, em 30 de janeiro de 1969, de SITA - Sociedade Imobiliária de Tupã para Agricultura Ltda., e, conforme outros documentos do Cartório do Primeiro Ofício de Rosário Oeste-MT, datados de 1965, registra-se SITA - Sociedade Comercial Imobiliária de Tupã para a Agricultura.

137 Não encontrei registro do tamanho desta gleba, nem o primeiro nome do proprietário, apenas sua inicial T.

138 Reitoria é uma paróquia em formação.

Ao relatar sobre a propaganda realizada pelos corretores de terras no norte do Paraná ou na região da Alta Paulista em São Paulo, o senhor Wanderley Martinez (1991), membro da colonizadora SITA, afirmou em entrevista:

Não levam discursos, levam a idoneidade dos proprietários, falavam muito, por que nessa região da Alta Paulista, interior de São Paulo a gente era muito conhecido, todos os três, na região do Paraná também idem. Quer dizer que perguntavam de quem que é a firma a empresa, é de fulano e fulano, então não é problema. (MARTINEZ, 1991).

Na escrita sobre as bandeiras do século XIX e XX, Cassiano Ricardo (1970) destaca o espírito do bandeirante paulista na ocupação de “novas áreas” e, desta forma, podemos relacionar com a idoneidade que o colonizador relatou.

Cassiano Ricardo (1970) faz uma verdadeira apologia ao neobandeirantismo do século XIX e XX, destacando o paulista como o continuador destas aventuras de dominar ambientes, agora locais, para o plantio do café. Assim define o novo bandeirante:

[...] a palavra “bandeirante” toma um sentido mais amplo; é sinônimo de pioneiro, de sertanista, de “grande empreendedor”; é o que funda cidades, o que atende à voz do Oeste, o que toma parte em expedições para o interior do país, o que emigra de uma região para outra (de um foco de propulsão para outro, ou de atração), com qualquer um dos objetivos da bandeira. (RICARDO, 1970, p. 562).

Identificados como dignos bandeirantes, paulistas, mineiros, paranaenses e nordestinos, migraram para Tangará da Serra, carregando consigo o emblema de fundador de cidades e o perfil de pioneiros, como escreve Monbeig (1998), ou na busca do ouro verde e outras vantagens que a terra parecia oferecer. Cassiano Ricardo (1970, p. 563) também caracteriza como “paulista”, o goiano, o mineiro, o mato-grossense, o fluminense, o paranaense, o catarinense, o rio-grandense-do-sul, ou seja, todos aqueles que contribuíram para a “integração nacional”, no fenômeno moderno que ele caracteriza como bandeirantes do século XX.

Nos anos sessenta do século XX, foram muitos os caminhões “pau-de-arara” que transportaram mudanças de várias famílias para Tangará da Serra. Iludidas ou não, elas vieram individualmente ou em grupos de vizinhos, amigos, parentes ou de patrões e empregados, para habitar e construir suas vidas neste espaço de Mato Grosso.

Os caminhões de mudança transportavam, além de pessoas que tinham os corações divididos entre a saudade do lugar que deixavam e a vontade de vencer e melhorar seu futuro no lugar em que agora iriam se estabelecer, alimentos para uma longa viagem em estradas de difícil acesso. Gatos, cachorros, cavalos, bois, vacas, galinhas, galos, patos, galinhas-d’angola e cabritos eram comuns nos caminhões. Também eram trazidas mudas de plantas frutíferas e ornamentais destinadas a ocupar, exoticamente, o novo espaço e a reconfigurar um ambiente preponderantemente de cerrado e de matas ciliares.

As pessoas, por sua vez, como na *Arca de Noé*, se misturavam a uma fauna e flora do lugar de procedência, tentando transpor para sua nova moradia elementos

com os quais convivera no passado. São esses elementos materiais do ambiente que ajudam a permanecer e atualizar as lembranças registradas na memória destes primeiros moradores de Tangará da Serra (OLIVEIRA, 2004).

Um farto caminhão de mudança poderia ser a garantia de vida em uma terra desconhecida. Essa era uma prática de famílias que, por gerações, corriam em busca da ventura e da fartura. Nem sempre as famílias, nos caminhões de mudança, sabiam onde iriam parar. Nem todos que migraram para Tangará da Serra já conheciam ou tinham estado no local para adquirir sua área de terra; nem todos que se deslocaram contavam com dinheiro para comprar um lote urbano ou rural; muitos foram como porcentageiros, meeiros<sup>139</sup> e ou como aventureiros em busca de serviços. A frase *crescer com o lugar* focaliza muitas memórias coletivas de pessoas.

As primeiras famílias a estabelecerem residência em Tangará da Serra, segundo o livro Tombo da Reitoria de Nossa Senhora Aparecida, começaram a chegar a partir de julho de 1959. Das três famílias que chegaram inicialmente, duas delas dedicavam-se à lavoura, e a terceira tinha como líder um farmacêutico prático, Erotides Rodrigues Machado, considerado “médico do povo”. Sua farmácia começou a funcionar em 13 de março de 1961, no entanto, também se dedicava a uma pequena roça.

A partir de 1960, com intensificação dos trabalhos de propaganda realizados pela SITA, através de corretores e da divulgação em rádio no norte do Paraná, São Paulo e em Minas Gerais, várias famílias foram em busca da esperança, da grande colheita do café, do paraíso perdido. Em 1960, começaram a chegar várias delas, sendo que as primeiras matas derrubadas e as primeiras plantações foram realizadas depois de julho de 1959.

### Considerações Finais

A colonização privada de Tangará da Serra culminou com a efetivação da política fundiária mato-grossense, nos anos de 1960 aos anos de 1970. O Departamento de Terras e Colonização (D.T.C.) e a Comissão de Planejamento da Produção (C.P.P.) foram os órgãos responsáveis pela efetiva venda ou distribuição de terras naquele período. Esses órgãos foram envolvidos em corrupções políticas, tendo seus serviços suspensos em alguns anos.

As terras que hoje formam o município de Tangará da Serra foram resultado de 54 glebas que, em sua maioria, foram concedidas a descendentes de japoneses dos estados de São Paulo e do Paraná, quase retangulares e começavam na Serra do Tapira-puã, recortadas até o rio Sepotuba. As questões de beliches de terras e os conflitos fundiários fizeram com que a maioria dos japoneses vendesse e não ocupasse estas terras

---

139 Segundo citações de Couto (1999, p.14-5.): “porcentageiro é o chefe de uma família que é remunerado com um percentual da produção de café. Geralmente é proprietário de parte dos instrumentos de trabalho e pode utilizar uma área da fazenda para a criação de animais e produção de alimentos. O porcentageiro passou a receber após o terceiro ou quarto ano da produção de café, um percentual da sua produção, que, predominantemente era de 60% para o proprietário da terra e 40% para o porcentageiro. O meeiro conceituado por Aurélio Buarque de Holanda (1998, p. 111), como ‘aquele que planta em terreno alheio, repartindo o resultado das plantações com o dono das terras’, da mesma forma que o porcentageiro tinha uma meação na produção do café na proporção da metade da colheita, destinando-se a outra parte ao proprietário”.



do sudoeste de Mato Grosso.

A efetiva colonização do atual núcleo urbano de Tangará da Serra e de parte de sua zona rural concretizou-se a partir do ano de 1960, pela empresa de colonização privada denominada Sociedade Comercial Imobiliária de Tupã para a Agricultura Ltda. (SITA). Para reocupar o planalto do Tapirapuã, a SITA realizou propaganda nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, usando como elemento central para motivar o fluxo migratório a terra fértil para a produção do café.

Nos anos sessenta do século XX iniciou-se um intenso fluxo migratório para a região sudoeste de Mato Grosso. Quando os migrantes chegaram, encontraram uma cidade quadriculada no solo e os espaços individuais estavam já pré-estabelecidos.

O projeto arquitetônico foi criado na cidade de Tupã em São Paulo, pelo arquiteto Américo Carnevali, que apresentou uma cidade com traçado moderno, ruas largas, com 168 quadras, sendo cada uma com 16 lotes, destacando seis avenidas, centro cívico, locais para praças com áreas verdes, grupos escolares, cinema, mercado, hospital, clube recreativo, delegacia, rodoviária, posto de saúde, ginásio, estádio de futebol, aeroporto e horto florestal.

Na cidade, até os anos sessenta do período em estudo, as casas eram geralmente de madeira; poucas foram as feitas de alvenaria. Os moradores denominam as casas de alvenaria de casa de *material*. As casas de madeira eram, em sua maioria, cobertas de tabuinhas retangulares.

Dessa forma, as pessoas que chegaram a Tangará da Serra, durante o primeiro fluxo migratório, encontraram uma cidade sendo construída, casas sendo edificadas, homens e mulheres que, cotidianamente, organizavam novas práticas e relações sociais, com pessoas de diferentes lugares; as casas, a escola, o jeito de viver, foram se organizando, de acordo com o que as novas relações culturais exigiam.

A propaganda realizada pela SITA e pelas familiares residentes no povoado, presentes na memória de vários migrantes, e também, através de cartas a parentes e amigos, mobilizaram pessoas de vários lugares do Brasil para Tangará da Serra, mas, sobretudo, os originários dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Bahia, Goiás, Pernambuco e Espírito Santo. Essas famílias, denominadas de famílias de lavradores, seguiram a rota do café, realizando o fluxo migratório rural-rural.

## Referências

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. São Paulo: EdUSC, 2000.

BARROZO, João Carlos. Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: \_\_\_\_\_. **Mato Grosso do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: EdUFMT; Carlini&Caniato, 2008, p. 15-26.

BECHER, Berta K; MACHADO, Lia Osório; MIRANDA, Mariana. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília; Rio de Janeiro: EdUNB; EdUFRJ, 1990.

CARNEVALI, Américo. **Projeto Arquitetônico de Tangará da Serra**. Empreendimento da CITA - Companhia Imobiliária Tupã para Agricultura. [s.d.].

- CASTRO, Sueli P. et al. **A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade.** Cuiabá: EdUFMT, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COSTA, Romana Maria Ramos. **Cultura e contato: um estudo da sociedade Paresí, no contexto das relações interétnicas.** 1985. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.
- COUTO, Osmair. **As relações trabalhistas durante o ciclo cafeeiro na região de Tangará da Serra nas décadas de 70 e 80.** 1999. Monografia. (Especialização em Direito) Faculdade de Direito, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 1999.
- CROCE, Benedetto. **História como história da liberdade.** Tradução Julio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- CUSTÓDIO, Regiane Cristina. **Sorriso de tantas faces: a cidade (re) inventada. Mato Grosso pós 1970.** 2005. Dissertação. (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.
- FERREIRA, Eudson de Castro. **Posse e propriedade: a luta pela terra em Mato Grosso.** Campinas, 1984. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso.** 2000. Tese. (Doutorado em História) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz - **A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo.** Cuiabá: Unicen, 2002.
- IBGE. Estimativa. <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510795&search=mato-grosso|tangara-da-serra>. Acesso em 15 abr. 2014.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINEZ, Wanderley. Em entrevista concedida para o autor. Tangará da Serra – MT, 1991.
- MENSAGENS DOS GOVERNADORES DO ESTADO, 1954 a 1959, Doc.118-122. Ano 1954 a 1959 . Rolo 9. NDIHR. Microfilme.
- MENSAGENS DOS GOVERNADORES 1962 a 1965 . Rolo 10. NDIHR. Microfilme.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec; Polis, 1998.
- MONTENEGRO, Antônio Torres; Faria, Regina Helena Martins de. (Orgs). **Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias.** São Luís; Brasília: Universidade Federal do Maranhão; CNPq, 2005.
- MORENO, Gislaine. **Os descaminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso.** São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo.

São Paulo, 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. **Famílias e natureza**: as relações entre famílias e ambiente na colonização de Tangará da Serra – MT. Tangará da Serra: Sanches, 2004.

OLIVEIRA, João Mariano de. **A Esperança vem na frente**: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de SINOP, São Paulo, 1983. Dissertação. (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1983.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. **Colonização e diferenciação**: os colonos de Canarana. Rio de Janeiro, 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1981.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA. Livro Tombo I - Reitoria de Nossa Senhora Aparecida – Tangará da Serra - 1966 a 1983.

PERFIL, **Administrações estaduais** 1980 - Centro - Oeste. Número 11.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste**: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. v.2.

SANTOS, Regina Bega. **Migração no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1998.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndios: efeitos da Lei de 1850**. São Paulo: EdUNICAMP, 1996.

SILVA, Darwin Monteiro da. **Planta Cadastral de Barra do Bugres, Arenópolis e Cáceres**. Cuiabá, 1960. 1 mapa, n.º 226; Escala 1: 250. Manuscrito.

SOUZA, Edison Antônio de. **Sinop**: história, imagens e relatos: um estudo sobre a colonização de Sinop. 2001. Dissertação. (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

## A FRONTEIRA MATO-GROSSENSE ENTRE O BRASIL E A BOLÍVIA NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA<sup>140</sup>.

João Ivo Puhl<sup>141</sup>

A faixa de fronteira entre o Brasil e a Bolívia em Mato Grosso alcança a extensão de 750 km, na maior parte em divisa seca. Parte significativa dessa extensão está demarcada, ao norte, por cursos d'água como o Rio Verde, Guaporé, Mamoré e Madeira e outros afluentes amazônicos e, ao sul, pelos pantanais do Alto Paraguai e seus afluentes.

Os gestores da política nacional para as fronteiras, na década de 1990 e na primeira década do século XXI, dividiram os mais de 15.000 quilômetros de extensão das áreas limítrofes do Brasil com os dez países da América do Sul, em três Arcos que teriam características próprias e diferentes entre si. Esta classificação foi o resultado de diagnósticos e de leituras da realidade produzidas pelo grupo de pesquisas RETIS, coordenado pela geógrafa Lia Osório, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre 2004 e 2005, e da vontade política de um conjunto de representantes de ministérios e organismos federais, coordenados pela Secretaria de Programas Regionais, do Ministério da Integração Nacional. Afirma-se que todos os ministérios, secretarias e organismos federais e estaduais envolvidos consideram a faixa de fronteira importante em suas áreas de atuação.

Destes estudos acadêmicos e articulações políticas resultou, em 2005, um documento conhecido como *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*<sup>142</sup>. O documento acadêmico foi acolhido no Ministério da Integração Nacional como sua Proposta de Reestruturação do PDFF<sup>143</sup>.

O estudo projeta a faixa de fronteira do Brasil com os onze países sul-americanos em três grandes Arcos: Norte, Central e Sul. A região correspondente a cada arco apresentaria algumas características comuns e especificidades em relação às demais. Cada um dos arcos foi subdividido em sub-regiões, totalizando dezessete, ao todo. Nossa

140 Fronteira é um conceito ambíguo e polissêmico utilizado para falar de limites territoriais, zonas de contatos interculturais, faixas de terras e populações situadas dos dois lados de linhas limítrofes entre países, estados, municípios, distritos, comunidades. No Brasil, a Faixa de Fronteira internacional, era de 60 quilômetros (no Império), que depois passou para 100, e durante o Estado Novo, com Getúlio Vargas, chegou aos 150 quilômetros e assim permaneceu na Constituição brasileira de 1988. Essa porção de terra que bordejia a linha de limites entre o Brasil e os países da América do Sul recebeu diversas denominações: área, zona, espaço, região, território e faixa de fronteira. Inicialmente era considerada estratégica somente para a defesa e a segurança nacional, mas a partir de 1946 também passou a tomar importância socioeconômica para o desenvolvimento.

141 Professor do Curso de História da Universidade do Estado de Mato Grosso, em Cáceres-MT. E-mail de contatos: jivopuhl@gmail.com

142 Reconhecemos os méritos das proposições do grupo RETIS, mas o próprio programa afirma a necessidade de prestar atenção às realidades locais: população, dinâmicas socioeconômicas e político-culturais. Trabalhamos em universidade pública estadual, cuja sede fica na Faixa de Fronteira e desenvolvemos pesquisas anteriores com apoio da FAPEMAT, e continuamos a fazê-lo. Gostaríamos de apresentar nossas contribuições ao Núcleo do Estado de Mato Grosso, ao qual não tivemos acesso até o momento.

143 Não encontramos o PDFF anterior, que esta proposta queria reestruturar. Parece que desde 1993, ou até mesmo antes, o governo federal trabalha com a ideia de um programa para desenvolver a faixa de fronteira.

localização nos instigou a apresentar algumas contribuições às análises do Arco Central, que consta no PDFF (BRASIL, 2007):

O Arco Central abrange a faixa de fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Oito sub-regiões foram identificadas, o que indica grande diversidade nos tipos de organização territorial.

A unidade do Arco deriva do caráter de transição entre a Amazônia e o Centro-Sul do País e de sua posição central no subcontinente. É nele onde se encontram as duas principais bacias hidrográficas sul-americanas: a Bacia Amazônica e a Bacia do Paraná-Paraguai. (BRASIL - PDFF, 2007, p. 32).

A unidade da realidade caracterizada no Arco Central estaria dada pela situação de “transição da Amazônia”, que é um ecossistema com inúmeras áreas profundamente diferenciadas entre si, em Rondônia e Mato Grosso. Porém, na outra ponta do Arco a referência muda de conteúdo, pois “Centro-Sul do País” não indica nenhuma característica física, biótica ou social. Trata-se apenas de uma localização no país e no continente.

A abrangência que nos interessa apresentar com mais detalhes é apenas na porção mato-grossense do Arco Central, o espaço situado entre os municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres, atravessando Porto Esperidião. Este é um território totalmente em divisa seca com a Bolívia, numa extensão de, aproximadamente, 310 quilômetros. Ela engloba parte das sub-regiões X e XI da classificação deste arco.

Apresentamos uma leitura específica sobre uma parte do Arco Central, aquela correspondente aos municípios que consideramos mais estratégicos pelas suas relações e intercâmbios fronteiriços, que são Vila Bela da Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda e Porto Esperidião da sub-região X e Cáceres o único da sub-região XI.

A Sub-região Cultural Alto Paraguai/MT e Vale do Guaporé/RO X (décima) inclui os municípios de “Araputanga, Barra do Bugres, Curvelândia, Figueirópolis d’Oeste, Glória d’Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari d’Oeste, Mirassol d’Oeste, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Porto Estrela, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Vale de São Domingos, Vila Bela da Santíssima Trindade” todos no Estado de Mato Grosso (Proposta de Reestruturação do PDFF - Bases do PDFF, 2005, p. 66).

Fazemos uma leitura específica sobre pequenas porções das sub-regiões X e XI, do Arco Central apresentado no Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF (2007)<sup>144</sup> para assinalar os limites de seu diagnóstico micro-regional<sup>145</sup>. Em seguida, utilizando dados de nossas pesquisas de campo,<sup>146</sup> questionamos aspectos da tipificação e complementamos informações que indicam as especificidades desta que poderia ser uma sub-região, que tem uma tradição histórica de relações

144 Há várias versões do PDFF – Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Sua rediscussão iniciou em 2004, temos em mãos a versão impressa em 2007, emendada em versões digitais disponíveis no MIN.

145 Articulando várias escalas, na perspectiva da micro-história, não só reduzimos a escala de abordagem, mas operamos a microanálise como estratégia epistemológica.

146 Coordenamos projeto de pesquisa financiado pela FAPEMAT, Protocolo 040056/2007, e durante o doutorado fomos bolsista da mesma fundação e realizamos pesquisa na Província de Velasco na Bolívia.

e intercâmbios nas mais diversas dimensões da vida das populações em condições fronteiriças.

Chamamos a atenção para a história do tempo presente sobre aquele espaço e seus diferentes atores, que ainda está por ser produzida, contada, ou seja, historiografada no sentido acadêmico de história escrita<sup>147</sup>. Poderíamos lançar mão de diversas fontes ainda dispersas e não catalogadas, mas priorizamos a análise da documentação produzida pelo Grupo de Estudos RETIS, do Departamento de Geografia da UFRJ, e sucessivos documentos emanados da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional.

Nas fontes bibliográficas reconhecemos nossa inspiração em estudos de geógrafos, antropólogos e sociólogos e de alguns poucos historiadores que já enveredaram pelo tempo presente e a espacialidade de fronteira oeste do Brasil. Optamos pela escrita de um texto mais descritivo, com uma narrativa que segue certa cronologia e estabelece relações com os contextos políticos mais amplos, a partir dos indícios das fontes e das iniciativas e experiências locais que podem complementar ou problematizar as proposições políticas do Estado nacional para esta sub-região do arco central.

### **A área de estudo**

No espaço em tela, as cidades mais importantes e próximas da linha que demarca os limites nacionais entre o Brasil e a Bolívia são: Cáceres, distante mais ou menos 90 quilômetros da divisa, e outras menores, como Porto Esperidião, a 150 quilômetros, Pontes e Lacerda, a 200 quilômetros, e Vila Bela, a 80 quilômetros, todas elas em Mato Grosso. Do lado boliviano, encontra-se San Matias a 8 quilômetros da divisa com o Brasil e algumas vilas, como Las Petas, a 7 quilômetros, Ascención, a 5 quilômetros, e San Vicente, a apenas 500 metros, todas do Departamento de Santa Cruz de La Sierra.

As análises abrangem os municípios da sub-região X que são lindeiros da Bolívia, Vila Bela e Porto Esperidião, e incluímos Pontes e Lacerda, que não alcança a divisa internacional, mas tornou-se uma das principais conexões terrestres com San Ignacio de Velasco, do Departamento de Santa Cruz de la Sierra na Bolívia, por duas vias, através de Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso.

A primeira via parte de Pontes e Lacerda passa por Vila Bela, atravessa a ponte do rio Guaporé e segue em direção à comunidade de Palmarito, onde há um destacamento militar com o mesmo nome, distante apenas 6 quilômetros da fronteira boliviana, onde está a comunidade e destacamento militar chamado Marfil. Daí, são 180 quilômetros para chegar em San Ignacio de Velasco. Por esta rota circula ônibus de linha, duas vezes por semana, partindo de Pontes e Lacerda-Vila Bela-San Ignacio de Velasco e vice-versa<sup>148</sup>. Esse é caminho mais utilizado por estudantes do Brasil que estudam em Santa Cruz de la Sierra e que vêm ou voltam a Rondônia ou

147 Entre os brasileiros foram poucos historiadores que escreveram partes desta história da fronteira no tempo presente. Citamos a tese de Januário (2006), antropólogos, como Bortoletto (2007) Silva (2005) e Pacini (2010), geógrafos, como Fernandes (2006) abordaram diferentes aspectos contemporâneos daquela espacialidade.

148 Esta linha de ônibus tem sido irregular e já foi realizada por diversas empresas, como a Gunar, da Bolívia.

Amazonas.

O caminho de Pontes e Lacerda, pela MT-473<sup>149</sup>, ou estrada do Matão, liga diversos caminhos que ingressam na Bolívia, pela MT-265<sup>150</sup>. Dessa rodovia entra-se na Bolívia, a partir do posto em frente ao destacamento de Fortuna, ou por Santa Clara (ponto final da terraplanagem da MT-265), também conhecida como Ponta do Aterro. São 35 quilômetros até San Vicente, na Bolívia. A localidade fica a 120 quilômetros de San Ignacio de Velasco, por estrada de terra. Ela é a maior cidade da parte oriental da Bolívia. Há linha de ônibus<sup>151</sup> regular, duas vezes na semana, entre Pontes e Lacerda-Santa Clara-San Vicente-San Ignacio. É também é um dos caminhos utilizados pelos estudantes ou comerciantes brasileiros.

Empresários e políticos de San Ignacio de Velasco investem na conexão pela cidade de Vila Bela, pois é a maior extensão de vias asfaltadas e o caminho mais curto na Bolívia, em estradas de chão. Em diversos encontros promovidos entre representantes e empresários de municípios da fronteira em Comodoro (2007)<sup>152</sup>, em San Ignacio (2008)<sup>153</sup> pleiteava-se o estabelecimento de *Aduana e Migración*, em Marfil, do lado boliviano e da Alfândega e polícia federal em Palmarito ou Vila Bela, no Brasil. Hoje, nessa comunidade há uma barreira sanitária com o INDEA e GEFRON. Este tipo de presença também há na estrada de Pontes e Lacerda, pelo Matão até a Ponta do Aterro, e deste distrito à San Vicente, como também nas proximidades do destacamento da Fortuna e noutros caminhos que conectam com San Matías.

A posição de representantes de Vila Bela e San Ignacio de Velasco contraria

---

149 Liga Pontes e Lacerda a MT-265, no entroncamento da comunidade de Santa Luzia, município de Vila Bela.

150 Essa rodovia estadual inicia em Porto Esperidião, na BR-174, e faz um percurso em arco que deveria conectar a cidade de Vila Bela, mas em São Simão só é transitável no período da seca.

151 A empresa brasileira que mantém a linha de ônibus sai de Pontes e Lacerda nas terças e sextas feiras, é o Expresso Rápido Monte Cristo, e retorna de San Ignacio nas quartas e sábados.

152 Conforme relatório fornecido pelo SEBRAE, unidade de Cáceres-MT em meio digital. Esta não foi a primeira tentativa de uma articulação transfronteiriça nesta sub-região. Houve pelo menos duas tentativas recentes anteriores. Na década de 1980, o deputado estadual José Lacerda e seu irmão, senador Márcio Lacerda, articulavam uma conexão rodoviária com Santa Cruz como caminho aos portos do Pacífico, mas também de viabilização da Zona de Processamento de Exportações (ZPE) em Cáceres. Informações a respeito podem ser encontradas nos jornais locais da época; na década de 1990, outra iniciativa liderada pelo Sindicato Rural, pecuaristas e o então prefeito Aloísio de Barros, articularam vários encontros entre órgãos do executivo, segurança militar e policial, legisladores dos Estados nacionais e empresários para tratar de temas que lhes interessavam naquele momento em relação a insegurança nas propriedades por causa do roubo de tratores, carros, máquinas e implementos, tráfico de drogas, barreiras sanitárias, cooperação na vacinação contra a febre aftosa do lado boliviano, migração de trabalhadores, comércio internacional, contrabando etc... Na prefeitura, tivemos acesso a um relatório das comissões que chegaram a ser constituídas e funcionaram.

153 Participamos do evento como convidado, pois estávamos em plena pesquisa do doutorado, investigando a realidade das comunidades rurais chiquitanas da Província de San Ignacio de Velasco. Disparamos em meio digital de toda a documentação produzida nesse evento. Previa-se o próximo encontro em 2009, em Cáceres, mas não tivemos notícia de que tenha acontecido.

interesses de empresários, políticos e populações de Cáceres e de San Matias<sup>154</sup>, que pretendem o asfaltamento da rodovia de San Matias até Santa Cruz de la Sierra, por San Ignacio.

Cáceres, mesmo localizada à margem esquerda do Alto Rio Paraguai e na tipificação do PDFF, está incluída na sub-região XI, faz parte deste estudo, porque é a cidade de maior conexão com San Matias na Bolívia, através da Ponte Marechal Rondon,<sup>155</sup> sobre o Rio Paraguai, e da BR-070, toda asfaltada. Ela faz a conexão mais importante com a isolada cidade de San Matias, no extremo oriente boliviano, com intensos intercâmbios.

Grande parte do abastecimento daquela cidade boliviana provém do Brasil, como é o caso da energia elétrica e de alguns produtos industrializados. Serviços de saúde, de vacinação do gado bovino contra aftosa e de educação escolar, boa parte da população *matieña* busca em Cáceres. Na Corixa está o único posto da Alfandega brasileira e, junto, estão os postos da ANVISA, do INDEA e o destacamento militar. Antes do estabelecimento desses órgãos públicos havia ali uma comunidade de posseiros, cujos descendentes continuam vivendo e trabalhando seus pequenos lotes com produção agropecuária para a subsistência.<sup>156</sup>

Brasileiros, assentados recentes da reforma agrária na fronteira<sup>157</sup>, encontram grande parte do seu abastecimento e mercado para seus produtos em San Matias, onde também se encontra o único posto de *Aduana* e da *Migración* boliviana em todo o trecho em foco.

Em décadas passadas havia linhas de ônibus regulares entre Cáceres e Santa Cruz de la Sierra, passando por San Matias e San Ignacio de Velasco<sup>158</sup>. Hoje, o caminho está vetado à circulação de empresas de transporte coletivo (ônibus e *vans*) bolivianas no Brasil e de empresas brasileiras em território da Bolívia, por mútuas represálias em função de conflitos.

O transporte de passageiros entre Cáceres e San Matias ainda é diário, com diversos horários de ônibus, de *van* ou de taxis lotação, que estacionam na Corixa. Os passageiros atravessam, a pé, uma faixa neutra de 100 metros. Feita a travessia da zona de limites, o transporte de ida (8 km) e volta a San Matias é realizado por taxistas

---

154 Este conflito se explicitou no evento de 2008, em San Ignacio, quando a maioria dos políticos do município fazia oposição ao governo de Evo Morales, enquanto os de San Matias adotavam uma postura de negociação para ganhar apoios federais. Também o secretário do gabinete do então prefeito de Cáceres tinha interesses pessoais na relação com a Bolívia, porém deixou o cargo e o prefeito não se interessou pela sequência.

155 Ponte inaugurada no início da década de 1960, serviu para ocupar terras situadas na faixa da fronteira em Mato Grosso, Rondônia e Acre, quando se construiu e asfaltou a BR-174, na década de 1970 e 1980, mas também possibilitou a conexão asfáltica com San Matias, pela BR-070.

156 Em 2008 essa comunidade movia processo judicial contra o Exército que, através do comando do destacamento, impedia os posseiros de abrirem novas áreas de produção agrícola ou pecuária. Situações semelhantes viviam os moradores de São Simão e Casalvasco.

157 Desde 1994 foram criados, pelo INCRA, oito Projetos de Assentamentos (PAs) no espaço da fronteira, em Cáceres, cuja população é multi-étnica.

158 A empresa brasileira TRANSJAÓ e a boliviana TRANSBOLIVIA mantinham a linha de ônibus, mas, a partir de 2006 a situação se complicou e deterioraram as relações de intercâmbio.



bolivianos.

Cáceres também é a via de acesso pela BR-174, que liga a cidade de Porto Esperidião à fronteira, por 150 quilômetros em caminho terrestre, conectada pela MT-265. Através desta MT chega-se à comunidade e ao destacamento militar de Santa Rita e à Vila Picada, que se comunicam facilmente com o distrito boliviano de Las Petas. Assim também as comunidades mais próximas do destacamento militar da Fortuna<sup>159</sup> se relacionam intensamente com comunidades bolivianas, como Ascención<sup>160</sup>, Marco Porvenir<sup>161</sup> e, mais adiante, com San Bartholo que se localizam à margem da rodovia de San Matias a San Ignacio de Velasco (a 400 quilômetros) e Santa Cruz de la Sierra (a 800 quilômetros)

A porção das duas sub-regiões do Arco Central conecta outros pontos de sub-regiões do mesmo Arco nas duas principais Bacias hidrográficas sul-americanas: “a Amazônica e a do Paraná–Paraguai”. Ao norte, na parte “Amazônica” em Mato Grosso, estão os territórios dos municípios de Comodoro, Nova Lacerda e Nova Conquista, mais próximos da linha fronteira, na margem direita do Rio Guaporé. Na margem esquerda localiza-se o Parque Nacional *Noel Kempff Mercado*, que inicia no rio Verde, onde se encontrava um Marco do tratado de Madri, semelhante ao do Jauru, dentro do município de San Ignacio de Velasco (Santa Cruz-Bolívia). Ao sul, na “bacia Paraguai-Paraná”, destaca-se a cidade de Corumbá (Mato Grosso do Sul-Brasil), em frente a Puerto Suarez (Santa Cruz de la Sierra-Bolívia).

### Uma releitura do PDFF (2007)

O recorte sub-regional que consta no PDFF, não logrou captar a realidade micro-regional que caracteriza esta porção do território de contatos por linha seca, com seus intercâmbios humanos, comerciais, culturais e relações sociopolíticas de longa data, que a torna diferente das descrições e análises contidas na proposta do Plano do Ministério da Integração Nacional para o desenvolvimento da faixa de fronteira.

Conhecendo a realidade desta porção do território e analisando a caracterização que consta no plano, não conseguimos identificá-la, porque a apresentação do PDFF é genérica. Ressalta-se como característico da sub-região X:

[...] estende-se em semi-arco ao sul da Chapada dos Parecis, divisor de águas entre a Bacia Amazônica e a Bacia do Paraguai-Paraná (Estado de Mato Grosso). Apresenta baixa densidade demográfica, altos índices de urbanização e somente uma cidade de maior porte, Pontes e Lacerda (28.560 habitantes). A base produtiva está ligada principalmente à criação de gado bovino, tanto de corte como leiteiro. A extração de madeira em toras faz-se presente, assim como extração de madeira para lenha e carvão vegetal. Plantações de hévea para a produção de látex coagulado tornam a sub-região a principal produtora do Arco Central. Na fruticultura, a

159 No entorno deste destacamento foi criada a Terra Indígena Chiquitana, identificada pela FUNAI, desde 2004, mas ainda não demarcada, denominada TI Portal do Encantado, composta pelas aldeias Acorizal e Fazendinha.

160 É a última comunidade no município de San Matias do qual é distrito ou Cantón (a 08 km de Fortuna).

161 Marco Porvenir (a 500 metros de Fortuna) é a primeira comunidade do município de San Ignacio de Velasco.

laranja e a banana destacam-se como produtos mais importantes para a região. Os principais problemas são o baixo nível de investimento nas atividades agropecuárias, que se reflete em baixo valor da produção, e a baixa diversificação produtiva. O maior potencial dessa sub-região é sua posição geográfica. Bem servida de rios navegáveis sem nenhuma grande cidade polarizadora, apresentando grande variedade de solos, a sub-região pode se tornar produtiva de gêneros alimentícios e derivados do leite para as sub-regiões vizinhas. (BRASIL - PDFF, 2007, p. 33-34).

A questão da “baixa densidade demográfica” e da concentração urbana da população esconde a riqueza da diversidade étnica, cultural e social de que se constitui. Uniformizando, se oculta a presença de múltiplos grupos étnicos indígenas, como os Paresi, Nambiquara, Chiquitos, Umutina. Generalizando, também se esconde a presença de populações afrodescendentes e de outros mestiços, já tradicionais ocupantes dos territórios de que eram posseiros de longa data, muitos dos quais foram expulsos, migraram, se transformaram em pequenos proprietários ou foram enquadrados como peões na agropecuária ou como trabalhadores urbanos.

Esta sub-região foi propriamente reocupada ao longo do século XX, com intensidade de migração maior desde a década de 1960, quando populações de outras regiões do país foram estimuladas a migrar, pela propaganda empresarial privada e pelos organismos dos governos estadual e federal. A propaganda produzia o discurso do atraso e do vazio demográfico da região.<sup>162</sup> No entanto, esse território já estava ocupado por populações consideradas responsáveis pelo atraso, beirando a barbárie e a selvageria por suas formas de produção não capitalistas.

Estes espaços continuam abertos à recepção de migrantes nacionais e estrangeiros, principalmente de países vizinhos da América do Sul, como bolivianos<sup>163</sup>, peruanos e paraguaios, ou de europeus e norte americanos, gerenciadores e engenheiros de empresas multinacionais da mineração<sup>164</sup>, dos plantios da teca, dos frigoríficos e das Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs) que se implantaram ou foram adquiridas no tempo presente.

Em relação à demografia em Vila Bela e Porto Esperidião, a população rural excede os 60% do total, enquanto o número de habitantes urbanos, em Cáceres e Pontes e Lacerda, ultrapassam a população que vive no campo. Considerando somente a população rural dessa porção do território mato-grossense fronteiriço nos assentamentos da reforma agrária, em comunidades indígenas, tradicionais e quilombolas, em pequenas vilas ou distritos, em fazendas que congregam seus trabalhadores em moradias na pecuária, nos reflorestamentos de teca (*Tectona*) e nos cultivos da hévea (*seringais*), além de posseiros, arrendatários e volantes em busca de trabalho, no comércio, na educação, nos serviços de saúde, os militares dos destacamentos e da polícia

162 Analisadas por Tavares dos Santos (1993) Leite (1996) Guimarães Neto (2002), Puhl (2003) para esta e outras situações.

163 É o grupo de trabalhadores mais expressivo que migra da Bolívia desde as reformas neoliberais de Paz Estensoro, no início de 1980, para esta espacialidade, em busca de moradia, emprego e sobrevivência.

164 As principais mineradoras como a canadense Imana Gold e a Santa Elina (capitais de vários países), sustentam conflito com garimpeiros, individuais ou cooperativados, que operam manualmente.

estadual do Grupamento Especial da Fronteira (GEFRON), no seu conjunto constitui uma população de mais de 30.000 pessoas do lado brasileiro<sup>165</sup>.

Na faixa de fronteira da Bolívia, que é de apenas 50 quilômetros reconhecidos na Constituição de 2009, os percentuais da população do campo são mais elevados do que em Mato Grosso, pois as únicas cidades um pouco maiores na zona são *San Matias* e *San Ignacio de Velasco*. Porém, o número de comunidades rurais e indígenas chiquitanas ao longo da faixa de fronteira é muito expressivo. Além disso, convivem entremeio aos trabalhadores das fazendas, os militares dos destacamentos,<sup>166</sup> sempre paralelos aos do lado brasileiro.

A agropecuária nos quatro municípios é, sem dúvida, a atividade econômica mais importante. O rebanho bovino ultrapassa os dois milhões de cabeças em gado, de corte e leiteiro. O mercado mais sólido na região é o comércio do gado, que encontra colocação nos cinco frigoríficos<sup>167</sup> que funcionavam a pleno vapor antes da crise econômica internacional de 2008. No ano de 2013, abriu-se o frigorífico de San Ignacio de Velasco com capital brasileiro<sup>168</sup>. Hoje, funcionam apenas três frigoríficos atendendo a produção.

A bacia leiteira estabelecida atende os produtores em inúmeras unidades de processamento de produtos lácteos<sup>169</sup>. Assim, o leite, os bezerros, o gado magro e gordo encontram fácil colocação em toda a região. Não é por acaso que a arroba do boi tornou-se a moeda de equivalência para a maior parte dos negócios no campo e nas cidades da região.

A implantação das pastagens, cercas, e instalações para manejo do gado foram incentivadas pelas políticas de crédito, conjuminadas aos interesses de grandes proprietários. Empresas de capital externo à região, interessadas no processamento da carne, do leite e dos couros, foram se instalando e aproveitando a base produtiva já criada ao longo de décadas de políticas de alienação de terras públicas à iniciativa privada, de créditos acessíveis e favoráveis ao setor pecuário empresarial mais capitalizado.

Desde o início de 1990, recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) foram canalizados por empresários da pecuária, estabelecidos nas décadas anteriores, muitos com incentivos fiscais e recursos da Superintendência do Desenvolvi-

---

165 Cálculo do autor a partir dos dados do censo do IBGE (2010), considerando apenas a população rural.

166 Em Cáceres há o 2º BEFRON e em San Matias o Batalhão Florida; os destacamentos estão situados na Fronteira, em Corixa Grande, defronte ao destacamento do Pelotão Florida, e, assim, Santa Rita tem seu correspondente na Bolívia, no destacamento de Las Petas; Fortuna, o destacamento boliviano de Ascención; São Simão o de San Vicente; Casalvasco o de Coyu e Palmarito o de Marfil.

167 Havia dois frigoríficos em Pontes e Lacerda, um em Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Mirassol d'Oeste e Cáceres. A Friboi fechou em Cáceres e, na crise de 2008, fecharam os dois de Pontes e Lacerda.

168 O frigorífico de Mirassol instalou uma filial na cidade boliviana.

169 Havia um laticínio em Vila Bela, Pontes e Lacerda, Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Mirassol, Rio Branco, Curvelândia e Cáceres. Além destas plantas industriais encontram-se pequenos empreendimentos que produzem iogurtes, queijos, doces de leite etc. dispersos em todo o território, além de postos de resfriamento e recolhimento de leite para o posterior transporte. Em todos os assentamentos e comunidades rurais onde se produz leite chega essa rede do mercado, tanto do lado brasileiro como boliviano.

mento da Amazônia (SUDAM), em grandes propriedades. O Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (PRONAF) foi direcionado, pelos técnicos da Empresa de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER) e do próprio Banco do Brasil, para a pecuária. Assim, os agricultores familiares criavam a atual bacia leiteira, em detrimento da agricultura.

A agricultura familiar foi se retraindo sem assistência técnica, créditos, indústrias de processamento e comércio. Nas décadas de 1970-90, havia cerealistas que compravam, processavam e comercializavam arroz, algodão, milho, milho pipoca, banana, café etc., mas, gradativamente foram sumindo e fechando as portas aos produtores.

Quase todas as cooperativas<sup>170</sup> e associações<sup>171</sup> criadas para comercializar e processar a produção faliram com ou sem estímulos de políticas públicas. Os assentamentos de produtores familiares começaram com intensa produção agrícola e pecuária de pequeno porte, mas, gradativamente se transformaram em pastagens para vacas leiteiras ou gado de corte. Nessa transição, foram determinantes as facilidades de crédito, o mercado bovino consolidado, o desestímulo à produção agrícola e redução da mão de obra para a sua realização.

O abandono da agricultura, hoje, pode ser um problema, inclusive para o manejo semi-intensivo de engorda do gado, pois faltam os insumos para produzir rações necessárias à sua alimentação. Somente as fazendas que retomaram a produção de milho, sorgo, cana e de outras plantas forrageiras para alimentar o gado puderam partir para a engorda semiconfinada.<sup>172</sup> Ela demanda mais mão de obra, mais máquinas e tecnologias, reduzindo a idade do abate do animal e o tempo da alimentação do bovino na engorda.

Os custos de implantação das pastagens e da infraestrutura de cercas, currais, instalações, da aquisição de produtos que compõe a ração, da mão de obra e dos combustíveis, no lado boliviano, oscilavam recentemente entre 30 a 40%, a menos do que no lado mato-grossense<sup>173</sup>. Essa é uma das razões porque vários brasileiros estão migrando seus capitais para municípios da Bolívia, localizados próximo à fronteira.

170 Em 1991 assistimos à fundação de uma cooperativa pela EMATER, com agricultores de Pontes e Lacerda. Em 1993, ocorria o mesmo em Cáceres, quando o vice prefeito Pedro Henry encampou, como secretário municipal da agricultura, a constituição de cooperativa que não chegou a funcionar. Depois uma cooperativa de pescadores, outra de agricultores em Cáceres e uma cooperativa em Vila Bela tiveram o mesmo ocaso, mesmo com apoio público. Sobrevive com certo fôlego a cooperativa de Porto Esperidião.

171 Nos anos da nova República (1984-89) no Brasil e de Carlos Bezerra como governador de Mato Grosso, houve um esforço para criar associações de produtores rurais promovida pela EMATER-MT e em todo sudoeste do Estado nasceram nas comunidades rurais este tipo de organização para captar recursos, a fundo perdido, da LBA, do POLONOROESTE e de outros organismos públicos ou privados. A partir de 1988, também foi importante a atuação da FASE-MT, que promoveu a criação ou revitalização de associações de agricultores familiares e a sua articulação na Central de Associações intermunicipal em Pontes e Lacerda, a partir de 1992.

172 Técnica de manejo do gado que vem sendo adotada por diversos produtores grandes e médios com capacidade para investir. São os empresários capitalistas mais dinâmicos da atividade, que procuram racionalizar as despesas e os lucros, principalmente em Pontes e Lacerda, Vila Bela e Porto Esperidião.

173 Informação obtida pelo autor junto a um empresário que estudava instalar-se na Bolívia por estas razões, mas foi desaconselhado por causa da instabilidade política naquele país.

A caracterização da economia desta sub-região do arco central pelo PDFF afirma que a extração de madeira, em tora ou para o carvão, seria uma atividade importante. Não há mais florestas nativas donde possa ser extraída a madeira. Elas ainda existem no lado boliviano, nos parques e comunidades Indígenas. Em Mato Grosso são mais significativos os plantios de madeiras, como a teca, para a industrialização e exportação. Estes cultivos estão se ampliando em Cáceres, conforme Dan (2010) e Porto Esperidião, pela Floresteca<sup>174</sup> e Soteco, em Curvelândia e Mirassol, pela Soroteca. Outras espécies estão sendo plantadas na fazenda Triângulo, em Pontes e Lacerda.

Além disso, desde 1989 foram plantados algumas centenas de hectares de Sistemas Agroflorestais (SAFs)<sup>175</sup> em consórcios de plantas frutíferas da Amazônia, com madeiráveis e palmeiras, para frutos e palmitos, que estão produzindo, em pequena escala, retornos econômicos aos seus proprietários, em Vila Bela e Pontes e Lacerda.

O extrativismo vegetal encontra-se somente em comunidades de assentados da reforma agrária ou em comunidades tradicionais, que aproveitam plantas nativas, tanto para o seu consumo familiar como para produção de excedentes. Esses produtos são vendidos no mercado local e regional, tais como óleo do côco e farinha do mesocarpo de babaçu (Vila Bela e Mirassol), castanha de cumaru, farinha e licores de pequi (Cáceres), polpas para sucos, doces, licores e sorvetes de frutas como a canjiquinha e o orvalho, entre outros da região.

O extrativismo mineral de calcário, em Cáceres (Camil) e Mirassol, de ouro,<sup>176</sup> em Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Vila Bela e Nova Lacerda, é economicamente importante, pois emprega número significativo de trabalhadores, consome equipamentos, energia e combustíveis, dinamizando parte do comércio e trazendo retornos em *royalties* aos municípios. As usinas hidroelétricas nos rios Guaporé<sup>177</sup> e Jauru trazem ingressos tributários parecidos.

A produção de látex,<sup>178</sup> produto típico da região, não é tão expressivo que dele se possa derivar a afirmação de que tal produto torna essa zona “a mais produtiva do Arco Central”. São outras atividades econômicas, como a pecuária e a mineração, que, quantitativamente, são mais importantes. Os maiores problemas do látex são a sua produtividade e comercialização, quando os produtores são pequenos e isolados, pois o mercado do setor está monopolizado.

A fruticultura, hoje, não se concentra em laranjas e bananas, como afirma o

174 Empresa de capital holandês.

175 A implantação de SAFs foi iniciada por técnicos da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) e pelos técnicos do Centro de Tecnologias Alternativas de Pontes e Lacerda (CTA) e, depois, também foi adotada na fazenda Triângulo em combinação com as seringueiras e outras espécies.

176 As minas mais importantes em atividades são a Lavrinha (Pontes e Lacerda) e Santa Elina (Vila Bela e Nova Lacerda), exploradas por empresas multinacionais como a canadense Ymana Gold e a Santa Elina, que investiram em tecnologia pesada de perfuração de túneis nas serras, britamento das rochas, carregamento e transporte mecanizado e motorizado.

177 No rio Guaporé há pelo menos três hidroelétricas, JUBA I, II e III e uma no rio Jauru em Jauru.

178 Os maiores plantios de seringa estão na Fazenda Triângulo de propriedade de Farias de Brito, em Pontes e Lacerda, e na Soteco S.A., em Cáceres. Também foram estimulados com recursos do Polono-roeste plantios em áreas menores de agricultores familiares e fazendas em Vila Bela, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Cáceres e outros municípios da sub-região X, algumas das quais estão abandonadas ou sub-exploradas.

diagnóstico do PDFF. A banana-da-terra continua importante produto, de grande aceitação no mercado local, por seu consumo tradicional em Vila Bela, Porto Esperidião e Cáceres. Já a banana maçã, que era o tipo de produto que ia para o mercado nacional, já não existe mais, ou é pouco expressiva por causa das inúmeras pragas e doenças que a afetam. Antes da planta alcançar a idade produtiva, a maior parte já foi infectada e muitos plantios nem chegam a produzir, o que inviabiliza tal atividade. A banana maçã já foi um produto importante para a economia regional e a abertura de áreas de floresta<sup>179</sup>. As áreas recém-desmatadas recebiam, por um ou dois anos, cultivos de milho, arroz, feijão, mamão ou abacaxi, e junto se plantava a banana e o capim para, depois de aproximadamente dois anos, ter-se pastagens formadas no mesmo local.

No diagnóstico do PDFF considera-se que os principais problemas da sub-região X seriam “o baixo nível de investimento nas atividades agropecuárias” (PDFF, 2007, 34). Constata-se que esse quadro vem se revertendo entre os atores mais capitalizados, que investem em máquinas e tecnologias na busca da racionalidade capitalista. Os semiconfinamentos na engorda de gado significam níveis expressivos de investimentos em tecnologias, equipamentos e manejo.

A eliminação da agricultura familiar ou a sua redução às populações tradicionais indígenas, quilombolas ou mestiças, ainda a mantém por necessidade de subsistência e por força da tradição cultural. As populações fazem investimentos em sua força de trabalho e nos conhecimentos, pois não podem contar com políticas públicas de assistência técnica, créditos, infraestrutura de transportes e processamento e acesso a mercados distantes.

“O baixo nível de investimento na agropecuária se reflete em baixo valor da produção”. O que os autores do PDFF queriam expressar? Seria a baixa produtividade por área em produção? A produção em pequena escala considerada do ponto de vista quantitativo? Referiam-se aos preços baixos alcançados pelos produtos no mercado? Ou avaliavam a falta de agregação de valor aos produtos comercializados *in natura*?

A produtividade da pecuária na região é relativamente baixa, mas está dentro da média mato-grossense e nacional, e o mesmo ocorre no lado boliviano. A densidade de ocupação de gado por alqueire (2,42 hectares) não ultrapassa 1,7 cabeças de gado, na média geral. Por isso, os proprietários de latifúndios estão sempre vivendo o terror em relação aos movimentos sociais de reivindicação de terras da reforma agrária ou indígenas, porque, em ambos os estados nacionais, foram estabelecidos parâmetros para avaliar a função econômica e social das terras,<sup>180</sup> que muitas vezes não chegam a ser alcançadas. A capacidade de adensamento do gado por área depende também de investimentos em tecnologias, equipamentos, formas inovadoras de manejo e mão de obra mais qualificada no uso das tecnologias.

O aumento da produção, em termos quantitativos, poderia ocorrer pela expansão de novas áreas incorporadas em pastagens, que está próximo de chegar ao seu limite máximo pelos desmatamentos de florestas, cerrados, capoeiras e barbechos<sup>181</sup>.

179 Ver a descrição e análise desta sucessão em Calório (1991;1997).

180 Ley n. 1.715 ou Ley INRA, de 18 de outubro de 1996, e complementada pela Ley 3.545 Recondición comunitária de la Reforma Agrária, de 28 de novembro de 2006.

181 Denominação local para designar áreas em pousio e recuperação florestal.

Também poderia se dar por drenagem de áreas alagadas ou pela inovação no manejo das pastagens e da alimentação do gado, para ganhar produtividade por área. Nessa direção, ainda há muito que fazer e investir. Uma das formas encontradas por vários proprietários foi a alternância entre a agricultura, com plantios de milho, arroz, sorgo e até soja, para recuperar os solos, e depois replantar os pastos para o gado.

“O baixo valor da produção” depende muito das oscilações do mercado, mas também da qualidade do gado e da organização empresarial e sindical dos produtores para negociar em melhores condições: os créditos, as compras de insumos e máquinas, as vendas e as renegociações das dívidas. A agropecuária ainda é uma atividade imprescindível, mas muito vulnerável, exposta a riscos e fracassos. Seu período de realização é prolongado, se comparado com os produtos industriais ou serviços que trazem retornos mais rapidamente.

Entendemos que “os níveis baixos de investimentos na agropecuária” não “se refletem na baixa diversificação produtiva”. A lógica capitalista funciona ao contrário: quanto maior o nível de investimentos em tecnologias e equipamentos mecânicos para o manejo da agropecuária, mais especializada e monocultora ela resulta, se tornando, conseqüentemente, menos diversificada.

A diversificação é uma opção política pela complexidade de sistemas agroecológicos, que vai de encontro à lógica econômica que opera com sistemas simplificados e montados artificialmente, conforme a decisão do empresário e do mercado sobre o que, quanto, para quem e onde produzir.

Considerando isto, perguntamos: qual seria a importância estratégica e o potencial dessa sub-região? O diagnóstico do PDFF afirma que “é sua posição geográfica. Bem servida de rios navegáveis, sem nenhuma grande cidade polarizadora, apresentando grande variedade de solos” (PDFF, 2007, p. 34). Resumindo, seriam os seus recursos naturais e não os atores socioeconômicos que determinariam seu potencial e seu futuro.

Hoje, “os rios navegáveis” são muito pouco utilizados no transporte e na irrigação, apenas na geração de energia elétrica e para o lazer. Regionalmente, os rios são tidos mais como obstáculos a serem transpostos por pontes, do que como vias de transporte e integração.

Os “solos ricos e variados” estão quase todos apropriados e em usos nem sempre os mais adequados e eficientes na agropecuária, no extrativismo e nos reflorestamentos. O que, “da posição geográfica”, consideramos mais estratégico é o longo trecho de divisa seca entre Brasil e Bolívia, onde os obstáculos aos intercâmbios estão minimizados.

Dependerá da intensidade dos intercâmbios pela fronteira em solos contínuos que esta “sub-região pode se tornar produtiva de gêneros alimentícios e derivados do leite para as sub-regiões vizinhas” (PDFF, 2007, p. 34). A produção leiteira está em processo de consolidação nos dois lados da linha de limites internacionais. O que não existe são normas equalizadas dos fluxos de sua produção, considerando as especificidades da economia na faixa da fronteira. A vigilância sanitária brasileira, unilateralmente, impede os fluxos de produtos de origem animal e vegetal da Bolívia para o Brasil; ape-

sar disso, não retalia os produtores brasileiros no fluxo inverso.

O equívoco maior do diagnóstico parece que provém de uma leitura muito apressada sobre os aspectos fisionômicos da paisagem natural e do clima, derivando dela os aspectos culturais que também seriam homogêneos, explicando, inclusive, as formas de ocupação humana, os modelos de produção local e justificando “o aparecimento de grandes propriedades de produção pecuária extensiva.

A formulação no diagnóstico toma a descrição como explicação do fenômeno, que pode ter concretização na parte sul do arco descrito, mas na zona de nossa análise encontramos uma situação de transição de aspectos fisionômicos naturais entre Pantanal, Cerrado, Floresta Amazônica e Chaco. O ecossistema natural apresenta enorme diversidade, mais ainda a ocupação humana que, através do tempo até o presente, mantém-se heterogênea.

Consideramos que o diagnóstico cala a região em estudo. Razão porque concordamos com Dorfman, de que é necessário, ao analisar um espaço de fronteira, como a de Mato Grosso,

[...] O exame dos diferentes casos busca evidenciar o caráter de saber local, tradicional e artesanal, intrínseco à freqüência dos lugares e ao recurso a redes de relações e de confiança entre os diversos agentes, que se constrói em cada um desses lugares ou pares de lugares. (DORFMAN, 2008, p. 2).

### Considerações finais

Lendo somente os documentos formulados pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Grupo de Trabalho Interfederativo sob a coordenação daquele, não encontramos a realidade da porção da fronteira que recortamos neste estudo, que conhecemos *in loco* e através da leitura de estudos históricos, geográficos e sociológicos.

Identificamos e caracterizamos, com mais detalhes socioeconômicos e politico-culturais, esta pequena porção de território que compreende partes da sub-região X e XI do mapa do PDFF, publicado em 2007.

A elaboração do PDFF e suas sucessivas reformulações indicam uma busca de alternativas para uma situação histórica não equacionada a contento desde os centros nacionais de poderes estatais, que operam na perspectiva unilateral de estender suas decisões sobre todo o território nacional. No entanto, colhem sucessivos fracassos, pois no território encontra-se uma população, em geral, desconsiderada nos planos, programas e projetos governamentais para a faixa da fronteira tida como a margem dos sistemas.

As propostas, desde a década de 1930, do Estado Novo, apoiavam-se numa leitura das fronteiras como espaços essenciais para a segurança e defesa nacional. Independente de quem fossem os habitantes, aquela espacialidade era tratada como perigosa, ameaçadora e vulnerável. Razão por que deveria ser ocupada militarmente para sanar esta situação.

Após décadas de investimentos em segurança e defesa nacional, através da militarização e muito poucos investimentos em serviços públicos de qualidade para



as populações da faixa de fronteira, sucessivos governos, a partir da década de 1990, avaliam, planejam e propõem ações para modificar o quadro de subdesenvolvimento e de frustração nas metas e resultados previstos e não alcançados.

A elaboração do PDFF, no final daquela década, e suas revisões posteriores, nascem das mesmas conclusões. Após cada quadriênio de execução dos planos, não foi executado o planejado e não se atingiram as metas propostas. As explicações são inúmeras para tais fracassos e cada nova versão propõe sanar os problemas constatados nas avaliações.

A preocupação com a criação de um modelo de gestão integrada das ações federais e estaduais e dos diversos órgãos públicos esteve presente na Resolução n. 8, de dezembro de 2008, do Comitê de Articulação Federativa (CAF) que, por isso, criou o Grupo de Trabalho Interfederativo (GTI). O GTI trabalhou anos num relatório aprovado por unanimidade pela Plenária do CAF, em 2010, que resultou na assinatura do Decreto Presidencial que instituiu a Comissão Permanente de Desenvolvimento Integrado da Fronteira – CDIF, no dia 02/09/2010, durante o evento de inauguração da UNILA – Universidade da Integração Latino-americana, em Foz do Iguaçu-PR.

Em dezembro de 2010, o Ministério da Integração Nacional entregou ao Presidente da República o relatório elaborado pelo GTI, com o título “Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira”.

Em março de 2011 realizaram-se as reuniões preparatórias para a instalação da CDIF, visando mobilizar a constituição dos Núcleos Estaduais de Fronteira. Apesar de todos os planos e atividades desenvolvidas, nas avaliações do PDFF, em 2013, constata-se que o plano avançou e concretizou apenas a questão da segurança e da militarização. Continua a tradição estadonovista, que se pretendia superar com as novas políticas.

### Referências

BORTOLETTO, Renata. **Os chiquitano em Mato Grosso: estudo das classificações sociais de um grupo indígena na fronteira do Brasil/Bolívia**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Brasil. Secretaria de Programas Regionais - Ministério da Integração Nacional. **PDFF - Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2007.

Brasil. Secretaria de Programas Regionais. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. IBGE. **CENSO AGROPECUÁRIO DE 2005**.

BRASIL. IBGE. **CENSO POPULACIONAL DE 2010**.

CALÓRIO, Cláudia Maria. **A agricultura numa perspectiva ecológica e a pequena produção do Vale do Guaporé**. Estudo do caso das glebas São Domingos, Furna Azul e Scatolin. 1991. Monografia (Especialista em Educação Ambiental) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1991.

- \_\_\_\_\_. **Análise de sustentabilidade em estabelecimentos agrícolas familiares no Vale do Guaporé-MT.** 1997. Dissertação (Mestrado em Agricultura Tropical) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1997.
- DAN, Vivian Lara Cáceres. **Acesso à cidade:** questões sócio-econômicas da cidade de Cáceres com enfoque na Praça da Feira. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Marechal Cândido Rondon-PR: UNIOESTE, 2010.
- DORFMAN, Adriana. **A condição fronteiriça: a experiência local de um objeto geográfico nacional.** Caderno de resumos do XV Encontro Nacional de Geografia. São Paulo, 2008, p. 1-2.
- FERNANDES, José Eduardo Moreira. **A coroa do mundo.** Cuiabá-MT: EdUFMT, 2006.
- GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. Uma fronteira aberta: a fronteira oeste do Brasil na Era dos Impérios. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH --** Fortaleza: 2009, p. 1-8.
- Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira.** Brasília: 2010.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde:** a colonização de Alta Floresta. Cuiabá-MT: Unicen, 2002.
- JANUÁRIO, Elias. **Caminhos da Fronteira.** Cáceres-MT: EdUNEMAT, 2006.
- LEITE, José. **A pedagogia da luta pela terra:** o caso Mirassolzinho. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1996.
- LEY N. 1.715 ou Ley INRA. Bolívia:18/10/1996.
- LEY N. 3.545 Reconducción comunitaria de la Reforma Agraria. Bolívia: 28/11/2006.
- MACHADO, Lia Osorio (Org). **Proposta de Reestruturação do Programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira.** Rio de Janeiro: UFRJ/Grupo RETIS, 2005.
- PACINI, Aloir. Mapas da Fronteira. Anais das XIII Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas fronteiras e identidades: povos indígenas e missões religiosas. Dourados/MS Brasil, 30 agosto a 3 de setembro de 2010, p.52-53.
- PAULA, Sandro Miguel da Silva. **Soldados de Fronteira: memórias e narrativas da criação do 2º Batalhão de Fronteira.** Cáceres-MT: Gráfica Tigre, 2008.
- PUHL, João Ivo. **No Tempo do grilo:** uma história da luta pela Terra em São Domingos 1978-1984. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.
- RELATÓRIO do I Encontro de Municípios de Fronteira. Comodoro-MT/BR, 2007.
- RELATÓRIO do II Encontro de Municípios da Fronteira. San Ignácio de Velasco-SCZ/BO, 2008.
- RIBEIRO, Leticia Parente. **Zonas de Fronteira Internacionais na atualidade: uma discussão.** [www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/LETICIA.pdf](http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/LETICIA.pdf). Acesso: 26/03/2014
- SILVA, Joana Ap. F. et al. **Estudo das comunidades indígenas na área de influência do Gasoduto Bolívia-Mato Grosso.** Cuiabá: s/ed., 1998.

\_\_\_\_\_. Fronteira compartilhada, território fragmentado: os chiquitanos no Brasil e na Bolívia. In: SALOMON, Marlon et al. (Org.) **Processo de Territorialização entre a História e a Antropologia**. Goiânia-GO: EdUCG, 2005, p. 119-146.

SILVA, Verone e LEITE, José (Org). **Relatório sobre comunidades tradicionais quilombolas em Vila Bela da Santíssima Trindade**. Projeto de Pesquisa. Cuiabá-MT: GERA, 2011.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Matuchos exclusão e luta: do sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993.

## UMA UNIVERSIDADE NA FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: EXPERIÊNCIAS DE INCLUSÃO SOCIAL NA UNEMAT

Iraci Aguiar Medeiros e Leda Gitahy<sup>182</sup>

### Introdução

O objetivo deste estudo é analisar duas experiências desenvolvidas na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) que apontam para a democratização do acesso (inclusão de pessoas) e inclusão de saberes no ensino superior, a partir de demandas e articulação com movimentos sociais. A ideia é discutir, por um lado, como essas ações legitimam a UNEMAT, e, por outro, como a Universidade se articula com movimentos sociais para concretização dessas experiências, e em que medida essa relação promove novas formas de se produzir conhecimento. As experiências escolhidas para análise são: o Projeto de Formação de Professores Indígenas - 3º Grau Indígena e o Curso de Agronomia para os Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC).

O Projeto 3º Grau Indígena, iniciado em 2001, tem como objetivo garantir a formação superior de professores indígenas de diversas etnias localizadas em Mato Grosso e em outros estados brasileiros, nas áreas de Línguas, Artes e Literatura, Ciências Matemáticas e da Natureza, Ciências Sociais, e Pedagogia Intercultural. Os cursos compreendem Etapas de Estudos Presenciais na Universidade e Etapas de Estudos Cooperados de Ensino, incluindo as pesquisas desenvolvidas pelos estudantes nas comunidades de origem.

O curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC) teve início em 2005, com 67 alunos dos movimentos sociais do campo dos Estados de Rondônia, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná. O curso, com ênfase em Agroecologia e Sócio-Economia Solidária, foi realizado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com a participação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

### UNEMAT: uma universidade na fronteira oeste do Brasil

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), criada em 1993, com sua Sede Administrativa na cidade de Cáceres, fronteira do Brasil com a Bolívia, resulta de várias nomeações institucionais, com origem no Instituto de Ensino Superior, em 1979, é uma Instituição estadual pública, com atuação em todas as regiões do interior de Mato Grosso. Nos seus 13 (treze) *Campi* Universitários e 8 (oito) Núcleos Pedagógicos, 6 (seis) Polos Educacionais, oferta 104 cursos de graduação em atendimento a, aproximadamente, 20 mil alunos, procurando ampliar a sua área de atuação junto a setores da sociedade que, ao longo da história, não tiveram as demandas atendidas pelas políticas públicas.

Sustentada no princípio de democratização de acesso ao ensino superior, a

---

182 Iraci Aguiar Medeiros é doutora em Política Científica e Tecnológica pelo DPCT - IG/UNICAMP. Leda Gitahy é professora doutora do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do IG/UNICAMP. E-mails: medeiros.ira@gmail.com e leda@ige.unicamp.br.

UNEMAT, ao longo de sua trajetória, vem atendendo, em todo o estado de Mato Grosso, um contingente populacional jovem das regiões mais distantes e de difícil acesso, suprimindo a necessidade das escolas públicas, com relação à formação de professores, e respondendo a demandas de movimentos sociais. Sem a presença da UNEMAT<sup>183</sup>, esse público, egresso do Ensino Médio, não teria perspectiva de continuidade dos estudos e, possivelmente migrariam para os grandes centros em busca de oportunidade de ensino superior.

Uma outra vertente da discussão vai além da questão da inclusão de pessoas ou da democratização do acesso, e aborda o tema da inclusão de saberes não legitimados como fundamental para fertilizar o processo de produção de conhecimento na universidade. Aqui, entram temas tão diversos como o da relação entre universidade/empresa, para promover a inovação, e o da relação da universidade com outros segmentos da sociedade (prefeituras e diversos movimentos sociais).

Para Carvalho<sup>184</sup> (2004, p. 22):

As universidades brasileiras quando foram constituídas, desautorizaram sistematicamente todos os saberes dos indígenas e todos os saberes dos africanos escravizados no Brasil. Esta desautorização está até hoje embutida nos conteúdos das nossas aulas e nos nossos temas de pesquisa. Daí que o papel da extensão deve ser justamente caminhar na contracorrente desse processo de discriminação.

Para o professor, as universidades precisam atrever-se a reautorizar os saberes negados e reintroduzi-los no seio da vida universitária. É necessário trazer as expressões culturais e os conhecimentos dos subalternos para o *campus*, estabelecendo vínculos concretos de parceria com as comunidades que perpetuam esses saberes, deslocando os professores para perto das comunidades, por meio de projetos de parcerias, e trazendo representantes dessas comunidades para dentro da universidade. Diversas experiências realizadas no Brasil vêm oportunizando essa relação dialógica, o que possibilita a formação de profissionais mais comprometidos com o social e uma maior eficácia no lidar com os problemas sociais.

Boaventura dos Santos, em seu livro *A Universidade do Século XXI* (2004), faz uma discussão sobre a necessidade de a universidade reconquistar a sua legitimidade junto à sociedade. Para ele,

A ideia da democratização externa confunde-se com a responsabilização social da universidade, pois o que está em causa é a criação de um vínculo político orgânico entre a universidade e a sociedade que ponha fim ao isolamento da universidade... a participação dos cidadãos ou comunidades enquanto utilizadores e mesmo co-produtores de conhecimento, leva a que essa contextualização e participação sejam

183 A UNEMAT vem institucionalizando algumas ações, com destaque aos Projetos e Programas: Licenciaturas Plenas Parceladas, Módulos Temáticos (formação de professores), 3º Grau Indígena, Programa Institucional de Qualificação Docente, Educação a Distância, Universidade Aberta do Brasil (UAB), Pedagogia da Terra, Programa de Integração e Inclusão Étnico-racial, Programa Institucional de Educação e Sócio-Economia Solidária, Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo.

184 Conferência proferida na II Semana da Consciência Negra, no Auditório do Campus II da Feevale, em Novo Hamburgo/RS, dia 17 de novembro de 2004.

sujeitas a regras que tornem transparentes as relações entre a universidade e o seu meio social e legitimem as decisões tomadas no seu âmbito. (SANTOS, 2004, p. 100).

Para o mesmo autor, uma das formas que a universidade dispõe para isso é a realização de ações nas áreas de acesso, extensão, relação com a escola pública, pesquisa-ação e ecologia de saberes. As ações de acesso à universidade incluem parcerias com as escolas públicas, gratuidade e/ou oferta de bolsas no ensino e programas de ações afirmativas (cotas e outras medidas) e as ações de extensão envolvem uma vasta área de prestação de serviços para grupos sociais populares e suas organizações, movimentos sociais, comunidades locais ou regionais, governos locais, o setor público, o setor privado. Na relação com a escola pública, a universidade deve estabelecer mecanismos institucionais de colaboração para a formação continuada de professores, em parceria com os sistemas públicos de ensino. A prática da pesquisa-ação e a ecologia de saberes transcendem a atividade de extensão na universidade, uma vez em que atuam tanto no nível da extensão, como no nível da pesquisa e da formação. (SANTOS, 2004, p. 66-84)

A pesquisa-ação é uma ação que exige maior responsabilidade social por parte da universidade, e a ecologia de saberes constitui uma inovação nas formas de se produzir conhecimento: “A pesquisa ação consiste na definição e execução participativa de projetos de pesquisa, envolvendo as comunidades e organizações sociais populares a braços com problemas cuja solução pode beneficiar dos resultados da pesquisa. A ecologia dos saberes é um aprofundamento da pesquisa-ação. É algo que implica uma revolução epistemológica no seio da universidade”. A ecologia de saberes se refere a um “conjunto de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo. Implica uma vasta gama de ações de valorização, tanto do conhecimento científico, como de outros conhecimentos práticos”. (SANTOS, 2004, p. 75-81).

Trata-se de uma abertura da universidade de “fora para dentro”, de modo a promover o diálogo com a multiplicidade de saberes produzidos na sociedade, os saberes leigos, populares tradicionais etc.

Para Santos (2004, p. 81): a pesquisa-ação promove a ecologia de saberes, que é “uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção do diálogo entre o saber científico ou humanístico que a universidade produz e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais que circulam na sociedade” Para o mesmo autor, o objetivo da ecologia dos saberes é obrigar o conhecimento científico a se confrontar com outros conhecimentos para, assim, reequilibrar aquilo que foi desequilibrado na primeira modernidade, a relação entre ciência e prática social.

A hipótese é que os cursos de Licenciaturas para Formação de Professores Indígenas – 3º Grau Indígena e o curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC), ofertados pela UNEMAT, caminham nessa direção, na medida em que essas experiências utilizam a metodologia da alternância e os projetos de pesquisa dos alunos envolvem a solução de problemas das comunidades, ou seja, a realização de uma modalidade de pesquisa-ação que implica a adoção de um modo de produção e

socialização do conhecimento, situados num contexto de aplicação. Nas experiências, as pesquisas dos alunos partem da necessidade de resolver problemas práticos ou de atender a demandas econômicas ou sociais dos estudantes e de suas comunidades.

Tais experiências, surgidas como uma demanda dos movimentos sociais, indígena e do campo, se caracterizam por inovações na forma de construir e executar projeto de ensino, permitindo-nos refletir sobre a possibilidade de novos paradigmas teóricos, pedagógicos e educativos no interior da universidade, a partir da interação com os movimentos sociais.

Esses e outros projetos têm aproximado a universidade das demandas sociais e representado uma importante mudança com relação às formas tradicionais utilizadas pela academia em seus cursos de graduação, aproximando a instituição das necessidades e do cotidiano das comunidades.<sup>185</sup>

Para o antropólogo Otávio Velho (2006), a presença dos movimentos sociais e das universidades no interior do país questiona a ideia de permanência dos “grotões”. O autor aponta a presença e a capacidade de articulação dos movimentos sociais e das universidades como propulsores de mudanças sociais que têm alterado significativamente a paisagem social no interior do país. Para ele, isso vem ocorrendo “porque cada vez mais - especialmente no caso das universidades que também eram consideradas periféricas - a produção do conhecimento mostra-se inseparável daquilo que se denomina “extensão” universitária. Segundo ele, essas universidades tornaram-se vanguarda neste processo, inclusive na crítica à concepção de extensão e a sua posição marginal na vida acadêmica”. (VELHO, 2006, p. 25)

No entendimento de Velho (2006), a extensão promove não só a articulação genérica da vida universitária com a sociedade envolvente, mas também de saberes universitários e não universitários tratados simetricamente. Isso se dá das mais variadas maneiras, passando a ter um grande poder transformador da própria vida universitária: seja pela presença de nova clientela (trabalhadores dos movimentos sociais do campo, por exemplo) que traz uma bagagem cultural enriquecedora, seja pelos desafios que obrigam a que se pratique a interdisciplinaridade nos interior das Universidades.

Dessa forma, as experiências de colaboração entre a universidade e os movimentos sociais configuram um processo de aprendizagem de mão dupla. Vista assim, a relação social entre a universidade e a sociedade pode ser transformadora, não só no sentido da busca da melhoria da qualidade de vida, mas de inovação nas formas de produção do conhecimento. Na interação com diferentes grupos sociais numa relação de troca de saberes, há uma tendência a se produzir e a socializar conhecimentos novos que contribuam para a superação das desigualdades sociais.

---

185 Na UNEMAT, além do CAMOSC e o 3º Grau Indígena, valem mencionar outros projetos como o Projeto de Licenciaturas Plenas Parceladas para formação de professores da Rede Pública de Ensino, o Programa de Cotas Étnico-raciais e o curso de Pedagogia da Terra para a formação de professores das escolas dos assentamentos da reforma agrária. Para o curso de Pedagogia, além da UNEMAT em Mato Grosso, o MST tem realizado parceria também com universidades federais de Rondônia, Pará, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Minas Gerais e Espírito Santo e as estaduais de São Paulo, Pernambuco, Bahia, do Oeste do Paraná e do Rio Grande do Sul.

## Inclusão social na Universidade

O debate sobre a inclusão social nas universidades públicas brasileiras está focado na ampliação do acesso, com garantia de permanência do estudante, em especial ações que privilegiam o acesso de grupos socialmente desfavorecidos.

Atualmente, expressões como “inclusão social”, “ações afirmativas”, “crescimento e desenvolvimento sustentável” e “ampliação do conceito de cidadania”, “representação e afirmação em espaços educacionais”, passam a fazer parte não só da agenda dos movimentos sociais e ONG’s, mas também das discussões internas das Universidades, sobretudo as públicas. Um dos desafios para a universidade, no sentido de cumprir o seu papel social, está na capacidade de se comprometer com a realidade social em todas as atividades que realiza, no ensino, na pesquisa e na extensão.

Ao menos duas demandas estão postas para o ensino superior no Brasil. A primeira, a expansão da oferta de vagas, principalmente na universidade pública, dado que o segmento privado cresceu desmesuradamente, e também porque há uma demanda crescente pelo ensino superior. A segunda, a democratização do acesso com políticas, têm como objetivo promover a redução das desigualdades étnicas e sociais.

Muito se tem discutido sobre a relação da universidade com a sociedade. Além da missão de formação das pessoas - em cursos de graduação e de pós-graduação - e de geração do novo conhecimento - a pesquisa -, a universidade atua, na dimensão de interação social, a extensão universitária.

De acordo com Carvalho (2004, p. 22), isso implica uma outra forma de entendimento da extensão. Segundo ele, não basta “visitar a comunidade” através de cursos, pretendendo *estender* a outros atores sociais, sejam eles segmentos mais ou menos favorecidos, os conhecimentos produzidos pelas suas atividades como se estes fossem uma *dádiva*. Em outras palavras, não se trata de estender unilateralmente alguma coisa para alguém que está fora; é necessário mais do que isso. A promoção da extensão, como processo educativo, cultural e científico, deve estar permanentemente articulada com o ensino e a pesquisa, a fim de viabilizar a relação transformadora entre universidade e sociedade, cuja interação fertiliza o próprio processo de produção do conhecimento.

Para Otávio Velho (2006, p. 25), “um elemento importante para a democratização de acesso tem sido a presença de universidades públicas no interior do país, resultado da demanda pela democratização de acesso ao ensino superior”.

Uma das características da UNEMAT é o atendimento, em seus cursos de graduação, a alunos provenientes de escolas públicas, trabalhadores de baixa renda e residentes em municípios do interior do Estado. Este perfil do público com acesso à Universidade tem características diferentes do público predominante na maior parte das Universidades públicas brasileiras.

A UNEMAT vem estabelecendo parcerias com diversas instituições, como os movimentos sociais, os órgãos públicos dos governos federal, estadual e municipais, dentre outros, para o desenvolvimento de programas e projetos de ensino, extensão e pesquisa voltados para a redução de desigualdades sociais. Esse caminho tem sido importante para garantir a legitimidade dessa Universidade junto à sociedade e garantir a



sua existência e continuidade.

Na perspectiva de garantir a inclusão social no ensino superior, a UNEMAT, em toda sua trajetória, tem procurado realizar ações de democratização de acesso aos seus cursos de graduação. Por meio de diversas modalidades de ensino (regulares, parceladas, modulares, a distância etc.), oferta cursos em todas as regiões do interior de Mato Grosso, incluindo, por meio de reserva de vagas ou cursos específicos, alunos egressos de escolas públicas, negros, indígenas, assentados da reforma agrária, professores de escolas público estadual e municipais.

Mediante o envolvimento de uma rede de atores, a UNEMAT vem institucionalizando programas e projetos inovadores no ensino de graduação, como Licenciaturas Plenas Parceladas, Módulos Temáticos, 3º Grau Indígena, Ensino a Distância, Pedagogia da Terra, Inclusão Étnico-racial, Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo, Qualificação Docente etc. Tais experiências, em sua maioria, surgiram de demandas e articulações promovidas por diversos movimentos sociais, como o movimento de professores da rede pública de ensino, do movimento negro, de professores indígenas, dos movimentos sociais do campo, que promovem, além da inclusão de pessoas, a inclusão de saberes, podendo contribuir para fertilizar o processo de produção de conhecimento no interior da universidade.

O papel reservado à UNEMAT, no que diz respeito ao acesso a educação superior em Mato Grosso, é fundamental, tendo em vista ser a universidade pública pela qual podem se concretizar políticas de formação e, ao mesmo tempo, ser a instituição que pode estabelecer laços mais próximos com as comunidades locais nas quais se insere. Boaventura dos Santos (2004) coloca a questão como uma das ações que legitima a universidade junto à sociedade.

### **A interação da UNEMAT com os movimentos sociais**

Alguns movimentos sociais, organizando-se em torno da ideia da defesa da democracia na diversidade, têm articulado redes de atores públicos e privados para enfrentar e resolver problemas sociais, criando novos espaços de governança. Algumas dessas experiências estão focadas no acesso à educação superior, a exemplo de duas experiências realizadas pela UNEMAT: o Projeto 3º Grau Indígena e o Curso de Agronomia para os Movimentos Sociais do Campo.

### **O Projeto 3º Grau Indígena**

O Projeto 3º Grau Indígena, em desenvolvimento na UNEMAT, é decorrente de algumas iniciativas de formação de indígenas já desenvolvidas no estado de Mato Grosso desde os anos 1970, e fundamenta-se nas discussões e reivindicações do movimento indígena, especialmente de professores atuantes no campo da educação escolar indígena.

Com o objetivo de formar e habilitar professores indígenas para o exercício docente no Ensino Fundamental e em disciplinas específicas do Ensino Médio, nas Escolas das Aldeias, o 3º Grau Indígena, iniciou-se na UNEMAT, em julho de 2001, com cursos de Licenciatura Plena nas áreas de Línguas, Artes e Literaturas, Ciências Matemáticas e da Natureza e Ciências Sociais.

O curso de licenciatura em Ciências Sociais tem como foco os campos da História e da Geografia, compondo com a Antropologia, a Política, a Sociologia e a Filosofia numa abordagem reflexiva acerca das diferentes noções de tempo e espaço concebidas pelas diversas sociedades humanas. O curso de licenciatura em Ciências da Matemática e da Natureza, com enfoque na etnociência, tem como objeto de estudo os campos da Biologia, Física, Matemática e Química. O Programa dessa área tem como eixo principal o estudo dos diferentes conhecimentos, como resultado das inter-relações entre sociedade, ciência e tecnologia. O objetivo do curso de licenciatura em Línguas, Artes e Literatura é habilitar o aluno no trabalho com as diferentes linguagens: escrita, oral, artística e literária, tendo como objeto de estudo a experiência da linguagem e as relações entre línguas, artes e literaturas.

Para estes três cursos, a UNEMAT realizou o primeiro vestibular<sup>186</sup>, com a oferta de 200 vagas para indígenas em cursos de nível superior, voltados especificamente para os povos indígenas. Em 2004, a abertura de mais 100 vagas, em 2008, foram ofertas 40 vagas, e, no final de 2011, a UNEMAT realizou o 4º vestibular, com a oferta de mais 50 vagas. Em 2011, O Projeto 3º Grau Indígena foi ampliado mediante a implantação do curso de Pedagogia Intercultural, com a oferta de 50 vagas para professores indígenas de etnias de Mato Grosso.

Em meados de 2006, forma-se a primeira turma do Projeto 3º Grau Indígena. Na oportunidade, 186 índios, de 36 etnias diferentes e com 26 idiomas falados, receberam o diploma de nível superior. Em 2009, formam-se 90 professores indígenas da 2ª turma e, em 2012, foram diplomados mais 40 professores da 3ª turma. O Projeto oferece também cursos de especialização *Lato Sensu*. A especialização em Educação Escolar Indígena é para atender professores indígenas que já concluíram o ensino superior. Entre 2004 a 2011, três turmas se formaram.

O Projeto 3º Grau Indígena segue um regime especial, com calendário específico. Os cursos são realizados em duas etapas, sendo uma de formação geral, com duração de três anos, e outra de formação específica, com duração de dois anos. A etapa de formação geral compõe-se de dois núcleos curriculares que se articulam, de forma a oportunizar aos cursistas a compreensão dos elementos construtivos da educação escolar indígena e os conhecimentos necessários para a prática docente no ensino fundamental, ocasião em que são estudados conteúdos pertencentes às licenciaturas. Nessa etapa, portanto, são aprofundados os conceitos e conteúdos necessários para a formação do professor indígena. A etapa de formação específica é desenvolvida nos dois últimos anos do curso e tem como enfoque principal o desenvolvimento de uma pesquisa, teórica e/ou de campo, numa das áreas das ciências que compõem o currículo do ensino fundamental e médio.

Um dos pontos altos do Projeto 3º Grau Indígena, são as etapas intermediária-

---

186 Conforme matéria publicada na Folha *Online*, de 28.01.2003 - sessão Colunistas, Matéria de Kiyomori Mori, *free-lance* para o jornal Folha de S. Paulo, 2003, a UNEMAT foi primeira instituição brasileira a oferecer curso superior exclusivo para professores indígenas. O programa, iniciado em julho de 2001, usou como referência os programas em funcionamento na Guatemala, Nicarágua, Equador e Canadá.

rias, realizadas nas aldeias de origem dos professores indígenas, quando são realizadas as pesquisas cujos objetos são as questões identificadas durante as etapas intensivas, como as histórias dos povos, as narrativas míticas etc., que necessitam da consulta aos moradores mais velhos da aldeia (pajés, anciãos). Dessa forma, os sábios e lideranças tradicionais das comunidades ganham poder como fonte referencial de conhecimentos muito valiosa, sendo cada um desses sujeitos os transmissores da cultura de cada povo. Ao prestigiar o conhecimento local, especialmente o saberes tradicionais, a comunidade é envolvida com o projeto e com a formação dos seus professores.

Na proposta curricular dos cursos do 3º Grau Indígena, desde o início, se contempla uma educação intercultural, com o desenvolvimento de estratégias que promovam a construção de identidades particulares e o reconhecimento das diferenças, valorizando os costumes, a língua e as tradições das comunidades indígenas. Trata-se de cursos que vêm ao encontro das expectativas dos povos indígenas, têm como ponto de partida e de chegada, o que pensam e o que esperam tais povos da educação escolar, proporcionando o diálogo entre culturas.

Ao adotar metodologias próprias e inovadoras de ensino-aprendizagem, o projeto tem contribuído para o diálogo entre o conhecimento acadêmico e os saberes que os professores indígenas trazem de suas experiências didáticas e do cotidiano das aldeias. Essa prática pode viabilizar a integração entre os diferentes saberes, promovendo a ressignificação e a criação de novos conhecimentos. Longe de ser instrumentos de alienação “reprodutivista, etnocentrista ou integracionista”, os cursos buscam reelaborar os processos históricos e atuais dos contatos interculturais e fortalecer a consciência de índios-cidadãos que mantêm as suas culturas, línguas e os seus projetos societários.

A presença nos cursos de diversas etnias e línguas indígenas, além de docentes de diversas universidades brasileiras, exige uma prática pedagógica que busca promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes. Trata-se de respeitar a diversidade e a alteridade, contribuindo para a afirmação da identidade e valorização dos costumes, língua e tradições de cada povo. Conforme Januário (2002, p. 18), “a educação intercultural valoriza o desenvolvimento de estratégias que promovam a construção das identidades particulares e o reconhecimento das diferenças”.

Ao adotar uma prática pedagógica intercultural, a universidade enfrenta o desafio de substituir um modelo de transmissão de conhecimentos fundamentado no eurocentrismo, para outro integrador, interdisciplinar, cuja ênfase está na relação consciente entre sujeitos de diferentes culturas. “Trata-se de um projeto constituinte, que está abrindo caminho, procurando estabelecer o diálogo entre as diferenças étnicas e culturais, unindo o saber índio ao do não índio, possibilitando a visibilidade das diferentes lógicas”. (JANUÁRIO, p. 21-22).

### **O Curso de Agronomia para os Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC)**

Em atendimento à demanda dos movimentos sociais do campo, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o CAMOSC, surgiu na UNEMAT como um Projeto de Ensino dentro do Programa Institucional de Educação

e Sócio-Economia Solidária - PIESES<sup>187</sup>, e iniciou suas atividades em 2005, com uma turma denominada “Herdeiros da Cultura Camponesa”, composta por 67 alunos representantes de quatro movimentos sociais do campo: Movimentos dos Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Comissão Pastoral da Terra (CPT), oriundos de sete Estados da Federação, Rondônia, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná, que fazem parte da *Via Campesina* brasileira. Para realização desse curso, a UNEMAT conta com recursos e apoio de diversos atores, tais como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e os Movimentos envolvidos.

Esse curso de graduação em Agronomia, realizado pela UNEMAT para atender a demanda dos movimentos sociais do campo, teve como objetivo formar o “agrônomo militante técnico”. O curso tem a duração de cinco anos e é organizado em módulos, com etapas de “Tempo Escola” (TE) e “Tempo Comunidade” (TC), seguindo o regime de alternância, onde o processo de aprendizagem é contínuo. Estes dois momentos do curso se relacionaram, complementando-se mutuamente.

As atividades no “Tempo Escola” foram aulas presenciais, desenvolvidas no Campus da UNEMAT em Cáceres, em que os alunos estabeleceram contato com o conhecimento científico sistematizado em disciplinas dos módulos. Nessa etapa, foram criadas situações-problemas, para que os alunos pudessem se instrumentalizar e apontar soluções, apresentando seus conhecimentos vivenciados no “Tempo Comunidade”, e exercendo, assim, a reflexão crítica sobre uma realidade dinâmica e em constante transformação. Durante o “Tempo Comunidade”, os alunos sempre retornam à sua região de origem para aplicar o conhecimento acadêmico em suas comunidades/assentamentos, buscando perceber as demandas da população local. A etapa teve como função vincular as disciplinas com a realidade local através de ações, trabalhos, execução de projetos de pesquisa, resultando em observações, registros e estudos de casos, com o apoio de docentes orientadores, de modo que o profissional já estaria sendo capacitado para exercer práticas no campo.

A articulação entre o “Tempo Escola” e o “Tempo Comunidade” foi responsável pela relação entre dois importantes tempos da formação do agrônomo: o conhecimento científico, os saberes e as experiências dos grupos sociais camponeses. (Projeto Metodológico, 2006). A ideia foi a de aplicar e testar os conhecimentos adquiridos em contextos sociais, econômicos, culturais, ecológicos próprios e vivenciados nas comunidades, envolvendo os estudantes com os sujeitos sociais de cada comunidade.

O retorno dos alunos/militantes para as suas comunidades (durante o curso) oportuniza o conhecimento da realidade que iriam atuar, considerando a análise das condições de vida e de intervenções para solucionar ou melhorar as situações-proble-

---

187 O PIESES contempla diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão e pós-graduação, com destaque para a implantação de cursos de especialização em cooperativismo e economia solidária e organizações de empreendimentos solidários em várias regiões de Mato Grosso, cujo objetivo é a geração e distribuição de renda e a aprendizagem de saberes cooperativos, participativos e ecológicos, visando a integração e inclusão social e ambiental.

ma detectadas. Essa dinâmica teve como objetivo fazer com que os saberes das comunidades fossem trazidos para a universidade e, ao mesmo tempo, os saberes científicos, adquiridos pelos educandos, fossem levados para as comunidades – resultando na construção de novos saberes. Dessa forma, a pesquisa é considerada fruto de uma aprendizagem coletiva, envolvendo o aluno, a população presente nos assentamentos de reforma agrária, bem como, os movimentos sociais do campo. O desenvolvimento da pesquisa no “Tempo Comunidade”, requereu a articulação com os movimentos sociais, com as famílias de agricultores selecionadas, seguindo uma proposta de estudo que os alunos realizavam em suas regiões/comunidades de origem, sob as orientações temáticas do curso, dos orientadores e dos demais colaboradores do Projeto.

A pesquisa no curso de Agronomia para os movimentos sociais do campo organizou-se com base nos princípios da alternância e da pesquisa-ação<sup>188</sup>, em um movimento dialético do conhecimento de ação-reflexão-ação. Com abordagem qualitativa, incorporando a Agroecologia e a Economia Solidária, os projetos de pesquisa dos alunos envolveram a solução de problemas dos assentamentos, implicando na adoção de um modo de produção e socialização do conhecimento situado num contexto de aplicação, ou seja, nas experiências que as universidades vêm desenvolvendo, as pesquisas tendem partir da necessidade de resolver problemas práticos ou de atender demandas econômicas ou sociais dos estudantes e de suas comunidades/assentamentos da Reforma Agrária.

Outra característica do CAMOSC foi a transdisciplinaridade, que envolveu todo o processo de construção do conhecimento, ou seja, ao analisar uma determinada temática, eram englobadas várias ciências - uma proposição no campo da interdisciplinaridade, que aconteceu também na prática, significando a mobilização e a integração de diversos saberes associados à ação *na* e *com* a comunidade.

### Considerações finais

Percebemos que tanto o Projeto 3º Grau Indígena, como o Curso de Agronomia para os Movimentos Sociais do Campo da UNEMAT, apresentam características inovadoras nas formas de construir e executar ações de ensino, pois são cursos de graduação estruturados e realizados com base em metodologias propostas pelos próprios movimentos sociais, tais como: pedagogia da alternância, organização dos cursos em módulos, gestão compartilhada, interlocução entre saberes tradicionais e universais, interdisciplinaridade, um novo tipo de relação professor aluno, e a pesquisa-ação, proporcionando uma relação mais dinâmica, de interação da universidade com as demandas dos movimentos sociais.

Concluimos que a democratização de acesso, realizada pela UNEMAT nas duas experiências analisadas, vai além da inclusão de pessoas pertencentes a grupos sociais menos favorecidos. Trata-se da possibilidade da inclusão de saberes não legitimados, bem como da interação entre vários tipos de conhecimento. Uma inovação que

---

188 Para Boaventura dos Santos (2004, p. 75-81), a pesquisa-ação é uma ação que exige maior responsabilidade social por parte da universidade. “A pesquisa-ação consiste na definição e execução participativa de projetos de pesquisa envolvendo as comunidades e organizações sociais populares a braços com problemas cuja solução pode beneficiar dos resultados da pesquisa”.

rompe com os modelos tradicionais de oferecimento de cursos de graduação e aponta para a possibilidade de articulação entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional, ou seja, a “ecologia dos saberes” (SANTOS, 2004, p. 76-78), contribuindo para novas formas de construção do conhecimento científico e para a fertilização da relação entre a universidade e a sociedade.

A diversidade étnica provocada por essa forma de inclusão nos cursos de graduação produz uma diversidade cultural importante para o sentido e a função social da universidade pública. Dessa forma, a relação social entre a universidade e a sociedade pode ser transformadora, não só no sentido da busca da melhoria da qualidade de vida, mas de inovação nas formas de produção do conhecimento. A interação com diferentes grupos sociais, numa relação de mão-dupla e de troca de saberes, **há uma** tendência a produzir e a socializar conhecimentos novos que contribuam para a superação das desigualdades sociais - temas centrais no debate atual sobre o papel da universidade pública.

### Referências

CARVALHO, José Jorge de.. **Inclusão étnica e racial no ensino superior: um desafio para as universidades brasileiras**. Série Antropologia nº 382. (Brasília, 2005 - Conferência proferida na II Semana de Consciência Negra, no Auditório do Campus II da Feevale, em Novo Hamburgo, dia 17 de novembro de 2004.)

\_\_\_\_\_. MEC/SECAD. Série Antropologia 363. **A Prática de Extensão como Resistência ao Eurocentrismo, ao Racismo e à Mercantilização da Universidade**. Brasília: MEC/SECAD, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GRUPIONI, Luiz Donizete. Experiências e desafios na formação de professores indígenas no Brasil. **Em Aberto**. v.20, n. 76, Brasília, fev.2003.

JANUÁRIO, Elias. Ensino Superior para Índios: Um Novo Paradigma na Educação. **Cadernos de Educação Escolar Indígena – 3º Grau Indígena**. v. 1, n. 1, Barra do Bugres/UNEMAT, 2002.

\_\_\_\_\_. Formação de Professores Indígenas em Serviço: A Etapa de Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa – Intermediária. **Cadernos de Educação Escolar Indígena – 3º Grau Indígena**. v.2, n.1, Barra do Bugres/UNEMAT, 2003.

\_\_\_\_\_. A Construção do Currículo no 3º Grau Indígena: A Etapa de Estudo Presencial. **Cadernos de Educação Escolar Indígena – 3º Grau Indígena**. v.3, n.1, Barra do Bugres/UNEMAT, 2004.

LORENZONI, I. Entrevista publicada no Jornal do MEC Ano XV, nº 17. Brasília/DF de abril de 2002, p. 5. Enviada especial da ACS/MEC.

MEDEIROS, Iraci Aguiar. **Inclusão social na Universidade: Experiências na Unemat**. 2008. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geo-

ciências da UNICAMP, Campinas, 2008. (disponível na biblioteca digital).

PARESI, F. N. de A. A Educação e a Diversidade Cultural. **Cadernos de Educação Escolar Indígena** – 3º Grau Indígena. v.1, n.1, Barra do Bugres, UNEMAT, 2002.

PEGGION, Edmundo Antonio. Educação e Diferença: a formação de professores indígenas em Mato Grosso. **Em Aberto/INEP**, vol. 20, nº 76, Brasília, 2003.

SANTOS, Boaventura de S. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, M. I. P.; FLEURI, R. M. Entre limites e limiares de culturas: educação na perspectiva intercultural. *In*: FLEURI, R. M. (Org.). **Educação Intercultural: edições necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 17-52).

TOURAINÉ, A. **Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina**. São Paulo: EdUnicamp; Trajetória Cultural, 1989.

VELHO, Otávio. O Rei Nu. **Folha de S. Paulo**, caderno principal, página 3, Tendências/Debates). São Paulo, SP, 15/09/2006.

\_\_\_\_\_. A Mudança em Marcha. Revista Carta Capital. Edição Especial, n. 425, São Paulo, SP, 27/12/2006.